

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Escola de Serviço Social

A Incontrolabilidade Ontológica do Capital
- um estudo sobre *Beyond Capital*, de I.Mészáros

Maria Cristina Soares Paniago

Rio de Janeiro
2001

A Incontrolabilidade Ontológica do Capital
- um estudo sobre *Beyond Capital*, de I.Mészáros

Maria Cristina Soares Paniago

Tese de Doutorado submetida à comissão julgadora nomeada pelo Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor.

Aprovada por:

Orientador: Prof. Livre Docente Carlos Nelson Coutinho

Prof. Doutor Aloísio Teixeira

Prof. Doutor José María Gómez

Prof. Doutor José Paulo Netto

Profª. Doutora Maria Orlanda Pinassi

Rio de Janeiro

2001

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9 a
	29
CAPÍTULO I	30 a
A Concepção Marxiana de Capital, segundo Mészáros.	65
CAPÍTULO II	66 a
A Crise Estrutural e a Ativação dos Limites Absolutos do Sistema do Capital.	113
CAPÍTULO III	114 a
O Estado e o Capital : uma Relação de Complementaridade na Base Material.	146
CAPÍTULO IV	147 a
O Desafio Histórico da Ofensiva Socialista.	185
CAPÍTULO V	186 a
A Incontrolabilidade do Capital.	226
CONSIDERAÇÕES FINAIS	227 a
	239
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	240 a
	242

INTRODUÇÃO

As tentativas de explicação das transformações políticas que caracterizaram os últimos vinte anos - impulsionadas pelo fim do sistema soviético e a falência do *Welfare State* nos países em que chegou a existir - têm mobilizado enormes esforços de teóricos. Tais esforços, na enorme maioria das vezes, dirigem-se também a buscas de soluções aos problemas atuais da promoção do desenvolvimento econômico e sua relação com a desigualdade social.

Para muitos teóricos, o problema da igualdade estaria mais relacionado à forma de democracia existente do que a uma real incompatibilidade entre igualdade e mercado. A desigualdade, portanto, estaria relacionada à inexistência de mecanismos adequados ao exitoso desempenho das relações entre sociedade civil organizada, Estado e mercado. Para tais autores, a desigualdade contemporânea e a ideologia neoliberal deveriam ser enfrentadas com o aperfeiçoamento democrático; nas palavras de Przeworski: “O que parece importar (...) para o desempenho econômico e o bem-estar social não é simplesmente ‘democracia’ em geral, mas instituições e políticas democráticas específicas”.(Przeworski,1993:222) Não se pode ignorar, segundo esse autor, que na democracia o indivíduo é tanto agente no mercado como cidadão, e pode optar por motivações diferentes na alocação dos recursos escassos¹. A democracia poderia, então, inibir a realização dos objetivos dos proprietários contrários à justiça distributiva, uma vez que as escolhas dos cidadãos poderiam contrariar as prioridades do mercado.

Habermas, também de uma perspectiva que imagina ser possível controlar o capital por medidas e instituições políticas, desenvolve uma “concepção deliberativa de democracia” cujo fundamento se encontraria no “equilíbrio de interesses” e se constitui enquanto uma “forma de compromisso” só possível mediante uma “disponibilidade para a cooperação”. Os prováveis conflitos seriam superados por meio da construção de um “consenso de fundo baseado no fato de que os cidadãos partilham de uma mesma cultura” e empreendem ações orientadas para o entendimento.(Habermas,1995:44-46)

Apesar de ser um duro crítico do Estado Social promovido pelos social-democratas, pois os acusa de terem deixado “intacto o modo de funcionamento do sistema econômico” e de se restringirem às “intervenções ajustadas ao sistema”, a solução por ele encontrada é

¹ “A alocação de recursos que os indivíduos preferem como cidadãos geralmente deixa de coincidir com a alocação a que eles chegam através do mercado.” (Przeworski,1993:219)

constituída pelos mesmos elementos essenciais do sistema econômico capitalista: poder e dinheiro.(Habermas,1987:108) Propõe como alternativa à experiência do Estado Social social-democrata uma separação entre as iniciativas autônomas dos cidadãos e o mercado: “uma relação completamente transformada entre as esferas públicas autônomas auto-organizadas, de um lado, e os domínios de ação regidos pelo dinheiro e pelo poder administrativo, de outro lado.” O capital e o Estado devem, portanto, ser influenciados pelas esferas públicas da vontade, e não eliminados. Para Habermas “o poder de integração da solidariedade deveria ser capaz de resistir às ‘forças’ (...) [do] dinheiro e [do] poder administrativo”. O que poderia ser visado nesse novo arranjo entre o mundo da vida e o sistema não seria “a luta diretamente por dinheiro ou poder”, mas sim a luta por “definições”. Daí poderiam surgir as esferas públicas autônomas, as quais “teriam de alcançar uma combinação de poder de autolimitação meditada que poderia tornar os mecanismos de auto-regulação do Estado e da economia suficientemente sensíveis diante dos resultados orientados – a fim da formação radicalmente democrática da vontade.”(*ibidem*:112-113) Habermas retoma aqui, numa “forma transformada”, a necessidade de *integração e regulação* por meio do desenvolvimento dos “espaços públicos autônomos e [de] procedimentos de formação democrática da opinião e da vontade políticas”. (Habermas,1995:48)

A ação comunicativa, ao invés de confrontar-se com as contradições essenciais da sociedade atual, deve antes encontrar formas de administrar os riscos de desintegração social através do entendimento e da ação racional. Em última instância, deve desenvolver formas procedimentais democráticas que possibilitem o controle, e não a transcendência, dos conflitos da sociedade burguesa, uma vez que tem por objetivo atender às necessidades de *integração e regulação*.

Também para Held o corolário político necessário aos objetivos de desenvolvimento social é a existência de uma sociedade onde o conflito e a negociação venham garantir o “‘equilíbrio’ da vida política” e de “uma ordem política marcada pelo respeito pela autoridade e pelas leis”- elementos constitutivos de seu modelo de autonomia democrática. Esse modelo democrático deve ser “concretizado por meio de um processo dual de democratização” (Held,1994:270): reforma do poder do Estado² e reestruturação da

² Ver também Diniz, para quem as demandas do mercado alcançam “o sistema político sem a interferência de estruturas mediadoras capazes de filtrar e refinar as solicitações ou administrar as contendas

sociedade civil, tendo-se sempre em mente a preocupação de evitar a acentuação das “desigualdades de poder, riqueza e status”.(ibidem:255) Novamente, o problema social se refere à desigualdade nos limites da sociedade de classes, sendo seu modelo de autonomia a solução para o melhor e mais justo desempenho da sociedade capitalista.

Com Zolo fica ainda mais claro como se julga possível conciliar democracia e capitalismo:

“Na era pós-comunista, a disputa sobre o potencial anticapitalista dos direitos políticos e sociais perdeu todo o interesse prático ou teórico, inclusive dentro do Estado de Bem-Estar. O problema central é bastante diferente. O que pode dar-se por seguro não é o triunfo futuro de um socialismo real ou imaginário, senão a absoluta supremacia do capitalismo e a economia de mercado. Dada a necessidade de conciliar os direitos com o mercado, o problema que enfrenta a cidadania democrática é determinar se nas sociedades pós-industriais há ou não espaço para a experiência democrática e um Estado de direito que não esteja totalmente subordinado ao modelo de mercado e sua lógica competitiva.” (Zolo,1997:104)

Em poucas palavras, trata-se expressamente do abandono de qualquer projeto emancipatório, no sentido da emancipação humana dado por Marx n’A Questão Judaica.³ Zolo limita-se à esfera da emancipação política no interior da sociedade atual⁴. Nesse contexto, o que importa é encontrar caminhos de “menor resistência”, onde se possam alojar, no seio da sociedade de mercado, *espaços* de “cidadania democrática”, sem que provoquem um confronto direto com a ordem do capital.

Do mesmo modo, aparecem as propostas de alternativas de produção autônomas autogestionárias como as cooperativas de trabalhadores, que prevêm a reserva de espaços

entre os diversos grupos”, gerando problemas de vulnerabilidade para o Estado.(Diniz,1997:19)

³ “Somente quando o homem individual real recupera em si o cidadão abstrato e se converte, como homem individual, em ser genérico, em seu trabalho individual e em suas relações individuais, somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas ‘*forces propres*’ como forças sociais e quando, portanto, já não separa de si a força social sob a forma de força política, somente então se processa a emancipação humana.” (Marx ,s/d:52)

⁴ Para Zolo a cidadania é, em si mesma, um objetivo estratégico. (ibidem:104)

alternativos autônomos em relação à concorrência e ao mercado, coexistindo com as unidades produtivas capitalistas.(Singer, 2000)⁵ (Bihr,1999)⁶

Estes poucos exemplos, longe sequer de delinearem com precisão o universo ideológico-político a que pertencem, são expressões do predomínio, no debate contemporâneo, de alternativas que afirmam, ou têm como pressuposto, a possível conciliação entre mercado, capital e igualdade pela mediação de instrumentos políticos que exerceriam o controle sobre o sistema econômico capitalista.⁷ Daí advém a necessidade de se gerar uma “nova cultura política” fundada na “idéia da obrigação política horizontal, entre cidadãos, (...) da participação e da solidariedade concretas na formulação da vontade geral”.(Santos,1995:263) Para Santos, o “capitalismo não é criticável por não ser democrático, mas por não ser suficientemente democrático.” O autor propõe, então, que articulemos, na sociedade atual, a democracia representativa com a democracia participativa, ampliando o campo da política “a todas as dimensões da prática social”. Junto a isso, deve-se “identificar relações de poder e imaginar formas práticas de as transformar em relações de autoridade partilhada”, ou seja, formas democráticas de se assumir o controle da ordem dominante. (*ibidem*: 270)

O que aproxima estes e outros autores é a crença de que medidas de reação à dinâmica expansionista e excludente (principalmente para os trabalhadores) do capital, as quais utilizam-se dos mesmos recursos cujos efeitos pretendem combater (a legalidade e

⁵ Singer aponta para uma nova forma de organização de empresas, as quais deveriam “se submeter aos princípios do cooperativismo, particularmente da auto-gestão”, que imporiam restrições ao capital, agora sob a propriedade de trabalhadores e consumidores, e inibiriam a concentração do capital através do controle e regulação política por eles exercidos. (Singer, 2000:45-46)

⁶ Também Bihr considera viável subtrair do sistema do capital espaços para produção anticapitalista com base na cooperação e não na competição, com o objetivo de recuperação gradual do controle sobre o processo de produção material pelos trabalhadores. Propõe uma estratégia cujo objetivo “é criar simultaneamente as condições de uma pressão transformadora sobre o capitalismo atual, para modificar suas regras do jogo em um sentido favorável aos trabalhadores, através de uma série de reformas; e as condições de uma ‘ruptura’ revolucionária posterior.” (Bihr,1999:224)

⁷ A experiência das câmaras setoriais na história recente do sindicalismo brasileiro surgiu dentro desse espírito. Conforme estudo de Arbix, a câmara do setor automotivo “conseguiu fundir – ainda que parcialmente – democracia com eficácia econômica”, tendo-se obtido resultados positivos para todos os envolvidos com a instituição de “padrões democráticos de relacionamento entre Estado, capital e trabalho no Brasil.” Inspirado no conceito de “antagonismo convergente”, em que cada participante procura agir sem buscar a destruição do outro, formulado por Francisco de Oliveira, afirma a importância da disposição ao consenso e ao entendimento entre as partes como marcos fundamentais da “natureza inovadora da inclusão dos trabalhadores nas negociações” das políticas industriais e das novas relações de trabalho no setor automobilístico. (Arbix,1996: 17-25)

legitimidade das medidas econômicas, a participação popular nas decisões, maior eficiência dos sistemas de representação, regulação dos conflitos, etc.), podem resultar em avanços no sentido da igualdade almejada. Ignoram que as perdas sociais infligidas aos trabalhadores pelo neoliberalismo foram instituídas exatamente pelos mesmos mecanismos legais, como vimos em casos exemplares de democracias como os EUA e a Inglaterra, entre outros.

Pensamos que, no fundo, o que está em jogo é a aceitação ou não da perenidade do capital, e a crença na possibilidade de lhe restaurar o espírito civilizatório que em séculos anteriores, em relação à sociedade feudal, pôde um dia propagar, ainda que sob novas formas de controle democrático. Como veremos no decorrer da tese, segundo Mészáros, esta seria uma pretensão totalmente desprovida de sentido na fase da produção dissipadora-destrutiva que caracteriza o capitalismo do século XX.

Os motivos e intenções que colocam lado a lado a direita e a esquerda (representada hoje pela maioria dos partidos social-democratas, inclusive o trabalhismo inglês, e dos antigos partidos comunistas), na defesa da impossibilidade da existência de outra forma de produção e reprodução sociais que supere o capital são bastante diferenciados. Sem negar que muito de fundamental as distancia, e sem desprezar esta distância de modo algum, agora nos interessa a presença, em ambas, de uma forte tendência comum (o descrédito ou condenação do socialismo, ou, ainda, criação de formas de emancipação combinadas com o mercado) que lhes imprime o traço essencial. Esse é o reverso da moeda, inevitável para a esquerda que capitula diante do que alega ser a falência da proposta do socialismo revolucionário que caracterizou o espírito da revolução de 1917, e que teria se revelado na queda do regime soviético. Ou que apostou na construção de um socialismo democrático apoiado no Estado do Bem-Estar Social nos países avançados, estando, hoje, tais posições de esquerda com sua sobrevivência comprometida pelas investidas neoliberais e pela crise do capital.

O próprio sistema do capital, se analisarmos os efeitos de seu desenvolvimento baseado na exploração do trabalho e na apropriação privada da riqueza social, tem deixado muito a desejar no cumprimento das metas desenvolvimentistas e modernizadoras e no projeto de alcançar a abundância que tanto apregooou serem suas maiores virtudes. Mesmo seus defensores mais esclarecidos defrontam-se com os enormes problemas sociais e econômico-financeiros resultantes da crise em que o sistema do capital está imerso.

Os países avançados, antes imunes aos efeitos das crises do sistema do capital, ou melhor, que delas tiravam vantagens sustentadoras de seus índices de desenvolvimento, vêm-se envolvidos, nas últimas duas décadas, com o crescimento dos níveis de pobreza⁸, antes inimagináveis, em seu próprio interior, como é o caso dos EUA. A sociedade da abundância, cada vez mais restrita a muito poucos, está muito distante em vista das contradições cada vez mais visíveis do sistema do capital. A desigualdade e a concentração de renda continuam elementos indissociáveis do modo de produção capitalista, mesmo nos países avançados e historicamente democráticos, onde a participação política dos trabalhadores supostamente lhes traria maiores benefícios.

Não que na constatação desses problemas haja qualquer reconhecimento, por parte dos apologetas da ordem dominante, da natureza contraditória do capital (ver capítulo I) e da relação inevitável entre produção de riqueza, de um lado, e produção de miséria de outro, como já dizia Marx mesmo sem conhecer o mundo globalizado. A razão de suas preocupações encontra-se no descontrole supostamente conjuntural da concorrência globalizada e nas conseqüentes disfunções daí decorrentes, que, no entanto, são sempre passíveis de novos ajustes. O pressuposto implícito é o desenvolvimento ilimitado do capitalismo.

O esgotamento do modelo de desenvolvimento específico a uma fase de ascendência do sistema do capital, após os anos dourados promovidos pela intervenção keynesiana do Estado e os benefícios negociados do Bem-Estar Social concedidos à classe trabalhadora, tem relegado algumas regiões do mundo a uma situação de miséria absoluta, todavia nunca reconhecida como resultante das alternativas de desenvolvimento adotadas pelo neoliberalismo nos últimos anos.

Com o movimento de centralização dos capitais e de reorientação da relação produção-consumo, relação esta caracterizada não mais pela ampliação dos mercados

⁸ Segundo declaração de Kate Raworth – co-autora do relatório do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - ONU) publicado em 2000, o “relatório demonstra que a prosperidade das nações mais ricas não foi suficiente para melhorar a vida da parte mais pobre de sua população”. Se considerarmos os problemas conceituais do Índice de Desenvolvimento Humano utilizado como principal indicador da posição dos países no ranking mundial de desenvolvimento social, e os organismos internacionais envolvidos em sua elaboração, podemos imaginar quão conservadores, ou estatisticamente engessados, podem ser os resultados divulgados. A própria co-autora do relatório alerta para a insuficiência do IDH para uma análise da situação social das camadas pobres da população, uma vez que, como aponta no caso do Canadá, ao mesmo tempo em que apresenta o índice mais alto do IDH, é o 11º colocado no índice de pobreza. *In* Folha de São Paulo, Qualidade de Vida - caderno especial, em 29/06/2000.

consumidores e pela incorporação de novos trabalhadores, mas pela diversificação e intensificação do consumo nos mercados já existentes, exigência de reação à crise estrutural do capitalismo (como veremos no capítulo II), amplas regiões do mundo e contingentes incalculáveis de trabalhadores (mesmo nos países avançados) passam à situação de mercados ou força de trabalho supérfluos.

É o que observamos através dos próprios relatórios dos organismos internacionais (BIRD, FMI, etc.), ocupados em manter a situação mundial sobre o controle do capital, seja no sentido de canalizar investimentos ou empréstimos dirigidos e adequados à estratégia de desenvolvimento traçada pelos países ricos, seja no sentido de conservar sob níveis administráveis as crescentes e incontornáveis desigualdades internacionais de renda. Em reportagem de Joseph Kahn originalmente publicada no “The New York Times”, a análise do retrocesso econômico da África Subsaariana e suas seqüelas sociais é um caso emblemático. A gravidade dos problemas sociais decorrentes não pode deixar de ser reconhecida pelos seus “tutores” internacionais – BIRD e FMI (designados pelo repórter como “doadores internacionais de fundos”) –, ainda que se refiram apenas aos efeitos da crise africana (guerra, corrupção, doença, as quais, segundo o estudo do BIRD, são indicadas como as principais causas dos problemas – inversão entre causa e efeito bastante providencial, diga-se de passagem) e não a suas causas.

A avaliação do BIRD dos resultados de suas doações e empréstimo à região indica que a “África Subsaariana é a única grande região do mundo que retrocedeu economicamente nas últimas décadas do século 20”. Os países africanos, no início da década de 60, eram considerados mais avançados do que as nações do leste da Ásia. Segundo Kahn, “hoje, os 48 países da África Subsaariana apresentam uma produção econômica conjunta que não ultrapassa em muito a da Bélgica”. Mas qual a responsabilidade assumida pelo BIRD? Assume apenas parte da responsabilidade pelo agravamento da situação sócio-econômica da África: “reconhece que o grande fluxo de fundos destinados ao continente africano nas últimas décadas não surtiu muito efeito no que concerne ao desenvolvimento econômico sustentável, mas sustenta que o BIRD já aplica novas técnicas de administração de fundos para o desenvolvimento.”

⁹ Publicada na Folha de São Paulo, p. A-12, em 02/06/2000.

Para uma instituição como essa, de fato, outro caminho não há senão o de inovar nas técnicas de administração e fiscalização dos recursos, pois sua função ideológica de mantenedora das desigualdades a níveis suportáveis (não explosivos), combinadas à busca de realização dos lucros do capital internacional disponibilizado para a geração de dívida externa nesses países, precede a análise da realidade a partir de seus elementos determinantes, que, se não são os únicos, são reconhecíveis na estratégia de desenvolvimento capitalista no final do século XX, o qual reserva à grande parte do mundo um destino sombrio, tornando ainda mais desumana a sobrevivência dessa população.

Podemos constatar que essa transformação da vida de enormes contingentes de homens (não deixemos de lembrar que esse fenômeno alcança apenas as classes despossuídas, sendo resguardadas desse “destino”, em cada país, suas classes proprietárias) em vidas “inúteis por excesso”, expressa, sob nova forma, a (velha) lei imanente ao sistema do capital há muito indicada por Marx em sua análise do “caráter antagonico da acumulação capitalista”¹⁰, no entanto, hoje, agravada em seus efeitos. Se há algo de novo no capitalismo globalizado é o agravamento, e não a superação, das desigualdades e das contradições imanescentes à relação de exploração do capital sobre o trabalho.

Na esquerda podemos encontrar uma variedade de posições que buscam solucionar os problemas atuais vividos pelo trabalho. Entre outras, temos uma primeira que prefere dissolver os antigos antagonismos entre o capital e o trabalho propondo a construção de uma terceira via (nem socialismo, nem neoliberalismo), sobre a qual nos deteremos logo a seguir; uma segunda que busca realizar um aperfeiçoamento e expansão democráticos como alternativa às relações impositivas do mercado e do Estado, como já referido anteriormente, e uma última que vislumbra elementos progressistas e emancipatórios na reestruturação produtiva conduzida pela estratégia neoliberal. Para esta, estaria dada a possibilidade de uma *reconciliação* entre o capital e o trabalho, uma vez que unidos por interesses comuns desapareceria a base antagonica da luta de classes.

Essa discussão reflete as novas expressões e elementos particularizantes do capitalismo mundializado. Ao mesmo tempo, recoloca, no plano teórico, a atualidade das velhas discussões que envolveram os revolucionários social-democratas na passagem do

¹⁰ “A acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital”. (Marx, 1994:210).

século, principalmente na Alemanha, no conhecido Debate Bernstein (final do séc.XIX até o início da primeira guerra), centrado nas propostas do socialismo gradualista no interior do capitalismo. Se são enormes as distâncias e particularidades históricas entre o início e o fim do século XX, não há como deixar de se identificar a influência, mesmo que em aspectos variados, daquelas propostas nas atuais soluções apresentadas para as contradições do sistema do capital. O que nos interessa, no momento, é se as contradições do sistema do capital expressas na anarquia da produção, no desperdício, na superprodução, no desemprego estrutural, podem ser controladas e adaptadas indefinidamente, tendo em vista a preservação contínua do impulso à expansão e à acumulação incessantes do capital. A alternativa antes apontada por Bernstein, da possibilidade dessas contradições serem absorvidas e reestruturadas por uma nova forma de capitalismo organizado e regulamentado¹¹, inspirou diversas posições nas décadas subseqüentes, sendo a possibilidade de adaptação e regulação do capitalismo atualmente representada de forma mais explícita pela versão “renovada” da social-democracia conhecida por Terceira Via¹².

É nesse sentido que Giddens dirige sua crítica ao socialismo de Marx, identificado por ele à experiência soviética e à social-democracia do *Welfare State*:

“A teoria econômica do socialismo sempre foi inadequada, subestimando a capacidade do capitalismo de inovar, adaptar e gerar uma produtividade crescente. O socialismo foi também incapaz de compreender o significado dos mercados como fontes de informação, que fornecem dados essenciais a compradores e vendedores.”
(Giddens,2000:14)

Uma vez que o socialismo foi derrotado definitivamente, desaparece a alternativa ao capitalismo. O que deve, agora, nortear as discussões é: “até que ponto, e de que maneiras, o capitalismo deveria ser governado e regulado”. Nesse sentido, é prioritária a revalorização da política, desgastada pela crise ideológica dos partidos social-democratas, através de uma ação política conjunta e complementar entre governo e “movimentos sociais, grupos de pressão unidirecionados, ONG’s e outras associações de cidadãos”, com

¹¹ Ver Bernstein (2000).

¹² Para Giddens “ ‘terceira via’ se refere a uma estrutura de pensamento e de prática política que visa a adaptar a social-democracia a um mundo que se transformou fundamentalmente ao longo de duas ou três últimas décadas. É uma terceira via no sentido de que é uma tentativa de transcender tanto a social-democracia do velho estilo quanto o neoliberalismo”. (*ibidem*:36)

o governo tendo por função “conciliar as reivindicações divergentes de grupos de interesse especial”. (*ibidem*: 53,62)

Desaparecem, portanto, a necessidade de superação do sistema do capital e o caráter antagônico da acumulação. Todas as desigualdades não passam de disfunções do sistema, carentes de inovações na forma de governar e de novas formas de conciliação de interesses entre cidadãos; elas não decorrem mais do antagonismo entre as classes sociais, cuja função diferenciada na produção e distribuição da riqueza social perde toda importância. A alternativa que se coloca é o aperfeiçoamento do sistema do capital, é a formulação e implantação de uma “nova economia mista”, cujo objetivo é buscar “uma nova sinergia entre setores público e privado, utilizando o dinamismo dos mercados, mas tendo em mente o interesse público”. O espírito predominante nessa estratégia alternativa ao capitalismo é a busca do “equilíbrio entre regulação e desregulação (...); e um equilíbrio entre o econômico e o não-econômico na vida da sociedade”. (*ibidem*:109-110) É, enfim, colocar sob controle as leis da acumulação do capital, orientando-as para uma (ilusória) dissolução dos interesses divergentes entre o atendimento prioritário das necessidades humanas, de um lado, e a realização do lucro do capital, de outro.

Tal proposta conciliatória entre capitalismo e a “nova economia mista”, nem neoliberal, nem socialista, formulada por Giddens, não é insensível aos problemas da desigualdade - evidência da realidade impossível de ser ignorada até pelos que acreditam na “paz eterna” entre o capital e o trabalho - : admitem até o seu crescimento. Mas disso, como diz o autor, “não se segue (...) que tais tendências estão fadadas a continuar ou a se agravar. A inovação tecnológica é imponderável, e é possível que em algum ponto a tendência à maior desigualdade possa se inverter.”(*ibidem*:115) Nesse sentido, a inclusão, a face inversa da desigualdade identificada com a exclusão, segundo Giddens, “deve se estender muito além do trabalho”, uma vez que o pleno emprego é “improvável” (*ibidem*:120,137). A saída está em “abordagens centradas na comunidade” e na ênfase nas “redes de apoio”, no “espírito de iniciativa”, no “cultivo do capital social”, no “terceiro setor”, enfim num

Welfare State positivo¹³, “para o qual os próprios indivíduos e outras instituições além do governo contribuem – e que [seja] funcional para a geração de riqueza.” (*ibidem*:120,127)

A geração de riqueza, aqui concebida, pressupõe a vigência de um capitalismo reformado, colocado sobre controle¹⁴, onde permanecem intocadas as condições materiais constituintes da lógica do capital, da prevalência do valor de troca frente ao atendimento às necessidades humanas, da exploração do trabalho e da crescente extração e apropriação privada da mais-valia.

Ao contrário de entender a necessária superação dessa lógica reprodutiva como condição ao desaparecimento das desigualdades sociais, os adeptos da Terceira Via candidatam-se ao papel de administradores do capital, mais capacitados que os neoliberais. E ainda mais, procuram envolver a sociedade como parceira dos prejuízos sociais do capitalismo globalizado ao apontar como alternativa ao burocratismo do *Welfare State* da velha social-democracia a socialização dos custos sociais por meio do terceiro setor, das organizações comunitárias locais, ONG’s, e a transferência de investimentos sociais, antes sob responsabilidade do Estado, a “outras instituições, inclusive as empresas”. (*ibidem*:138)

No fundo, o que nos parece mais provável é que haja uma dupla exploração da classe trabalhadora. Além de ser a produtora da riqueza que gera os recursos do Estado, ainda tem de se envolver diretamente, através dos recursos da “comunidade”, na satisfação de suas necessidades. O acentuado incentivo da Terceira Via à participação das comunidades e outras formas de organização social autônomas, pretensamente progressistas, não é suficiente para dissociar seus métodos (da “boa governança”) dos princípios neoliberais em vigor. Mesmo a acusação, por seus críticos, de que ela não seria mais do que um “neoliberalismo requeitado”, frente aos fatos evidenciados pela

¹³ Em contraposição à negatividade do *Welfare State* inspirado em Beveridge, que visa atenuar as carências sociais, o *Welfare State* positivo, da Terceira Via, se pautaria pelas noções de autonomia, saúde ativa, educação permanente, bem-estar e iniciativa. Para Giddens, na “sociedade do *welfare* positivo, o contrato entre o indivíduo e o governo se transforma, uma vez que a autonomia e o desenvolvimento da pessoa – o meio de expandir a responsabilidade individual – torna-se o foco primordial. *Welfare* nesse sentido básico diz respeito tanto aos pobres quanto aos ricos.” (*ibidem*:138)

¹⁴ As necessidades de regulação do capitalismo globalizado, para Giddens, implicam em “acalmar movimentos excessivos em moedas e controlar excessos; separar especulação monetária de curto prazo de investimento e criar maior obrigação de prestar contas no seio das organizações transnacionais envolvidas na administração econômica do mundo, bem como reestruturá-las.” Medidas cuja garantia da eficácia encontra-se na vontade política e a constituição de um governo global. (*ibidem*:160-161)

experiência dos governos social-democratas de Bill Clinton e Tony Blair, não mereceu de Giddens uma defesa convincente, senão apenas uma referência evasiva¹⁵.

O conteúdo implícito nas propostas de Giddens é similar ao objeto das esclarecedoras críticas de Petras dirigidas às ONG's e ao neoliberalismo, sendo extensivas, portanto, ao “neoliberalismo requeentado” da Terceira Via:

“As ONG's discutem sobre ‘os excluídos’, ‘os indefesos’ e ‘a extrema pobreza’ sem jamais passar de seus sintomas superficiais para analisar o sistema social que produz estas condições. (...) despolitizaram setores da população, ignoraram seus compromissos frente as atividades do setor público e se valeram de líderes sociais potenciais para a realização de projetos econômicos pequenos.(...) A ideologia das ONG's quanto a suas atividades privadas e voluntárias destrói o sentido do ‘público’; a idéia de que o governo tem a obrigação de atender todos os cidadãos. Contra essa noção de responsabilidade pública, as ONG's fomentam a idéia neoliberal de uma responsabilidade privada frente os problemas sociais e a importância dos recursos para resolver estes problemas.”(Petras,2000:2)

O envolvimento das comunidades e do trabalho voluntário no atendimento às necessidades sociais, proposto por Giddens, corresponde a esse mesmo espírito de responsabilização privada dos indivíduos frente os problemas sociais que caracteriza a política neoliberal, cujo um dos objetivos é a constituição de um fundo de investimento de capital humano que venha descomprimir os gastos sociais no Estado.

A fase de ascendência do sistema do capital que propiciou os anos dourados do *Welfare State* resultou, a partir da década de 70, num novo ciclo de crise, agora mais profunda e incontornável por meio dos recursos e políticas até então utilizados. A crise estrutural, que já dura algumas décadas, inviabilizou a continuidade do *Welfare State*, na mesma medida em que impossibilita qualquer reforma reestruturadora e de novo estilo, como deseja Giddens - por um lado, permanece a crise, a despeito de todas as medidas terapêuticas adotadas pelo capital; por outro, aprofundam-se suas contradições internas e esvanece-se o efeito paliativo das reformas propostas. A efetividade das lutas de classes,

¹⁵ “Os críticos vêm a terceira via nessa roupagem como neoliberalismo requeentado.(...) Meu objetivo (...) não é avaliar se tais observações são válidas ou não, mas considerar onde o debate sobre o futuro da social-democracia se situa.” (*ibidem*:35-36)

apesar de todas as tentativas de esvaziamento de seu papel histórico e de promoção da reconciliação entre as classes, resiste e se torna presente, dificultando, ainda mais, a administração da crise.

A inviabilidade das reformas não se deve a qualquer determinismo a-histórico, mas exatamente ao fato de continuarem intactas as condições materiais e históricas de auto-reprodução do sistema do capital, o que, segundo Marx, significa permanecerem condizentes com a necessidade de acumulação do capital em escala progressiva (visando sempre a “expansão da grandeza”), impulsionada pela busca incessante do lucro¹⁶. Como, então, colocar restrições à necessidade vital do próprio sistema em submeter as necessidades humanas à realização do lucro? Como regular ou impor politicamente restrições a tal necessidade vital do capital, uma vez que a “valorização do valor só existe dentro desse movimento sempre renovado. Por isso o movimento do capital é insaciável.”? (Marx,1983:129)

Essas e outras questões a respeito da possibilidade de controle do capital, as quais sequer são formuladas pelos administradores, ou pretensos reformadores, do sistema globalmente dominante do capital, pois são dadas como respondidas *a priori*, estão na base da investigação que resultou na elaboração dessa tese de doutoramento, e na definição da obra *Beyond Capital –towards a theory of transition*, de István Mészáros, como objeto da pesquisa. Apesar de a investigação acerca deste monumental texto sequer ter se iniciado de forma sistemática e muitas de suas teses requererem pesquisas específicas e pontuais, podemos afirmar ser este texto uma dura crítica contemporânea às teses, de todos os matizes, que propõem a *controlabilidade do capital pelas mediações políticas*.

¹⁶ “O valor de uso nunca deve ser tratado, portanto, como meta imediata do capitalismo. Tampouco o lucro isolado, mas apenas o incessante movimento do ganho.” (Marx,1983:129)

Mészáros¹⁷, filósofo e humanista húngaro, e antigo assistente de Györg Lukács na Universidade de Budapest na década de 50, pretende com esse livro provocar uma reversão crítica revolucionária, por um lado, da avaliação histórica do socialismo soviético que orientou grande parte das experiências revolucionárias no séc. XX, e, por outro, da hegemonia teórico-política reformista que dominou a esquerda nas últimas décadas. Contrapõe-se teórica e politicamente a todos aqueles que, diante das enormes dificuldades de se construir uma ordem socialista, como demonstrou o fracasso, e a condenação posterior, do socialismo soviético, optaram por estratégias de reformas no sistema do capital, através de crescentes restrições à sua lógica reprodutiva imanente, da revalorização da política ou da criação de novos mecanismos de controle social mais autônomos. Mészáros argumenta ser uma tentativa fadada ao fracasso a reversão a favor dos trabalhadores da lei de valorização do valor, o que significa, enfim, a continuidade da exploração do trabalho e da apropriação do trabalho excedente pelo capital.

Como argumentamos com os exemplos acima, tais orientações à ação política dos trabalhadores não se restringem à Terceira Via; são extensivas, hoje, à maioria da esquerda. Se ampliarmos o espectro político para além da renovação social-democrata empreendida pela Terceira Via, e deixarmos de lado outros aspectos significativos que as diferenciam no interior da esquerda, podemos observar igual conteúdo nas demais propostas, tanto de teóricos envolvidos com a discussão da necessária expansão da democracia a todas as esferas das atividades sociais e econômicas, quanto daqueles envolvidos diretamente em formular um projeto político imediato, cujo teor fundamental é a imposição de restrições ao

¹⁷ István Mészáros, que já esteve no Brasil em 1983 e 1996, nasceu na Hungria em 1930. Antes de entrar na Universidade em 1949, trabalhou como operário em fábricas de aviões, tipografia e em indústria têxtil. Na Universidade, depois de ser perseguido e quase sofrer uma expulsão por estudar com G. Lukács, tornou-se seu assistente entre 1951 e 1956, em seguida deixando a Hungria em razão da invasão militar soviética. Publicou seu primeiro livro em 1955, sua tese de doutorado, sob o título “Sátira e Realidade: Contribuição para a Teoria da Sátira”. Durante sua permanência na Itália, país para onde se dirigiu após sair da Hungria, publicou outros dois livros: “A Revolta dos Intelectuais na Hungria” e “Attila József e a Arte Moderna”. Após passar alguns anos na Itália, em 1959, muda-se para a Inglaterra onde reside até hoje, sendo atualmente professor aposentado da Faculdade de Artes da Universidade de Sussex. Na Inglaterra, continuou a publicar seus livros muitos deles já publicados no Brasil: “Marx : A Teoria da Alienação”. Zahar Editores, 1981; “A Necessidade do Controle Social”. Editora Ensaio, 198; “Produção Destrutiva e Estado Capitalista”. Editora Ensaio, 1989; “A Obra de Sartre”. Editora Ensaio, 1996; “Filosofia, Ideologia e Ciência Social”. Editora Ensaio, 1993; “O Poder da Ideologia”. Editora Ensaio, 1996; “Para Além do Capital”. (*Beyond Capital*). Boitempo Editora, 2001 (no prelo). Em 1951, ainda na Hungria, foi ganhador do prêmio *Attila József*, e em 1970, já residindo na Inglaterra, seu livro “Marx:A Teoria da Alienação” foi premiado pelo *Isaac Deutscher Memorial*. (Mészáros, 1984)

capital. Esses últimos se baseiam na necessidade da política buscar um novo lugar de atuação: a esfera pública não-estatal (os conselhos de saúde, de orçamento participativo, etc.)¹⁸, ou de partir para a transformação das estruturas básicas da sociedade, gradualmente, através de experimentalismos institucionais e da combinação de novos regimes de propriedades convivendo numa mesma economia.

O que há de comum em todas as posições aqui referidas é a hipótese da possibilidade de controle sobre o capital e a crença de que se podem criar espaços de autonomia (de aprendizagem social) paralelos ao livre desenvolvimento da lógica do capital, reservando-se esferas específicas de experiências institucionais alheias às leis gerais da auto-reprodução do capital.

Quando não se observa nessas posições a expressa capitulação ao sistema do capital, verifica-se nelas a crença na possibilidade de se conquistar o socialismo através de reformas e controles sociais mais democráticos sobre o capital, a serem experimentados por meio da revalorização da política, sem que se leve em conta as determinações objetivas e imanentes do próprio funcionamento vital do sistema. Na medida em que, para Marx, a relação-capital é “uma relação de compulsão a qual não se apóia em quaisquer relações pessoais de dominação e dependência, mas simplesmente emerge da diferença das funções econômicas.”¹⁹, mantidas operantes as condições de sua reprodução material e intocada a “diferença das funções econômicas” na relação capital-trabalho, resta-nos atuar apenas nos limites absorvíveis pela relação dominante, mas jamais no sentido de sua superação.

Em última instância, transforma-se uma questão ontológica em uma questão de aperfeiçoamento do conhecimento de formas de administração, ainda que em favor das classes despossuídas, da relação capital-trabalho. Ao assim procederem, operam uma inversão hierárquica já apontada por Coutinho como idealista, que coloca a *explicação epistemológica* acima da *investigação ontológica*, ou seja, subordina-se a análise

¹⁸ Ver Genro (2000), formulador teórico-político das propostas de combinação de democracia direta e democracia representativa, como o Orçamento Participativo, que têm orientado as administrações municipais do Partido dos Trabalhadores. Fazemos nossas as palavras de Frederico (2000), quando se refere ao livro de Tarso Genro e propõe como sendo mais produtora, ao ser criticamente examinada, sair-se do discurso epistemológico e dar a devida atenção à crítica ontológica. A política e suas inovações institucionais, sem consideração da base ontológica do que se pretende transformar, torna-se puro reflexo de desejo e subjetividades bem intencionadas.

¹⁹ K. Marx. *Grundrisse*. Penguin Books, Harmondsworth, 1973, p. 426. (*apud* Mészáros, 1995:607).

ontológica e as categorias objetivas do real às inovações prático-políticas, que, por último, encontram-se limitadas pelas determinações vitais do sistema do capital, mais do que nunca, totalizante e globalmente abrangente. (Coutinho,1972:184)

São raros os estudos, hoje, que levam em conta a necessidade de se entender o mundo por meio de uma investigação ontológica, ou que, frente às derrotas históricas da luta pelo socialismo, não optem pela capitulação frente à ordem do capital ou adotem como pressuposto teórico a reconciliação ou convivência pacífica (a despeito dos conflitos “naturais” de interesses) entre o capital e trabalho. É nesse campo de investigação, no qual visa-se captar a natureza genético-ontológica das categorias determinantes do sistema do capital, que se insere o estudo de Mészáros, objeto dessa tese. Para Mészáros, todas essas propostas encontram-se comprometidas em sua origem, em razão do fundamento ontológico do sistema do capital – ser um modo de metabolismo social incontável, e só existir com base na exploração de seu antagonista estrutural, o trabalho.

Em função disso, julgamos necessário investigar o modo de ser do sistema do capital, sua base ontológica, para podermos entender as “possibilidades” da política como um terreno objetivamente delimitado. A partir daí, poder-se-ia desvendar o verdadeiro papel do sujeito social numa sociedade que tem no estranhamento (*Entfremdung*) uma decisiva garantia a sua existência, e compreender até onde, e em que medida, a política poderia exercer sua função emancipatória no sentido de uma sociedade socialista.

Esse caminho teórico-metodológico não tem mobilizado muitos pesquisadores. Ao contrário, depois do desaparecimento do “mundo bipolar”, como alguns gostam de se referir ao principal resultado da derrocada do bloco soviético, é cada vez menor o número daqueles que encontram estímulo investigativo na condenação do sistema do capital, pois o capitalismo, agora, teria consagrado sua supremacia histórica, sem chance de existir qualquer formação social que o suplantasse. Nesse sentido, por um lado, a maioria dos investigadores pensam que todo esforço deve se voltar à atenuação das injustiças e desigualdades que o caracterizam, a partir da ação política delimitada por seus pressupostos e no contexto da ordem possível; por outro, julga que se deve extrair de suas transformações produtivas mais recentes todo proveito aos trabalhadores. Qualquer outra atitude estaria condenada pelo anacronismo dos velhos paradigmas (leia-se: fundados em Marx).

Tendo sempre em foco compreender as velhas questões colocadas sobre o livre desenvolvimento da humanidade, considerado em todas as suas dimensões materiais e espirituais, ainda que isso signifique, para a maioria, colocar-se na contramão da história, preferimos recorrer à base teórica originada em Marx, à sua crítica à sociedade burguesa, através de um seu intérprete e atualizador - István Mészáros.

A afirmação sobre a incontrollabilidade do capital, sustentada por Mészáros, só pode ser compreendida como resultado de uma exaustiva elucidação das bases ontológicas do capitalismo, uma vez que o sentido de sua pesquisa é orientado pelo próprio real, sendo movido pela necessidade de se identificar as “conexões universais”, bem como as “sínteses concretas”²⁰ caracterizadoras de uma totalidade historicamente determinada. Desse modo, a afirmação ontológica da incontrollabilidade do capital, de acordo com a profunda análise realizada por Mészáros sobre o modo de funcionamento real do sistema do capital, adquire um sentido de síntese.

A partir dessa abordagem genético-ontológica da produção e reprodução social sob o domínio do capital, o *Beyond Capital* de Mészáros traz inovadoras contribuições para a compreensão do mundo atual, especialmente para o Serviço Social, que necessita não só compreender as causas dos males sociais, mas que pretende também combatê-las. Por isso, é do maior interesse compreender profundamente as análises desenvolvidas no *Beyond Capital*, em especial, a afirmação da incontrollabilidade do capital, pois se Mészáros estiver certo grande parte da produção teórico-política mais recente perde seu fio condutor, ou seja, a possibilidade de democratização do capital e sua superação gradual a partir da construção de espaços de autonomia do trabalho no interior do próprio sistema dominante.

²⁰ Mészáros faz parte da mesma tradição filosófica inaugurada por Marx (sem desconsideração da adoção crítica, feita por este, da dialética hegeliana), na qual a razão dialética e o “estudo genético-ontológico das categorias determinantes do social” constituem marcos definidores. Ver mais sobre a reprodução, no plano do pensamento, das determinações do próprio real em Coutinho (1972).

Para efeito da elaboração desta tese tivemos que reconstituir os fundamentos teóricos da incontornabilidade do capital, formulados por Mészáros, na extensão de 870 páginas do *Beyond Capital*²¹, que constituem as partes I, II e III do livro²².

No decorrer da pesquisa, observamos que a questão da natureza incontornável do capital estava sempre presente e inter-relacionada com os demais temas abordados por Mészáros, quando analisa o modo de controle sociometabólico hierárquico e explorador do capital. Reconstituir, sob uma nova organização sintética, as determinações essenciais, e as conexões causais, que explicitam a incontornabilidade do capital, com base na leitura imanente do texto, a qual exige um mergulho na sua estrutura categorial que vai muito além de sua mera apresentação lógico-formal, foi nosso principal objetivo, com o escopo de nos manter rigorosamente fiéis à reprodução das idéias do autor e a sua maneira de expressá-las.

Diante disso, optamos pela elaboração de 5 capítulos, cujas temáticas se impuseram como fundamentais para a compreensão da incontornabilidade do capital e das implicações de seu agravamento para o futuro. Os conteúdos dos capítulos tiveram que contemplar, primeiramente, o conceito de capital utilizado pelo autor, sobre o qual ele desenvolve toda a análise da lógica autoreprodutiva do sistema, da sua saturação histórica sob efeito da crise estrutural, dos limites das formas políticas de controle e o caráter imanente da incontornabilidade do sistema. Em função da reconstituição das categorias que constituem tal complexo de relações causais, necessárias à explicitação da tese desenvolvida pelo autor sobre a incontornabilidade do capital, optamos por organizar os capítulos da seguinte forma: capítulo I - a conceituação da natureza do *capital*, capítulo II - análise da *crise estrutural* do capital e da ameaça destrutiva que ela expressa, capítulo III - o papel do *Estado* e sua função complementar ao sistema do capital, enquanto comando político em separado, capítulo IV - a crítica do reformismo social-democrata e, em decorrência desta, a colocação da necessidade atual e urgente de uma estratégia *ofensiva socialista* para o movimento do

²¹ O título – *Beyond Capital* –, de acordo com o prefácio redigido pelo autor, é portador de três significados: “ir além do *capital em si* e não meramente *além do capitalismo*”, ir além do projeto “inacabado” d’O Capital de Marx, e do projeto marxiano “articulado sob as circunstâncias da ascendência global da sociedade de mercado no século XIX”.(Mészáros,1995:xxi)

²² Vale salientar que nossa investigação pretende reproduzir apenas uma das polêmicas teses formuladas por Mészáros dentre as demais, tanto de natureza filosófica como sócio-política, existentes no *Beyond Capital*. O livro é composto por quatro partes (com 20 capítulos), um apêndice e um índice onomástico, totalizando 994 páginas.

trabalho, e, finalmente, capítulo V - a *incontrolabilidade* e a circularidade auto-reprodutiva do capital, e o fracasso de toda tentativa consciente de controle do capital, formulada seja pelos que vêem o mundo do ponto de vista do capital, seja do trabalho.

Diante da conclusão a que chega Mészáros – da total impossibilidade de controle do capital e, com a saturação do sistema, da ameaça que isso representa para a sobrevivência da humanidade –, seu estudo avança para a formulação de uma alternativa socialista, fundada em Marx, de superação radical do modo de metabolismo social dominado pelo capital, como único meio de se acabar com a exploração do trabalho, e, por conseguinte, de se “ir para além do capital”, e se constituir uma “nova forma histórica” que deve contemplar a reintegração da produção e do controle de todas as atividades da vida, a ser exercido pelos verdadeiros sujeitos da produção por meio da auto-administração dos produtores livremente associados.

De acordo com esses objetivos, Mészáros desenvolve as linhas gerais de uma teoria da transição para o socialismo que reivindica uma reformulação das estratégias originais de emancipação socialista, que se tornou necessária diante das mutáveis condições históricas dos últimos 150 anos. A questão da transição para o socialismo, no entanto, não foi abordada em função de tratar-se de um outro conjunto de discussões que extravasavam, em extensão e profundidade, o objeto delimitado para essa tese.

CAPÍTULO I

A CONCEPÇÃO MARXIANA DE CAPITAL, SEGUNDO
MÉSZÁROS

É de fundamental importância, para compreendermos a tese de Mészáros sobre a incontrolabilidade do capital e suas implicações para a reprodução social, que comecemos pelo seu conceito de capital e pelo modo como concebe o funcionamento do “sistema orgânico” do capital. Para Mészáros, há uma distinção fundamental entre capital e capitalismo: as experiências revolucionárias que marcaram o século XX seriam evidências de que a permanência do capital é totalmente possível em sociedades pós-capitalistas, em cujos processos de constituição as características definidoras do capitalismo tenham sido largamente alteradas. Como, também, se nos voltarmos aos séculos que antecederam a efetiva dominação global do capital sobre todas as atividades humanas, podemos encontrar formas primitivas transitórias de capital - o capital usurário e o capital comercial, já existentes desde a Antiguidade. Apoiando-se nos *Grundrisse*, Mészáros reconstitui o longo processo histórico de transformação dessas formas incipientes no capital dominante de hoje para enfatizar que “o capital ‘não é uma simples relação, mas um *processo*, em cujos vários momentos sempre é capital’²³ “. E, como em todo processo histórico-social, cada um dos momentos do capital se apresenta de forma variada, de acordo com as características das fases que marcam sua origem, desenvolvimento e maturidade plena. É esse processo que nos indica a progressiva constituição de sua natureza e o grau de controle que passará a exercer na produção social. Segundo Marx, o

“capital comercial é apenas capital circulante, e capital circulante é a primeira forma de capital; na qual ele *ainda não se tornou de modo algum o fundamento da produção*. Uma forma mais desenvolvida é *capital dinheiro, e juro dinheiro*, usura, cuja aparência independente pertence do mesmo modo a um estágio anterior.²⁴ ”

O capital, portanto, existe muito antes de sua forma capitalista, como também “todos os aspectos da forma plenamente desenvolvida do capital -- incluindo a mercantilização da força de trabalho, que é o passo mais importante para alcançar a forma

²³ K. Marx. *Grundrisse*, Penguin Books, Harmondsworth, 1973, p.258-259. (*apud* Mészáros: 609) – Todas as referências bibliográficas de autores citados por Mészáros, e utilizadas nessa tese, constarão em nota de rodapé. As referências específicas ao *Beyond Capital*, serão indicadas apenas com o número de página entre parênteses.

²⁴ K. Marx. *Grundrisse*, p.253. (*apud* Mészáros: 609)

mais desenvolvida, capitalista -- apareceram em algum grau na história muito tempo antes da fase capitalista, alguns deles milhares de anos antes.”(603)²⁵

O fato de Mészáros afirmar esta distinção entre capital e capitalismo, contudo, não o leva, de modo algum, a negar que, enquanto capital, ele mantenha, em todas as suas fases, desde a mais primitiva até a pós-capitalista, a “sua natureza mais profunda”. Isso não quer dizer, para nosso autor, que seja a-histórico, mas que a “invariabilidade do capital” se refere à sua natureza e às suas determinações mais essenciais, mas não “a seu modo e forma de existência sempre adotada historicamente”. Ele cita Marx (“ ‘A natureza do capital segue sendo a mesma em suas formas desenvolvidas como nas não desenvolvidas’ ”²⁶), para demonstrar que a permanência da “natureza mais profunda” do capital não implica na a-historicidade. Pelo contrário, em suas palavras, afirma não ter “a menor intenção de sugerir que o capital possa escapar das restrições e limitações da história, inclusive a delimitação histórica da duração de sua vida”. Tal historicidade, sabemos, corresponde a um “quadro de referência de uma ontologia social dialética fundamentada objetivamente, que não deve ser confundida com as variedades teológica ou metafísica da ontologia tradicional.” (112-113)

Nesse sentido, para Mészáros,

“O papel socialmente dominante do capital em toda a história moderna é óbvio. No entanto, é necessário explicar como é possível que, sob certas condições, uma dada ‘natureza’ (a natureza do capital) se desdobre e se realize — de acordo com sua natureza objetiva, com suas potencialidades e limitações inerentes — seguindo suas próprias leis internas de desenvolvimento (apesar até dos antagonismos mais violentos com as pessoas negativamente afetadas por seu modo de funcionamento), desde a forma subdesenvolvida até a forma da maturidade.” (113)

²⁵ As citações de *Beyond Capital* utilizadas nessa tese foram extraídas de traduções preliminares das edições (no prelo) para o português (Boitempo Editorial – São Paulo) e para o espanhol (Vadell Hermanos – Caracas, Venezuela), e da tradução do capítulo 2 publicada na *Ad Hominem* 1 – tomo I – Marxismo, 1999 (Edições Ad Hominem – Santo André, São Paulo). Exatamente por serem preliminares, as traduções exigiram constante verificação no original em inglês, que, por último, orientou as opções tomadas em relação a todos os problemas identificados.

²⁶ K. Marx. *Capital*, Foreign Languages Publishing House, vol.1, p 288. (*apud* Mészáros:112)

Essas “leis internas de desenvolvimento” próprias à “natureza mais profunda” do capital é que vão indicar sua linha de continuidade e apontar “os limites relativos e absolutos dentro dos quais o poder sempre historicamente ajustado do capital pode fazer-se valer transitoriamente ao longo de muitos séculos”.(113) Compreender essa dialética objetiva do histórico e transistórico implica também, de acordo com a análise de Mészáros, em conceber o processo de constituição da forma capitalista do capital como resultado de um longo processo “cumulativo”, não “uniforme”, de suas “formas de dominação historicamente precedentes”, tais como a divisão do trabalho, a família, o controle do processo de trabalho, as instituições de intercâmbio, as formas políticas de dominação, etc., as quais se “fundem em um novo sistema poderoso e coerente” sob a ação de um “*redimensionamento qualitativo* que engloba os antecedentes históricos do capital”.(133-134) Metodologicamente, temos aqui algo decisivo: trata-se de explicar o capital pelo seu processo histórico-genético, com o que nosso autor rejeita todas as tentativas burguesas de explicar o mundo “do ponto de vista do sistema do capital já desenvolvido” ou, então, de fundamentar uma “apologética eternizadora do capital”, segundo a qual “a dominação em si [seria] ‘natural’ e insuperável.” (137)

A história do desenvolvimento do capital, de suas fases mais primitivas até hoje, indica, segundo Mészáros, que o capital é um modo de controle e não um título legal de controle.(368) Expressa-se na propriedade constitucionalmente assegurada, mas não tem nela sua origem. Não se pode tratá-lo como uma “*entidade material*” ou “um *mecanismo neutro*” que possa estar na posse de um ou outro indivíduo aleatoriamente, pois o capital “é sempre uma relação social”. (717) Uma relação social fundada no trabalho social, no trabalho assalariado, cujo requisito histórico foi a completa separação – a quebra da unidade – do trabalho vivo e as condições objetivas de sua atividade produtiva. O capital encontra sua base de existência sobre a sujeição do trabalho vivo, ao mesmo tempo em que só pode apresentar-se como a contrapartida - como trabalho acumulado, objetivado e alienado - , do sujeito que trabalha. Ainda, segundo Mészáros,

“De fato, esta separação alienada e -- em relação ao sujeito que trabalha -- implacavelmente dominadora/’adversa’ constitui a própria essência do capital enquanto um modo de controle social. Assim, nenhum economista político ou filósofo que se identifiquem com o ponto de vista do capital pode concebivelmente divisar a reconstituição da unidade em questão, já que a última *ipso facto* implicaria

não apenas terminar com a regência do capital sobre a sociedade, mas simultaneamente também a liquidação do ponto de vista a partir do qual eles constroem seus sistemas teóricos.” (351-352)

O modo de controle instituído pelo capital só pôde se desenvolver quando transformou/submeteu todo trabalhador ao assalariamento, uma vez que este passou a se defrontar, na sociedade de mercado, “com o mais absurdo de todos os dualismos concebíveis: a oposição entre os *meios* do trabalho e o próprio trabalho *vivo*.” (352) O produto do trabalho passa a “ ‘confrontar o trabalho como poderes estranhos, independentes, enquanto valores – (...) – ao qual o trabalho vivo é um mero modo de sua própria preservação e expansão’.”²⁷(607) O dinheiro surge como a mediação necessária entre mercadorias que se trocam no mercado. Pois “ ‘o dinheiro não pode se tornar capital sem ser trocado por capacidade de trabalho vendida pelo próprio trabalhador’ ”. E, ainda, segundo Marx²⁸, o

“capital não é mais uma *coisa* do que o dinheiro o é. No capital, tal como no dinheiro, *relações sociais definidas entre pessoas* são expressas *como a relação de coisas* a pessoas, ou conexões sociais definidas aparecem enquanto *características sociais naturalmente pertencentes a coisas* ...” (607)

Essa forma burguesa de mistificação da verdadeira essência da reprodução social coloca o capital como o efetivo produtor da riqueza e regulador do metabolismo social. Mészáros chama a atenção para o círculo vicioso que se cria na autojustificação do capital como o único elemento produtivo, que, no entanto, não tem como prescindir do trabalho vivo como a substância do trabalho acumulado que lhe dá origem:

“A questão é que, sem entender a *perversa circularidade* do sistema do capital -- pelo qual trabalho enquanto trabalho *objetivado, alienado*, se torna capital e, enquanto *capital personificado*, confronta assim como domina o trabalhador -- não pode haver escapatória do círculo vicioso da auto-reprodução ampliada do capital enquanto o modo mais poderoso de controle sociometabólico jamais conhecido na história.(...) para ser capaz de romper o círculo vicioso do capital enquanto um

²⁷ K Marx. Economic Works: 1861-1864, MECW, vol.34, p.413. Itálicos de Marx.

²⁸ K.Marx, (*ibidem*:413).

modo de controle sociometabólico, é necessário confrontar o fetichismo do sistema em sua forma plenamente desenvolvida.”(606-607)

É do próprio trabalho vivo que vem a força histórica do capital. Nesse sentido, para Mészáros,

“do ponto de vista do capital enquanto um modo de controle, a questão importante é a necessidade de uma expropriação *que-assegure-a-acumulação* da mais-valia, e não sua forma contingente. Esta deve ser de qualquer modo modificada -- mesmo nos parâmetros estritamente capitalistas -- no curso da inexorável auto-expansão do capital, de acordo com as alteráveis intensidade e escopo da acumulação de capital praticamente possíveis sob as circunstâncias históricas dadas.” (368)

A relação da dimensão transistórica (*transhistorical*) de sua “natureza mais profunda” com suas formas historicamente particulares pode ser, agora, melhor compreendida. Para Mészáros, o capital, enquanto modo de controle metabólico social, adquire sua força e continuidade não por estar concentrado nas mãos de uma ou mais unidades privadas ou estatais, mas por fazer parte do próprio modo como se estrutura a ordem social. Seu domínio sobre o trabalho não se sustenta numa relação de titularidade legal ou jurídica, mas sobre a apropriação da mais-valia e, para isso, tem que exercer seu “poder determinante, materialmente encastrado, incorrigivelmente hierárquico e orientado-para-a-expansão do processo sociometabólico” sob todas as circunstâncias históricas.(493) Nesse sentido,

“a questão da dominação do capital sobre o trabalho, junto com as modalidades concretas de sua superação, devem ser tornadas inteligíveis em termos das *determinações material-estruturais* das quais emergem as mutáveis possibilidades de intervenção pessoal no processo de reprodução societária. Pois, paradoxal como possa parecer, o poder objetivo de tomada de decisão, e a correspondente autoridade não-escrita (ou não formalizada) do capital enquanto um modo de controle real, *precede* a autoridade estritamente delegada (isto é, os imperativos objetivos do próprio capital estritamente delegado e apenas contingentemente codificado) dos próprios capitalistas.”(368)

É esta afirmação, por Mészáros, da permanência da sua “natureza mais profunda” enquanto determinante do metabolismo sócio-histórico pela mediação da gênese, desenvolvimento e desaparecimento de suas formações histórico-particulares, que lhe abre espaço para a conclusão segundo a qual não é uma decisão individual e parcial, sem alteração das *determinações material-estruturais* do sistema do capital, que poderá contrapor-se ao modo de metabolismo prevalecente. O círculo vicioso da relação capital-trabalho é uma condição inexorável de sua auto-reprodução; possui uma lógica auto-referente que *precede* a vontade do capitalista, e se impõe sobre o trabalhador por meio de formas mutáveis de dominação. A dominação hierárquica e totalizante que exerce sobre o trabalho é uma condição ineliminável desse modo de controle metabólico. Enquanto permanecerem as condições materiais dessa dominação não desaparecerá o capital, e isso se aplica a todos os tipos de sociedade, pré-capitalista, capitalista, ou pós-capitalista, como insiste Mészáros.

Essa relação de dependência recíproca - o que não quer dizer equilibrada, pois o capital só existe por conta da exploração do trabalho, enquanto este pode manter sua atividade produtiva independente dele, como já ocorreu na história e pode novamente se apresentar como forma alternativa de sociabilidade – é imanente ao modo de controle metabólico do capital e encontra-se fundada nas diferentes, mas nunca intercambiáveis, funções desempenhadas pelo trabalho (produtor de mais-valia), e pelo capital (apropriador de mais-valia). Mészáros cita Marx²⁹, para quem a relação-capital constitui “ ‘uma *relação de compulsão*, cuja finalidade é extrair o trabalho excedente (...) – é uma relação de compulsão a qual não se apóia em quaisquer relações pessoais de dominação e dependência, mas simplesmente emerge da diferença nas funções econômicas.(...).’ ” Tal dependência não se funda na decisão pessoal de um ou outro envolvido, é uma condição que atua acima de suas cabeças, enquanto persistir a base material de exploração do trabalho, e a separação do trabalhador do controle das condições e produtos da produção. (607)

²⁹ K. Marx. Economic Works: 1861-1864, MECW, vol.34, p.426. Itálicos de Marx.

Para que o capital possa cumprir sua função de controle do metabolismo social, não basta submeter o trabalho: tem que garantir o exercício do total *comando sobre o trabalho*. Mészáros ressalta que

“naturalmente, as modalidades pelas quais este comando pode e deve ser exercido estão sujeitas às mudanças históricas capazes de assumir as formas mais desconcertantes. Mas a *condição absoluta* do comando objetivado e alienado sobre o trabalho -- exercido de modo indivisível pelo capital e por mais ninguém, sob quaisquer que sejam suas formas existentes e possíveis -- deve permanecer sempre. Sem ela, o capital deixaria de ser capital e desapareceria da cena história.” (609)

Argumenta nosso autor que mesmo nas experiências revolucionárias das sociedades pós-capitalistas, a despeito de todo discurso em contrário, essa *condição absoluta* de comando do capital sobre o trabalho prevaleceu sobre as tentativas iniciais de auto-administração dos trabalhadores. O poder do capital afirmou-se por meio de novas modalidades de comando, inviabilizando qualquer alternativa de poder compartilhado, ou, por fim, integralmente assumido pelo trabalho. É nesse sentido que Mészáros afirma que o “trabalho pós-revolucionário no seu modo imediatamente viável de existência (...) permanece diretamente atado à substância do capital, isto é, à existência material do último como a determinação estrutural vigente do processo de trabalho, e não à sua forma historicamente contingente de personificação jurídica.”(493)

Isto posto, Mészáros passa a explorar a relação entre a divisão do trabalho e o capital. Seu ponto de partida são as considerações de Marx segundo as quais o comando sobre o trabalho traz consigo uma série de conseqüências para o próprio trabalho. Uma delas é a gênese e desenvolvimento do trabalho combinado, que para Marx³⁰ implica em

“trabalho dos diferentes trabalhadores juntos à medida que eles são [*violentamente*] *combinados*, e não entram [voluntariamente] em combinação um com o outro. A combinação deste trabalho parece tão *subserviente* e conduzido por uma *vontade e inteligência estranhas* —tendo a sua *unidade viva* em algum outro lugar —quanto a sua unidade material parece subordinada à *unidade objetiva* da *maquinaria* (...).”(837)

³⁰ K. Marx. Grundrisse, Penguin Books, Harmondsworth, 1973, p.p 470-471.

Desse modo, conforme Marx³¹, o trabalhador se relaciona com

“seu próprio trabalho como uma expressão da sua vida que, embora pertença a ele, *lhe é estranha e coagida ... Capital*, portanto, é a existência do trabalho social —a combinação do trabalho *como sujeito assim como objeto* —mas *esta existência enquanto tal existindo independentemente e oposta a seus momentos reais* —conseqüentemente ela própria uma existência particular aparte deles. Por sua parte, o capital parece, então, como o *sujeito predominante* e dono do *trabalho alienado*, e sua relação é ela própria uma completa *contradição* como é a do trabalho assalariado.”(837)

O comando do capital sobre o trabalho opera, assim, uma “subversão” da relação sujeito-objeto. Não porque, de fato, o capital possa ser considerado como o efetivo sujeito da produção, uma vez que é apenas trabalho acumulado e não possui nenhuma existência independente do trabalhador alienado de seus meios de produção (os quais, por sua vez, são apenas trabalho anterior objetivado). Mas porque, na relação de dominação que estabelece com o trabalho alienado, usurpa do sujeito real da produção todo poder de decisão e substitui as necessidades humanas conscientemente definidas por seus “próprios ditames e imperativos materiais cegos” de autovalorização.(352) Entre tais “ditames e imperativos materiais cegos” está seu critério de produtividade, sempre orientado, segundo Marx³², pela “ ‘*compulsão para produzir trabalho excedente*, em trabalhar para além das necessidades do indivíduo’ ”.(130) Nesse contexto, como diz Marx³³, “ ‘o processo de trabalho mesmo só aparece como um meio para o processo de valorização, assim como o valor de uso do produto somente aparece como veículo de seu valor de troca.’ ”(129-130) Desaparece assim a prioridade da necessidade humana e da correlativa produção de valores de uso e, junto com elas, o poder de decisão dos trabalhadores sobre o conjunto de sua atividade sócio-produtiva.

O “sujeito que trabalha”, indispensável para a produção de riqueza, aparentemente deve ser um “sujeito livre” e soberano (“equivalente à personificação do capital”) para que

³¹ K. Marx,(*ibidem*:470-471).

³² K. Marx. Economic Manuscripts of 1861-63, MECW, vol.34. p.p 122. Itálicos de Marx.

³³ K. Marx, (*ibidem*: 398-399). Itálicos de Marx.

possa participar do “acordo contratual requerido” pelas relações burguesas. Mas, na “oficina despótica”, que funciona “sob a absoluta autoridade do pseudo-sujeito usurpador, o capital, (...) o sujeito real, o trabalhador” transforma-se “em um mero dente da engrenagem da máquina produtiva do sistema do capital.” (349) Ele se transforma de sujeito real da produção em um objeto manipulável pelo capital.

Como resultado dessa subversão,

“o sujeito real da atividade produtiva essencial é degradado à condição de um objeto facilmente manipulável, enquanto que o objeto original, e o momento anteriormente subordinado da atividade produtiva da sociedade, é elevado à posição da qual ele pode usurpar toda a subjetividade humana incumbida de tomar as decisões. O novo ‘sujeito’ da usurpação institucionalizada (ou seja, o capital) é de fato um pseudo-sujeito, já que é forçado por suas determinações internas fetichizadas a operar no interior de parâmetros extremamente limitados”. (352)

“Pseudo-sujeito” porque, ao negar ao indivíduo produtor o papel de sujeito da história, o capital se transforma em um novo sujeito, sob a condição absoluta de ser expressão de seus próprios “ditames e imperativos materiais cegos” – ou seja, ele próprio, enquanto novo sujeito, não é mais livre que o próprio trabalhador que submete à sua lógica. Por isso um pseudo-sujeito, pois é tão intensamente constrangido pela lógica da valorização do capital quanto o próprio operário. Nesse sentido, o capital não passa de um pseudo-sujeito, pois encontra-se totalmente subordinado aos parâmetros de sua própria valorização.³⁴ Ao capitalista resta apenas demonstrar sua competência enquanto realizador dos desígnios acumulativos e expansionistas do capital. Nas palavras de Mészáros:

“o capital degrada a mão-de-obra, sujeito real da reprodução social, à condição de objetividade reificada — mero ‘fator material da produção’ — e com isso derruba, não somente na teoria, mas na prática social palpável, o verdadeiro relacionamento sujeito/objeto. Para o capital, entretanto, o problema é que o ‘fator material da

³⁴ Para Marx, a “autovalorização do capital – a criação de mais-valia – é (...) o propósito determinador, dominador e subjugador do capitalista, a força impulsora e o conteúdo absolutos de sua ação (...). Este é um conteúdo totalmente miserável e abstrato, que faz com que o capitalista pareça estar tão sob o jugo da relação do capital como está o operário no extremo oposto, se bem desde um ângulo diferente.” K. Marx, (*ibidem*: 398-399). Itálicos de Marx. (*apud* Mészáros: 129-130)

produção’ não pode deixar de ser o sujeito real da produção. Para desempenhar suas funções produtivas, com a consciência exigida pelo processo de produção como tal — sem que o próprio capital deixe de existir — a mão-de-obra deve aceitar um outro sujeito acima, mesmo que na realidade este seja apenas um pseudo-sujeito. Para isto, o capital precisa de suas personificações que façam a mediação (e imposição) de seus imperativos objetivos como ordens conscientemente exequíveis sobre o potencialmente mais recalcitrante sujeito real do processo de produção. (As fantasias sobre a chegada do processo de produção totalmente automatizado sem trabalhadores são geradas como imaginária eliminação deste problema.)” (66)

As decisões a serem tomadas pelo capitalista – a personificação do capital – têm sua fundamentação em uma “consciência atribuída a este sujeito (...) localizada *fora* da cabeça dos particulares” atuantes.(612)

“Não importa quão desconcertante possam ser as formas nas quais as personificações do capital controlam o processo objetivo de reprodução, elas o controlam *em nome do* próprio *capital*. Por isso não deveriam ser consideradas equivocadamente como sujeitos do processo sociometabólico ‘em cujos vários momentos’ o capital enquanto tal é o real (por mais perversamente reificado) *sujeito em comando*, permanecendo ‘sempre capital’ mesmo em suas instâncias personificadas.” (619)

O fato do capitalista estar no comando, portanto, significa que se submete, rigorosamente, aos imperativos objetivos de um sistema que gera valor sem ser valor e que está intrinsecamente determinado pela, já referida, “*perversa circularidade* do sistema do capital”.(606) É nesse sentido, e apenas nesse, que Mészáros faz referência, logo no início da obra (cap.2), ao sistema do capital como um sistema de controle sem sujeito (“*subjectless system of control*”). Pois, segundo ele,

“como um modo de controle metabólico social, o sistema do capital é singular na história também no sentido de ser, para falar claramente, um sistema de controle *sem sujeito*. As determinações e os imperativos objetivos do capital sempre devem prevalecer contra os desejos subjetivos — para não mencionar as possíveis reservas críticas — do *pessoal* controlador que é chamado para traduzir esses imperativos

em diretrizes práticas. É por isto que o pessoal dos altos escalões da estrutura de comando do capital — quer pensemos em capitalistas privados ou em burocratas do partido — só pode ser considerado ‘personificação do capital’, independente do quão entusiasticamente eles possam ou não gostar de pôr em execução os ditames do capital como indivíduos particulares. Neste sentido, através da estrita determinação de sua margem de ação pelo capital, os próprios agentes (*agents*) humanos como "controladores" do sistema estão sendo de modo geral *controlados* e, portanto, em última análise, não se pode dizer que alguma agência (*agency*) humana auto-determinada esteja no controle do sistema.” (66)

O que está em questão não é se as decisões necessárias ao funcionamento contínuo do sistema são ou não tomadas pelas personificações do capital, mas se essas controlam o sistema ou, pelo contrário, são controladas pelas “exigências fetichistas do sistema do capital enquanto tal”. Mészáros não tem dúvidas de que esta última alternativa é a correta, nem que, sob a regência do capital, “esse modo peculiar de controle *sem sujeito* (...) é inevitável devido à radical separação da *produção* e *controle* no próprio coração do sistema.” (66)

Essa contradição entre sujeito e objeto, que destitui do verdadeiro sujeito as decisões sobre sua atividade, e por fim, sobre a constituição de sua própria história, utiliza-se das personificações do capital, e personificações do trabalho, para garantir a continuidade da valorização do capital. Não se trata de mera mistificação ideológica das desiguais relações econômicas, mas da necessidade objetiva de dominação de um trabalho reduzido a trabalho abstrato. Tal contradição é imanente à compulsão do capital à expansão — à sempre crescente extração do trabalho excedente — e, junto a esses requerimentos objetivos, temos a ineliminável submissão da subjetividade, totalmente alienada, reificada, e em confronto com sua humanidade. Uma vez mais, Mészáros se apóia em Marx³⁵ :

“A reprodução e *valorização*, isto é, *expansão*, dessas *condições objetivas* é simultaneamente sua reprodução e sua nova produção enquanto a riqueza de um sujeito estranho, indiferente a, e confrontando independentemente, a capacidade de trabalho. O que é reproduzido e novamente produzido é não apenas o *ser* dessas condições objetivas do trabalho vivo, mas *seu ser enquanto estranho* ao

³⁵ K. Marx..Economic Works: 1861-1864, p.245. Itálicos de Marx.

trabalhador, tal como confronta sua capacidade de trabalho vivo. As condições *objetivas* do trabalho ganham uma existência *subjetiva* contrária à capacidade de trabalho vivo -- o *capital* dá origem ao *capitalista*.”(619)

A personificação do capital, enquanto “ ‘valor egoísta’ – com sua subjetividade usurpada e pseudo-personalidade – que persegue sua própria auto-expansão”, pode assumir a imagem do capitalista ou do burocrata de partido (“equivalente pós-capitalista ao antigo sistema do capital”). Como, também, a personificação do trabalhador – trabalho “destinado a entrar numa relação de dependência regulada contratual/econômica ou politicamente com o tipo historicamente prevalecente de capital” – pode ser alterada na forma do trabalhador capitalista ou do trabalhador socialista.(617) O que importa, aqui, é desvelar a verdadeira relação causal que vai do capital à sua personificação e a permanente instabilidade de um sistema fundado no insuperável antagonismo estrutural com o trabalho. Para Mészáros,

“em todo contexto em que Marx se dirige a estes problemas ele deixa claro que *a relação causal vai do capital ao capitalista*, e não o contrário. Ele deixa igualmente claro que apenas os produtores livremente associados podem superar as contradições subjacentes. Pois a relação-capital enquanto tal está fundada na objetivação antagonisticamente alienada do trabalho social. Ao mesmo tempo, a relação-capital permanece instável, não importa quão maciças sejam nela as forças reproduzidas e progressivamente ampliadas, precisamente em vista desse seu insuperável antagonismo estrutural.” (619)

O sistema do capital, portanto, é ontologicamente incompatível com qualquer ordem de conciliação de interesses entre o trabalho e o capital (capitalista ou pós-capitalista), uma vez que o trabalho autodeterminado, através da reconstituição da unidade entre produção e controle, tornaria supérfluo e dispensável este comando estranho sobre o trabalho que é o capital. Os antagonismos que emergem dessa situação não se restringem apenas ao trabalho, mas se estendem também aos capitalistas particulares:

“tanto os capitalistas particulares como os trabalhadores individuais funcionam (...) como *personificações* do capital e do trabalho e têm que sofrer as conseqüências da dominação e subordinação implícitas na relação entre as personificações particulares e o que está sendo personificado. Assim, a lei do valor, por exemplo, que regula a produção de trabalho excedente, ‘aparece como imposta pelos

capitalistas um ao outro e sobre os trabalhadores – e por fim aparece como uma lei do capital que opera tanto ante o capital como ante o trabalho’.”³⁶(130)

Esta contradição ontológica entre o caráter histórico-social do capital e a humanidade, a alienação e seus “ditames cegos”, se expressa com particular agudeza no fato de os

“seres humanos [serem], ao mesmo tempo, absolutamente necessários e totalmente supérfluos ao capital. Se não fosse pelo fato de que o capital necessita de trabalho vivo para sua auto-reprodução ampliada, o pesadelo do holocausto da bomba de nêutrons certamente se tornaria realidade. Mas já que tal ‘solução final’ é negada ao capital, nós somos confrontados com as conseqüências desumanizadoras das suas contradições e com a crise crescente do sistema de dominação.” (686)

Desdobra-se, assim, uma dupla contradição: (1) “entre subjetividade e objetividade (ou seja, objetividade alienada perversamente assumindo a forma de sujeito que comanda), e (2) entre o individual e o social” - “entre o pseudo-sujeito geral que a tudo domina (o próprio capital) e suas exemplificações particulares (isto é, as personificações individuais do capital).” Esse “conjunto de contradições” expressa a própria essência do sistema do capital e “condensa e reproduz a si próprio na forma do *antagonismo estrutural* entre capital e trabalho.” Tais contradições atuam de forma totalmente integrada e interdependente, não deixando margem para que possam ser superadas separadamente, ou aliviadas “pouco a pouco” (“*little by little*”). E ainda mais: tal “conjunto de contradições” está, também, submetido aos efeitos da dinâmica auto-expansiva, e em escala sempre crescente, do sistema do capital, “assumindo proporções globais no curso do desenvolvimento histórico.” (620)

É esse complexo de determinações que particulariza – na história universal - tal dependência e antagonismo estruturais do capital e do trabalho abstrato, não havendo qualquer possibilidade da existência de cada um em separado. E, mais ainda, é com base nessa mesma contraditoriedade que o sistema do capital alimenta suas energias expansionistas, constituindo um “sistema orgânico”³⁷ que afirma a si próprio como um “processo de reprodução ampliada do capital”.(610) Tal “sistema orgânico” integra as

³⁶ K. Marx. Economic Manuscripts of 1861-1863, MECW, vol. 34. p.460.

“características definidoras essenciais de todas as possíveis formas do sistema do capital”, e, no seu interior, “as formas particulares de personificação do capital podem variar consideravelmente, contanto que as formas assumidas se moldem às exigências” fundamentais desse sistema orgânico: “a mais elevada extração praticável do trabalho excedente por um poder de controle separado”, “um processo de trabalho conduzido com base na subordinação estrutural hierárquica do trabalho aos imperativos materiais da produção orientada para a acumulação – ‘valor que se apegue a si mesmo’ (Marx)³⁸ - e para a contínua reprodução ampliada de riqueza acumulada.” (668) Tais exigências reprodutivas, se atendidas, assegurariam a possibilidade da permanência do capital mesmo em sociedades que se afirmam “socialistas”. Por isso, para Mészáros é mais apropriado chamá-las de pós-capitalistas, pois se o capital dá origem ao capitalista, não desapareceria com ele. Pela mesma razão, apenas visar “eliminar o antagonismo estrutural do sistema”, “enquanto seu processo dinâmico de reprodução for objetivamente sustentado”, como tentaram as propostas de “capitalismo do povo” ou a “acomodação e capitulação social-democrata”, resultou em completo fracasso no que se refere à superação do capital.(610)

Dentro desse quadro de referência estrutural, o sistema do capital “nada tem a temer do conflito”. Ao contrário, de acordo com nosso autor, “ele viceja nos conflitos e contradições, mesmo do seu próprio lado, entre a pluralidade de capitais, e é fortalecido pela afirmação com sucesso de seu poder e comando sobre o trabalho no curso de reproduzir o profundo antagonismo estrutural de seu sistema orgânico.”(610) O que poderia parecer sinal de vulnerabilidade do sistema a ser aproveitado por projetos alternativos de controle do metabolismo social constitui apenas a base de sua afirmação, enquanto um sistema orgânico. Pois o que expressa a natureza desse sistema orgânico é exatamente a integridade de sua totalidade, o que, para Mészáros (citando Marx³⁹), significa que “‘enquanto uma totalidade, tem seus pressupostos, e seu desenvolvimento para a sua

³⁷ Mészáros cita Marx para definir sistema orgânico: “Enquanto no sistema burguês completo toda relação econômica pressupõe cada uma das outras em sua forma econômico-burguesa, e tudo posto é, portanto, também um pressuposto, este é o caso com todo sistema orgânico. Este próprio sistema orgânico, enquanto uma totalidade, tem seus pressupostos, e seu desenvolvimento para a sua totalidade consiste precisamente em subordinar todos os elementos da sociedade a si próprio, ou em criar dela os órgãos que ainda carece. Historicamente é assim que ele se torna uma totalidade.” K. Marx. Grundrisse, p. 278. Itálicos de Marx.(*apud* Mészáros: 621)

³⁸K. Marx. MECW, vol.34, p.413.

³⁹K. Marx. Grundrisse, p.278.

totalidade consiste precisamente em subordinar todos os elementos da sociedade a si próprio’ ”. (621)

Qualquer tentativa de quebrar seu antagonismo com o trabalho, ou de se instituir um controle sobre apenas parte de seu sistema orgânico, sem que junto a isso se reestruture alternativamente toda a lógica reprodutiva do sistema - o que implica criar “um novo ‘sistema orgânico’ – genuinamente socialista e sustentável” (621) - , só pode resultar em fracasso, ou em mistificação reformista.

“Uma vez que o capital cesse de dominar e explorar implacavelmente o trabalho - como gostaria a noção fictícia do ‘trabalho participativo compartilhar poder com o capital’, projetando uma forma ‘iluminada’ do capital e seu cuidado ‘mercado social’ como a estrutura de uma feliz relação futura - ele perde suas habilidades em controlar completamente o processo sociometabólico.”(610)

Não nos esqueçamos que a substância do capital revela-se exatamente no exercício de um poder e controle determinantes, “materialmente encaastado, incorrigivelmente hierárquico e orientado-para-a-expansão do processo sociometabólico”.(493) Esses pressupostos devem vigorar simultaneamente, pois, de outra forma, inviabilizariam o próprio metabolismo social como hoje é constituído. É sua dinâmica expansiva que é a “real força motriz” do sistema. É ela que impõe ao capital a busca ilimitada de desenvolvimento e exige o seu controle absoluto sobre a totalidade social. É nessa necessidade econômica objetiva de incessante acumulação e crescimento expansivo que se fundamenta a impossibilidade do capital abrir mão do (ou mesmo atenuar o) controle totalizante que exerce sobre seu antagonista estrutural, pois só assim lhe pode impor um grau sempre superior de produção de trabalho excedente. O que, para Mészáros, significa dizer que “o *imperativo expansionista* do sistema (...) não pode se reproduzir com sucesso a menos que o possa fazer em uma escala constantemente ampliada.”(779)

Este imperativo de acumulação e expansão vai muito além da “variedade *capitalista* do sistema do capital”, e, por conseguinte, da “motivação (natural) do lucro” do capitalista individual. Na verdade, a “motivação do lucro” é a consequência e não a causa das “determinações internas do sistema”. Por essa razão,

“o imperativo da expansão dirigida-para-a-acumulação pode ser satisfeito em circunstâncias sócio-econômicas outras, não apenas sem a subjetiva ‘*motivação do lucro*’, mas até mesmo sem a exigência objetiva de *lucro*, que acontece ser uma necessidade absoluta apenas na variedade *capitalista* do sistema do capital. A exigência de *acumulação* não deveria ser confundida com a necessidade de *lucro*.”(780)

A acumulação do capital, ao encontrar disponíveis as condições necessárias (1.“a *separação e alienação das condições objetivas* do processo de trabalho do próprio trabalho”; 2.“a *imposição* de tais condições *objetivas e alienadas* sobre os trabalhadores enquanto um poder separado que exerce *comando sobre o trabalho*”; 3.“a *personificação do capital* enquanto ‘*valor egoísta*’”; e, 4.“a equivalente *personificação do trabalho*”) da relação-capital, não necessitou do capitalista ou da necessidade do lucro para assumir a forma histórica da “acumulação socialista”, baseada na “extração politicamente controlada de trabalho excedente”, como ocorreu nas economias dos países do bloco soviético.(617) Condição essa possível no passado, e no futuro, na medida em que, como nos alerta Mészáros, não é impossível que haja uma

“reviravolta nos eventos por meio dos quais o sistema do capital em crise profunda -- sempre necessitando uma maior intervenção estatal para administrar a crise -- seja forçado a adotar um modo (ou até mesmo vários modos diferentes) de reprodução, na qual o espaço para a função controladora da ‘*motivação do lucro*’ pessoal seja extremamente reduzido.” (780)

Em suma, o capital encontra as maneiras mais variadas de contornar as dificuldades históricas impostas ao seu livre desenvolvimento expansionista, não importando por quais metamorfoses tenha que passar, ou quais formas políticas tenha que adotar. As tentativas históricas de alteração da relação-capital, seja por meio da intervenção política social-democrata direta, seja pela extração política do trabalho excedente da reprodução ampliada socialista, não tiveram sucesso, entre outras razões, porque, no primeiro caso, focalizaram as transformações na esfera da negociação política e no poder compartilhado com o capital, e, no segundo caso, sem alterar a substância da base material do sistema de acumulação, fizeram uso do domínio político do Estado sobre o trabalhador socialista para submetê-lo a

novas formas de exploração. O resultado não poderia ser de outra natureza, segundo a análise de Mészáros, uma vez que, para ele,

“a regência do capital sobre o trabalho é fundamentalmente *econômica*, não política em seu caráter. Tudo que a política pode fazer é fornecer as ‘garantias políticas’ para a continuação da regência já materialmente estabelecida e estruturalmente enraizada. Conseqüentemente, a regência do capital não pode ser quebrada no nível da política, apenas as garantias de sua organização *formal*.” (472)

Mészáros afirma, assim, que para os desafios históricos da transição para o socialismo, a necessidade primordial é quebrar, nas palavras de Marx ⁴⁰, “ ‘a regência econômica do capital sobre o trabalho’ ”, e todas as condições que a sustentam.(472) Exercer permanentemente o *comando objetivado e alienado sobre o trabalho*, de acordo com a análise desenvolvida por Mészáros, é uma “condição crucial para a existência e funcionamento do capital”. Tal “comando” só pode ser “exercido de modo indivisível pelo capital e por mais ninguém, sob quaisquer que sejam suas formas existentes e possíveis (...). Sem ela, o capital deixaria de ser capital e desapareceria da cena história.” (609) A necessidade de se quebrar a regência econômica do capital implica, por outro lado, em eliminar igualmente as condições requeridas à dominação sobre o trabalho, pois do contrário, o capital reapresenta-se através da habilidade de

“prontamente mudar a *forma do seu domínio* por tanto tempo quanto estas quatro condições básicas [mencionadas acima] -- que são constitutivas de seu ‘sistema orgânico’ e compatíveis com todos os tipos de transformação de detalhes sem alterar sua substância -- não forem radicalmente superadas através da formação de um *sistema orgânico* alternativo, genuinamente socialista.”(617)

Para nosso autor, portanto, não se tem como contornar, na perspectiva de uma alternativa radical à dominação do capital sobre o trabalho, tal ordem de problemas e tal lógica de acumulação e expansão. Não há lugar para propostas de controle progressivo e gradual, pois como disse Mészáros, seu poder é exercido de “modo indivisível”. Mesmo se tratando de “assuntos de menor importância”, é inexorável a necessidade de superar o capital em todos os seus aspectos, pois, “caso contrário o seu modo de reprodução

⁴⁰ K. Marx. The Civil War in France, Foreign Languages Press, Peking, 1966, p.229.

sociometabólico que a tudo domina” inevitavelmente se auto-reconstitui. Essa capacidade de auto-reconstituição está vinculada ao

“processo de autoconstituição circular do capital e [à sua] auto-reprodução ampliada em sua forma mais desenvolvida. Qualquer tentativa de ganhar controle sobre o capital tratando-o como uma ‘coisa material’ ligada a uma ‘relação simples’ com seu proprietário privado -- ao invés de instituir uma alternativa sustentável ao seu processo dinâmico ‘em cujos vários momentos é sempre capital’ -- pode apenas resultar em fracasso catastrófico.” (609-610)

Como já visto acima, “o capital ‘não é uma simples relação, mas um *processo*, em cujos vários momentos sempre é capital. ... a troca não permaneceu com o pôr formal de valores de troca, mas necessariamente avançou para a sujeição da própria produção ao valor de troca.””⁴¹ Sem o reconhecimento de seu poder auto-constituente, que ultrapassa toda jurisdição legal que se lhe pretenda impor, não há possibilidade de sucesso em sua superação, muito menos no que se refere à restituição do “poder alienado de comando sobre o trabalho ao próprio trabalho”.(609-610)

Mészáros cita Marx⁴² para descrever o processo original de autoconstituição do capital:

“o processo no qual dinheiro ou valor-por-si-próprio originalmente se torna capital pressupõe a *acumulação primitiva* pelo proprietário do dinheiro ou mercadorias, que ele alcançou enquanto um *não capitalista*, quer seja pela economia ou pelo seu próprio trabalho, etc. Portanto, enquanto os pressupostos para a transformação do dinheiro em capital aparecem como *pressupostos* dados, externos para a emergência do *capital*, tão logo quanto o capital se transforma em capital, cria seus próprios pressupostos, a saber, a posse das condições reais para a criação de novos valores sem *troca* -- pelo seu próprio processo de produção. Estes *pressupostos*, que originalmente aparecem como pré-requisitos de seu devir, e que, portanto, não poderiam surgir de sua *ação* enquanto *capital*, agora aparecem como resultados de sua própria realização, realidade, tal como posta em existência por ele, não como *condições de sua emergência*, mas como *resultados de seu próprio ser*.”(609)

⁴¹ K. Marx. Grundrisse, p.258-259. Itálicos de Marx.

⁴² K. Marx. Economics Works: 1861-1864, p.235. Itálicos de Marx.

Para Mészáros, é “assim que o capital se torna verdadeiramente *causa sui*: ‘sua própria causa’, se reproduzindo como um poder o qual deve ser transcendido em *todos* os seus aspectos precisamente devido ao seu poder autoconstituente (...) de *causa sui*.”(609-610)

O capital só pôde atravessar os séculos (“sua origem retroagindo pelos menos tão longe quanto as antigas Grécia e Roma”) e evoluir para sua forma mais desenvolvida e universal por operar eficientemente essa circularidade auto-referente, não poupando recursos para deslocar todas as barreiras colocadas no caminho de seu imperativo de expansão, “desde obstáculos naturais às fronteiras culturais e nacionais”. Pois, como afirma Mészáros,

“é da natureza do capital não reconhecer qualquer medida de restrição, não importando o peso das implicações materiais dos obstáculos a enfrentar, nem a urgência relativa (chegando à emergência extrema) em relação à sua escala no tempo. A própria idéia de “restrição” é sinônimo de *crise* no quadro conceitual do sistema capitalista. A degradação da natureza ou a penúria da devastação social não têm qualquer significado para seu sistema de controle metabólico social, em relação ao imperativo absoluto de sua auto-reprodução numa escala cada vez maior. É por isto que, durante o seu desenvolvimento histórico, o capital não simplesmente aconteceu de superar-se a si mesmo em todos os planos – incluída sua relação com as condições básicas da reprodução metabólica social – senão que estava destinado, mais cedo ou mais tarde, a fazê-lo.” (173)

O capital enquanto *causa sui* não significa cancelar sua imanente contraditoriedade. Pelo contrário. Ao constituir-se como *causa sui*, não faz mais que expressar, em um novo patamar, a contradição entre o fato de ser uma criação humana e substituir os próprios homens enquanto sujeitos imediatos da história. Nesta dimensão, por tratar-se de uma relação entre o capital e seu antagonista estrutural, o trabalho, bem como por necessitar da subjetividade de suas personificações individuais para a execução de sua vontade alienada e auto-imposta, superar as barreiras ou limites devidos a cada circunstância histórica implica em problemas econômicos e políticos de toda ordem. Em primeiro lugar, tem que se afirmar sobre essas subjetividades, não apenas *sobre* sua força de trabalho, mas também *como* uma “multiplicidade de capitais”, em permanente conflito com o trabalho e entre suas

personificações particulares, motivadas pela concorrência. Apesar de todo arsenal ideológico utilizado para perpetuar a submissão, o trabalho historicamente a ela resistiu com os meios a seu alcance (desperdício de material, danificação de maquinário, lentidão na produção, greves brancas, etc.). Por isso, o capital constantemente tem que atualizar seus mecanismos de imposição e vigiar as formas de manifestação do trabalho recalcitrante para poder garantir a continuidade da ordem estabelecida. O que determina a instabilidade desse poder autoritário e hierárquico do capital sobre o trabalho recalcitrante é, em última análise, a ineliminável presença da contradição entre o sujeito e o objeto do processo de produção.

Em segundo lugar, o capital tem que exercer seu poder homogeneizador sobre toda ordem de conflito, seja originado no trabalho, seja em seus “próprios componentes plurais”, pois, do contrário, não conseguiria realizar seu potencial totalizador e fazer predominar suas leis.(803) Para o capital manter “seu poder regulador substantivo sobre o metabolismo social” necessita fazer uso das personificações do capital adequadas a cada circunstância histórica. Por instituir uma “economia de comando” o capital necessita dos “sujeitos particulares controladores enquanto personificações do capital – que devem responder tanto ao desafio geral do antagonismo estrutural e quanto de suas manifestações necessariamente específicas” - e de sua “vontade combativa” que os capacita a “cumprir as funções a eles designadas”.(614) Essa “vontade combativa” das personificações do capital expressa-se também na necessidade de se “manter o trabalho recalcitrante sob o controle de uma ‘vontade estranha’. Tal ‘vontade estranha’, em qualquer de suas variedades viáveis apropriadas às circunstâncias, é absolutamente insubstituível na operação de um *sistema antagonista (adversarial system)*, quando o comando do trabalho é objetivamente alienado do trabalho.”(616)

Segundo Mészáros, esse princípio antagonista do processo de produção é determinante na configuração do sistema do capital, e sobrepõe-se ao princípio de “racionalidade instrumental” do “cálculo econômico” que poderia, aparentemente, orientar o sentido de seu desenvolvimento. Desse modo - considerando as personificações do capital -, “sua racionalidade no domínio da busca econômica pelo capital da auto-reprodução ampliada em geral, assim como em relação ao sucesso econômico dos seus empreendimentos particulares, está estritamente circunscrita pela necessidade de reproduzir seu *comando sobre o trabalho* -- localmente e na sociedade mais ampla“. Não é por outra

razão que Mészáros relaciona o fracasso de muitas experiências revolucionárias ao fato de subestimar-se tal relação vital de comando sobre o trabalho (e a divisão hierárquica do trabalho que lhe corresponde), e de se acreditar que com a mera “expropriação dos expropriadores”, poder-se-ia eliminar o sistema do capital para sempre. (614)

O cerne da questão, no estudo desenvolvido por Mészáros em *Beyond Capital*, encontra-se na necessária e inevitável quebra dessa relação de comando alienado sobre o trabalho como o requisito de qualquer projeto socialista alternativo de sociedade com mínimas possibilidades de sucesso. Por essa razão,

“se não for radicalmente superado este princípio estruturador no curso de uma articulação prática viável do projeto socialista -- que prevê o controle da reprodução sociometabólico através das autodeterminações autônomas dos produtores associados -- o capital está destinado a reafirmar seu poder e encontrar as novas formas de personificação requeridas para manter o trabalho recalcitrante sob o controle de uma ‘vontade estranha’.” (616)

Exercer controle sobre o capital é algo impensável no quadro de referência estrutural do seu sistema orgânico. Esta incapacidade radical e absoluta que se apresenta como impossibilidade de controle do capital, se manifesta, embora de maneira distinta, nos dois pólos das personificações necessárias ao pleno desenvolvimento do sistema. Na personificação do trabalho tem sua fonte de valorização, cuja produção de trabalho excedente deve ser crescentemente estimulada com o uso de processos e tecnologias que são, em última instância, poupadores de trabalho. Se, na produção, poupa-se trabalho com um, ao menos no primeiro momento, aumento de produção de mercadorias, na esfera da circulação necessita-se de maior consumo e de mais consumidores, que, no entanto, se tornam mais escassos, vítimas do desemprego estrutural. Um paradoxo, então, está criado, com graves conseqüências para a continuidade do sistema, tendo em vista sua lógica de acumulação e ilimitada necessidade de expansão. Esse constitui, para Mészáros, o nó górdio da atual crise estrutural do capital, como veremos no capítulo II.

Além disso, na relação de suas personificações particulares com a lógica global do sistema, atua outro conjunto de contradições. Por um lado, a “irracionalidade” e o “caráter anárquico” do todo se opõem às “antecipações racionalmente coerentes e as ações

corretivas em termos das quais as personificações particulares do capital têm que cumprir o seu papel no sistema”.(804) O fato de se constatar a existência de uma “racionalidade capitalista”, como gostam de mencionar os ideólogos burgueses, não aumenta em nada o poder de sua ação sobre a totalidade do sistema, uma vez que possui um efeito apenas parcial e de curto prazo, restrito à esfera das decisões individuais de capitalistas particulares, o que, nas palavras de Mészáros, significa que “as personificações particulares do capital não possuem a visão racional do todo, apenas a racionalidade parcial exigida para mover seus limitados empreendimentos produtivos”.(612)

Essa ação corretiva é permanentemente acionada quando, por alguma razão, o sistema é ameaçado por forças adversas. Em diversos momentos da história, as decisões dos capitalistas particulares tiveram que ser reorientadas no sentido de uma opção de exploração mais “racional” , de “custo efetivo” mais favorável. Mészáros lembra a instituição do neocapitalismo e do neocolonialismo, na seqüência do esgotamento “das versões anteriores de dominação colonial/militar direta.” Lembra, também, o delineamento de uma “nova racionalidade”, “em resposta ao desafio apresentado pelo desenvolvimento do movimento socialista, (...) como uma forma de auto-defesa e um modo de contra-atacar ou neutralizar os ganhos do seu adversário.” Aqui, diferente do aparente paradoxo produtor-consumidor gerado pela relação-capital, as reações “racionais” das personificações do capital atendem aos interesses da classe dominante como um todo, que só assim pôde compensar “a perda de vastas áreas do planeta -- a União Soviética, a China, Europa Oriental, partes do Sudeste Asiático, Cuba, etc. -- e internamente fortaleceu sua posição através da invenção e administração com sucesso da ‘economia mista’, do ‘estado de bem-estar’ e da política do ‘consenso’. “ É assim que a instituição dessa “nova racionalidade”, ainda que internamente inserida na totalidade anárquica e irracional do sistema do capital, pôde estender “significativamente seus limites anteriores”. (451-453)

O fato das personificações do capital realizarem com sucesso as “antecipações racionalmente coerentes e as ações corretivas” não quer dizer que não reconheçam também a irracionalidade do sistema. A “irracionalidade do sistema como um todo deve ser simultaneamente tanto reconhecida como negada” pelo sistema. (612)

Marx, ao sublinhar a característica de “irracionalidade” e o “caráter caótico” do capital, não estava tratando, segundo Mészáros, de

“determinações absolutas, mas como fatores relativos e *tendenciais*, afetando a relação das *partes* com o *todo*, assim como a contradição entre as medidas *imediatas* e suas conseqüências *de longo prazo*. Neste sentido, a racionalidade parcial e de curto-prazo nunca foi negada ao capital; apenas a possibilidade de uma integração com sucesso e duradoura das determinações parciais em um todo abrangente, o que evidentemente é uma questão de *limites*.” (451)

A irracionalidade do capital, expressa nessa impossibilidade “de integração com sucesso e duradoura das determinações parciais em um todo abrangente”, pode ser melhor compreendida se nos detivermos na questão das finalidades das escolhas empreendidas. Não podemos nos esquecer que a substância do capital, como antes acentuou Mészáros, citando Marx⁴³, “é nada mais que ‘*a objetivação do trabalho alienado, valor que confronta independentemente a capacidade de trabalho*’.” Desse modo, por conta da dependência e subordinação que impõe ao trabalho para se reproduzir, não está isento de ser absolutamente parcial ao tomar qualquer decisão que afete o destino da humanidade, mesmo quando a sobrevivência desta esteja em jogo. E a categoria da finalidade (“para quem, a que preço” e dentro de quais referenciais “a auto-expansão inexorável do capital ‘tem ou não sentido’”) está estreitamente associada à racionalidade e eficiência do sistema alegadas por seus apologetas. (809) Desse modo,

“à medida que o capital pode, e o faz, adquirir consciência e vontade pelas personificações do capital, pode somente julgar preconceituosamente as questões, com distorção no final das contas fatais, em seu próprio favor. Pré-julgamentos distorcidos do rumo a ser seguido devem ocorrer tanto no interesse do capital em geral, enquanto o totalizador do intercâmbio sociometabólico, como em relação aos interesses parciais da pluralidade de capitais e das personificações particulares do capital. O julgamento exigido não pode se basear nos interesses de todos os membros de uma sociedade historicamente dada (inclusive os trabalhadores particulares), para não mencionar os interesses do trabalho como uma classe, cuja alternativa hegemônica ao existente contradiz diametralmente a ordem dada.” (809)

Não se trata, portanto, de uma “racionalidade” que esteja acima do ponto de vista de classe. Mészáros faz questão de acentuar, na continuidade da passagem acima, que “a

⁴³ K. Marx, MECW, vol.34, p.423.

determinação do que ‘tem sentido’ só pode ser feita com base nas relações de poder prevalentes, conforme os ditames materiais da contínua auto-expansão do capital.” O que ‘tem sentido’ para o capital tem que estar de acordo com sua auto-reprodução ampliada, mesmo que para isso tenha que levar às últimas conseqüências sua irracionalidade e seu poder destrutivo, como quando caminha em direção à restrição e não à expansão de seus elementos vitais ao eliminar enormes contingentes de pessoas - sua própria fonte de valor, colocando em risco a sustentabilidade do sistema. A racionalidade do capital é tão irracional que, para ela, pode ser absolutamente “racional” e “ter sentido” destruir seu próprio fundamento ontológico, qual seja, “a *dominação do trabalho e compulsão para a exploração* que devem *necessariamente* ser exercidas para extrair o trabalho excedente.” (810)

A natureza contraditória da “racionalidade” do capital se expressa, também, na dinâmica de seu desenvolvimento histórico, que nada tem de linear ou homogêneo, mas está fundada na atuação de tendências e contra-tendências, as quais, sempre, permanecem sob a orientação do imperativo expansionista do sistema, sendo este um limite intransponível. É por isso que, com base em Marx, Mészáros argumenta que só se pode falar em leis tendenciais e não em leis naturais de desenvolvimento, uma vez que as leis são freqüentemente contrapostas por “poderosas contrapartidas”- contra-tendências que nem por isso tornam o sistema menos universal e totalizador. (382) No mesmo sentido da relação entre a irracionalidade do todo e a racionalidade parcial das unidades particulares de capital, é a natureza contraditória imanente do capital que explica a inter-relação entre tendência e contra-tendências. Para Mészáros,

“cada tendência principal desse sistema de produção e distribuição só se faz inteligível se levarmos plenamente em conta a *contra-tendência* específica à qual a tendência em questão é objetivamente ligada, mesmo quando, no relacionamento entre elas, um dos lados das interdeterminações contraditórias necessariamente predomina, de acordo com as circunstâncias sócio-históricas prevalentes. Assim, a tendência do capital ao *monopólio* é contrabalançada pela *concorrência*: igualmente, a *centralização* pela *fragmentação*, a *internacionalização* pelos *particularismos nacionais* e regionais, o *equilíbrio* pela *quebra do equilíbrio* etc.”(560)

Se acompanharmos a história do desenvolvimento do sistema do capital, podemos observar que a prática do monopólio se justapõe à defesa do espírito concorrencial, da liberdade típica do individualismo burguês. No período da criação dos grandes impérios capitalistas, o *monopólio* foi o único meio possível de assegurar os recursos e a força necessários para a conquista dos novos mercados coloniais. Essa tendência monopolista das grandes nações colonizadoras, “no período médio da expansão capitalista”, foi substituída pelo “predomínio de feroz *competição* (e às concomitantes medidas antimonopolistas do estado capitalista)”, muito mais conveniente ao desenvolvimento expansivo do sistema à época. “Mas isto apenas ocorre para ser novamente revertido (...) no século XX e particularmente nas últimas décadas, em favor de monopólios gigantescos, enquanto mantém, com completa hipocrisia, a retórica altissonante da competição como legitimação última do sistema da iniciativa privada.” O que se observa hoje, “à medida que o sistema do capital avança historicamente em direção a seus limites estruturais últimos enquanto sistema de produção”, é a predominância do *monopólio* sobre a *concorrência*. (562)

O mesmo é válido para o conjunto das demais características do desenvolvimento do sistema do capital global. A questão da relação entre *nacionalização* e *privatização* é bastante atual. Os parâmetros estruturais do sistema comportam a ambas, a depender da contingência histórica mais adequada à manutenção do curso e do crescimento da acumulação. Houve momentos em que foi preciso nacionalizar grandes empresas como forma de transferência de prejuízos ao Estado, para logo, em momento posterior, depois de saneadas, serem novamente devolvidas à iniciativa privada, agora cada vez mais ansiosa por estender seus espaços, no mercado altamente monopolizado, por meio da privatização. (562)

Reconhecer a relação dialética entre tendências e contra-tendências, as quais “ao menos temporariamente -- podem deslocar ou mesmo reverter as tendências correntes”, não implica em qualquer relativismo teórico. A permutabilidade entre elas está inserida no contexto do desenvolvimento global do sistema que, justamente pela ação de seus elementos conflituais, possibilita a continuidade do sistema como um todo. Não se trata de conflitos neutralizadores, mas, sim, impulsionadores do desenvolvimento capitalista.(382)

Nas palavras de Mészáros:

“o resultado das permutas conflituais das várias tendências e contra-tendências é determinado pela sua configuração global, com base nas características objetivas de cada uma. O relativismo teórico neste aspecto pode ser evitado apenas com referência aos *limites últimos* (ou seja, a natureza imanente) do próprio capital, os quais determinam a tendência *global* (ou ‘totalizante’) das mais variadas manifestações do capital. Mas esta tendência global só pode prevalecer -- com suas características objetivas e força determinante -- através das próprias interações múltiplas e conflituais.” (382)

Compreender o desdobramento dessa relação entre tendências e contra-tendências na história e a maneira como se estrutura exige, para Mészáros, é necessário adicionarmos à análise duas qualificações esclarecedoras: a operação da lei de desenvolvimento desigual e as determinações internas das tendências enquanto tais.

A lei do desenvolvimento desigual, expressa, em última análise, o fato de as tendências mais características do sistema do capital atuarem de “maneira muito diversa nas diferentes partes do mundo, dependendo do nível mais ou menos avançado de desenvolvimento dos capitais *nacionais* dados, bem como da posição mais ou menos dominante destes últimos no interior da estrutura do capital *global*.” (561)

É, assim, que, de acordo com Mészáros, pode ocorrer

“que *um dos lados* da tendência/contra-tendência objetivamente interligados *predomine* em *um país*, ao passo que o *outro* prevaleça em um *país diferente*. Basta pensar nas extremas dificuldades, na ‘frugalidade’ e na ‘apertada de cinto’ a que foram sujeitas as classes trabalhadores brasileiras e mexicanas, entre outras, desde o esgotamento dos respectivos ‘milagres’ de desenvolvimento expansivo, enquanto os Estados Unidos em particular, e os países capitalisticamente avançados do ocidente em geral, têm de continuar desperdiçando enormes quantidades de recursos sob a pressão da taxa decrescente da utilização. Não obstante, deve-se sublinhar, ao mesmo tempo, que só se pode falar da *pre*-dominância de um dos lados interligados desta lei tendencial, à medida em que - por mais absurdo que isto seja - mesmo no ‘mundo subdesenvolvido’, os setores capitalisticamente avançados não podem escapar aos imperativos da produção perdulária no presente momento histórico, dado o caráter globalmente interligado do sistema do capital.” (561)

A segunda qualificação da relação das tendências e contra-tendências se refere às “determinações internas” de cada tendência enquanto tal. Nesta esfera, em se tratando das “determinações interiores das várias tendências enquanto tais, bem como ao seu peso relativo na totalidade dos desenvolvimentos capitalistas”, “elas (...) possuem uma lógica imanente própria de acordo com a qual se desdobram através *da história*”. E, ao se “desdobrarem através da história”, se constituem nas mediações através das quais a própria continuidade histórica se efetiva – o que significa, ao mesmo tempo, que, enquanto mediações, “circunscrevem objetivamente os *limites* do desenvolvimento capitalista.” (561) Portanto, enquanto determinadas pela totalidade do sistema orgânico, são expressões determinadas dos limites últimos do próprio sistema e, nesta medida e sentido, exercem uma ação de retorno sobre a totalidade que as determina predominantemente.

Em outras palavras, a especificidade de cada tendência não tem menor relevância que a relação entre umas e outras, mas são exatamente as determinações internas de cada uma que indicam o campo possível de sua predominância numa ou noutra conjuntura histórica.

“Nesse sentido, enquanto a reciprocidade dialética das múltiplas interações tendenciais define as características de qualquer tendência ou contra-tendência particulares, enquanto *relativas* à configuração *global* das forças e determinações sociais dadas, não se pode falar de *relativismo* histórico (...). Pois, em cada caso, *um* dos lados (ou um dos aspectos principais) das várias tendências mencionadas acima afirma-se como *dominante* -- isto é, na terminologia de Marx, constitui *übergreifendes Moment* (o momento predominante) do complexo dialético em foco -- através da *trajetória global* do desenvolvimento capitalista. Isto é assim apesar do fato que (considerados nos termos de sua própria história particular) podem apresentar grandes variações, e mesmo inversões completas, entre uma fase e outra da história capitalista global.” (561-562)

Não é por outra razão que quando, como já vimos, atuam simultaneamente duas tendências contrapostas, a longo prazo, pode ser observado a predominância de uma em relação à outra. Assim é que o “MONOPÓLIO tende a prevalecer sobre a CONCORRÊNCIA, à medida que o sistema do capital avança historicamente em direção a seus limites estruturais últimos enquanto sistema de produção.” Da mesma forma, quando

se trata da relação da “*centralização versus fragmentação, o übergreifendes Moment é a primeira*”.

A dialeticidade da definição das características predominantes do desenvolvimento histórico do sistema do capital nos ajuda a precisar a enorme capacidade que o capital, ou suas personificações, tem de contornar os problemas resultantes de sua própria natureza contraditória, evitando que até hoje tenha se defrontado com seus limites estruturais últimos. Através da utilização da tendência que no momento mais o favoreça o capital possibilita a continuidade do sistema e o conseqüente desenvolvimento das forças produtivas, demonstrando, assim, para além dos seus limites imediatamente identificáveis, ter grande “habilidade (...) em deslocar suas contradições” e em “ajustar suas estratégias (...) quando a alteração na correlação de forças assim exige, para colocar as tendências que estão surgindo para seu próprio uso.”(383)

Com tais “transformações mediadoras”, que temporariamente promovem uma reacomodação de suas contradições imanentes e elevam os limites relativos a um novo patamar, o sistema do capital tem conseguido deslocar suas contradições. Hoje, contudo, essa possibilidade de “deslocamento”, segundo Mészáros, está historicamente esgotada, como veremos no próximo capítulo.

Para nosso autor, essas “transformações mediadoras” cumprem, na verdade, a função de “ajustes estratégicos” do curso acumulativo e expansionista do sistema do capital e representam em cada momento histórico as “mudanças estruturais objetivas” requeridas, sempre referidas a seus limites últimos. Tais “ajustes estratégicos” sofrem o efeito da, e são condicionados pela, relação conflituosa entre o capital e o trabalho. O “capital e o trabalho são tão intimamente interpenetrantes no processo metabólico em andamento que os ajustes mediadores viáveis são necessariamente condicionados -- para o melhor ou para o pior -- pelos movimentos estratégicos do adversário social do capital, e claro que *vice-versa*.” (383)

É assim que, como os antagonismos internos do modo de controle do metabolismo social têm-se intensificado enormemente nos últimos 30 anos, o deslocamento das contradições se torna, do ponto de vista do próprio sistema do capital, cada vez mais problemático. A separação alienada entre produção e controle, a produção voltada

primordialmente para os valores de troca em detrimento das necessidades humanas básicas, a riqueza como um fim em si mesmo e a “compulsão exploradora” de trabalho excedente, sem a qual o sistema do capital não se reproduz, que está em constante contraposição/contradição com o descarte de força de trabalho expulsa do mercado de trabalho e de consumo, têm dificultado alcançar-se a homogeneização necessária ao pleno funcionamento do sistema. E, lembremos, esta homogeneização é uma condição *absoluta* do sistema, pois “sem ela o sistema do capital não poderia se reproduzir, devido às clivagens e contradições que ele necessariamente traz à existência no curso de sua articulação histórica.” (538)

A homogeneização de determinações estruturais tão contraditórias sempre foi um desafio para o capital, pois, ao mesmo tempo em que se alimenta dessas contradições e delas obtém a base de seu poder, não pode permitir que se transformem em barreiras intransponíveis.⁴⁴

Como afirma Mészáros, o sistema do capital “deve assumir uma atitude *positiva/afirmativa* para com a reprodução das contradições existentes e relações competitivas. Pois o próprio modo de produção capitalista (...) não pode deixar de ser a corporificação material e o equilíbrio temporário do antagonismo estrutural irreconciliável entre trabalho e capital.” (540)

Mas para manter operativo esse equilíbrio temporário é indispensável que o capital desempenhe uma função coesiva diante “dos constituintes multifacetadamente conflitantes de seu próprio sistema.” E, para garantir objetivamente a coesão necessária das diversas formas de manifestação de tal irreconciliável antagonismo estrutural, “o capital deve *suspender* os antagonismos internos e tendências desagregadoras do seu modo de controle o quanto for viável sob as mutáveis circunstâncias históricas.” Trata-se, portanto de *suspensão*, ou melhor, de deslocamento dos antagonismos, mas jamais de superação, mesmo que no curtíssimo prazo, na medida em que os antagonismos são constantemente repostos.⁴⁵ (540)

⁴⁴ É da própria natureza do capital encarar “todo limite (...) como uma barreira a ser superada”. K. Marx, Grundrisse, pp. 408 e 410. (*apud* Mészáros: 682)

⁴⁵ De acordo com Mészáros, “o capital nunca, jamais, *resolveu* sequer a menor de suas contradições.” (684)

Entretanto, o uso de mecanismos que deslocam as contradições é cada vez mais problemático, à medida que aproxima-se o fim do período de ascensão do capital.

“Sob as condições que hoje se apresentam, torna-se imensamente problemática a antiga prática bem sucedida de empurrar as contradições do sistema capitalista por meio do desenvolvimento expansionista. Já mencionei que no passado muitos problemas graves podiam ser adiados, estendendo-se a escala de invasão do sistema a todos os territórios anteriormente não controlados e, ao mesmo tempo, aumentando o cacife entre os principais poderes envolvidos. Agora não há mais lugar para garantir, na escala adequada, o necessário deslocamento expansionista.”(164)

Durante os séculos em que construiu as condições de sua maturidade, através do domínio das forças da natureza e da intensificação da produção de trabalho excedente, o capital contava com espaços para crescimento do mercado mundial e capacidade de desenvolvimento tecnológico, que lhe permitiam assegurar o crescimento da produtividade e da lucratividade – expressão positiva do sucesso de seu impulso incontido à expansão –, sem sofrer ameaças mais sérias além das crises temporárias tratadas como manifestação de disfunções parciais do sistema, portanto, passíveis de ajustes satisfatórios. Hoje, todavia, observa-se uma intensificação da centralização dos capitais, acompanhada de um necessário aumento da escala de realização do capital, em paralelo à diminuição dos potenciais sujeitos capazes dessa realização (os consumidores) na escala requerida, o que constitui um paradoxo para a auto-sustentação do sistema.

Como resolver tal complexo de contradições em crescente agravamento? O capital não tem conseguido reverter o fato, hoje, de que, por um lado, a capacidade de consumo dos capitalistas, a partir de uma certa escala, impõe limites humanamente intransponíveis e, por outro, que cada vez maior número de trabalhadores são eliminados do círculo de consumo. Mesmo aqueles trabalhadores que podem dele participar contam com salários (e nível de vida) em franca deterioração, estando impossibilitados, portanto, de comparecer com um “ ‘crescente poder aquisitivo’ (requerido para uma ‘expansão saudável’)”. (150)

Com certeza, a solução não está em desconhecer ou dissipar as contradições do capital, mas reconhecer que as contradições lhes são imanescentes, como também lhe é

imposta a necessidade de administrá-las em seu próprio benefício, “em uma harmonia de ‘contraponto’ “. (684) Para Mészáros não há possibilidade, mantido seu quadro de referência estrutural, de dissolução ou superação das contradições do capital, na medida em que

“por sua própria natureza e constituição inerente o capital nelas *prospera* (e até certo ponto o pode fazer com segurança). Seu modo normal de lidar com contradições é intensificá-las, transferi-las a um nível mais elevado, deslocá-las para um plano diferente, suprimi-las contanto que seja possível assim o fazer, e quando elas não mais podem ser suprimidas, exportá-las a uma esfera ou a um país diferente. É por isso que o crescente bloqueio no deslocamento e exportação das contradições internas do capital é tão perigoso e potencialmente explosivo.” (684)

Como veremos no próximo capítulo, “o crescente bloqueio no deslocamento e exportação das contradições internas do capital” traz insuperáveis dificuldades à “*racionalidade auto-orientada* da reprodução ampliada do capital, com a premissa de sua *causa sui*” (810), e deixa cada vez mais visível a “sombra da incontrolabilidade” do capital. Tal “incontrolabilidade”, pela sua própria condição de universalidade, ao abarcar todas as relações e espaços da vida social, significa, hoje, que “o ‘controle’ do mundo inteiro sob o domínio do capital traz a profunda crise do controle “. (174)

Para Mészáros, a substituição de formas políticas de controle por qualquer outra forma também política não pode ser o centro de nenhuma proposta radical alternativa ao capital, pois admite a permanência das “determinações materiais estruturais” do seu sistema sociometabólico. Ao mesmo tempo, subestima a habilidade do capital em assumir variadas formas de domínio sobre o trabalho, desde as “variedades do capitalismo (...) democrático-liberais a militar-ditatoriais” até as pós-capitalistas. (494) Para nosso autor, o “verdadeiro alvo da transformação emancipatória é a *completa erradicação do capital enquanto um modo de controle totalizante* do próprio metabolismo reprodutivo social, e não simplesmente o *deslocamento* dos capitalistas enquanto ‘personificações’ historicamente específicas ‘do capital’.” (369)

No mesmo sentido, diz ele,

“enquanto o capital mantiver seu poder regulador substantivo sobre o metabolismo social, em qualquer forma que seja, a necessidade de encontrar uma forma de personificação do capital adequada às circunstâncias permanece inseparável do mesmo. O capital enquanto tal é inerente ao princípio estruturante antagonista (*adversarial*) herdado do processo de trabalho.” (616)

O sistema do capital está assentado no antagonismo estrutural entre capital e trabalho e, como diz Mészáros, “é o que objetivamente o define, em suas partes e no seu todo”. Não há como alterá-lo substantivamente se nos mantivermos nos quadros estruturais desse modo de controle metabólico social que tudo abarca, na medida em que é um sistema orgânico que, para funcionar, necessita subordinar todos os elementos da sociedade.(620)

A estratégia de impor-lhe restrições graduais, e de tentar remover suas contradições “pouco a pouco”, não pode ir além de induzir o capital a assumir uma outra forma de dominação congruente com sua lógica reprodutiva. “O antagonismo estrutural do sistema é removível apenas através da superação radical da própria relação-capital que -- enquanto um ‘sistema orgânico’ -- domina o metabolismo social na sua inteireza.” (620) E isto é uma determinação tão inerente ao capital que não pode ser por ele revertido nem mesmo ao se esgotar sua fase de ascendência. Afirma Mészáros que

“até mesmo quando o ‘valor que confronta independentemente a capacidade de trabalho’ se torna simultaneamente *anti-valor que confronta toda a humanidade*, pressagiando a *destruição do metabolismo social enquanto tal*, nem sequer isto pode alterar as equações do capital. Pode apenas tornar o autoritarismo de seu sistema de comando mais autoritário que nunca.” (810)

Como construir uma alternativa socialista sustentável, que, conforme Mészáros, permita aos produtores associados o poder de decisão sobre sua atividade produtiva e social – eis o que será tratado no capítulo IV dessa tese. Por ora, depois de termos exposto o que para Mészáros é a natureza do capital (um poder determinante, “incorrigivelmente hierárquico e orientado-para-a-expansão”), e de termos indicado o papel que ocupa sua personificação na execução dos imperativos do sistema (“ser sempre definida em *contraposição* ao trabalho”), exploraremos as considerações de Mészáros acerca da presente crise estrutural e da produção destrutiva que a acompanha.

CAPÍTULO II

A CRISE ESTRUTURAL E A ATIVAÇÃO DOS LIMITES ABSOLUTOS DO SISTEMA

A concepção de capital que Mészáros, partindo de Marx, explora em *Beyond Capital* tem como um de seus nódulos mais importantes o seu incontrolável impulso à universalidade. O caráter expansionista do capital esteve sempre presente como uma condição ineliminável de seu modo de operação e controle. O capital só é capital enquanto mantém ativa sua capacidade de auto-reprodução, e esta só se torna possível ao transformar valor em novo valor objetivado, deste modo “ ‘se multiplicando constantemente’ ”⁴⁶.(820)

Foi com base nesse dinamismo produtivo que o capital conseguiu suplantiar todas as formas anteriores de reprodução social e afirmar-se enquanto modo dominante de controle do metabolismo social. O “crescimento antes inimaginável da riqueza que acompanha tal dinamismo – tanto quanto ele possa durar”, independente de sua desumanidade, passou a constituir “a legitimidade histórica” do sistema do capital. (528)

Nesse momento expansivo há uma coincidência, “num sentido positivo”, entre a auto-reprodução ampliada do capital e a produção genuína, “e [...] enquanto isto ocorre, o sistema capitalista pode cumprir seu ‘papel civilizador’ de aumentar as forças produtivas da sociedade e estimular, até o ponto não só possível, mas antes ditado por seus próprios interesses, a emergência da ‘industriosidade geral’.”(599)

A expansão desenfreada do sistema em sua fase de ascensão histórica, no entanto, não podia ser sustentada indefinidamente.⁴⁷ Para além “de certo ponto, de nada adianta um aumento maior dessa escala e a usurpação da totalidade dos recursos renováveis e não-renováveis que o acompanha, mas, ao contrário, ele aprofunda os problemas implícitos e se torna contraproducente.”(177) Ocorre então o que Mészáros chama de “disjunção radical entre produção genuína e auto-reprodução do capital”.(599) As barreiras à produção capitalista são suplantadas, sem se medir as “devastadoras implicações para o futuro”, com o único objetivo de assegurar sua reprodução, agora como “auto-reprodução destrutiva em

⁴⁶ K.Marx. Grundrisse, p.270.

⁴⁷ “Embora por séculos a alienação do controle do, e sua imposição cruel sobre o, trabalho recalcitrante pudesse ser mantida e, de fato, durante a longa ascensão histórica do sistema do capital pudesse até mesmo representar um avanço necessário, apesar de suas desumanidades, tudo isso terminou com a erupção da crise crônica do capitalismo e com as várias tentativas pós-capitalistas de solucionar a crise que dela emergiram.”(Mészáros:653) Tal virada histórica implica num conjunto complexo de determinações, nem sempre coincidentes cronologicamente; mas se podemos definir um período historicamente mais preciso que marque o fim da fase de ascensão do capital é, segundo Mészáros, quando o “sistema do capital (...) entr[a] em sua crise estrutural nos anos 70.”(Mészáros:240)

oposição antagônica à produção genuína.” A potencialidade positiva é suplantada pelo lado negativo da produção capitalista, que passa a dominar através dos processos destrutivos do capital.(183)

A partir daí, as contradições internas do sistema são explicitadas e, com a “concomitante perdularidade do seu modo de operação”, colocam em cheque a continuidade do dinamismo produtivo e expansionista sem limites do capital. (528)

O sistema do capital encara de maneira invertida o significado das restrições inerentes à finitude dos recursos materiais e humanos necessários ao seu processo de reprodução ampliada.(185) As *condições relativas* (históricas e limitadas) – “a disponibilidade dos recursos e espaços necessários para a expansão exitosa do capital gratuitamente tida como eterna” - são *absolutizadas* por ele. A “ignorância intencional dos perigos implicados na dilapidação dos recursos naturais não renováveis do planeta” visaria a relativizar as *restrições* naturais, de fato, *absolutas*, como forma de justificar a expansão perdulária.(105) Transforma ilusoriamente as restrições objetivas em instrumento manipulável de acordo com seus imperativos reprodutivos, sem medir as conseqüências tanto para o futuro da humanidade como para o seu próprio funcionamento, o que resulta no agravamento das contradições e o esgotamento do crescimento fundado na expansão do mercado. E, segundo Mészáros, não poderia agir de outra maneira, dentro de sua lógica expansionista, pois, do contrário, “a aceitação das restrições desse tipo inevitavelmente demandaria uma mudança de envergadura no marco causal fundamental do capital – posto que o imperativo de expansão postulado teria que ser condicionado e justificado”.(106)

Exemplo dessa “lógica expansionista”, analisado por Mészáros, é a criação dos artigos de luxo. Com o desenvolvimento das forças produtivas e a necessidade da permanente expansão do consumo, o sistema do capital proporcionou uma diversidade de consumo de mercadorias de “luxo”, cuja produção tinha por motivação o lucro e não “a dimensão qualitativa da relação entre valor de uso e necessidade humana”. Por isso, impôs aos indivíduos, como “seus apetites”, o que era do interesse do sistema reprodutivo coisificado e alienado. Qualquer reversão desta tendência expansionista deve esbarrar nos próprios requisitos estruturais do sistema do capital, pois a eliminação desses “luxos”, como uma medida racional remediadora da produção perdulária, “acarretaria o colapso de todo o sistema de produção”.(181)

Não se trata, portanto, somente da existência de um mundo de recursos materiais finitos, mas também da “ausência total de critérios reguladores” que possam ser conscientemente contrapostos à “lógica infernal e pulsão infinita do capital para a auto-expansão quantitativa” e suas conseqüências inevitavelmente destrutivas. Pois, lembra Mészáros,

“em termos da lógica do capital [,] a exterminação da humanidade é muito preferível a permitir que se questione a *causa sui* deste modo de reprodução. E como a dissipação veloz e destrutiva de recursos materiais e humanos, como também dos produtos do trabalho, adquirem uma conotação perversamente positiva no sistema do capital em crise estrutural, por representarem ‘condições de sua *auto-preservação*’ a alternativa socialista que visa a superar a escassez deve ser um anátema aos ideólogos da ordem prevalecente.” (821)

A produção destrutiva é, nessa acepção, positiva para o sistema do capital. “Até mesmo partes importantes dos próprios componentes produtivos do capital devem ser destruídas periodicamente”, para serem reconstituídas num novo patamar que lhe possibilite continuar a exercer “ ‘seus poderes produtivos *sem cometer suicídio*’ “. (821)

No período histórico em que vivemos, após o esgotamento do desenvolvimento expansionista baseado no crescimento dos mercados e ocupação de novos territórios, a redução da taxa de utilização das mercadorias tornou-se o principal meio de se “atingir o crescimento verdadeiramente incomensurável no curso do desenvolvimento histórico”.(567) O objetivo, nesta nova fase, passa a ser “divisar meios que possam *reduzir* a taxa pela qual qualquer tipo particular de mercadoria é usada, *encurtando* deliberadamente sua vida útil, a fim de tornar possível o lançamento de um contínuo suprimento de mercadorias superproduzidas no vórtice da circulação que se acelera.”(576)

Mészáros reconhece que sempre houve uma tendência geral no modo capitalista de produção de se “minar de toda maneira possível as práticas produtivas orientadas-para-a-durabilidade, inclusive solapando deliberadamente a qualidade.”(548) Mas, sob o efeito da crise no séc. XX, esta tendência adquire uma nova qualidade que se manifesta pela “destruição direta de vastas quantidades de riqueza acumulada e de recursos elaborados (...) *como maneira dominante* de se livrar do capital superproduzido”. Surge, assim, a

necessidade de se ativar um correspondente “consumo destrutivo”, que se torna dominante.(583; *itálico nosso*)

O capital, em seu desenvolvimento, segue sempre a *linha de menor resistência* para suplantar as barreiras à sua reprodução ampliada. Isto é, tende a seguir a linha de ação mais de “acordo com sua configuração estrutural global [,] mantendo o controle que já exerce, em vez de perseguir alguma estratégia alternativa que necessitaria do abandono de práticas bem estabelecidas.” Se o esgotamento dos mercados inviabiliza a ampliação do consumo, a alternativa mostra-se ser a “*aceleração* da velocidade de circulação dentro do próprio círculo de consumo (aumentando o número de transações no círculo *já dado*), em vez de embarcar na aventura mais complicada e arriscada de alargar o próprio círculo”. Desse modo, a taxa decrescente de utilização, típica do sistema, teve que ser qualitativamente intensificada até o ponto em que o capital se desembaraçou em alguma medida dos constrangimentos do consumo real motivado pelo valor de uso correspondente às necessidades humanas. (584)

“A razão - segundo Mészáros - pela qual tal mudança é absolutamente viável, nos parâmetros do sistema de produção estabelecido, é porque *consumo e destruição* vêm a ser *equivalentes funcionais do ponto de vista perverso do processo de ‘realização’ capitalista*.”(583) Uma vez convertida a mercadoria em dinheiro, não faz a menor diferença ao capital se a mercadoria é consumida ou destruída. Contudo, ao canalizar a produção para o consumo destrutivo, coloca-se em questão se de fato o capitalismo é um modo insuperável de se aumentar a riqueza social.

“Pois numa época em que a vertiginosa produtividade do capital o capacita a engolir a totalidade dos recursos humanos e materiais do nosso planeta, e vomitá-los de volta na forma de maquinaria e ‘produtos de consumo de massa’ cronicamente subutilizados -- e muito pior: imensa acumulação de armamentos voltados à destruição da civilização potencialmente por centenas de vezes --, em uma situação como esta a própria *produtividade* se transforma num conceito enormemente *problemático*, já que parece ser inseparável de uma fatal *destrutividade*.” (432)

Essa inflexão da produtividade para sua dimensão destrutiva contrasta com os primórdios do capitalismo. À “época do Iluminismo [,] os porta-vozes da ordem burguesa genuinamente acreditaram que o ‘egoísmo esclarecido’ traria seus benefícios abundantes à toda a humanidade, eliminando completamente a pobreza da face da Terra.” (808) Contudo, as determinações estruturais internas do próprio sistema do capital, e qualquer decisão política de suas personificações, resultaram em algo oposto:

“o assustador crescimento exponencial da destrutividade do capital não é o resultado de determinações políticas (...) mas representa a necessidade mais íntima da ‘produtividade’ do capital nos dias atuais. Pois, do modo como as coisas estão hoje, o capital seria ameaçado de um colapso total se suas válvulas de escape produtivo-destrutivas fossem repentinamente bloqueadas.” (433)

A tendência atual do capital ao crescimento da destrutividade apenas desloca as contradições que constituem a natureza de seu sistema. Ou, então, como no caso da taxa de utilização decrescente em relação ao trabalho, temos a geração de novas contradições, na medida em que a identidade estrutural do trabalhador e do consumidor torna inconciliáveis “o apetite *sempre-crescente* do capital por ‘consumidores de massa’ “ e a “sua *sempre-decrescente* necessidade por trabalho vivo”.(578).

A superação temporária de seus limites inerentes, como vimos com a sociedade de consumo no pós-guerra, apenas serviu para “retirar o estopim das contradições.” Os limites do capital “permanecem estruturalmente intranscendíveis e suas contradições, por fim, explosivas”. (598)

A dinâmica interna de desenvolvimento que prevaleceu por quase um século, a partir do último terço do século XIX e que possibilitou “uma sobrevivência ao capital”, já não encontra mais as mesmas condições de reprodução. Os “dispositivos corretivos externos” de sua dinâmica interna tornaram-se insuficientes para uma solução de longo prazo. (773) Hoje, quando completa-se a “consumação da ascensão histórica do capital através de sua penetração nos rincões mais remotos do planeta” e com a ativação dos “limites absolutos do sistema de uma maneira que se vê agravada pela *urgência do tempo*”(158), a “escala de tempo da irreversível destrutividade do capital (...) já não pode ser complacentemente medida em séculos”. (773)

A determinação mais interna do sistema - a necessidade de estar orientado para a expansão e guiado pela acumulação – pôde tanto ser a base de um “dinamismo anteriormente inimaginável como [de] uma fatal deficiência”. O não atendimento dessa determinação interna do capital, nos desdobramentos do fim da fase de ascendência histórica, acarretou o aparecimento de uma crise estrutural (sistêmica) que nos acompanha desde os anos 70. Uma crise cujas implicações afetam “o sistema do capital global não simplesmente sob um de seus aspectos – o financeiro/monetário, por exemplo -, senão em todas suas dimensões fundamentais, questionando sua viabilidade como sistema reprodutivo social no todo.” (44)

Nas condições de uma crise do capital dessa natureza, “seus constituintes destrutivos emergem violentamente, ativando o espectro de uma incontrollabilidade total em uma forma que anuncia a autodestruição tanto deste sistema reprodutivo social único, como da humanidade em geral.”(44) A atual situação de crise significa restrição à pulsão à expansão, e expõe a ineficiência dos ajustes estratégicos antes utilizados para manter em equilíbrio um sistema naturalmente instável e dinâmico, devido à sua constituição estruturalmente antagônica. Nesse sentido, argumenta Mészáros,

“o capital *já* foi receptivo a um adequado *controle* durável ou uma auto-restrição racional. Ele só é compatível com ajustes limitados e, mesmo esses, apenas enquanto pudesse prosseguir sob uma ou outra forma a dinâmica de auto-expansão e o processo de acumulação. Tais ajustes consistiam em contornar os obstáculos e resistências encontrados, quando ele [o capital] fosse incapaz de demoli-los frontalmente.” (44)

Foi, assim também, na administração dos limites na relação com seu antagonista estrutural - os trabalhadores. Na fase de ascendência do capital, os ganhos obtidos pelo trabalho só permaneceram durante o tempo

“em que tais melhorias não conflit[avam] com as exigências da lucratividade, já que pod[iam] ser financiadas a partir do crescimento da produtividade da dinâmica da reprodução ampliada. Daqui a possibilidade, de fato a necessidade, de ‘economias de altos salários’, ou variedades do ‘*welfare state*’, nas circunstâncias de ininterrupta expansão do capital, como testemunhamos durante a fase relativamente

longa de desenvolvimento do pós-guerra nos países capitalisticamente avançados.”(577)

No entanto, a crise estrutural dos anos 70 estreitou a margem de manobra do capital e muitas das concessões do passado foram retomadas:

“Sob as circunstâncias da crise estrutural do sistema, (...), até os elementos alguma vez parcialmente favoráveis na equação histórica entre o capital e o trabalho tiveram que voltar a favor do capital. Assim, não somente não há espaço para garantir-se ganhos substantivos ao trabalho – e menos ainda para uma ampliação progressiva de uma margem de avanço estratégico, uma vez tolamente mas euforicamente projetada como a adoção geral do ‘modelo sueco’, ou como a ‘conquista dos postos de comando da economia mista’, etc. – senão também muitas das concessões do passado deviam ser retomadas, tanto em termos econômicos como no campo da legislação. É por isso que o ‘Estado do Bem-Estar’ está hoje não com um grave problema, mas morto para qualquer intento e propósito.” (240)

A necessidade de melhorar as perspectivas de acumulação do capital num contexto de crise fez com que o capital utilizasse novos ajustes estratégicos que “incluem em um lugar proeminente a retomada de muitos dos ganhos do trabalho no passado e o crescimento inexorável do desemprego” (240), intensificando as contradições do conflito capital-trabalho, acomodado, até então, aos padrões da política social-democrata de ganhos defensivos e ativando os limites absolutos do sistema. E, no geral, como diz Mészáros, “os limites estruturais de qualquer sistema reprodutivo social determinam também seus princípios e seu modo de distribuição”, tornando-se totalmente inviável a reversão desse movimento regressivo no quadro da crise atual. (192) Ao contrário, “nenhuma concessão que retirem do trabalho seus próprios partidos, líderes sindicais e governos pode ser considerada o bastante grande ou cedo o bastante para satisfazer o apetite do capital (...).” (239)

Em outras palavras, a expectativa de lucro imediato, vinculada à necessidade de expansão ininterrupta, fez com que “a dimensão causal das condições mais essenciais da sobrevivência humana [seja] perigosamente desconsiderada. Somente a manipulação

retrospectiva da reação aos sintomas e efeitos é compatível com a permanência do domínio da *causa sui* do capital.”(148)

É nesse sentido que Mészáros afirma que

“o aspecto mais problemático do sistema capitalista, apesar de sua força incomensurável como forma de controle sociometabólico, é a total incapacidade de *tratar as causas como causas*, não importando a gravidade de suas implicações a longo prazo. Esta não é uma dimensão passageira (historicamente superável), mas uma irremediável dimensão estrutural do sistema do capital voltado para a expansão que, em suas necessárias ações remediadoras, deve procurar soluções para todos os problemas e contradições gerados em sua estrutura por meio de ajustes feitos estritamente nos *efeitos* e nas *consequências*.” (104)

Em decorrência disso, as contradições, por estarem fundadas no quadro estrutural do sistema, colocam sempre novos problemas a serem contornados, os quais aparecem como uma imposição de restrições e limites à sua reprodução expandida. E, numa situação de crise estrutural, mesmo as ações remediadoras com alguma eficiência no passado têm que ser retomadas em função das “margens em contração” dos ajustes requeridos. Permanecendo a causalidade antagônica do sistema, também permanecem e se multiplicam as contradições correspondentes, uma vez que o sistema do capital não pode enfrentar as causas como causas sem questionar sua própria razão de existência. A continuidade desse processo aumenta as restrições impostas ao padrão anterior de expansão do sistema, potencializando por essa mediação “a mais intratável das contradições gerais do sistema capitalista [que] é a existente entre a impossibilidade de impor restrições internas a seus constituintes econômicos”, em função do impulso à sua auto-reprodução ampliada, “e a necessidade atualmente inevitável de introduzir grandes restrições” a essa mesma reprodução. (146)

Dentro da lógica expansionista do sistema, segundo Mészáros, administrar essa contradição entre irrefreabilidade e restritibilidade só pode gerar as piores consequências para o próprio sistema. É o que observamos quando,

“para se desembaraçar das dificuldades da acumulação e expansão lucrativa, o capital globalmente competitivo tende a reduzir a um mínimo lucrativo o ‘tempo

necessário de trabalho’ (ou o ‘custo do trabalho na produção’), e assim inevitavelmente tende a transformar os trabalhadores em *força de trabalho supérflua*. Ao fazer isto, o capital simultaneamente subverte as condições vitais de sua própria reprodução expandida.”(150-151)

Não é por outra razão que, para Mészáros, hoje “pode-se dizer que a fase progressista da ascendência histórica do capital chega ao encerramento precisamente porque o sistema capitalista global atinge os limites absolutos, além dos quais a lei do valor não pode ser acomodada aos seus limites estruturais.”(151)

As dificuldades enfrentadas para a realização e auto-reprodução do capital foram se acumulando e os recursos antes utilizados vão se tornando inviáveis do ponto de vista do próprio sistema. Mészáros refere-se, por exemplo, à “confrontação militar massiva” experimentada em duas guerras mundiais. Tal válvula de escape, hoje, colocaria em risco, devido ao arsenal nuclear hoje existente, toda a humanidade. E, também, porque não haveria como tal destruição ser seletiva.

Chegamos , assim, à crise estrutural do sistema do capital que “afeta a *totalidade* de um complexo social, em todas suas relações com suas partes constituintes ou sub-complexos, como também com outros complexos aos quais é articulado.” E mais que isso, sua ação “põe em questão a própria existência do complexo global envolvido, postulando sua transcendência e substituição por algum complexo alternativo. (...) uma crise estrutural não está relacionada aos limites imediatos mas com os limites últimos de uma estrutura global.” (681)

Vejamos como Mészáros define a diferença qualitativa entre os limites relativos e os limites absolutos que compõem a estrutura global do sistema do capital.

“Os limites relativos do sistema são os que podem ser superados quando se expande progressivamente a margem e a eficiência produtiva — dentro da estrutura viável e do tipo buscado — da ação sócio-econômica, minimizando por algum tempo os efeitos danosos que surgem e podem ser contidos pela estrutura causal fundamental do capital.” (104)

São esses “limites relativos” que caracterizam as crises periódicas pelas quais o capitalismo já passou muitas vezes na história. Momentos de ativação dos limites relativos que, embora pareçam “grandes tempestades”, são passíveis de soluções, mesmo que temporárias e protelatórias, dentro do marco referencial do sistema. A “Grande Crise Econômica” de 1929-1933 seria, para Mészáros, o exemplo mais representativo deste tipo de crise; depois dela sobreveio um novo ciclo de acumulação capitalista. Por “maior que fosse a crise [de 1929], estava distante de ser uma crise *estrutural* ao deixar um amplo número de opções abertas para a continuidade da sobrevivência do capital, [e para] sua recuperação e reconstituição mais forte do que nunca em uma base economicamente mais saudável e mais ampla.”(678)

Essas crises periódicas, sabemos, eram intercaladas por “períodos muito mais longos de crescimento e desenvolvimento produtivo” e quando ocorriam eram uma “anormalidade” do sistema.(597-598)

“Em compensação, a abordagem dos limites absolutos do capital inevitavelmente coloca em ação a própria estrutura causal. Conseqüentemente, ultrapassá-los exigiria a adoção de estratégias reprodutivas que, mais cedo ou mais tarde, enfraqueceriam inteiramente a viabilidade do sistema capitalista em si. Portanto, não é surpresa que este sistema de reprodução social tenha de confinar a qualquer custo seus esforços remediadores à modificação parcial estruturalmente compatível dos efeitos e conseqüências de seu modo de funcionamento, aceitando sem qualquer questionamento sua base causal — até mesmo nas circunstâncias das crises mais sérias.”(104)

Para nosso autor, a crise atual é irreversível e pode constituir, “em *princípio*”, um novo “padrão linear de movimento” do sistema, ao contrário das crises periódicas que caracterizavam-se por “flutuações extremas ou de tempestades de súbita irrupção”.(597) A mudança do padrão e profundidade das crises é um fator de fundamental importância para a configuração da crise atual, pois a mera ausência dos sintomas e formas de manifestação dos ciclos de crises periódicas não deve levar a se supor que vivemos a recuperação de uma fase de “desenvolvimento saudável e sustentado”, muito menos achar que pode ser reinventado um período de crescimento semelhante àquele que sucedeu, no passado, à crise de 1929. Muito pelo contrário, “a antiga ‘*anormalidade*’ das crises (...), nas condições

atuais, pode, em doses diárias menores, se tornar a *normalidade* do ‘capitalismo organizado’“. Para Mészáros, representa um “*continuum depressivo* que exhibe as características de uma crise *cumulativa, endêmica*, mais ou menos *permanente e crônica*, com a perspectiva última de uma *crise estrutural* cada vez mais profunda, acentuada.” (597-598)

Sempre segundo Mészáros, encontrar uma solução duradoura para uma crise estrutural dessa natureza implica em superar um conjunto de contradições que afeta o sistema do capital como um todo e as relações estabelecidas entre suas partes constituintes:

(1) As contradições sócio/econômicas internas do capital ‘avançado’ que se manifestam no desenvolvimento cada vez mais desequilibrado sob o controle direto ou indireto do ‘complexo industrial-militar’ e o sistema de corporações transnacionais;

(2) As contradições sociais, econômicas e políticas das sociedades pós-capitalistas, tanto internamente quanto em relação umas com as outras, que conduzem às suas desintegrações e deste modo à intensificação da crise estrutural do sistema global do capital;

(3) As rivalidades, tensões e contradições crescentes entre os países capitalistas mais importantes, tanto no *interior* dos vários sistemas regionais quanto *entre* eles, colocando enorme tensão na estrutura institucional estabelecida (da Comunidade Européia ao Sistema Monetário Internacional) e pressagiando o espectro de uma devastadora guerra comercial;

(4) As dificuldades crescentes para manter o sistema neocolonial de dominação estabelecido (do Irã à África, do Sudeste Asiático à Ásia Oriental, da América Central à do Sul), ao lado das contradições geradas dentro dos países ‘metropolitanos’ pelas unidades de produção estabelecidas e administradas por capitais ‘expatriados’.

E conclui Mészáros:

Como podemos ver, em todas as quatro categorias -- cada uma das quais corresponde a uma multiplicidade de contradições -- a tendência é a intensificação,

e não a diminuição, dos antagonismos existentes. Além disso, a severidade da crise é sublinhada por efetivamente confinar a intervenção à esfera dos *efeitos*, tornando proibitivamente difícil agarrar as suas *causas*, graças à ‘circularidade’, (...), do Estado político/sociedade civil do capital através da qual as relações de poder estabelecidas tendem a se reproduzir em todas suas transformações superficiais.
(692)

Para nosso autor, as tentativas de contornar essas contradições tendem a resultados totalmente inócuos. Afirma ele ser inviável tanto a realocação de recursos do complexo industrial-militar para “medidas e propósitos sociais há muito imprescindíveis”, quanto o desenvolvimento do Terceiro Mundo, “plenamente ativando seus recursos materiais e humanos no interesse [da] (...) auto-expansão renovada” do capitalismo global. Pois o complexo industrial militar já desempenha o papel de deslocar “duas contradições maciças do capital ‘superdesenvolvido’” ao cumprir duas funções vitais no sistema: 1.”a transferência de uma porção significativa da economia do mar traiçoeiro das incontáveis forças de mercado⁴⁸ para as águas seguras das finanças altamente lucrativas do Estado” e 2.”deslocar as contradições devido à *taxa decrescente de utilização* que se afirmou dramaticamente durante as últimas poucas décadas de desenvolvimentos nos países capitalisticamente avançados.”(693) Portanto, o deslocamento de recursos do complexo industrial-militar não resolveria a questão, uma vez que, segundo Mészáros, as causas permaneceriam as mesmas que fundamentaram a necessidade de seu surgimento como válvula de escape para pressões anteriormente contornadas, motivado pela dificuldade de se manter o desenvolvimento expansionista desejado.

Não é diferente quando se trata da integração dos mercados dos países subdesenvolvidos, que Mészáros qualifica de “subdesenvolvimento forçado”, antecipando a dificuldade em se alterar o lugar historicamente estabelecido que ocupa na hierarquia do capitalismo global. O que se ignora, segundo ele, é “que o mundo ‘subdesenvolvido’ *já* está integrado completamente no mundo do capital, e cumpre nele várias funções vitais.”

⁴⁸ No tipo de produção instituído pelo complexo industrial-militar, “o tradicional desafio do consumo (utilidade) só se aplica, se tanto, marginalmente. De tal modo que os produtos resultantes podem juntar-se às montanhas de mercadorias ‘consumidas’ no momento em que atravessam os portões das fábricas, ao mesmo tempo em que consomem destrutivamente imensos recursos materiais e humanos no curso de sua produção.”(Mészáros:550)

Portanto, alternativas dessa natureza apenas significam amplificação de antigas contradições já atuantes no sistema do capital, pois

“é simplesmente (...) impossível manter os pés nas duas canoas: manter em existência o sistema elevado e absurdamente tensionado de produção ‘superdesenvolvido’ do capital ‘avançado’ (o qual necessariamente postula a continuação da dominação de um ‘vasto território’ de subdesenvolvimento forçado) e ao mesmo tempo impelir o ‘Terceiro Mundo’ a um elevado nível de desenvolvimento capitalista (que apenas poderia reproduzir as contradições do capital ocidental ‘avançado’, multiplicadas pelo imenso tamanho da população envolvida).”(693)

O problema de fundo não enfrentado por ambas as soluções vislumbradas é que pretende-se aliviar os efeitos deixando-se “as suas *determinações causais* intactas”, uma expressão a mais da impossibilidade de o sistema do capital tratar as causas como causas, pois sua base causal fundamental nunca pode ser questionada – ser trabalho objetivado e alienado.

Para Mészáros, diferentemente do passado, o deslocamento das contradições tem um efeito totalmente ineficaz no contexto da atual crise já que somente substitui válvulas de escape vigentes ou, então, imagina a criação de mercados no mundo de “subdesenvolvimento forçado” que, enquanto mercados, já estão funcionalmente integrados e subordinados ao capitalismo global. Para a retomada de uma contínua expansão global do capital, as dificuldades maiores encontram-se na própria essência contraditória do sistema, por isso,

“pode-se ver muito pouca chance de sucesso até mesmo com respeito a objetivos relativamente limitados, para não mencionar a solução duradoura das contradições de todas as quatro categorias em conjunto. A probabilidade é, ao contrário, que nós continuemos afundando cada vez mais na crise estrutural, mesmo que devam ocorrer alguns sucessos conjunturais assim como também aqueles resultantes de uma ‘reversão relativa’, no devido tempo, nos determinantes meramente *cíclicos* da crise atual do capital.”(694)

Eventuais sucessos conjunturais em nada aliviam o peso da crise estrutural na definição das perspectivas futuras do sistema do capital. As tentativas com algum efeito prático em resolver uma das contradições mais explosivas do sistema, como o desemprego, no longo prazo, apenas agravam sua dimensão. O “pleno emprego” keynesiano transformou-se em desemprego crônico, e o trabalhador socialista, depois de anos de desenvolvimento planejado, voltou a estar vulnerável às leis de mercado capitalista (ainda que, segundo Mészáros (69), não se possa considerar as antigas sociedades soviéticas totalmente integradas ao capitalismo, como muitos esperavam ser possível de imediato), alimentando os índices do desemprego mundial. Esses fracassos revelam que

“as várias soluções tentadas podiam apenas aliviar temporariamente o desemprego de massa, por períodos de tempo mais longos ou mais curtos, segundo as suas circunstâncias sócio-históricas específicas. Ao fim os remédios keynesianos tiveram que ser rejeitados nos ‘países capitalistas avançados’ do ocidente quando seus custos começaram a se tornar inadmissíveis. Contudo, as soluções monetaristas alternativas tentadas após a fase keynesiana com enorme zelo e grande entusiasmo político -- tanto pelos governos Trabalhistas quanto por seus rivais Conservadores -- provaram ser um fracasso não menor que as predecessoras.”(626)

Todas elas, segundo Mészáros, reincidentem no problema de se tratar apenas os *efeitos* e *conseqüências* de questões tão vitais ao funcionamento do sistema, compartilhando “da inabilidade de se dirigir às *causas*”. Tais medidas, todavia, podem “funcionar apenas conjunturalmente, por períodos muito limitados de tempo”.(626)

Para nosso autor, os remédios antes utilizados nas crises cíclicas não dão conta da atual crise porque, como nunca antes, a ativação dos antagonismos internos passa a interferir e bloquear o funcionamento de todos os seus complexos, colocando em xeque o próprio sistema dominante. A novidade dessa crise, de acordo com nosso autor, está no fato de ter um “caráter *universal*” – atinge todas as esferas constituintes do sistema; de “seu *escopo* [ser] verdadeiramente global” – envolvendo todos os países; e de desdobrar-se de “*modo rastejante*” – o que não quer dizer que, no momento em que a “maquinaria” de “administração da crise” e de “deslocamento” temporário das “crescentes contradições” venha “perder sua energia”, não possam ocorrer “convulsões violentas”. A combinação desses fatores revela a extensão e profundidade da crise hoje, bem como sua originalidade

histórica.(680-681) Mészáros assinala, ainda, que não se pode desconsiderar o poder que a “maquinaria” utilizada pelo capital para contornar as barreiras continuamente derivadas das “disfunções” ativadas, exerce sobre a trajetória da crise, nem mesmo “minimizar a habilidade do capital para somar novos instrumentos para o seu já vasto arsenal de sua contínua autodefesa.” Contudo, pondera que a frequência crescente com que vem sendo usada é exatamente a razão de sua fraqueza.(681)

Do ponto de vista revolucionário, a determinação da natureza da crise é imprescindível se pretendemos superá-la pela “reestruturação radical” do metabolismo social. Não é o caso das personificações do capital comprometidas com ela. As crises são inseparáveis do modo de ser do capital – “são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e deste modo estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação. Neste sentido, a última coisa que o capital poderia almejar seria uma superação *permanente* de todas as crises”.(680)

Se não o capital, as forças do trabalho devem saber distinguir os tipos de crise para que não cometam equívocos quanto às formas de combatê-la e superá-la. Mészáros ilustra tal risco, afirmando:

“A crise do capital percebida por Marx em meados do século XIX no ‘cantinho europeu do mundo’ por muito tempo não foi uma crise geral. Ao contrário, a continuação da ascendência histórica da ordem burguesa no ‘terreno bem mais amplo’ do resto do mundo dissolveu durante todo um período histórico até mesmo a relativamente limitada crise européia. Em consequência, o próprio movimento socialista inicialmente articulado por Marx e seus camaradas intelectuais e políticos foi fatalmente prematuro.” (144)

Saber fazer a distinção entre a natureza de uma crise cíclica e uma crise estrutural é fundamental para qualquer alternativa de transformação radical do metabolismo social prevalecente, tanto para que haja possibilidade de sucesso, como para que não se contribua, com as derrotas previsíveis, para uma sobrevida do capital.

A crise estrutural “reside dentro e emana” das três dimensões internas do sistema: produção, consumo e circulação/distribuição/realização. Em relação a essas três dimensões, segundo Mészáros, vemos que

“- dadas as interconexões e determinações recíprocas - em circunstâncias específicas, até mesmo um bloqueio temporário de *um* dos canais internos pode com relativa facilidade emperrar todo o sistema, deste modo criando a *aparência* de uma crise estrutural, junto com algumas estratégias voluntaristas que surgem da equivocada percepção de um bloqueio temporário como uma crise estrutural.”(683)

No entanto, o que ocorre é que a “interação recíproca” estabelecida entre “as interconexões e determinações recíprocas” permite que umas auxiliem as outras na superação das “limitações *imediatas*”. Ao mesmo tempo em que fortalecem e ampliam “uma a outra por um longo tempo, prov[ê]m também a motivação interna necessária para a reprodução dinâmica uma da outra em uma escala cada vez mais ampliada.” É o que acontece quando “a barreira imediata para a produção é positivamente superada pela expansão do consumo e vice-versa.” Não se deve confundir a ocorrência de um “bloqueio temporário” em alguns dos canais em crescimento do sistema com uma crise estrutural, pois esta, ao contrário, corresponde a uma “crise fundamental do todo que consiste no *bloqueio sistemático* das partes constituintes vitais.”(684) Isso ocorre quando as dimensões internas do sistema apresentam “perturbações cada vez maiores”, acarretando indisfarçáveis impedimentos para a continuidade do crescimento. O intercâmbio antes possível entre produção/consumo/circulação com vistas à expansão, num processo de compensação mútua de restrições localizadas e parciais, não pode mais ser realizado, pressagiando “um fracasso na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema.” Para Mészáros,

“a partir deste momento, as perturbações e ‘disfunções’ antagônicas, ao invés de serem absorvidas/dissipadas/desconcentradas e desarmadas, tendem a se tornar *cumulativas* e, portanto, *estruturais*, trazendo com elas um perigoso bloqueio no complexo mecanismo de *deslocamento das contradições*. Deste modo, aquilo com o que nós nos confrontamos não é mais simplesmente ‘disfuncional’, mas potencialmente muito explosivo.” (684)

Como resultado desse “bloqueio sistemático”, a crise em que vivemos hoje “não está confinada à esfera sócio/econômica”: revela-se, também, “como uma verdadeira crise de dominação em geral”. (685)

A legitimidade histórico-ideológica do sistema do capital, enquanto a “ ‘forma mais favorável à produção’ “, foi construída sobre sua capacidade de expansão global e “em virtude de seu incomparável dinamismo interno“, fundado no fato de ser a mais perfeita “modalidade - e maximização da quantidade - de extração de trabalho excedente, com perdas *relativamente* pequenas de recursos em meios extra-econômicos de imposição”. Com a crise estrutural, contudo, esse poder legitimador perde sua força persuasiva.(810)

A perda dessa vantagem histórica tem acarretado enormes dificuldades ao sistema, forçando-o à utilização, hoje com maior frequência e intensidade, de medidas políticas autoritárias (Mészáros faz referência à “introdução de fatores políticos cada vez mais poderosos mesmo no modo normal de operação do sistema do capital” junto “à imposição direta de medidas políticas e militares repressivas em condições de emergência”) como forma de assegurar a necessária taxa de exploração do trabalho excedente, constituindo um momento *regressivo* em relação às “determinações primordialmente econômicas” que sempre sustentaram a subordinação do trabalho pelo capital. Quando “a dissipação destrutiva dos recursos naturais e da riqueza social se torna a condição objetiva da reprodução ampliada do capital”, a positividade produtiva, antes atribuída ao sistema, fica mais difícil de ser defendida, e mais irracional aceitar a escalada da destrutividade, como “parte integrante de todo o processo”.(810)

Dentro desse quadro, torna-se necessária à manutenção da dominação a “introdução de fatores políticos cada vez mais poderosos, até no modo normal de operação do sistema do capital (de que há plena evidência no século XX), associada à imposição direta de medidas políticas e militares repressivas em condições de emergência”.(810)

Analisaremos com maiores detalhes os aspectos políticos da crise e o papel reservado ao Estado (162), no “apoio material e a ajuda legal/prática” para atenuar as contradições explosivas do sistema, no capítulo III. Por ora, o que nos interessa sublinhar é que, com o “emprego regressivo de um controle político direto”, tornou-se insustentável manter “a estabilidade consensual enganosa do sistema”, o que resultou no desencadeamento de “várias complicações e contradições, inclusive a ‘crise da política democrática’.”

A extensão da crise a todas as esferas da atividade humana, por isso mesmo é estrutural, junto à crescente instabilidade das condições sócio-econômicas, tem exigido “novas e muito mais poderosas ‘garantias políticas’ “ do Estado capitalista. A falência do *Welfare State* é a prova da “aberta admissão” de que há uma “*crise estrutural de todas as instituições políticas*”, a qual tem “fermentado sob a crosta da ‘política de consenso’ por bem mais de duas décadas.” (684) Comenta Mészáros: “Quem ache que isto soa muito dramático deveria dar uma olhada à sua volta, em qualquer direção. É possível encontrar qualquer esfera de atividade ou qualquer conjunto de relações humanas não afetado pela crise?” (684-685) E isto não evidencia o absurdo deste sistema de dominação, principalmente ao constatarmos que dentro da lógica expansionista do sistema “tem sentido” manter “milhares de milhões destituídos e famintos, quando os trilhões desperdiçados⁴⁹ poderiam alimentá-los mais de *cinquenta vezes*”? O que antes era ideologicamente explorado como vantagem histórica do capital e sustentava sua “influência civilizadora”, hoje, com a “devastação sistemática da natureza e a acumulação contínua de poderes de destruição (...), ao lado da negação completa das necessidades elementares de incontáveis milhões de famintos”, transforma-se no fundamento de sua crise. É nesse sentido que Mészáros pode afirmar que o “sistema prevalecente de dominação está em crise porque sua *raison d'être* e justificação históricas desapareceram, e nenhum *quantum* de manipulação ou pura repressão pode reinventá-las.”(685)

A mera força não pode ser o elemento principal de garantia da dominação do sistema; pode ser, e sempre que necessário é, usada circunstancialmente, e pode até trazer “sucessos de curto prazo”. No entanto, “o capital é a força mais eficiente para mobilizar os complexos recursos produtivos de uma sociedade fragmentada em muitas partes. (...). Porém, o capital definitivamente não é um sistema de *emergência* unificadora, nem o poderia se tornar em termos de longo prazo, devido à sua própria constituição interna.” A crescente utilização de meios autoritários para impor sua dominação é mais uma manifestação de sua crise que afirmação de sua energia. Os problemas estruturais do sistema do capital “requerem uma intervenção positiva no próprio problemático processo produtivo para enfrentar suas contradições perigosamente crescentes”. Nesse sentido, para Mészáros, “é uma noção verdadeiramente absurda sugerir a possibilidade de o capital, enquanto ele pode, recorrer à dominação mediante um estado de *emergência*

⁴⁹ Valores anuais acumulados em poderes globais de destruição. (685)

completamente instável e, portanto, necessariamente transitório, como a condição *permanente* de sua *normalidade* futura.” (691)

Qualquer tentativa de se impor através do uso da força permanente só pode resultar em “sucessos temporários” para o sistema do capital, além de “agravar a crise no mais longo prazo. Pois os problemas estruturais descritos acima equivalem a um importante bloqueio no sistema global de produção e distribuição. Enquanto tais, eles demandam remédios estruturais adequados e não as suas multiplicações pelo adiamento e repressão forçados.” (691)

A incorporação das sociedades pós-capitalistas, depois do fim do regime soviético, não pode oferecer a possibilidade de proporcionar novo impulso expansionista ao capital, no curso de uma crise estrutural, porque

“mesmo se o capitalismo pudesse ser completamente restabelecido em todas as sociedades pós-revolucionárias, isto não resolveria uma única contradição estrutural do capital como um modo de controle social ao qual as classes trabalhadoras são sujeitadas. Removeria apenas a justificação auto-complacente e o *álibi* do ‘capitalismo avançado’.”(753)

Todas essas soluções à crise em que vivemos apresentam em comum a impossibilidade de tratar as causas enquanto causas, permanecendo num círculo vicioso de medidas paliativas, as quais, de maneira alguma, enfrentam as transformações estruturais que tal conjuntura exige. Como gosta de afirmar Mészáros, todas elas não chegam nem a “arranhar a superfície do problema”.(543,575)

Em suma, dois aspectos exporiam a inutilidade de tais propostas de solução da crise no interior do quadro estrutural do sistema do capital. Em primeiro lugar, não há como eliminar a relação de antagonismo que sustenta a forma concreta de valorização do capital, qual seja, a relação irreconciliável entre o capital e o trabalho. Desse modo, a contradição inexorável entre crescimento da produção de trabalho excedente e diminuição do trabalho necessário, com suas nefastas conseqüências para a realização do capital, permanece atuante. Temos, também, como impedimento de solução da crise por propostas dessa natureza, o fato de que não há nenhuma esfera da vida ou região no capitalismo mundial que já não estejam incorporadas às leis da lógica exploradora do trabalho. Hoje, nada resta

de seu lado de fora, pois “ele não tem ‘fora’.” Não há, portanto, sempre segundo Mészáros, a possibilidade de qualquer sucesso duradouro no uso de medidas remediadoras e superficiais. (71)

Ou, o que nada mais significa que dizer o mesmo de outra forma, a razão da crise estrutural do capital está em seu próprio “modo de controle metabólico social irrefreavelmente orientado à expansão” que lhe impõe a necessidade de “sustentar seu curso de desenvolvimento guiado pela acumulação” pois, do contrário, “implode cedo ou tarde, como fez o sistema do capital pós-capitalista soviético.”(71) Em função disso, “quanto mais mudam as próprias circunstâncias históricas, apontando na direção de uma mudança necessária das contraditórias e cada vez mais devastadoras premissas estruturais irracionais do sistema capitalista, mais categoricamente os imperativos de funcionamento devem ser reforçados e mais estreitas devem ser as margens dos ajustes aceitáveis.”(143)

Nesse sentido, a ativação dos “limites absolutos” do sistema do capital, para os quais não há mais ajustes definitivos, está na raiz da própria crise estrutural e o tempo de aproximação em direção a eles não pode ser negligenciado sob o risco de ocorrer o colapso do sistema e até mesmo a extinção da humanidade. Isso se deve ao fato de que o sistema “transforma suas potencialidades *positivas* em realidades *destrutivas*. Esta virada no desenvolvimento se torna mais pronunciada quanto mais se aproxima dos limites do sistema do capital -- os limites da cada-vez-mais-perdulária quantificação e expansão num mundo de recursos finitos.” (530)

Esses ajustes corretivos se esgotaram durante o período de ascendência histórica do capital, e apenas adiaram para o futuro (hoje, presente) o resultado das medidas paliativas utilizadas, porém impulsionadoras da expansão requerida à época. Com o esgotamento da fase de expansão, uma vez que não há mais “ ‘continentes escondidos’ para serem descobertos”, os “antagonismos estruturais latentes (...) são dramaticamente ativados.”(485)

Não se deve esquecer que “todo sistema de reprodução do metabolismo social tem seus limites intrínsecos ou absolutos, que não podem ser transcendidos sem que o modo de controle prevalecente mude para um modo qualitativamente diferente.”(142) Apenas nesse sentido são absolutos, tendo em vista que a superação definitiva de um dado sistema de reprodução social impõe a alteração de todos seus pressupostos e princípios orientadores, o

que no caso do sistema do capital significa eliminar seu total controle sobre a produção e distribuição da riqueza social, portanto sobre o trabalho, e a prioridade da produção de valor de troca em detrimento das necessidades humanas.

Nessa acepção, de acordo com Mészáros (145), “deve-se enfatizar que a expressão ‘limites absolutos’ não implica em algo absolutamente impossível de ser transcendido, como os apologistas da ‘ordem econômica estendida’ dominante tentam nos fazer crer para nos submeter à máxima do ‘não há alternativa’.” Os limites absolutos, aos quais faremos referência em detalhe logo a seguir, dizem respeito a um sistema historicamente determinado – o capitalismo.

Há, ainda, um outro aspecto a ser considerado em se tratando dos limites absolutos. O fato de termos alcançado uma fase em que o capital já não pode mais responder a seu imperativo expansionista e em que a continuidade do seu modo de auto-reprodução carrega dentro de si as bases destrutivas dos elementos materiais e humanos vitais ao funcionamento do sistema, não nos garante que o capital deterá seu impulso de transcender todos os limites à sua frente. Muito pelo contrário, conclui Mészáros,

“o mais provável é que se tente tudo para lidar com as contradições que se intensificam, procurando ampliar a margem de manobra do sistema capitalista em seus próprios limites estruturais. No entanto, como as fundamentações causais responsáveis pela ativação dos limites absolutos desse modo de controle não podem ser discutidas e, muito menos, adequadamente resolvidas dentro de tais limites, a correção de alguns dos problemas mais explosivos do espinhoso processo do metabolismo social tende a ser procurada de outras formas. Esta correção ocorrerá por meio da manipulação dos obstáculos encontrados, estendendo-se ao extremo as formas e mecanismos da troca reprodutiva no plano de seus efeitos limitadores, hoje deplorados até pelos ‘capitães da indústria’.”(145-146)

Resta ao capital a alternativa de aprofundar as suas contradições insanáveis, utilizando-se de ajustes corretivos de pouco efeito e confinados pelos limites intrínsecos do sistema. Tais ajustes, contudo, implicam em enfrentar “a mais intratável das contradições gerais do sistema capitalista”, já sublinhada anteriormente: “a impossibilidade de impor restrições internas a seus constituintes econômicos e a necessidade atualmente inevitável de introduzir grandes restrições”. Portanto, “qualquer esperança de encontrar uma saída desse

círculo vicioso, nas circunstâncias marcadas pela ativação dos limites absolutos do capital, deve ser investida na dimensão política do sistema” e no uso de “restrições autoritárias extremas” através das instituições de que dispõe, como o parlamento e a força repressiva policial. O que, veremos ao tratar do Estado, gera um outro conjunto de contradições não menos “intratável”.(146)

No contexto da presente crise,

“não pode haver dúvida de que o sucesso ou não desta ação remediadora (ajustada aos limites estruturais do sistema capitalista global), apesar de seu caráter evidentemente autoritário e de sua destrutividade, vai depender da capacidade ou incapacidade da classe trabalhadora de rearticular o movimento socialista como empreendimento verdadeiramente internacional.” (146)

Trataremos do significado da intervenção ativa do movimento socialista, nesse quadro de crise estrutural, no capítulo IV. O que interessa abordar agora é como Mészáros apresenta as formas de expressão mais fundamentais dos limites absolutos.

Mészáros analisa quatro questões que caracterizam a ativação desses limites absolutos: 1. o antagonismo estrutural entre o capital global e os Estados nacionais; 2. a degradação das condições ambientais; 3. a luta pela emancipação das mulheres; e 4. o agravamento do desemprego crônico. No entanto, ele chama a atenção para o fato de que

“as quatro questões escolhidas para a discussão (...) não representam características isoladas. Longe disso: cada uma delas é o centro de um conjunto de grandes contradições. Como tais, elas demonstram ser insuperáveis precisamente porque, em conjunto, intensificam imensamente a força desintegradora de cada uma e a influência global desses conjuntos particulares tomados em seu todo.” (147)

Ao examinarmos logo de início a primeira questão, vemos que o antagonismo estrutural inconciliável entre o capital global (transnacional) e os Estados nacionais necessariamente constritores é, segundo Mészáros,

“inseparável de (pelo menos) três contradições fundamentais: as que existem entre (1) *monopólio e competição*; (2) a crescente *socialização* do processo de trabalho e a *apropriação discriminatória e preferencial* de seus produtos (por várias

personificações do capital — de capitalistas privados às auto-eternizadoras burocracias coletivas); e (3) a *divisão internacional do trabalho*, ininterrupta e crescente, e o impulso irreprimível para o desenvolvimento desigual que, portanto, deslocam necessariamente as forças preponderantes do sistema capitalista global (no período da Segunda Guerra Mundial, basicamente os EUA) para a *dominação hegemônica*.” (147)

A atenuação das contradições mais explosivas foi possível durante um longo período, durante a fase de expansão imperialista do capitalismo, com a dominação de novos mercados e a exportação de problemas de controle do metabolismo social interno para longe das fronteiras nacionais dos países desenvolvidos. Os países capitalistas dominantes, com a política de desenvolvimento monopolista, conseguiram “contrarrestar , por ora e dentro de limites bem marcados, alguns aspectos da lei do valor”, mas de “nenhuma maneira poderiam passar por sobre a lei mesma”. Em contrapartida, ao mesmo tempo em que se dava a “grande expansão imperialista que deslocava temporariamente as contradições”, podia-se observar que “a competição na procura da dominação e o choque dos interesses antagônicos também assumiram uma escala e intensidade cada vez maiores.” (162)

O que poderia ser uma alternativa expansionista duradoura trazia junto de si uma potencialização, no tempo decorrido pela postergação das contradições inelimináveis, dos antagonismos entre os capitais transnacionais, que se firmaram para além das fronteiras originárias, e os Estados nacionais naturalmente restritores, que se opõem à perpetuação da relação de força imposta pela ordem internacional. Nesses casos, os Estados nacionais são acusados de “nacionalismo do Terceiro Mundo” e de criadores de “pandemônio étnico”, sendo seus povos desqualificados “e mantidos sob firme controle pelos que têm o poder de fazer respeitar esse controle, privando-os, sem a menor cerimônia, do direito à autodeterminação”.(153)

Essa condenação do nacionalismo, no entanto, “é inteiramente contraditória, não apenas hipócrita.” Pois ao contrário do que poderia parecer, com o conveniente discurso dos benefícios universais da globalização e do mercado sem fronteiras,

“os países capitalistas dominantes sempre defenderam (e continuam defendendo) seus interesses econômicos vitais como entidades combativas nacionais, apesar de toda a retórica e mistificação em contrário. Suas companhias mais poderosas estabeleceram-se e continuam funcionando pelo mundo afora; são ‘multinacionais’ apenas no nome. Na verdade, são corporações *transnacionais* que não se sustentariam por si mesmas.”(154)

Nesse sentido, diz Mészáros que

“a expressão ‘multinacional’ é freqüentemente usada de modo completamente equivocado, ocultando a verdadeira questão do domínio de empresas capitalistas de uma nação mais poderosa sobre as economias locais — em perfeita sintonia com as determinações e antagonismos mais profundos do sistema do capitalismo global.”(154)

As condições do antagonismo inerente à lógica interna do capital têm sua reprodução ampliada na esfera internacional, através da relação entre capital transnacional/multinacional e os Estados nacionais, numa relação de reciprocidade dialética em que “ ‘cada firma capitalista se relaciona ao sistema mundial através do Estado-nação e, em última análise, dele depende’⁵⁰”. Os mesmos imperativos da acumulação ampliada orientada para a expansão movem os interesses dos capitais transnacionais (expressões do impulso inato à concentração e centralização do capital”), e, por conseguinte, no mesmo sentido, só conseguem se afirmar através do estabelecimento de uma hierarquia de dominação entre Estados nacionais dominantes e dominados. Não há, portanto, nenhuma condição de, por um lado, os Estados nacionais subordinados aos países avançados se constituírem enquanto proteção à invasão desenfreada das empresas transnacionais e, por outro, dos países dominantes estenderem eternamente tal supremacia na intenção de, no futuro do mundo globalizado, constituírem “um todo harmonioso”. Para Mészáros,

“admitir (...) que as atuais relações de poder, de dominação e de dependência possam se tornar permanentes — para não dizer aperfeiçoadas até o grau projetado em favor do país imperialista mais importante, os Estados Unidos — é totalmente irreal, não importa quanta força seja mobilizada pelos atuais beneficiários, pois os

⁵⁰ Harry Magdoff, *Imperialism: From The Colonial Age o the Present*. New York: Montly Review Press, 1978, p.183.

profundos antagonismos gerados pela dominação estrutural não podem ser dissolvidos pela tentativa de exorcizar o ‘nacionalismo irracional do Terceiro Mundo’ como obra do diabo.” (155)

Tudo isso é agravado pelo aumento das desigualdades existentes e da “dominação estrutural das economias mais fracas pelos países ‘do capitalismo avançado’ no quadro das relações de poder prevaletentes”, acentuando a instabilidade do sistema em seu conjunto, sem que ocorresse, como dizem deveria acontecer, uma inserção liberalizada e a problemática de todos os mercados ao mercado globalizado.

Um outro aspecto considerado por Mészáros, além da contestada relação de dominação do “Terceiro Mundo” que ameaça a idéia de um mundo harmônico e globalizado, diz respeito ao relacionamento entre as próprias potências capitalistas dominantes. Segundo ele,

“também existem graves antagonismos entre as potências capitalistas dominantes, que tendem a se intensificar no futuro próximo. Isto acontece não apenas porque o contemplado ‘nacionalismo econômico positivo’ dos Estados Unidos já está gerando respostas nada positivas na Europa ocidental, no Japão e no Canadá, mas também porque grandes diferenças de interesse produzem conflitos cada vez mais incontroláveis até entre os membros da Comunidade Européia (hoje chamada otimisticamente de ‘União Européia’) há muito estabelecida. Assim, é necessário muito mais do que a esperançosa projeção de ‘reconciliação amigável’ dos interesses econômicos em colisão”.(155)

Os ideólogos do capital podem perfeitamente recorrer, comenta Mészáros, a projeções de “reconciliação amigável” entre os interesses em conflito e de funcionamento do sistema do capital como um “todo harmonioso”, mas não é o que têm conseguido na prática, pois a tendência é o acirramento das disputas pela realização do capital, e até mesmo por um reordenamento na hierarquia do imperialismo com o surgimento “de uma tendência para um novo poli-centrismo (pense-se no Japão e na Alemanha, por exemplo), com conseqüências potencialmente incalculáveis” para o futuro. Os interesses monopolistas conflitantes, no contexto da crise estrutural, não podem ser apaziguados, pois respondem às necessidades do desenvolvimento expansivo do capital, com uma conseqüente

concentração e centralização do capital - forma de ainda torná-lo possível, apesar das crescentes dificuldades. (690)

A superação dos antagonismos apontados não é possível sobre a base material do capital já que “as estruturas produtivas do capital não podem ser reproduzidas, na requerida escala ampliada, sem a perpetuação do antagonismo capital e trabalho – instável pela própria natureza.”(163) Não há como se constituir uma base material harmonizadora, na qual predominem interesses universais, pois o capital só existe com base na oposição ao outro e “assegura a dominação e a exploração do antagonista reproduzindo sempre o antagonismo”.(170-nota 232)

Nem mesmo a aparência de positividade (pois, “o capital nunca pode superar sua *negatividade* e sua permanente dependência do trabalho ao que deve opor-se – negar – antagonisticamente, e ao mesmo tempo dominar”) das instituições largamente utilizadas para mistificar a desigualdade substantiva, como a idéia de que o capital explorador do trabalho produtivo é o verdadeiro “criador de riqueza”, e do “Estado democrático” defender o “interesse universal “ ou “geral”, consegue sair incólume sob a instabilidade reprodutiva do sistema do capital e o descontrole sobre os antagonismos antes amenizados. Todo esse arsenal mistificador “deixa de constituir uma solução sustentável quando se chega aos limites absolutos.” Isso porque, segundo Mészáros,

“a inerente negatividade de até mesmo os monopólios mais gigantescos – ‘enquanto oposto a outros monopólios’ e ‘enquanto oposto ao trabalho’, tanto no país como no exterior – não pode tornar-se uma positividade felizmente conciliadora e universalmente omniabarcadora. Nem tampouco pode o impositor e defensor político dos interesses do capital transnacionalmente expansionista – o Estado nacional – tornar-se uma força universal positiva. Por isso a criação de um ‘Governo Mundial’ deve permanecer um sonho irrealizável hoje e no futuro, como o é há duzentos anos.” (170 – nota 232)

Tais idéias, defendidas pelos representantes do capital, continuando com Mészáros,

“não podem sequer sugerir as causas reais dos problemas identificados e, portanto, são obrigadas a conceber todo tipo de pseudo-causas para justificar a frustração de saber que os antagonismos continuam a irromper pelo mundo afora, apesar da

‘Nova Ordem Mundial’, antes anunciada como sem problemas, e do feliz encerramento da história com o triunfo absoluto da ‘democracia liberal’.”(159)

A necessidade do capital superar a si mesmo, impulsionado pelo imperativo expansionista de seu sistema reprodutivo, leva-o a acentuar a contradição entre os Estados nacionais e suas “mais poderosas unidades econômicas — as corporações gigantescas — em direção ao monopólio transnacional”, deixando de “articular e regular corretamente sua estrutura de comando político totalizadora: garantia última da viabilidade de suas estruturas de reprodução material que em si e por si são perigosamente centrífugas.”(170,171) Assim, a superação de si mesmo, “potencialmente fatal”, torna tal contradição insolúvel e insustentável no tempo.

Da mesma maneira o capital se relaciona com as condições ambientais necessárias à reprodução metabólica social. A necessidade de superar-se a si mesmo está por trás da tendência universalizadora do capital, que emana “de seu ‘impulso ilimitado e infinito para superar a barreira limitadora’, qualquer que tenha sido esta: obstáculos naturais ou fronteiras culturais e nacionais.” O que resulta ser “inseparável da necessidade de deslocar os antagonismos internos do sistema por meio da constante ampliação da escala de suas operações.” Para o capital, portanto, nada poderia se antepor à necessidade de expansão, pois não aceita restrições, “não importando o peso das implicações materiais dos obstáculos a enfrentar”. Nesse sentido, a “degradação da natureza ou a dor da devastação social não têm qualquer significado para seu sistema de controle metabólico social, em relação ao imperativo absoluto de sua auto-reprodução numa escala cada vez maior.” (173)

O capital não se detém diante de quaisquer “obstáculos externos”, superando todas as barreiras em seu caminho, mesmo que esse impulso signifique uma ameaça à humanidade. Uma vez que não visa produzir para atender às necessidades humanas, mas apenas gerar valor a partir de valor, condições básicas para a reprodução metabólica como a natureza e os seres humanos são encarados meramente como “fatores de produção”, portanto elementos “externos em termos da lógica auto-expansionista do capital.” (173-174)

Mas essa tendência à expansão desenfreada não pode durar para sempre, e o capital acabou por enfrentar, no contínuo impulso de superar-se a si mesmo e ir para “*além* dos

limites encontrados”, o limite em sua própria lógica interna, colidindo com os “limites estruturais insuperáveis de seu próprio modo de controle metabólico social.”(174) Tal afirmação de Mészáros está fundada na constatação de que,

“hoje, é impossível pensar em qualquer coisa associada às condições elementares da reprodução do metabolismo social que não esteja letalmente ameaçada pela forma como o capital se relaciona com elas: a única que ele conhece. Isto não vale apenas para as exigências de energia da humanidade ou para a administração dos recursos naturais e dos potenciais químicos do planeta, mas para todas as facetas da agricultura global, inclusive a devastação causada pela devastação em grande escala das florestas e a maneira irresponsável de tratar o elemento sem o qual nenhum ser vivo pode sobreviver: a água.” (174)

A inversão histórica que o capital processou, durante seu desenvolvimento histórico, entre “destruição produtiva” (na fase de consolidação do capitalismo) e “produção destrutiva” (no capitalismo contemporâneo), ilustra bem a direção tomada que é irreversível a depender da permanência dessa mesma lógica reprodutiva, na medida em que todos, ”os que continuam a postular que ‘ciência e tecnologia’ resolverão as graves deficiências já inegáveis e as tendências destrutivas da ordem estabelecida de reprodução”, ignoram “a *escala proibitiva* em que os problemas continuam a se acumular e teriam de ser resolvidos”. (175)

Os problemas decorrentes do uso sem limites dos recursos disponíveis, subordinado às prioridades da expansão, não atingem apenas os “condenados á fome e à desnutrição” do Terceiro Mundo; seus efeitos destrutivos devem ser sentidos também pelo resto do mundo. Pois, alerta-nos Mészáros, as

“práticas da produção e distribuição do sistema capitalista na agricultura não prometem, para quem quer que seja, um futuro muito bom: o uso irresponsável e muito lucrativo de produtos químicos que se acumulam como venenos residuais no solo, a deterioração das águas subterrâneas, a tremenda interferência nos ciclos do clima global em regiões vitais para o planeta, a exploração e destruição dos recursos das florestas úmidas etc.” (176)

Diante do “desperdício incorporado em sua estrutura”, da “deturpação paralisante até das necessidades humanas mais elementares” e da “tirania da necessidade artificialmente produzida”, a situação atual das condições básicas da reprodução social não pode ser mais impactante, principalmente, considerando, como diz Mészáros, que “não é possível introduzir-se neste sistema a racionalidade abrangente exigida e a alocação correta dos recursos humanos e materiais, e ao mesmo tempo aderir a seus princípios de funcionamento e às premissas necessárias de sua prática.” (183,184)

A tentativa de encontrar na ciência e tecnologia uma saída aos problemas da alocação perdulária de recursos finitos está mergulhada na mesma impossibilidade de se compatibilizar uma “racionalidade abrangente” com as “premissas práticas” da produção destrutiva. Pois a “ciência e a tecnologia só podem ser utilizadas a serviço do desenvolvimento produtivo se contribuírem diretamente para a expansão do capital e ajudarem a empurrar para mais longe os antagonismos internos do sistema.” É pela mesma razão que “mesmo as formas existentes de conhecimento científico, que até poderiam combater a degradação do ambiente natural, não podem se realizar, porque interfeririam com o imperativo da expansão inconsciente do capital; para não mencionar a recusa em dar andamento aos projetos científicos e tecnológicos que, se tivessem a necessária escala monumental, compensariam a piora de toda a situação.”(175) Isso explica porque, hoje, “a interferência irresponsável com a causalidade da natureza é a norma; a pesquisa de projetos de produção realmente emancipadores, a rara exceção.”(176)

A maneira com que o capital se relaciona com as condições básicas da reprodução do metabolismo social está vinculada à necessidade de contínuo crescimento da escala de produção e da disputa pelo domínio dos mercados, sendo para isso indispensável a incorporação de crescentes recursos materiais. As unidades econômicas em operação no sistema, para sobreviver e prosperar, têm que “melhorar as oportunidades de controle”, e isso significa exatamente “aumentar constantemente sua escala de operação — o que torna a expansão do capital uma exigência absoluta — não importa o quanto sejam destrutivas em termos globais as conseqüências da utilização voraz dos recursos disponíveis (para os quais as firmas privadas não têm medidas nem preocupações).” Para isso, operam, em busca de assegurar uma “vantagem relativa” no mercado, através do “aperfeiçoamento da

racionalidade e eficácia parciais de suas operações específicas”, desconsiderando o impacto global devastador dos recursos disponíveis para o qual todas contribuem.(179)

Portanto, conclui Mészáros, o

“bloqueio de novos campos sobre os quais o capital poderia estender seu domínio e aos quais poderia ‘exportar’ suas contradições ativa os limites absolutos e a simultânea crise estrutural do sistema. Conseqüentemente, a necessidade inevitável de assegurar a administração sustentável das condições de controle metabólico social e da produção no contexto global adequado se revela como algo irremediavelmente *além do alcance do capital*, não importa o até onde e quão perigosamente o sistema se ultrapasse a si mesmo.” (179-180)

Para que o sistema possa reproduzir-se, ele precisa operar sem quaisquer restrições, mesmo que, em última instância, isso implique em colocar em risco sua própria auto-reprodução. Continuar operando sob os princípios da produção destrutiva, como a única forma possível de expansão do capital hoje, não deixa dúvidas que “nenhuma reprodução do metabolismo social pode subsistir assim indefinidamente”(187), nem mesmo que “o futuro hoje não pode prometer mais do que o domínio permanente de algum tipo de escassez na humanidade”.(186)

Mészáros aborda, também, a questão da emancipação feminina como mais uma das contradições insolúveis nos marcos estruturais do sistema, uma vez que somente a vigência de uma igualdade substantiva, portanto não formal, mas efetiva e incompatível com qualquer tipo de hierarquia e antagonismo entre os homens, poderia realizar tal objetivo emancipatório. A questão das mulheres, segundo ele, tem um peso considerável na reprodução social, pois como responsáveis pela “reprodução biológica dos seres humanos” desempenham “uma função mediadora primordial do processo do metabolismo social”. Não se trata de uma questão acessória. (187)

Tal importância é atribuída ao fato de que a família nuclear, largamente cimentada pelo papel mediador das mulheres, é fundamental para a reprodução do capitalismo, pois além de constituir a base da reprodução biológica da espécie, de servir para a “transmissão ordenada da propriedade de uma geração à outra”, cumpre uma outra função não menos importante, qual seja: desempenhar um “papel essencial na reprodução do *sistema de*

valores da ordem estabelecida da reprodução social”. Sistema de valores que, por ser adequado à manutenção do modo de dominação imposto sobre o trabalho, só pode ser “*totalmente oposto (...) ao princípio da verdadeira igualdade.*”(190)

A questão da emancipação feminina não pode ficar, portanto, alheia às relações estabelecidas por um “controle social discriminatório e hierárquico afinado com o princípio antagonístico estruturador da sociedade”, ao nível do “macrocosmo”, pois esse controle exige haver um seu “equivalente em todos os níveis da troca humana”, como acontece ser na família – um “microcosmo” com funções específicas na reprodução e no consumo”.(187) Ela encontra-se emaranhada pelas mesmas relações dominantes, uma vez que o papel da mulher está intimamente ligado à função exercida pela família na manutenção do domínio do capital sobre o complexo social, que é “a perpetuação — e *internalização* — do *sistema de valores* profundamente iníquo, que não permite contestar a autoridade do capital”.(190)

Não haveria como se superar apenas a hierarquia específica estabelecida na relação entre homem e mulher no interior da família, sendo esta parte integrante de um todo abrangente que só se reproduz sobre relações profundamente desiguais e antagônicas. Para quem julga ser viável esta alternativa seria um problema “explicar como é possível assegurar a reprodução *simultânea* desse todo antagônico e das partes livres de antagonismos que o constituem.” Mesmo que se possa construir relações interpessoais numa base de igualdade substantiva em unidades familiares ou comunidades isoladas (como já se experimentou na história contemporânea), essas experiências não têm como inverter o “*übergreifendes Moment*” (momento determinante) que “determina que os microcosmos da reprodução devem ser capazes de se aglomerar num conjunto abrangente que não pode, de forma alguma, funcionar numa base de verdadeira igualdade.”(189)

Os direitos civis historicamente concedidos às mulheres, a ocupação crescente de sua força de trabalho, a liberalização do acesso às profissões e a cargos funcionais antes apenas reservados a homens não significam que não sofram as mesmas iniquidades atuantes e prevalecentes na relação capital-trabalho, ou até mais, considerando a degradação do salário feminino em relação ao dos homens. A “igualdade de oportunidades” não passa de um “desvio mistificador” que leva as pessoas a lutarem por “vantagens

relativas para porções mais ou menos limitadas de homens ou mulheres em posição estruturalmente subordinada.” Acreditar na possibilidade de emancipação das mulheres simplesmente com base na conquista de “oportunidades iguais” às dos homens deixa as mulheres vulneráveis aos mesmos avanços e recuos impostos aos homens pela subordinação estrutural ao capital a que todos estão submetidos. Mesmo as “conquistas relativas” que, no passado, as mulheres puderam acumular, durante a fase de expansão dinâmica do capital, segundo a análise de Mészáros, “têm de sofrer um recuo significativo quando o processo da acumulação encontra dificuldades maiores. Portanto, é inevitável que também a esperada melhoria na condição das mulheres dentro das margens da ordem estabelecida se torne irrealizável com o encolhimento da margem de manobra do capital.” (192)

É de fundamental importância para a emancipação das mulheres, portanto, definir que tipo de igualdade está em causa, e qual igualdade é “viável para os indivíduos em geral e para as mulheres em particular”, que possa permitir a constituição de uma ordem qualitativamente diferente. Pois do contrário, se a luta das mulheres permanecer nos limites da “igualdade de oportunidades”, terão que reconhecer que, como diz Mészáros, “sob o domínio do capital em qualquer de suas variedades — e não apenas hoje, mas enquanto os imperativos desse sistema continuarem a determinar as formas e os limites da reprodução metabólica social — a “igualdade das mulheres” não passa de simples *tokenismo*”.⁵¹ (203)

Na relação capital-trabalho, não se pode esquecer, predomina uma “hierarquia estrutural insuperável” e uma “desigualdade substantiva”, que resultam na “perpetuação da injustiça fundamental. Portanto, quaisquer tentativas de conciliar este sistema com os princípios da justiça e da igualdade são inevitavelmente absurdas”. Nesse sentido, a emancipação das mulheres só pode ser concretizada com a realização de uma “igualdade substantiva que desafia diretamente a autoridade do capital prevalecente no ‘macrocosmo’ abrangente da sociedade e igualmente no ‘microcosmo’ da família nuclear.” (220)

Em ambas as esferas têm-se que enfrentar tal desafio, pois a família nuclear, no fundo,

⁵¹ Prática de admissão de minorias.

“não deixa de ser profundamente autoritária devido às funções que lhes são atribuídas num sistema de controle metabólico dominado pelo capital, que determina a orientação de indivíduos particulares através de seu sistema incontestável de valores. Este autoritarismo não é mera questão de relacionamentos pessoais mais ou menos hierárquicos entre os membros de famílias específicas. Mais do que isso, diz respeito ao imperativo absoluto de proporcionar o que se espera do tipo de família historicamente evoluído, imposto pela indispensável subordinação do ‘microcosmo’ específico de reprodução às exigências tirânicas de todo o processo reprodutivo.”(190-191)

O atendimento a essas exigências reprodutivas, que implica na necessidade da reprodução das mesmas relações hierárquicas da ordem estabelecida, também, no interior da família, explica a impossibilidade da liberação (e a importância da luta) das mulheres nos marcos do sistema do capital. Tal ordem de crescente conflito, se considerarmos a crise estrutural (incluído “o sistema de valores do capitalismo, renunciando conflitos e batalhas”) em andamento, inevitavelmente assevera a ativação dos limites absolutos do sistema, dado que o sistema é “absolutamente incompatível com a necessária afirmação pragmática da igualdade substantiva”, o que tende a manter “a causa da emancipação das mulheres (...) *não-integrável* e irresistível, não importa quantas derrotas temporárias ainda tenha de sofrer quem luta por ela.”(191-192)

As mulheres integram de forma subordinada todas as classes, e suas reivindicações de igualdade não podem ser descartadas, “até pelas forças conservadoras mais extremadas”, como uma mera “inveja particularista de classe”. Resolver os conflitos existentes com a criação de um “espaço especial” para a emancipação das mulheres no interior dessa ordem sócio-metabólica é impossível, se considerarmos o requisito da igualdade substantiva, já exposto, de vigorar no complexo social em todas as suas esferas. É nesse sentido que Mézáros afirma que “o ‘poder nas mãos das mulheres’ teria de significar poder nas mãos de todos os seres humanos ou nada, exigindo o estabelecimento de uma ordem de produção e reprodução do metabolismo social alternativa radicalmente diferente, que abrangesse todo o quadro de referências e as ‘microestruturas’ que constituem a sociedade.”(203)

Mesmo que às mulheres fosse reconhecida a igualdade plena enquanto membros da força de trabalho, permitindo-lhes o acesso a “alguns territórios antes proibidos”, “sob

nenhuma circunstância elas poderão questionar a divisão do trabalho estabelecida e seu próprio papel na estrutura familiar herdada.”(209) Do mesmo modo, o “maquinário político da ordem capitalista” não permite que elas possam introduzir a “agenda feminina de igualdade substantiva” na “estrutura rigorosamente circunscrita da tomada de decisão política, destinada ao papel de facilitar a extração mais eficiente possível do excedente do trabalho.”(208) Não é por outra razão que Mészáros coloca como sendo “a pré-condição vital da igualdade substantiva (...) enfrentar com uma crítica radical a questão do modo inevitável de funcionamento do sistema estabelecido e sua correspondente estrutura de comando, que *a priori* exclui qualquer esperança de igualdade significativa.”(206) Por isso, segundo nosso autor, “a causa histórica da emancipação das mulheres não poderia progredir sem questionar todas as formas de domínio do capital.”(210) Assim, a emancipação das mulheres,

“comprova ser o ‘calcanhar de Aquiles’ do capital: ao demonstrar a total incompatibilidade de uma verdadeira igualdade com o sistema capitalista nas situações históricas em que essa questão não desaparece, não pode ser reprimida com violência (ao contrário do que acontecia com a militância de classes no passado), nem esvaziada de seu conteúdo e ‘realizada’ na forma de critérios formais vazios.” (149)

Por fim, tratemos do quarto e último, e o mais explosivo, fator constituinte do conjunto de forças interativas ativadoras dos limites absolutos do sistema do capital – o desemprego crônico.(142)

Lembra Mészáros que nem sempre o desemprego constituiu uma ameaça ao saudável funcionamento do sistema do capital; manteve-se enquanto uma ameaça apenas latente, durante muitos séculos de desenvolvimento histórico. Isso pôde ser sustentado até quando “se pôde manter a dinâmica da expansão e a acumulação rentável do capital”, sendo que o “exército de reserva” da força de trabalho cumpriu um papel até benéfico e necessário à manutenção da tendência de crescimento do capital. O deslocamento expansionista das contradições e antagonismos internos alimentava a ilusão que o aumento do nível de desemprego seria passageiro, e as “leis naturais” da reprodução sócio-econômica ativariam os ajustes corretivos necessários.(241)

Contudo, o problema assume uma dimensão bem mais incontornável quando a fase de ascendência histórica do capital se esgota e a acumulação enfrenta dificuldades crescentes para a realização de seus objetivos expansivos. A essa altura já não há mais disponibilidade das formas anteriores de exportação das contradições acumuladas, antes posta em ação “mediante uma confrontação militar massiva, como experimentou-se em duas guerras mundiais, nem tampouco [se pôde dissipar] internamente [tais contradições] graças à mobilização dos recursos materiais e humanos da sociedade, em preparação de uma próxima guerra”, como se viu na década de 30 e no período pós-Segunda Guerra Mundial. Mesmo porque o crescimento excessivo de armamentos, justificado pela Guerra Fria, começou a tornar-se “proibitivo até para os países mais poderosos economicamente.” A consequência imediata dessa inversão expansionista é o desemprego, agora numa escala que não pode mais ser dissimulada pela ilusão de ser uma mera disfunção temporária; é, assim, que “o desemprego em massa começa a lançar uma sombra verdadeiramente ameaçadora não só sobre a vida sócio-econômica de um país ou outro, senão do sistema do capital em seu conjunto.”.(242)

Tudo isso parece ainda mais grave, como diz Mészáros,

“Porque uma coisa é considerar a possibilidade de eliminar ou aliviar o impacto negativo do desemprego em massa num país particular, ou mesmo em vários – transferindo sua carga a alguma outra parte do mundo graças ao ‘melhoramento da posição competitiva’ do país ou países em questão (...). (...) outra coisa bem distinta é sonhar com essa solução quando a enfermidade afeta a totalidade do sistema (...). Sob essas circunstâncias a ‘explosão demográfica’ em forma de *desemprego crônico* é ativada como um limite absoluto do capital.” (242)

Uma característica particular do desemprego crônico é que ele não está limitado a jovens e mulheres, a trabalhadores manuais, a setores econômicos específicos ou às regiões mais pobres do mundo; ele ocorre em todas as categorias de trabalho qualificado e não qualificado - inclusive na classe média -, generalizando-se por toda economia mundial, sem fazer exceção mesmo aos países capitalistas mais avançados. (233-236) Se antes já não passava de promessa vazia alcançar-se o pleno emprego, hoje é mais visível ainda essa impossibilidade. Com o presente quadro de população excedente, expulsa das oportunidades de trabalho criadas no período de ascendência do capital, pode-se dizer que “

‘hoje, no período do capitalismo imperialista em decadência, é como se o exército de reserva do trabalho fosse o mundo inteiro’⁵².’ (237)

O reconhecimento das proporções catastróficas do desemprego não se restringe aos opositores do sistema do capital, mas quando se vê a justificativa apresentada para o fenômeno pode-se distinguir claramente de que lado se analisa a questão. A ameaça à sobrevivência do sistema é atribuída, pelos “apologetas do capital”, a leis e causas estritamente naturais, inspiradas nas previsões malthusianas da ocorrência de uma “explosão populacional”(em constante crescimento geométrico) sem a correspondente produção de alimentos (que cresce aritmeticamente) – “o colapso é diretamente determinado pela natureza”. A “falsa definição do problema e a ilusória projeção das soluções (...) se deve ao fato de que a perversa *dinâmica interna do sistema* não pode ser questionada”, e faz com que a verdadeira razão do desemprego seja ignorada ou falseada.(230)

Atribui-se também o crescimento do desemprego ao desenvolvimento tecnológico e aos novos descobrimentos científicos, sem considerar que os recursos tecnológicos adicionados são utilizados em perfeito acordo com os princípios e objetivos reprodutivos do sistema, e, portanto, reforçam apenas enquanto efeito a tendência pré-existente ao desemprego.

Assim, “posto que os parâmetros e limitações estruturais estabelecidos do sistema (...) são ignorados, os únicos corretivos admissíveis (...) são (...) aqueles que podem ser considerados *externos* à dinâmica social real.” Os “corretivos externos”, então, recaem sobre os próprios trabalhadores, tanto no sentido de convencê-los a se conformarem (e incorporarem a idéia de que “a época do pleno emprego acabou”) com a tendência inexorável ao desemprego, como a aceitarem “satisfeitos” a opção do trabalho temporário e as restrições aos “órgãos coletivos tradicionais de defesa dos interesses do povo trabalhador”, impostas por meio de medidas autoritárias, com o objetivo de “incriminar quem proteste” contra tais políticas degradantes do trabalho. (232)

⁵² Staughton Lynd. “Our kind of Marxist: From an interview with Staughton Lynd”. Monthly Review, vol. 45, n. 11, April, 1994, pp. 47-49.

Diversas outras medidas remediadoras dos graves problemas gerados pelo desemprego crônico são instituídas, tais como “ ‘trabalho compartilhado (*work-sharing*) com salários reduzidos’”, “ ‘programas de investimento em pequenas empresas e programas educacionais’ “, programas de requalificação, etc., sem que ao menos se aponte a forma como essas medidas podem repor os milhões de empregos que as transnacionais estão eliminando, como também sem que se possa mais contar com a presença de “uma correspondente base industrial dinamicamente em expansão”. Medidas, portanto, totalmente ineficazes com o propósito de iludir os trabalhadores e responsabilizá-los por não se encontrarem aptos ao trabalho. (238)

Outras conseqüências igualmente perversas recaem sobre os trabalhadores. É o que se pode ver por trás dos programas de treinamento, pois somente significam que: “ ‘eu aprendo seu trabalho e tu aprendes o meu, de modo que no próximo ano um de nós dois se irá.’⁵³” (237) Não é diferente do papel reservado, hoje, aos sindicatos tradicionais, quando são solicitados pelos chefes para cumprirem a seguinte tarefa: “ ‘Nós vamos demitir 30% de vocês, e o sindicato pode decidir quais serão’ “. Tudo isso revela quão perversas e ilusórias têm sido as medidas utilizadas para contornar o problema do desemprego na atual etapa de desenvolvimento do capitalismo.(237) O que muitas vezes é apresentado como uma preocupação em “salvaguardar empregos e reduzir desemprego”, com a introdução da flexibilização da legislação trabalhista e o crescimento do emprego temporário, está, de fato, apenas associado à “esperança de se melhorar as perspectivas de acumulação do capital rentável”.(239)

O que sempre esteve na base causal do desemprego foi a necessidade de realização e acumulação expandida do capital. O fracasso de todas as alternativas anteriores de solucioná-lo servem para comprovar a impossibilidade de conciliação entre expansão do capital e “pleno emprego”. Se, por um curto período histórico, no século XX, a aplicação das idéias keynesianas pôde impulsionar a acumulação e expansão do capitalismo e o crescimento do emprego, através da intervenção do Estado “como o corretivo necessário para as tendências negativas do capital”, junto ao incremento possibilitado pela indústria de armamentos e pelo complexo industrial-militar, o fim do ciclo logo se apresentou com o agravamento das contradições insanáveis, apenas proteladas temporariamente. Tal base de

⁵³ Staughton Lynd., “Our kind of Marxist: From an interview with Staughton Lynd”. Monthly Review, vol. 45, n. 11, April, 1994, pp. 47-49.

crescimento era insustentável e gerou um alto déficit a ser pago pela população desavisada e ilusoriamente otimista. A repercussão da incapacidade de se sustentar um saudável crescimento do capital de acordo com suas necessidades expansivas atingiu a todos, mesmo ao centro do imperialismo – os EUA – que hoje convive com altos níveis de desemprego, e não apenas os países “subdesenvolvidos”.(243-246)

O que se pode, hoje, constatar é que

“em nossa ‘economia globalizada’ o círculo vicioso do desemprego crônico já se fechou, relegando todos os celebrados ‘modelos’ de desenvolvimento do século XX – desde o ‘modelo sueco’ da social-democracia ao ‘capitalista avançado’, assim como os modelos rivais chinês e soviético de assegurar a ‘modernização’ e de resolver as contradições do subdesenvolvimento e do desemprego igualmente crônicos – ao passado, em condição de total descrédito.”(247)

Não há, portanto, como se evitar o convívio com a “ ‘explosão demográfica’ atualmente em marcha em forma de um crescente desemprego crônico nos países capitalisticamente mais avançados”, nem a eliminação do diferencial de vantagens comparativas, antes existente, entre os trabalhadores do centro e da periferia do sistema. A superioridade (“que se presume de origem divina”) a que estava acostumado o trabalho nos países avançados, na crise globalizada, perde sua força ideológica, na medida em que

“a dinâmica interna antagonística do sistema do capital agora se faz valer – em sua inclinação inexorável a reduzir globalmente o ‘*tempo de trabalho necessário*’ a um mínimo otimamente rentável – como uma tendência humanamente devastadora de transformar a população trabalhadora, em qualquer lugar, em uma *força de trabalho cada vez mais supérflua*.” (250)

Ao mesmo tempo observa-se a imposição irreversível de uma “equalização da taxa diferencial de exploração”, antes abertamente favorável aos trabalhadores dos países avançados. Mészáros cita o exemplo da Ford das Filipinas, que podia pagar por hora ao trabalhador em Detroit (1971) 25 vezes mais do que pagava ao trabalhador local, obtendo como rendimento anual do capital “a assombrosa taxa de 121,32% em contraste com uma média mundial de só 11,8%.” Porém, “imaginar que tais práticas se podem manter para sempre vai contra todas as evidências, como os sérios problemas de todas as companhias

automobilísticas transnacionais dos Estados Unidos nos anos mais recentes (...) o demonstram claramente”. Não há como separar as contradições, mantendo-as “dentro de *limites exteriores* artificialmente traçados”, da dinâmica interna do sistema. Nesse caso, nem mesmo o mero “protecionismo regional” poderia conter o acirramento das contradições resultantes do desemprego e do relacionamento entre os Estados nacionais e as transnacionais na totalidade do sistema.(249)

A inclinação expansionista do sistema não se detém mediante tais barreiras artificiais. Como afirma Mészáros, a “dominação econômica neocolonial da maior parte do mundo por uns poucos países poderia retardar por um tempo o total desenvolvimento da tendência” à equalização da taxa diferencial de exploração “nos países privilegiados (e ainda nesse caso de maneira sumamente desigual), mas não suavizar indefinidamente, nem mesmo anular por completo seu impacto”.(249)

As conseqüências dessa extensão global do desemprego crônico expressas tanto por meio das disfarçadas “práticas flexíveis de trabalho” (*part-time labour*), como na “redução significativa do nível de vida” dos que permanecem empregados em tempo integral (*full-time occupations*), são sentidas de forma mais intensa no “capitalismo avançado” e representam maior instabilidade para o sistema. Tendo em vista o lugar ocupado pela força de trabalho no processo de reprodução e realização do capital nos países avançados, o que lhe garantiu a alegada superioridade em relação aos trabalhadores do “Terceiro Mundo”(ainda à espera das melhorias prometidas pela “modernização”), o “colapso do pleno emprego” e o “declínio do poder aquisitivo” provocam circunstâncias demasiadamente intoleráveis a tais trabalhadores. Isso não se deve ao “fracasso em satisfazer algumas ‘aspirações de classe média’ fictícias, mas (...) [os] mínimos compromissos e obrigações existentes, sem os quais a pessoa simplesmente não pode levar adiante sua vida cotidiana, colocando, assim, o estopim nos explosivos acumulados.” Na “eventualidade de um colapso” no “capitalismo avançado”, dada sua posição de “centro nuclear” do sistema, “seria bastante impossível prever (...) [o] funcionamento sustentável” do sistema em tais circunstâncias.(251)

Para poupar-se do “inevitável impacto desestabilizador do desemprego”, somente uma “alternativa racional” de “grande redução nas horas em que passam no lugar de trabalho, digamos à metade,” poderia dar “oportunidade de emprego a muitos milhões.” No

entanto, é uma alternativa descartada, tanto do ponto de vista econômico, “como o demonstra a consistente rejeição de mesmo a mais modesta demanda dos sindicatos pela redução das horas de trabalho requeridas semanalmente”, como do político, pois não se admite qualquer possibilidade de legitimidade alternativa que contrarie o poder do capital como “a força controladora e o princípio orientador absoluto da reprodução metabólica social.”(252)

Sem poder encontrar uma saída econômica satisfatória para esse quadro desestabilizador do sistema causado pelo desemprego crônico, o recurso utilizado com crescente frequência nos países avançados tem sido a aplicação de “medidas autoritárias”, as quais são concebidas para ameaçar a força de trabalho com a lei e, sempre que necessário, com o emprego da força, “apesar das tradições do passado – e as pretensões constantemente reiteradas do presente – a respeito da ‘democracia’.”(251) Assim, ao contrário das “determinações primordialmente *econômicas*” que predominaram na fase de ascensão histórica do capital, diante do “intento por adquirir o controle sobre a incontornabilidade do sistema, nos vemos submetidos a uma tendência de determinações *crescentemente políticas* nos desenvolvimentos econômicos do século XX”, o que, todavia, tem levado a resultados “nada tranquilizadores”.(253)

Não é por outras razões que “a contradição potencialmente mais explosiva do capital” consiste no “uso ou não-uso da força de trabalho disponível”, o que no contexto da crise estrutural significa transformar o “exército de reserva do trabalho” em uma “explosiva ‘força de trabalho supérflua’ – não obstante, ao mesmo tempo, mais necessária que nunca para tornar possível a reprodução ampliada do capital”.(577,253)

A despeito desse caráter particularmente mais explosivo do desemprego crônico, para Mészáros as tensões internas do sistema são, evidentemente, intensificadas por todos os “quatro conjuntos de forças interativas” ativadoras dos limites absolutos do capital, mais ainda, porque atuam de forma combinada no interior do sistema totalmente integrado e globalizado. Com o fim da fase de ascensão do capital, em que se podia “manejar os antagonismos internos de seu modo de controle através da dinâmica do *deslocamento expansionista*”, as condições da dinâmica expansionista tornaram-se mais “problemáticas e definitivamente insustentáveis”. Isso se deu, ressalta Meszaros,

“não só no que se refere à contradição entre o capital transnacional e os Estados nacionais, e a intrusão sempre mais perigosa dos imperativos reprodutivos autoexpansionistas do capital no ambiente natural, mas também em relação aos limites estruturais absolutos decorrentes [do desemprego crônico] (...) com complicações particularmente ameaçadoras para o sistema em sua totalidade, que emanam da desestabilização de seu centro nuclear. Enquanto a demanda por uma igualdade substantiva, à qual o capital é absolutamente adverso, representa um problema distinto, mas não menos grave. Porque a demanda se tem feito valer, nas décadas recentes, de uma forma irrefreável, trazendo com isso complicações insuperáveis para a ‘família nuclear’ – o microcosmo da ordem estabelecida – e, assim, algumas ameaçadoras dificuldades em assegurar a reprodução continuada do sistema de valores do capital.” (253)

O agravamento dos limites absolutos, ativados por todos os quatro complexos parciais, cuja gravidade diferenciada adquire um potencial ameaçador quando combinados num mesmo momento de crise, coloca a reprodução continuada do sistema em questão. Principalmente porque, no passado, “todos os quatro conjuntos de determinantes foram constituintes positivos da expansão dinâmica e do avanço histórico do capital”, e agora não só estão impossibilitados de “continuar sendo positivamente sustentados”, mas muito pior, representam “um impedimento atuante para a acumulação tranqüila do capital e o funcionamento futuro do sistema capitalista global.” Em vista disso, “a ameaça da incontrollabilidade lança uma sombra muito longa sobre todos os aspectos objetivos e subjetivos do modo historicamente singular de que o capital dispõe para controlar a ininterrupta reprodução do metabolismo social.” As condições necessárias ao funcionamento apropriado do sistema tendem, assim, a escapar ao controle do capital, algo extremamente grave, considerando-se que o capital é “um sistema de controle *par excellence* ou nada”.(151-152)

Além disso, ocorre que os *limites do capital*, com todas as contradições que lhes são subjacentes, já mencionadas, “colidem com as condições elementares do próprio *metabolismo social*, e desse modo ameaçam aguda e cronicamente a própria sobrevivência da humanidade”, o que pode levar-nos a uma “nova barbárie”.(432) No presente estágio de desenvolvimento do capital, em que “*produtividade* (...) parece ser inseparável de uma fatal *destrutividade*”, as “válvulas de escape produtivas-destrutivas” não podem ser bloqueadas

repentinamente, impedindo o capital “de levar adiante seu propósito de reprodução ampliada”, pois, caso ocorra, o sistema “cedo ou tarde, mas com absoluta certeza – colapsaria.”(76, 432-433)

Contudo, conforme acentua Mészáros, o capital tem demonstrado uma imensa capacidade “em estender os limites da sua própria utilidade histórica”. Há uma “habilidade inerente no capital para responder com flexibilidade a crises, adaptando-se a circunstâncias que, *prima facie*, parecem ser hostis à continuidade do seu funcionamento.” E continua, fazendo um alerta: “sem enfrentar realisticamente e constantemente reavaliar os limites *dinâmicos* do capital, toda extensão bem sucedida destes limites continuará a ser saudada como um prego no caixão do marxismo pelos seus adversários.”(426-427)

Vejamos que não foi de outra maneira que o capital agiu quando esgotaram-se os “continentes escondidos” para continuar a se expandir enquanto um sistema mundial. Ele reestruturou “suas válvulas de escape segundo as exigências de uma *totalidade intensiva* quando foram alcançados os limites da sua *totalidade extensiva*.” O capital procura sempre a “ ‘linha de menor resistência’, tanto se pensamos nas mudanças históricas no modo de explorar as classes trabalhadoras ‘metropolitanas’ ou os seus diferentes modos de dominar o mundo colonizado e ‘subdesenvolvido’.” Com a exploração da *totalidade intensiva*, “o tamanho do ‘mundo redondo’ pode muito bem ser dobrado, ou multiplicado por dez, dependendo de uma série de outras condições e circunstâncias -- inclusive políticas.” . (485-486)

E não poderia ser diferente, pois se trata de um processo reprodutivo, segundo Mészáros, em que se encontram envolvidas “forças sociais inerentemente dinâmicas, com *consciência* (e ‘falsa consciência’) dos seus interesses que se alteram, em *ambos* os lados do antagonismo social fundamental”. Diante disso, “estes reajustamentos devem ser conceitualizados como um *processo em andamento* cujos limites *últimos* ou ‘absolutos’ não podem ser prontamente pré-configurados, apesar de eles existirem do mesmo modo.” Pela mesma razão, os “limites últimos (...) dizem respeito às mais amplas condições *históricas* do processo, e não a suas flutuações transitórias.” (448)

Nesse sentido, os limites últimos não deixam de operar nos momentos em que o capital consegue contornar suas contradições mais explosivas e promover um “ajustamento

e extensão bem sucedidos dos limites anteriores”. A ameaça do colapso continua presente mesmo aí, uma vez que os limites absolutos

“operam subjacentes a todos os ajustes e circunscrevem o alcance das opções viáveis, desse modo enfaticamente impedindo a reversão com sucesso das próprias tendências *fundamentais*. Nesse sentido, mas apenas nele, há uma real *irreversibilidade do tempo histórico*, mesmo que seus momentos particulares devam ser tratados com o máximo cuidado e com uma sóbria avaliação.”(458)

A inevitabilidade do colapso do capitalismo, no seu devido tempo, considerando que o processo de deslocamento das contradições pode continuar “apenas até o ponto da saturação final do próprio sistema e do bloqueio das válvulas de escape expansionistas”, não resulta, na análise desenvolvida por Mészáros, no socialismo.(482) Os “poderes de destruição que se acumulam (...) podem nos precipitar na ‘barbárie’ mencionada antes por Rosa Luxemburg, ao invés de garantir o final socialista”.(458) A ‘erupção de até mesmo a totalidade das contradições do capital, no ambiente global do desenvolvimento social, pode apenas resultar em uma crise estrutural devastadora frente à barreira em questão”. (426)

Não basta, portanto, que se chegue ao colapso inevitável do capital, quando não mais se puder evitar a “condensação e explosão” das contradições do sistema, para se “produzir um *salto qualitativo* ao universo social da nova forma histórica”, anunciada por Marx. Ocorre que a “ativação das contradições globais e das crises que se seguem (...) ‘anunciam’ -- veja bem: apenas anunciam, mas de modo algum *automaticamente produzem* -- a nova forma histórica”. É necessário que se promova a “*resolução* das contradições fundamentais” como condição ao surgimento de uma “nova forma histórica” pois, do contrário, nada estará assegurado para se ter o mínimo sucesso.(426)

Em função disso, sublinha Mészáros,

“a ‘nova forma histórica’ não pode ser definida em termos do sistema prevalecente de pressuposições, pré-condições e pré-determinações precisamente porque ela deriva sua novidade histórica do trazer à baila o ‘reino da liberdade’ através da escolha consciente dos produtores associados, para além do colapso do determinismo econômico do capital, numa bifurcação da história quando ‘todas as

contradições entram no jogo’ e clamam por uma solução de tipo radicalmente novo.” (426)

A “alternativa hegemônica socialista à regência do capital”, assim concebida, vem contrapor-se à resignação em “suportar a inércia do ‘realismo’ do capital que se auto-perpetua”, e à irreal “projeção gratuita de que a humanidade possa sobreviver muito mais tempo dentro dos limites estruturais necessariamente destrutivos do modo estabelecido de reprodução sócio-metabólica.” (793) O capital, hoje, só consegue expandir-se em acordo com sua lógica de auto-reprodução destrutiva – não tem como existir fora do círculo vicioso da produção destrutiva. O *slogan* tão difundido e aceito de que “Não há alternativa” ao capital, restando, portanto, a possibilidade de administrá-lo de forma menos destrutiva, com a análise desenvolvida por Mészáros, transforma-se em “Não há alternativa” para o capital.

A ativação dos limites absolutos e, por conseguinte, a crise estrutural nas proporções com que a temos hoje, impossibilitam encontrar-se uma solução nos marcos dos parâmetros estruturais do sistema do capital. “Quando no curso do desenvolvimento histórico se chega a esses limites, torna-se imperativo transformar” as destrutivas pressuposições estruturais do modo de controle metabólico social estabelecido.(142) Não se pode ignorar tal fato, como fizeram todos que tentaram encontrar alternativas nos limites do próprio capital, e fracassaram – social-democratas, direita radical, novo trabalhismo, sociedades pós-capitalistas –, pois a crise continua em seu curso ameaçador. Conseguiram apenas tratar dos efeitos e conseqüências do modo de funcionamento do sistema, desse modo contribuindo apenas para seu fortalecimento, estendendo os limites relativos a cada fase específica de desenvolvimento do capital até o inevitável aprofundamento da crise estrutural.

Qualquer alternativa, portanto, de acordo com Mészáros, deve enfrentar a “necessidade que tem a humanidade de abordar as causas como causas no modo de controle metabólico social estabelecido, com o fim de erradicar as tendências destrutivas do capital, já demasiado visível e cada vez mais preponderante”. O projeto socialista deve atender a essa necessidade “antes que seja tarde demais”.(72)

CAPÍTULO III

O ESTADO E O CAPITAL : UMA RELAÇÃO DE COMPLEMENTARIEDADE NA BASE MATERIAL

Com a crise estrutural e o estreitamento da margem de manobra do capital para contornar as contradições acumuladas no fim de sua fase de ascendência, a ação política é cada vez mais solicitada. Ela se manifesta através da intervenção legislativa cada vez mais autoritária contra o trabalho e do uso mais freqüente das forças repressivas contra os opositores do sistema. A imposição da “escravidão assalariada”, meio indispensável de exploração do trabalho excedente nos marcos desse sistema, sem a qual não pode existir, cerceada pelo desemprego crônico, transforma num paradoxo insolúvel a base da acumulação do capital, pois convivem lado a lado a necessidade ineliminável de trabalho vivo e a produção crescente de trabalho supérfluo expulso da produção. Somada à instabilidade de suas unidades reprodutivas diretas, numa conjuntura de crise estrutural, em que o sistema tende a uma maior centralização e concentração do capital, a solicitação de maior intervenção externa do Estado moderno no funcionamento do sistema é inevitável.

Esse movimento de maior intervenção política do Estado moderno, num sistema que se consolidou na história como o modo mais eficiente de extração *econômica* de trabalho excedente, resulta, segundo Mészáros, em mais dificuldades que soluções para a continuidade expansionista do capital e expõe à superfície a incontrollabilidade do capital. Antes, porém, devemos expor a análise de Mészáros sobre as determinações essenciais do Estado moderno e sua íntima interconexão com o capital e o trabalho, elementos essenciais na constituição e preservação do modo de controle metabólico social dominante.

Entre as várias teorizações sobre o Estado há uma vertente, que é rejeitada a princípio por Mészáros: a vertente que considera o Estado como o espaço e a mediação para a solução das dificuldades e contradições inerentes ao sistema do capital e, portanto, como o agente da “reconciliação”. Nesta perspectiva, o Estado vem atender à necessidade de se promover uma “verdadeira reconciliação” dos antagonismos existentes, tanto das fragmentadas unidades reprodutivas diretas do capital quanto dos “conflitos e conflagrações internacionais destrutivos”. Os pensadores de tal vertente recorrem à solução idealizada da “reconciliação” aqueles que não podem questionar a própria determinação ontológica do capital –ser um modo de controle metabólico fundado na separação entre a produção e o controle alienado dos reais sujeitos da produção. Atribuem ao Estado e às suas formas idealizadas a capacidade de afastar os perigos explosivos e desagregadores iminentes do funcionamento espontâneo dos microcosmos do sistema do capital

antagonisticamente estruturados. A tônica presente em todas as “hipostatizações do Estado como o remédio dos defeitos e contradições reconhecidos” é a categoria do “dever ser”, expressa nas idealizações que ignoram os imperativos objetivos fundamentais ao desenvolvimento do próprio capital, os quais contradizem a possibilidade de qualquer “reconciliação” sem a alteração da base material em que assenta o Estado.(56)

Mészáros, nesse contexto, está pensando no “postulado ideal de Kant do Estado como uma agência da ‘paz perpétua’, ou no confiante ‘Estado comercial fechado’ de Fichte, ou, mesmo, na ‘verdadeira reconciliação’ projetada por Hegel, para quem o Estado incorpora a ‘imagem e a realidade da razão’”. Todas essas soluções

“não passam da defesa de algum ideal irrealizável. E não podia ser de outra maneira, dado que os microcosmos estruturados antagonisticamente do sistema do capital – com seu inerradicável *bellum omnium contra omnes* (...) jamais são realmente questionados. São meramente subsumidos sob a idealidade do Estado e com ele se declara que já não representam nenhum perigo de ruptura ou explosão graças à alcançada idealidade de uma forma ou outra da ‘verdadeira reconciliação’.”(56-57)

Acrescenta nosso autor que as teorizações sobre o Estado, do ponto de vista do capital, estão limitadas à afirmação positiva da “permanência das hierarquias estruturais estabelecidas” e toda dificuldade ou conflito devia ser remediado pela “força da Razão como solução genérica e solução dogmática”, ou pela invenção de “planos especiais, em seu todo imensamente idealizados, pelos quais as respostas para as contingências históricas perturbadoras identificadas *teriam de ser* encontradas.”(56)

Essas respostas supostamente poderiam ser dadas pelo Estado, que, no seu papel reconciliador, estaria acima das “reciprocidades e interdependências contraditórias dos ‘microcosmos’ “ do sistema do capital, atuantes na “sociedade civil”, mas não no Estado. O Estado poderia, assim, administrar os conflitos e contradições para que estes não se transformassem em impedimento ao livre desenvolvimento expansionista do capital. Por trás dessa distinção entre a “sociedade civil” e o Estado está a necessidade de, ao invés de reconhecer a inexorabilidade das determinações essencialmente antagonistas do capital, que

reverberam por todas as partes constituintes do sistema, sem exceção, idealizar um campo para a realização possível de uma conciliação impossível no todo.(157)

O propósito implícito nesse tipo de análise é revelado, segundo Mészáros, quando vemos que,

“em Hegel e no pensamento burguês em geral, a falsa oposição entre a ‘sociedade civil’ e o Estado serve ao objetivo de idealizar a ‘conciliação’ da imaginária (na melhor das hipóteses, apenas temporária) ‘solução’ das contradições e antagonismos reconhecidos. Nessa situação, o Estado está destinado, por definição, a superar as contradições da sociedade civil, por mais intensas que sejam, através de suas instituições e sistemas legais, deixando-as ao mesmo tempo totalmente intactas na sua ‘própria esfera’ de operação, ou seja: na própria sociedade civil.”(157-158)

Em vista disso, o Estado possui apenas “poderes idealmente corretivos” no conjunto do sistema, sendo essa limitação essencial pertinente a todas as formas de Estado concebidas pela teoria burguesa, “até mesmo quando (...) alguns ideólogos do capital defendem a ‘retirada’ do Estado das questões econômicas.” Essa função do Estado é indispensável ao capital, como veremos logo mais, pois sem sua ação coesiva sobre as unidades reprodutivas fragmentadas e competitivas do sistema do capital não se poderia assegurar os resultados acumulativos e a prosperidade esperados para o sistema como um todo.(158)

A restrição à realização da propalada “reconciliação”, imposta pelo limite dos poderes do Estado a um efeito meramente corretivo das contradições insolúveis do capital, não aparece somente nos teóricos burgueses clássicos; ela permanece presente, pois cumpre uma função essencial (enquanto existir o capital), nas formas mais variadas das políticas atuais, adaptando-se às demandas dos capitalistas:

“Quer façam o *lobby*, em linhas keynesianas, pelo financiamento do déficit expansionista, quer o façam a favor da ‘criação de condições favoráveis para as empresas’ por meio de restrição monetária e corte dos gastos públicos, seu denominador comum é a admissão explícita ou implícita de que, sem a intervenção ‘adequada’ do Estado, as estruturas de reprodução material do sistema estabelecido não produziram os resultados esperados. Mesmo a idéia de ‘encolher as fronteiras

da atividade do Estado' pressupõe (otimista e arbitrariamente) no mínimo a *capacidade* de o Estado fazer isto.”(158)

No entanto, a despeito da pesada intervenção que possa ter operado nas diversas fases de desenvolvimento do capital, o Estado não tem como realizar “as projetadas ‘reconciliação’ e ‘solução’ das contradições”, uma vez que permanecem “as deficiências estruturais do sistema”, que se agravam com o fim da ascendência histórica do capital e a “conseqüente ativação dos limites absolutos do capital.(...) Com isto, torna-se impossível continuar escondendo os limites e contradições do capital sob o manto de uma “reconciliação” atemporal a ser realizada pelo Estado nacional mais ou menos idealizado.”(158)

Na fase expansiva do capital, os defeitos estruturais do sistema puderam ser atenuados pela intensificação da produtividade e pelo deslocamento das contradições internas a outros espaços ainda não incorporados pelo sistema reprodutivo dominante. Mas esses defeitos estruturais não podem ser remediados infinitamente, pois constituem a base da existência contraditória do capital. O capital necessitou, durante sua formação histórica, promover a separação da anterior unidade entre a produção e controle, para alcançar os níveis de acumulação necessários à superação da antiga forma feudal de produção, marcadamente limitada pelos padrões da auto-suficiência produtiva e da circulação nos mercados locais. Ao destruir as barreiras interpostas a seu impulso incontrolável à acumulação ampliada, sempre com vistas a uma escala de expansão crescente, o capital gerou uma série de novas contradições inelimináveis.

Ao lado da “eliminação das restrições subjetivas e objetivas da auto-suficiência” empreendida pelo capital no curso da história, o que vai torná-lo “o mais dinâmico e mais competente extrator de trabalho excedente em toda a história”, ocorre a “perda de controle sobre o conjunto do sistema reprodutivo social”.(46,47) Como já destacado no capítulo II, os “agentes humanos enquanto ‘controladores’ do sistema passam a ser, de fato, eles próprios, *controlados*, e, portanto, em última análise nenhuma agência humana autodeterminada pode ser dito estar no controle do sistema”. Isso se deve “à radical separação da produção e controle no próprio coração do sistema.”(66)

O sistema reprodutivo do capital é estruturado com base em relações antagônicas e o processo de sujeição requerido a todo sistema totalizador e dominante “assume a forma de dividir a sociedade em classes sociais irreconciliavelmente opostas em bases objetivas”. O que distingue as classes sociais de forma determinante é a separação historicamente consumada pelo sistema do capital entre “as funções produtiva e controladora do processo de trabalho”, condição essa indispensável para a efetivação de sua “*raison d'être*”, qual seja, “a máxima extração de trabalho excedente dos produtores em qualquer forma que seja compatível com seus limites estruturais”.(43) A consequência imediata dessa perda de controle dos trabalhadores sobre o processo de trabalho é a “perda de controle sobre os processos de tomada de decisão”.(41)

O que também ocorre com os capitalistas⁵⁴, enquanto indivíduos particulares, em relação ao sistema como um todo, apesar da diferença qualitativa a seu favor na posição de possuidores do capital. Como tal, no entanto, devem atuar como pseudo-sujeito na execução dos imperativos reprodutivos do capital, como forma de garantir o funcionamento adequado dos microcosmos do sistema.

A referida perda de controle sobre a produção, exigiu, então, a “sobreposição de um agente separado – as ‘personificações do capital’ em uma forma ou outra – sobre o agente social da produção: o trabalho.” As “personificações do capital” deveriam exercer o controle sobre as unidades de produção particulares, “na forma de ‘tirania das oficinas’ exercida através do ‘empresário’ privado, ou o gerente, ou o secretário stalinista do Partido, ou o diretor da fábrica estatal, etc., mas eram insuficientes para ”assegurar a viabilidade do sistema do capital em seu todo”.(48)

As unidades isoladas necessitam de toda autonomia para consumir eficientemente a extração de trabalho excedente, tendo em foco a realização de apenas seus objetivos particulares imediatos, ao passo que o sistema tem que preservar a lógica reprodutiva do capital no sentido da contínua expansão do todo, muitas vezes em aberto conflito com a ação das “forças centrífugas” que imperam através dos “microcosmos do sistema”.

⁵⁴ "Eles devem obedecer aos imperativos objetivos de todo o sistema exatamente como todos os outros, ou sofrer as consequências e sair fora do negócio." (42)

As forças centrífugas, para sobreviverem no ciclo incessante e contínuo da acumulação a elas imposto como um movimento natural de auto-reprodução do sistema do capital, devem procurar realizar a extração do trabalho excedente sem qualquer limite que implique em contenção do impulso (irrefreável) à expansão, tornando-as entre si, enquanto unidades isoladas “diametralmente opostas”, “insubmissas” a um controle que emane do interior do próprio sistema. Se deixadas a seu livre curso, essas forças centrífugas podem colocar em risco o funcionamento do próprio sistema, o que, no limite, se traduz no desencadeamento de conseqüências internamente destrutivas ou até mesmo auto-destrutivas⁵⁵. É assim que as unidades particulares sócio-econômicas reprodutivas do capital tornam-se “totalmente incapazes de coordenação e totalização espontânea”.(63)

O Estado moderno vem atender a essa “completa ‘ausência’ ou ‘falta’ de uma coesão” dos microcosmos sócio-econômicos, pois se deixados em seu “rumo dilacerador” e em conformidade com sua “determinação estrutural centrífuga”, não haveria condições objetivas para o sistema do capital se consolidar como inerentemente totalizador e global.(63) Diante disso, Mészáros afirma que

“sem uma estrutura de comando totalizadora adequada - firmemente voltada para a extração de trabalho excedente - as dadas unidades do capital não constituem um *sistema*, mas apenas um agregado mais ou menos acidental e insustentável de entidades econômicas expostas aos riscos do desenvolvimento enviesado ou da franca repressão política. (É por esta razão que alguns promissores começos capitalistas são detidos e até completamente invertidos em certos países no curso do desenvolvimento histórico da Europa; o Renascimento italiano oferece um impressionante exemplo disso.)”(63)

Tal ação remediadora vai ser realizada pela formação do Estado moderno, que se reveste “de sua modalidade histórica específica, acima de tudo com o objetivo de exercer um *controle englobador* sobre as forças centrífugas ingovernáveis, que emanam das unidades produtivas isoladas do capital, enquanto um sistema de reprodução social estruturado antagonisticamente.” Ele é necessário para a preservação e operação do sistema do capital enquanto um controle político em separado, que, ao mesmo tempo em que

⁵⁵ “É por isto que Hobbes deseja impor o *Leviatã* como o necessário corretivo - na forma de um poder absolutamente controlador - em um mundo de *bellum omnium contra omnes*.” (63)

permite o funcionamento individual e competitivo de suas unidades isoladas, supre o sistema de sua unidade ausente, garantindo-lhe a necessária coesão ao funcionamento do todo.(50)

O Estado moderno, segundo Mészáros, existe para desenvolver uma “ação corretiva dos antagonismos estruturais”, não no sentido de sua eliminação, mas, ao contrário, para mantê-los sob controle, o que tem como resultado inevitável uma acentuação da dualidade (separação) entre *produção e controle*, exigindo, a depender das circunstâncias históricas, uma sua intervenção cada vez mais impositiva e autoritária como garantia, em momentos de crise, do (difícil) controle requerido pelo desenvolvimento expansionista do capital.(49,62)

Não se pode pensar num Estado desembaraçado de seu papel vital, qual seja: o de assegurar e salvaguardar as condições globais da extração de sobre-trabalho. O Estado e o capital são totalmente inconcebíveis em separado.(58) O Estado moderno surge como um complemento às estruturas econômicas do sistema do capital. Como uma “totalizadora estrutura de comando político do capital” que tem como função primordial “assegurar e proteger numa base permanente as realizações produtivas do sistema”.(49) Ele é “absolutamente vital para a sustentabilidade material do sistema como um todo”.(59)

No sistema feudal, “o poder político era essencialmente *local* em seu exercício”, e “tinha de deixar a cargo dos produtores as funções básicas de controle do próprio processo de reprodução econômica”. O Estado participava como “supervisor externo” do sistema reprodutivo dominante à época. Esse poder só poderia persistir até quando “as unidades metabólicas básicas do sistema feudal permanecessem, elas próprias, *internamente coesas e restritas* sob ambos os aspectos mencionados”.(59)

Com o sistema do capital ocorre, sempre segundo Mészáros, algo substantivamente diferente. Em primeiro lugar, o capital teve que conquistar sua dominância reprodutiva a partir de seu impulso irrefreável à acumulação ampliada e expansionista, tendo, para isso, que superar todos os limites intrínsecos à auto-suficiência das unidades reprodutivas feudais. As anteriores *coesão e restrição* internas das unidades metabólicas básicas do sistema feudal foram substituídas, de acordo com a evolução histórica do capital, pela separação entre a produção e controle (produtores separados dos meios de produção),

produção e consumo (valor de uso subsumido ao valor de troca) e produção e circulação (trocas locais incompatíveis com o mercado mundial). Para dar conta das “deficiências estruturais de controle” decorrentes desse conjunto de determinações contraditórias e antagônicas, surge a necessidade do “estabelecimento de estruturas de controle específicas capazes de *complementar* – no nível de abrangência apropriado – os elementos reprodutivos materiais, de acordo com a necessidade de totalização dinâmica expansionista mutável do sistema do capital.”(59)

O poder de controle feudal, restrito a uma função de “supervisão externa” do metabolismo reprodutivo, tem que ser, assim, substituído por uma “estrutura de comando política abrangente do capital”, com uma função de sustentação da própria “reprodução interna” do sistema. O Estado moderno, segundo a análise de Mészáros, torna-se, então, “parte integrante da ‘base material’ do sistema, da mesma maneira que as próprias unidades reprodutivas socioeconômicas”.(59) Nesse sentido, para Mészáros,

“como evidência da materialidade substantiva do Estado moderno, verificamos que sua condição de estrutura de comando político totalizante do capital se encontra tão envolvida em assegurar as condições de extração de trabalho excedente quanto as próprias unidades reprodutivas diretas, embora, naturalmente, sua contribuição para um resultado bem sucedido tenha de ser dada à sua maneira.”(61)

Esse “princípio estruturador do Estado moderno”, qual seja: “assegurar e salvaguardar as condições gerais para a extração de trabalho excedente”, é válido para todas as suas formas, “inclusive as variedades pós-capitalistas”.(61)

O Estado moderno, enquanto uma estrutura de comando político abrangente do capital, desempenha uma função vital (é mesmo um “pré-requisito”) no processo de “transformação das unidades inicialmente fragmentadas do capital em um *sistema viável*, e é também a *estrutura global* necessária à plena articulação e manutenção deste sistema enquanto *sistema global*.” Sem seu “papel constitutivo e permanentemente desempenhado”, seria impossível a realização dos objetivos metabólicos fundamentais do sistema com base nas unidades reprodutivas submetidas aos “defeitos estruturais” fragmentadores do sistema do capital.(65)

É assim que o Estado moderno “contribui de modo substantivo, não apenas para a formação e consolidação de todas as grandes estruturas reprodutivas da sociedade, mas também para seu contínuo funcionamento”, e, desse modo, “deve ser entendido como uma parte constitutiva da própria base material do capital”.(64-65) Como vimos, está diretamente envolvido na “reprodução interna” do capital, e, é assim, como ressalta Mészáros, que o Estado moderno

“alcança sua enorme importância não simplesmente como a estrutura reguladora global das contingentes relações *políticas*, mas também como um constituinte material essencial do sistema no seu todo, sem o qual o capital não poderia afirmar-se como força controladora do modo estabelecido de reprodução sócio-metabólica.”(719-720)

O Estado moderno corporifica a “necessária dimensão coesiva” da “orientação expansionista e do imperativo estrutural de extração de trabalho excedente” do sistema do capital. Isso é o que pode ser encontrado de comum em todas as formas de Estado. Ele vem responder à necessidade do capital em manter “uma estrutura *separada* de comando político totalizante” sobre suas unidades reprodutivas econômicas, cujo caráter é incorrigivelmente centrífugo, pois, do contrário, o sistema não conseguiria realizar seus objetivos reprodutivos totalizantes e expansionistas.(61) O Estado moderno, assim, repetimos, torna-se “absolutamente vital para a sustentabilidade material do conjunto do sistema”.(59)

Nesse sentido, o Estado moderno não pode ser considerado um mero órgão da superestrutura, ou, nas palavras de Mészáros, como uma ” ‘superestrutura ativa’ emergindo de uma ausência material estruturalmente vital, com o objetivo de remediar os defeitos do sistema como um todo, quando ele próprio é obviamente determinado de modo direto pela base material.” Mészáros ressalta, nessa discussão, os perigos de enormes proporções a que estamos expostos se interpretarmos de forma mecânica a relação entre “base material” do capital e “superestrutura legal e política”. O caso das sociedades pós-revolucionárias expressa historicamente o efeito ilusório a que tal interpretação mecânica pode levar, pois admitia-se que, com o “controle político voluntarista da ordem pós-capitalista, depois de transferir a posse da propriedade para o ‘Estado socialista’”, se realizaria a “verdadeira supressão do fundamento material do capital.”(61)

Entretanto, a permanência do Estado moderno é “inteiramente inconcebível sem o capital com seu fundamento metabólico social”, mesmo que nas sociedades pós-capitalistas – com a extração de trabalho excedente “primariamente política, e não econômica”- essa permanência assuma formas muito particulares.(65/69)

Nesse mesmo sentido, para Mészáros, tanto o Estado moderno como o capital têm suas próprias superestruturas. O Estado, “enquanto estrutura de comando abrangente, tem *sua própria superestrutura* – designada por Marx como ‘superestrutura jurídica e política’ -, assim como as estruturas inequivocamente materiais possuem suas próprias dimensões superestruturais.” É com essa finalidade que surgem as “teorias e práticas de ‘relações públicas’ e ‘relações industriais’, ou a da chamada ‘administração científica’ “, voltadas especificamente às unidades reprodutivas econômicas do sistema.(59-60)

Do mesmo modo, o Estado moderno necessita “articular sua superestrutura legal e política de acordo com suas determinações inerentes e funções necessárias”, sempre em consonância com seu “papel vital de assegurar e salvaguardar as condições gerais para extração de trabalho excedente”, complementando os elementos reprodutivos materiais do sistema do capital. Devido a essa necessidade é que a superestrutura legal e política do Estado pode “assumir a forma parlamentarista ou bonapartista, ou ainda o tipo soviético pós-capitalista, assim como muitas outras, de acordo com as necessidades das circunstâncias históricas específicas”.(61-62)

Pode, também, dentro do próprio capitalismo, desfazer-se de “uma estrutura legal-política liberal-democrática e adotar uma forma abertamente ditatorial de controle legislativo e político”, sem que para isso provoque qualquer descontinuidade em sua função enquanto comando político abrangente do capital, ou mesmo nas prerrogativas acumulativas e expansionistas do sistema; muito pelo contrário, justamente altera sua superestrutura legal e política para atender às necessidades de estabilidade do metabolismo social. De acordo com Mészáros, “basta pensar na Alemanha antes, durante e depois de Hitler, ou nas mudanças do Chile de Allende ao estabelecimento do regime de Pinochet e a ‘restauração democrática’ nesse país, ao mesmo tempo em que Pinochet e seus aliados permanecem com o controle militar.”(62)

Conceber o Estado como “uma simples ‘superestrutura’ ” torna esse tipo de mudança “inconcebível”. O que se pode constatar nesses exemplos históricos, segundo a análise de Mészáros, é que, tanto no Chile como na Alemanha, “a base material capitalista permaneceu estruturalmente a mesma durante as transformações históricas experimentadas (...) das respectivas superestruturas legal e política.” A razão destas mudanças se encontra na “grande crise do complexo social global” que atingiu os países envolvidos. O Estado, um constituinte material fundamental e permanente dos desenvolvimentos decorrentes da crise do capital global, foi apenas solicitado a adequar, a cada circunstância histórica, suas superestruturas legais e políticas, dirimindo, mesmo que circunstancialmente, os impedimentos políticos e legais à realização produtiva do capital.(62)

Por essas e outras razões é que, para Mészáros, a “predominância do capital no campo da produção material e o desenvolvimento das práticas políticas totalizantes do Estado moderno andam lado a lado.” Nos dias de hoje, podemos observar como isso se manifesta, quando vemos que a crise estrutural do capital “afeta profundamente todas as instituições estatais e práticas organizacionais correspondentes.” A crise estrutural do capital provoca uma “crise da política em geral, sob todos os aspectos, e não apenas sob aqueles relacionados diretamente com a legitimação ideológica de cada sistema estatal particular.”(49)

Nesse mesmo sentido, Mészáros vai afirmar que é “inócuo pretender tornar inteligível a especificidade do Estado em termos da categoria de ‘*autonomia*’ (especialmente quando a noção é ampliada para significar ‘independência’) ou de sua negação.” Não pode haver autonomia entre o Estado moderno e o capital porque ambos “são partes inextricavelmente unidas de um mesmo todo”.(60) Tanto um como o outro se constituiu na história em uma relação de “co-determinação”, em que a estrutura de comando político surge para complementar (“no nível de abrangência apropriado”), em vista dos defeitos estruturais do sistema, os “elementos reprodutivos materiais”, sempre de acordo com a dinâmica expansionista do sistema do capital. Não cabe na dinâmica desse desenvolvimento, portanto, a “categoria de ‘em consequência de’, mas a de ‘em conjunção com’, e isso sempre que pretendermos tornar inteligíveis as mudanças no controle do metabolismo social do capital que surgem da reciprocidade dialética entre suas estruturas de comando socioeconômicas e políticas.”(59)

A relação de “co-determinação” entre as unidades reprodutivas materiais diretas e o Estado é ainda melhor compreendida se analisarmos a questão da “temporalidade” do processo de constituição desse modo de controle sociometabólico. Ela se caracteriza pela categoria da “simultaneidade”, na qual não tem sentido considerar-se nem o “antes” nem o “depois” na análise do surgimento das partes constituintes do sistema como um todo. Há uma relação de reciprocidade dialética entre o Estado moderno e o capital, na medida em que nenhum poderia existir sem a presença do outro.

Mas isso não significa que o Estado seja “*reduível* às determinações que emanam diretamente das funções econômicas do capital. Pois o Estado que se constituiu historicamente contribui em larga medida para a determinação – no sentido anteriormente mencionado de *co-determinação* – das funções econômicas diretas, limitando ou ampliando as possibilidades de algumas contra outras.”(60) Nem mesmo pode se conceber o Estado como “uma parte subordinada”, enquanto dimensão política, da “própria estrutura de comando” do capital como tal, pois o Estado “contribui de modo substantivo” para a formação, consolidação e funcionamento de “todas as grandes estruturas reprodutivas da sociedade”. Da mesma forma, o capital “exerce sua influência sobre tudo” que diz respeito ao Estado: desde “os instrumentos estritamente repressivo-materiais e as instituições jurídicas do Estado, até as teorizações ideológicas e políticas mais mediadas sobre sua *raison d’être* e suposta legitimidade.”(64-65)

Portanto, não cabe na análise dessa relação, de acordo com Mészáros, a categoria da autonomia ou da determinação unidirecional de um sobre o outro, mas sim de “determinação recíproca”, cuja inter-relação é caracterizada pela ação de complementação.

No sistema do capital há um “fundamento comum” que dá o sentido objetivo dessa necessária relação de complementaridade, na qual estão envolvidas “todas as práticas vitais (...) do sistema do capital – desde as atividades reprodutivas diretamente econômicas até as mais mediadas funções reguladoras do Estado –, é o imperativo estrutural orientado para a expansão do sistema”. E a condição material necessária para isso “é a extração continuada de trabalho excedente de um modo ou de outro, de acordo com as circunstâncias históricas mutáveis.” Só mediante tais realizações pode sobreviver o sistema do capital.(60)

A função de complementação do Estado moderno ao modo de controle do capital vem atender à necessidade de impedir “o impacto *desintegrador* das insuperáveis interações *conflitivas*” das suas partes constituintes. Nesse contexto, os defeitos estruturais do sistema do capital contribuem de maneira decisiva, pois expõem à superfície as diversas fraturas que o capital, em sua evolução histórica, teve que consolidar com a ajuda do Estado moderno.

A intervenção remediadora prática do Estado, com o fim de assegurar o funcionamento do sistema, aparece de forma mais explícita quando se examinam os mecanismos de sua intervenção corretiva sobre os defeitos estruturais do sistema do capital (separação entre *produção e controle*, *produção e consumo* e *produção e circulação*), conforme exposto por Mészáros.(50 a 57)

Os defeitos estruturais do sistema do capital, afirma Mészáros, “são visíveis desde o início, de tal forma que os novos microcosmos que o constituem [o sistema] estão internamente fragmentados de vários modos”, revelando uma “profunda insuficiência estrutural de controle (...) detectada na *ausência de unidade*”. E mais ainda, o “caráter irremediável da unidade perdida se deve ao fato de que a própria fratura assume a forma de *antagonismos sociais*.”(48-49)

Os antagonismos sociais não podem ser eliminados porque são “estruturais”. O mesmo ocorre com relação aos três defeitos estruturais mencionados (produção e controle, produção e consumo e produção e circulação), uma vez que “se trata de *estruturas* vitais e, portanto, insubstituíveis do capital, e não de contingências históricas limitadas que ele possa transcender.” Não é por outra razão que a ação remediadora do Estado só pode alcançar um efeito corretivo sobre a ausência de unidade se puder ser “acomodada no interior dos limites últimos do metabolismo social do capital”. Esses antagonismos são “reproduzidos em todas as circunstâncias históricas compreendidas pela era do capital, seja qual for a relação de forças predominante em cada momento histórico.”(49-50)

No que se refere à separação e ao antagonismo estrutural entre *produção e controle*, a função do Estado é “protege[r] legalmente a relação de forças estabelecida”, permitindo às diversas “personificações do capital” o domínio da força de trabalho submetida pela “ilusão de um relacionamento ‘livremente estabelecido entre iguais’ “, que é até “mesmo

constitucionalmente ficcionada”. De acordo com Mészáros, “a estrutura jurídica do Estado moderno é uma necessidade absoluta para o exercício bem sucedido do despotismo da fábrica.” E, continua ele,

“isso se deve a sua capacidade de sancionar e proteger os materiais e meios de produção alienados (isto é, a propriedade radicalmente divorciada dos produtores) e suas personificações, os indivíduos (estritamente sob o mandato do capital) que controlam o processo de reprodução econômica. Sem sua estrutura jurídica, mesmo o menor ‘microcosmo’ do sistema estruturado antagonisticamente do capital seria internamente cindido por um conflito constante, que anularia, desse modo, seu potencial de eficiência econômica.”(50)

O Estado moderno tem sob sua responsabilidade, também, garantir a “transmissão da propriedade forçosamente regulamentada (...) de uma geração à próxima, perpetuando (...) a alienação do controle dos produtores”, meio fundamental para a preservação da forma de extração de trabalho excedente no capitalismo. Considerando que “as interações entre os microcosmos particulares estão longe de ser harmônicas”, impõe-se, ainda, a esse Estado uma terceira atribuição, qual seja: atender “a necessidade de intervenções políticas e jurídicas diretas ou indiretas nos conflitos constantemente reproduzidos entre as unidades socioeconômicas particulares.”(50-51)

O funcionamento do sistema do capital não pode prescindir dessas ações corretivas do Estado moderno, o qual “acaba se tornando pré-condição vital para a subsequente articulação do complexo global”, uma vez que ele se afirma “tanto no interior de seus microcosmos, quanto nas interações entre as unidades particulares de produção, afetando poderosamente tudo, desde as mais imediatas trocas locais até as que se realizam no nível mais mediado e abrangente.”(51)

Com a quebra da unidade entre produção e consumo, e, por conseguinte, com o deslocamento do “predomínio do valor de uso, característico dos sistemas reprodutivos auto-suficientes”, a possibilidade de expansão do capital torna-se, “em seus próprios termos de referência, ilimitada”. O consumo se desenvolve independente das necessidades humanas e ganha um “poder auto-afirmativo”, utilizando-se de todas as formas de geração de “apetites imaginários ou artificiais”. Se essa expansão desenfreada do capital serviu à

consolidação da nova ordem, tal fragmentação entre produção e consumo tem se afirmado “numa escala sempre maior e mais destrutiva”, fazendo com que a tendência que, a princípio, apontava para um desenvolvimento sem limites, esteja “destinada a chegar ao fim mais cedo ou mais tarde.”(51)

Algumas “racionalizações mistificadoras” são necessárias para adequar ao funcionamento do sistema as contradições decorrentes da fragmentação do indivíduo entre produtor e consumidor. Observa-se uma interversão entre os papéis dos sujeitos sociais: o capitalista passa a ser considerado o produtor e o trabalhador um mero cliente-consumidor (“uma misteriosa entidade independente”). A ilusão da satisfação das necessidades através do consumo visa “esconder as profundas *iniquidades* das relações estruturais existentes que também se impõem na esfera do consumo” com o objetivo de “proporcionar a impressão de coesão e unidade, projetando a imagem de uma boa ordem racionalmente administrável”.(51)

A ideologia burguesa desenvolve a ficção da “supremacia do cliente”, da “soberania do consumidor” e a da “saudável competição” como forma de dissimular a natureza da fragmentação processada e de designar ao trabalhador um outro lugar da maior importância “para o funcionamento saudável do sistema do capital”. Se ao trabalhador não lhe é atribuído o papel de verdadeiro produtor da riqueza social, o sistema reprodutivo do capital não pode prescindir, na esfera do consumo, do seu papel de consumidor e realizador da mais-valia através da troca.(52)

As mesmas características de fragmentação presentes no antagonismo estrutural da relação *produção-controle* constituem a relação entre *produção-consumo* adequada ao sistema atual. E, analogamente, aqui também,

“o papel totalizador do Estado moderno é vital. Ele deve sempre ajustar suas funções reguladoras em sintonia com a dinâmica mutante do processo de reprodução sócio-econômica, complementando politicamente e reforçando a dominância do capital contra as forças que pudessem ousar desafiar as imensas desigualdades na distribuição e no consumo.”(52)

O Estado moderno vai, assim, atuar diretamente na dinâmica reprodutiva do sistema como comprador/consumidor direto, primeiro ao assumir a responsabilidade de atender aos

requisitos da reprodução social, tais como educação, saúde, segurança social, habitação e infraestrutura, e segundo, de forma não menos importante, na atenuação (mas não resolução) das contradições inerentes à fragmentação entre *produção e consumo*, ao satisfazer 'apetites artificiais' gerados pelo seu imenso aparelho burocrático-administrativo e executivo legal, ou corporificados no complexo militar-industrial “imensamente desperdiçador, ainda que diretamente benéfico para o capital”.

Segundo Mészáros, não devemos ignorar a importância da ação remediadora do Estado na esfera do consumo, apesar de tal ação não poder “produzir uma unidade genuína neste plano, dado que a separação e oposição entre produção e consumo, juntamente com a radical alienação dos produtores em relação ao controle, pertencem às determinações estruturais mais profundas do sistema do capital”. Entre o Estado e os processos reprodutivos materiais sob o comando do capital há uma interação de sustentação recíproca, mas que só pode ser continuada na medida em que “o desperdício inevitável que surge com esta relação simbiótica não se torne proibitivo do ponto de vista da própria produtividade social.” Nessas circunstâncias, o Estado, então, deixa de contribuir para a expansão e acumulação do capital e se transforma “em um fardo materialmente insustentável para esse sistema.”(53)

O terceiro defeito estrutural do sistema do capital analisado por Mészáros refere-se aos antagonismos entre *produção e circulação*. Junto à expansão sem limites, condição imposta pelo incessante processo de acumulação do capital, a eliminação das barreiras locais ou regionais ao crescimento dos mercados sempre foi um requisito básico do capitalismo, estando presente de forma mais imperativa em sua fase plenamente desenvolvida. Ocorre que “a estrutura de comando político do sistema do capital e todo o quadro de referências corretivo está articulado na forma de *Estados nacionais* (...), cujos limites não correspondem às exigências da reprodução e circulação globais do sistema.”(53)

O deslocamento dessa contradição, ou “a procura de alguma espécie de unidade entre *produção e circulação*”, se dá com a coexistência de níveis diferenciados de desenvolvimento entre os Estados nacionais, o que possibilita a instituição de uma “dupla contabilidade” (“*double book-keeping*”) referente ao padrão de vida dos trabalhadores nos diferentes Estados – “única maneira com que o Estado pode tentar resolver” a contradição

entre “o imperativo da circulação global” e os limites nacionais representados por ele. Isso significa que o Estado garante um melhor padrão de vida para o trabalhador “em casa” (nos países de desenvolvimento mais avançado) - “combinado à democracia liberal” -, e “maximizadamente explorador, sem esquecer um governo implacavelmente autoritário (e sempre que preciso, abertamente ditatorial), exercido diretamente ou por procuração, na ‘periferia subdesenvolvida’.”(53)

Esse meio de remediar as contradições internas das unidades produtivas e a necessidade de expansão do capital para além de suas fronteiras nacionais, sem que implique em ameaça à reprodução do sistema como um todo e, ao mesmo tempo, possibilite a circulação em escala global, dá sustentação a um “sistema internacional de dominação e subordinação”, no qual estabelece-se “uma hierarquia de Estados nacionais mais ou menos, poderosos que gozem - ou sofram - a posição a eles atribuída pela relação de forças prevalecentes (...) na ordem esfomeada do capital global”.(53-54)

Todavia, esse recurso da “dupla contabilidade” exige algumas condições básicas para que possa ser operado com sucesso. Depende da disponibilidade, no sistema do capital, de uma margem de lucro suficiente à operação de “uma taxa de exploração relativamente favorável à classe operária nos países ‘metropolitanos’, quando comparada às condições de existência da força de trabalho no resto do mundo” - o que só pôde ser observado durante o período de ascendência histórica do capital.(54) Nas últimas décadas, com o esgotamento da fase de “expansão tranqüila” do capital, tem havido uma tendência reversiva a esse respeito, pois o que se pode ver é a ocorrência de uma ‘equalização na taxa diferencial de exploração’ com evidentes perdas para o padrão de vida dos trabalhadores dos países capitalistas avançados. Essa é, para Mészáros, “uma *tendência geral* do desenvolvimento do capital mundial.” (54:nota 58)

Junto a isso, como consequência política inevitável, tem-se observado também, como acentua Mészáros, “um *crescente autoritarismo* nos Estados ‘metropolitanos’ anteriormente liberais e um desencanto perfeitamente compreensível com a ‘política democrática’, que tem profunda relação com a virada autoritária do controle político nos países capitalistas avançados.”(54)

O Estado, de acordo com seu papel remediador das contradições existentes entre produção e circulação, tem sob sua incumbência estender a circulação global para além das limitadas unidades socioeconômicas. Isso implica em se comportar na “ação internacional diferentemente do modo como age no plano da política interna”, muitas vezes utilizando-se de políticas que se opõem e parecem contraditórias, como veremos, ao conciliar políticas antimonopolistas, no interior dos Estados nacionais, com o incentivo à expansão monopolista do capital, no exterior.(54)

Sob o ponto de vista da política interna, o Estado não pode deixar que a tendência à centralização e concentração do capital venha eliminar prematuramente “unidades de produção ainda viáveis (ainda que menos eficientes...)”, pois deixar que isso ocorra “afetaria desfavoravelmente a força combinada do capital *nacional* total em tais circunstâncias”. Tudo isso, deve-se ressaltar, pode facilmente ser reversível “no momento em que os interesses do conjunto do capital nacional o decretam”, tornando totalmente ingênua qualquer crença no Estado como o “guardião da ‘competição saudável’”.(54)

Por outro lado, sempre segundo Mészáros, “o Estado nacional do sistema do capital não tem nenhuma espécie de interesse em restringir o impulso monopolista ilimitado de suas unidades econômicas dominantes.” Seu papel é o de “facilitador da expansão mais monopolista possível do capital no exterior”, pois no “domínio da competição internacional, quanto mais forte e menos restrita for a atividade econômica (apoiada por meio políticos e, se necessário, até militares), tanto maior sua probabilidade de obter sucesso contra seus reais e potenciais rivais.”(54) Para isso, utilizou das mais variadas práticas políticas, desde o “colonialismo moderno dos primeiros tempos”, o “imperialismo plenamente desenvolvido” junto ao desmembramento posterior dos impérios - dando origem à dominação neocolonial, até o neo-imperialismo que hoje caracteriza a “Nova Ordem Mundial”.(55)

O antagonismo estrutural entre *produção e circulação*, através da ação do Estado como agente totalizador e facilitador só pode encontrar “um equilíbrio - e não a devida *resolução* - de conflito estritamente temporário.” Na existência de conflitos entre Estados dominantes ou internamente entre unidades produtivas isoladas, acabam por predominar os interesses do capital como força controladora global, e o que era visto como um equilíbrio de forças resulta “a qualquer dado momento (...) na imposição/aceite da prevalecente

relação de forças, ao mesmo tempo visando sua derrubada, quando as circunstâncias permitirem.” Pois o que continua a vigorar, enquanto *modus operandi* do sistema do capital, é o “axioma do *bellum omnium contra omnes*”, uma vez que, “como sistema de controle metabólico social, ele está estruturado de maneira antagônica das menores às mais abrangentes unidades sócio-econômicas e políticas.”(55)

Nem mesmo a existência de um “Governo Mundial” e seu “correspondente sistema estatal”, se isso fosse possível, poderia eliminar a tendência explosiva de um sistema antagonicamente estruturado mediante “conflitos de interesses irreconciliáveis, centrados na separação radical e alienação do controle dos produtores”. Essa “contradição absolutamente insolúvel (...) está fadada a se impor em todas as esferas e em todos os níveis do intercâmbio reprodutivo social, inclusive, é claro, ao se metamorfosear em contradição entre produção e consumo e na contradição entre produção e circulação.”(55-56)

É por isso que as contradições decorrentes dos três defeitos estruturais desse “sistema abrangente de controle metabólico social” são absolutamente insolúveis, deixando, segundo Mészáros, todas as formulações teóricas sobre a capacidade do Estado de promover a “verdadeira reconciliação” entre as deficiências e contradições do sistema no plano do mero idealismo. Ao contrário, a história recente demonstra que, à medida que “a ordem social do metabolismo do capital vai se integrando em um sistema global plenamente desenvolvido”, os conflitos e contradições vão se tornando mais explosivos e incontroláveis.(55-56) Portanto, “se quisermos encontrar um modo de superar a destrutividade incorrigível da ordem do metabolismo social do capital, devemos submeter os próprios microcosmos que o constituem a um reexame radical.”(57)

Segundo Mészáros, portanto, o Estado está inteiramente imbricado no complexo de defeitos estruturais do sistema do capital, na medida em que “não surge *após* a articulação das formas socioeconômicas fundamentais nem é mais ou menos *determinado* por elas”, mas resulta de uma relação de co-determinação, vindo remediar, desde seu surgimento, os defeitos estruturais das unidades reprodutivas do sistema do capital. Não pode, portanto, ter um destino diferente de todo o complexo do sistema estruturado antagonisticamente, ou mesmo desempenhar um papel de independência em relação ao todo, como sugerem as idéias de o Estado ser capaz de promover a “verdadeira reconciliação” ou de construir a

“paz perpétua” kantiana. Lembremos que a “base socioeconômica do capital e suas formações estatais são totalmente inconcebíveis separadas uma da outra.”(58)

Entretanto, Mészáros acentua, com respeito ao Estado, que “só é correto e apropriado falar de ‘correspondência’ e ‘homologia’, em relação às *estruturas* básicas do capital, tal como se constituíram historicamente”. Não se pode tirar dessa relação de co-determinação algo como uma relação de equilíbrio. O fato é que “as funções metabólicas particulares de uma estrutura não correspondem às determinações e exigências estruturais da outra. Tais funções podem (...) contrapor-se vigorosamente umas às outras, à medida que suas estruturas subjacentes sofrem dilatações no decorrer da necessária expansão e transformação adaptativa do sistema do capital.” A “interdependência constitutiva” entre os órgãos metabólicos, inclusive o Estado, não elimina a existência de contradições entre eles. ”Se assim não fosse - chama a atenção Mészáros - o esforço emancipatório socialista estaria condenado à futilidade” na medida em que a “sempre predominante homologia de todas as estruturas e funções básicas, que correspondem plenamente aos imperativos materiais da ordem de controle do metabolismo social do capital, produziria uma verdadeira ‘jaula de ferro’ para todo o sempre (...) da qual não haveria absolutamente como escapar.”(58)

De fato, “paradoxalmente, a ‘homologia de estruturas’ surge de uma *diversidade estrutural de funções* cumpridas pelos diversos órgãos metabólicos (...) segundo a forma de divisão social hierárquica do trabalho que se manifestou historicamente.”(58) No caso do Estado moderno, o qual “exibe a mesma divisão estrutural-hierárquica do trabalho que as unidades reprodutivas econômicas”, duas funções vitais são exercidas no sistema do capital. Por um lado, “o Estado é essencial para manter sob controle (sem, porém, eliminar inteiramente) os antagonismos que constantemente se originam da dualidade dilacerante dos processos de tomada de decisões socioeconômicas e políticas”. Em conformidade com isso, por outro lado, assegura a condição de que o “trabalho livre” seja destinado ao “cumprimento de funções estritamente econômicas em posição de subordinação incontestável”, reforçando tanto a dualidade de produção e controle como a divisão estrutural hierárquica do trabalho. Torna-se o “fiador global do modo de reprodução incorrigivelmente autoritário do capital”, avalizando o seu “despotismo de fábrica” na forma capitalista e de tipo soviético.(62)

O Estado tem que transformar num sistema coerente, que possa realizar as “potencialidades positivas da dinâmica irrefreável do capital”, as unidades reprodutivas básicas isoladas, incapazes de “coordenação e totalização espontânea”. Essas unidades reprodutivas têm um domínio da direção interna do metabolismo produtivo “irreprimível”; porém, dada sua própria natureza estrutural centrífuga, o caráter dessa direção “poderia ser (...) completamente destrutivo e autodestrutivo por si mesmo”, prejudicando, assim, a potencialidade produtiva irrefreável do capital, “cujo objetivo orientador [é] a mais elevada extração de trabalho excedente factível”. É a falta de uma “adequada estrutura de comando totalizante – firmemente orientada para a extração de trabalho excedente”, que possa suprir o sistema do capital com a “coesão positiva” ausente nos microcosmos socioeconômicos constitutivos do capital, que coloca a exigência de uma “dimensão política do controle do metabolismo social do capital” em separado, função a ser exercida pelo Estado moderno.(63)

Mészáros assim se refere à natureza desse comando político separado do Estado e sua utilidade para o capital:

“Essa separação e ‘disjunção’, constituída no curso da ascensão histórica do capital dirigida para a auto-expansão do valor de troca, de modo algum é desvantajosa para o próprio sistema. Muito pelo contrário. Pois as personificações econômico/gerenciais do capital podem exercer sua autoridade sobre as unidades reprodutivas particulares, em antecipação a um *feed-back* do mercado, a ser convertido no devido tempo em uma ação corretiva, e o Estado cumpre suas funções complementares parcialmente na esfera internacional do mercado mundial (incluindo a garantia dos interesses do capital em guerras, se necessário for), e parcialmente face a face com a potencial ou realmente recalcitrante força do trabalho.”(728)

Com isso, o sistema do capital pode garantir uma estrutura de comando viável “tanto dentro dos microcosmos reprodutivos, quanto fora e entre eles.”(63)

A atuação assim definida do Estado obedece, contudo, ao mesmo imperativo da irrestringibilidade dos princípios constitutivos do capital. Pode cumprir sua função positivamente e auxiliar o sistema do capital a “ir em frente”, maximizando as potencialidades dinâmicas dos microcosmos reprodutivos materiais enquanto os “recursos e

escoadouros para a expansão e a acumulação” estiverem disponíveis, “sejam quais forem suas implicações e possíveis conseqüências de longo prazo.” Nesse caso, “não existe nenhuma necessidade do *Leviatã* hobbesiano, contanto que a dinâmica expansionária possa ser mantida”. Ou negativamente, quando uma crise estrutural se instala e a “ordem de reprodução socioeconômica estabelecida colide com os obstáculos criados por sua própria articulação dualística, de modo que a tríplice contradição entre produção e controle, produção e consumo e produção e circulação não pode mais ser reconciliada”. O papel mediador do Estado, dadas as circunstâncias, deve ser enormemente restritivo, fazendo com que novos controles devam ser “‘aceitos’ pela sociedade devido a constrangimentos inevitáveis da economia.”(62-64)

Novamente, aqui, devemos ressaltar que a qualidade substantiva que caracteriza a íntima inter-relação entre o Estado moderno e o capital é a da complementação. Nesse sentido, acentua Mészáros, “seria um erro imenso simplesmente identificar o Estado em si mesmo com a estrutura de comando do sistema do capital.” O capital “como tal é, em si mesmo, *sua própria* estrutura de comando, sendo a dimensão política uma *parte integrante* dela”, ou em outras palavras, uma parte constituinte da própria base material do capital. O capital “é um modo específico de controle do metabolismo social que deve ter sua estrutura de comando apropriada em todas as esferas e em todos os níveis, porque não pode tolerar absolutamente nada acima dele mesmo.” O sistema do capital admite, pois necessita, uma diferença estrutural de funções, mas não uma estrutura de comando político que possa substituir *sua própria* estrutura de comando socioeconômica.(64)

Mészáros considera ter sido a insistência nesse erro uma das principais causas do colapso do sistema soviético. Mesmo antes do fracasso da “perestroika” e do colapso do sistema soviético, afirmava ele que a formação estatal soviética “*se estendeu imensamente para além de si mesma*”, na tentativa inútil de “*substituir a estrutura de comando socioeconômica* do sistema do capital pós-revolucionário em sua totalidade, assumindo voluntaristicamente a *regulação política de todas as funções produtivas e distributivas*, tarefa que lhe era totalmente imprópria”. Isso só é possível em circunstâncias de “extrema emergência” e numa “extensão mínima”⁵⁶, mas não permanentemente como no caso dos países pós-capitalistas.(64)

⁵⁶ Mészáros, I. *O Poder da Ideologia*, São Paulo:1996, p.556. Primeira edição original em inglês datada de 1989.

E mais, diz Mészáros, “ ‘devido a sua constituição intrínseca, o Estado não pode controlar o processo de trabalho, mesmo se seus recursos forem centuplicados, dada a *ubiquidade* das estruturas produtivas particulares que teriam que ser colocadas sob seu poder de controle necessariamente limitado’.” Deve-se levar em conta que “ ‘o Estado como tal não é adequado para a realização da tarefa que envolve, de um modo ou de outro, a atividade cotidiana de cada indivíduo’.”⁵⁷

Como já sublinhado, o capital não tolera nada acima de si mesmo, nem podem desaparecer as diferentes funções necessárias ao pleno funcionamento de um sistema estruturado antagonisticamente, cuja contradição entre produção e controle permanece atuante.

Dentro do quadro de referência estrutural do sistema, não há como se eliminar a determinação recíproca entre o Estado moderno e o capital, ou melhor, o “estreito ajuste entre a base do metabolismo social do sistema do capital e o Estado moderno, enquanto estrutura totalizante de comando produtiva e reprodutiva.” Uma intervenção apenas no “domínio político – mesmo quando visa a derrubada radical do Estado capitalista – pode ter apenas um impacto muito limitado para a realização do projeto socialista.” Essa reciprocidade dialética entre o Estado e o capital é, segundo Mészáros, “extremamente incômoda e desafiadora” para os socialistas, principalmente se ela significar que “não há possibilidade de superar o poder do capital sem permanecer fiel à preocupação marxiana com o ‘fenecimento’ do Estado.” Necessidade “insistentemente ignorada” durante os 70 anos da experiência soviética.(65)

Ao mesmo tempo em que há um estreito ajuste entre as estruturas de comando política e socioeconômica do sistema do capital, assinala Mészáros que ocorre “um grande *desajuste estrutural* “ no interior do “círculo vicioso” dessa reciprocidade, o qual se manifesta sob dois importantes aspectos: no que diz respeito à dificuldade de manutenção do controle sobre o sujeito social - o trabalho - e à contradição “entre o mandato totalizante do Estado e sua capacidade para realizar essa tarefa”.(65/68)

⁵⁷ *Idem* (64)

Quanto ao primeiro aspecto, como já vimos em outro momento, segundo Mészáros, o sistema do capital se constitui na base da separação entre a produção e o controle da produção, alienando, assim, do verdadeiro sujeito da produção o controle sobre todo o processo. Do mesmo modo, o capital teve que submeter todos os desejos subjetivos, tanto dos sujeitos reais da produção como das “personificações do capital” às “exigências fetichistas do sistema”, transformando-se no único “sistema de controle *sem sujeito*” da história. Contudo, uma primeira contradição tem que ser enfrentada pelo sistema, uma vez que, apesar de transformar o sujeito real da reprodução social (o trabalho) num “fator material de produção”, não pode prescindir da ação desse mesmo sujeito “com a consciência que o processo de produção como tal assim exige – sem o qual o próprio capital deixaria de existir”.(66) Essa é a razão de fundo para que a submissão do trabalho não se dê sem dificuldades, dada a potencial força recalcitrante que representa e a reprodução cotidiana da resistência, estimulada pelas “operações normais do sistema”, sempre comprometidas com os antagonismos resultantes da alienação do controle da produção. O Estado, destaca Mészáros, “é quem proporciona a última garantia de que a resistência e rebelião potencial dos produtores sejam controladas.”(66) Mas nem sempre ela pode ser assegurada, a despeito dos “esforços mistificadores para estabelecer ‘relações industriais’ ideais”, ou das tentativas de envolvimento dos trabalhadores com propostas de “co-participação”, de “co-proprietários” ou de se tornarem compradores de ações. A contradição entre “os imperativos materiais do capital e sua capacidade para manter o controle” é ainda mais intensificada “no próprio processo de produção”, em razão da “crescente socialização da produção no terreno global do capital”, cujo “processo transfere objetivamente certas potencialidades de controle para os produtores”, mas “apenas em um sentido negativo”, tornando “mais aguda a incontrolabilidade do sistema do capital”. Na verdade, essa contradição atinge o “núcleo interno do capital enquanto sistema reprodutivo”. Por isso, e no limite, a questão do controle “escapa à capacidade das personificações do capital nas suas unidades de produção e da intervenção potencial do Estado em sua própria esfera como estrutura de comando político totalizante do sistema.”(67)

Nas devidas circunstâncias, manifesta-se um desajuste entre o Estado e a ordem metabólica do capital, pois “o Estado - apesar de sua grande força repressiva – é totalmente impotente para corrigir o problema, por mais autoritária que seja sua intervenção.” Como

oportunamente acentua Mészáros, “ não há nenhuma ação política concebível que possa remediar o fundamento socioeconômico do capital”, e o colapso do sistema soviético é um exemplo histórico do fracasso desse tipo de ação remediadora do Estado, cuja incumbência era “transformar um sistema reprodutivo social através da intervenção política”.(67)

O outro aspecto não menos importante do desajuste estrutural entre as estruturas reprodutivas materiais do capital e suas formações de Estado diz respeito à incapacidade do Estado de “levar o interesse do capital à sua conclusão lógica”, qual seja: “maximizar a irrefreabilidade global do sistema do capital” com a adequada formação de um “sistema estatal global”. O Estado moderno está distante de ser “verdadeiramente abrangente e totalizante no grau em que ‘deveria ser’”, tendo em vista sua inadequação ao “nível atingido de integração do metabolismo social” e à escala de esforços necessários para “desembaraçar a ordem global de suas crescentes dificuldades e contradições”. Apesar do poder (mesmo que “extremamente contraditório”) do sistema do capital como um sistema global ser hoje incontestável, o “*capital global*” permanece “*desprovido de sua própria formação estatal*”.(68/70)

No contexto do “capital global”, conta-se com uma variedade de Estados capitalistas e pós-capitalistas (o que quer dizer, no caso dos países da antiga União Soviética, estar “sob a dominação do capital em uma de suas variedades *pós-capitalistas*”). Enquanto Estados “particulares” do sistema do capital, defendem (alguns com maior, outros com menor sucesso) os interesses de seus capitais nacionais. O “apoio preferencial que pode ser proporcionado por um determinado Estado a seus setores dominantes de capital – com o objetivo de facilitar desenvolvimentos monopolistas máximos – é parte da lógica de sustentação do avanço do ‘conjunto’”, o que na prática quer dizer “o capital nacional total do Estado em questão”. Os capitais nacionais, “em todas as formas de articulação conhecidas, são inextricavelmente entrelaçados com os Estados nacionais e recorrem ao apoio destes, quer se trate de capitais imperialistas dominantes ou, ao contrário, submetidos à dominação de outros capitais nacionais e respectivos Estados.”(68) O apoio dado pelo Estado, deve-se ressaltar, é sempre no sentido da afirmação e preservação da “ ‘individualidade’ necessariamente ‘combativa’ ” das unidades reprodutivas materiais dominantes em relação a suas adversárias, pois operam “em uma situação inerentemente

conflitual em todos os lugares, dados os antagonismos estruturais insuperáveis do sistema do capital.”(166)

Acontece que esse entrelaçamento entre os capitais nacionais e o Estado traz dentro de si uma contradição, pois “o ‘conjunto’ sustentado pelo Estado não pode abarcar a totalidade das unidades reprodutivas socioeconômicas existentes no planeta.” O que implica que as “interações entre Estados nacionais”, envolvidos com os interesses de seus capitais nacionais, são “muitas vezes desastrosamente conflituosas”, principalmente se considerarmos a “intranscendível ‘individualidade’ dos Estados nacionais” e sua combatividade sempre pronta a submeter um opositor.(163) A natureza contraditória das relações entre o Estado e o capital determina os limites de toda solução harmonizadora. Em vista disso, afirma Mészáros que

“esperar que o Estado do sistema capitalista se transforme numa formação positiva para adquirir a capacidade de reunir e ‘conciliar’ debaixo de si mesmo as contradições dos Estados nacionais num ‘governo mundial’ (...) é pedir o impossível. O ‘Estado’ do sistema capitalista (que existe na forma de Estados nacionais particulares) *nada* é sem sua oposição real ou potencial a outros Estados, assim como o capital nada é sem sua oposição ao trabalho e sem a autodeterminação negativa em relação a ele.”(167)

Para que pudesse surgir um “Estado do sistema do capital como tal” com o objetivo de levar a irrefreabilidade global do sistema ao seu máximo, o pressuposto indispensável seria “a superação bem sucedida de todos os grandes antagonismos internos dos contêdores constitutivos do capital global”, e isso até agora não passou de uma “idéia reguladora” kantiana, “sem nenhum sinal discernível de sua futura realização, mesmo enquanto frágil tendência histórica”.(68/70)

Nem mesmo o Estado capitalista da maior potência hegemônica – os Estados Unidos –, comenta Mészáros, tem conseguido “exercer seu mandato de maximizar a *irrefreabilidade global* do sistema do capital, e se impor como comandante incontestado desse sistema em nível global.” Mészáros aponta para o fato de que,

“por necessidade, ele permanece *nacionalmente contido* em sua atividade política e econômica – e sua posição de poder hegemônico é potencialmente ameaçada em

função da relação de forças mutável no campo dos intercâmbios e confrontações internacionais – por maior que seja seu predomínio enquanto potência imperialista.”(70)

Diante disso, Mészáros acaba por concluir que, nos dias de hoje, “não existe qualquer indício de que este profundo desajuste estrutural possa ser corrigido pela formação de um sistema estatal global capaz de eliminar com sucesso os antagonismos reais e potenciais da ordem metabólica global estabelecida.” O antigo recurso das guerras mundiais, que mesmo antes não possibilitaram mais que um rearranjo das relações de poder hegemônico predominantes, tornou-se inviável de ser acionado em vista da enorme ameaça de autodestruição da humanidade que tal uso implicaria.(70)

Os desajustes entre o Estado e o capital, ainda segundo Mészáros, devem permanecer sempre atuantes no curso do desenvolvimento do modo de controle estabelecido pelo capital - porém, com uma significativa variação, hoje, em relação às suas realizações expansionistas do passado. Houve momentos em que os problemas decorrentes dos desajustes mencionados puderam ser suplantados pelo crescimento contínuo da acumulação no sistema global; no entanto, hoje, mesmo com a “dominação mais ou menos absoluta do sistema do capital” sobre o mundo, os efeitos contraditórios e desestabilizadores desses desajustes têm sido agravados. A ameaça à irrefreável expansão do sistema do capital global não pode mais ser atribuída a nenhum “inimigo externo” mas, antes, decorrem das cada vez maiores dificuldades internas ao sistema.(71)

Como vimos, para Mészáros, a reciprocidade dialética que articula a diferença de funções entre o capital e o Estado moderno se manifesta das mais variadas formas e através de interconexões que podem tanto gerar novas contradições e desajustes entre eles como servir para consumir uma ação de complementação proveitosa, ainda que, no longo prazo, sempre instável. Nestes ajustes, o momento sempre predominante é a realização dos objetivos da reprodução ampliada do capital. Deve-se notar que o trabalho é uma parte integrante extremamente importante dessa reciprocidade. O trabalho constitui “o pilar material fundamental de suporte do capital”. Não é o Estado que sustenta o capital, “mas o trabalho [,] em sua contínua dependência estrutural do capital”.(494) O Estado assegura as condições da extração do trabalho excedente e comparece com o poder coesivo necessário ao funcionamento do sistema e de suas unidades reprodutivas diretas. Capital, trabalho e

Estado, em suas diferentes interconexões, “são *materialmente* constituídos e ligados um ao outro e não simplesmente em uma base legal/política.”(493) Por isso, são nomeados por Mészáros como “as três dimensões fundamentais do sistema”. Essa determinação comum é que dá a qualidade da relação de reciprocidade entre eles. E, acrescenta Mészáros, “dada a inseparabilidade das três dimensões do sistema do capital plenamente articuladas -- capital, trabalho e Estado --, é inconcebível emancipar o trabalho sem simultaneamente também superar o capital e Estado.”(494)

O “capital não é nada sem o trabalho”, e só existe em oposição a ele numa relação de “determinação negativa”; o Estado só pode existir se reproduz “a mesma multiplicidade de determinações negativas insuperáveis, articulando mediante sua estrutura de comando política totalizante (...) a dependência absoluta do capital com o trabalho.”(167) Esse é o fundamento ineliminável da relação entre o capital e o Estado que, portanto, encontra no trabalho o elo explicativo de tal reciprocidade dialética. Lembra Mészáros que a “regência do capital sobre o trabalho é fundamentalmente *econômica*, não política em seu caráter” e que “tudo que a política pode fazer é fornecer as ‘garantias políticas’ para a continuação da regência já materialmente estabelecida e estruturalmente enraizada.”(472)

Atualmente, de acordo com a análise de Mészáros, a operação da regência econômica do capital sobre o trabalho tem cada vez mais solicitado o fornecimento das “garantias políticas” do Estado com o fim de “proteger e assegurar a realização produtiva do sistema”. A intensidade da intervenção política no funcionamento do sistema, conforme já sublinhado acima, vem demonstrar a gravidade dos problemas reprodutivos intrínsecos aos limites absolutos do sistema, ao mesmo tempo em que transfere para a esfera do Estado a responsabilidade da reanimação das taxas de crescimento expansivo necessárias à sobrevivência do capital, o que só reforça a tendência ao aprofundamento da crise estrutural.

Mészáros recorre, para expressar a mudança na atuação do Estado, à época de Mandeville, em que

“o propósito maior no que se refere ao papel do Estado,(...), era usar seu poder, no interior do país, de modo que a ‘Propriedade fosse bem assegurada’ e que ‘o Pobre fosse estritamente posto a trabalhar’; e, internacionalmente, para sustentar as forças

do capital em seu empreendimento de expansão colonial, no interesse da riqueza crescente das 'Nações de intensa atividade'.”(600)

Logo em seguida, na mesma página, destaca como hoje isso se dá de maneira radicalmente diferente:

“Não com relação a ‘garantir a Propriedade’ e ‘pôr o Pobre estritamente a trabalhar’, objetivos que têm de permanecer como propósitos permanentes do sistema enquanto sobreviverem o modo de produção capitalista e seu Estado. A diferença radical é visível no fato de que o Estado capitalista precisa agora assumir um papel intervencionista direto em *todos os planos* da vida social, promovendo e dirigindo ativamente o consumo destrutivo e a dissipação da riqueza social em escala monumental. Pois, sem tal *intervenção direta* no processo sociometabólico, não mais apenas em situações de emergência, mas em *base contínua*, a extrema perdularidade do sistema capitalista contemporâneo não pode ser mantida em existência.”(600)

No século XX, todas as tentativas, “não importa por que diferentes vias”, de solucionar as crises do sistema do capital, “desde a Itália fascista de Mussolini em 1922, ao ‘New Deal’ de Roosevelt na América do Norte nos anos de 1930 e, claro, na Alemanha de Hitler”, utilizaram-se da “intervenção estatal maciça como ajuda externa exigida pelo sistema para a continuação da sua sobrevivência”. Hoje, com a crise estrutural, a ajuda externa do Estado é ainda mais vital, mesmo que muitos dissimulem tal ajuda por motivos ideológicos puramente mistificadores, como é o caso das teses neoliberais do “Estado Mínimo”.(625)

Argumenta nosso autor que mesmo o “ ‘sistema coordenador espontâneo’ do mercado” tem sido freqüentemente “azeitado” através de políticas de subsídios estatais, como pode ser visto na “política agrícola comum na União Européia” ou nos subsídios estatais astronômicos transferidos aos fazendeiros na Inglaterra. “Para se entender a realidade do mercado hoje é necessário constantemente ter em mente sua grande dependência do Estado, já que esferas maciças de atividade econômica são absolutamente inviáveis no sistema do capital contemporâneo sem o papel direto de apoio do Estado em uma escala fenomenal.”(785)

A crescente atuação do Estado na administração das contradições e antagonismos do sistema e no fornecimento, em “base contínua”, das condições políticas e de intervenção direta necessários à alimentação do processo reprodutivo do capital significa que este último já não consegue fazer valer sua exclusiva regência econômica sobre o trabalho em benefício da expansão saudável do sistema. Segundo Mészáros,

“testemunhamos uma reversão significativa de algumas tendências fundamentais de desenvolvimento no século XX, resultando em uma ‘hibridização’ incurável do sistema do capital o qual, no ápice de sua ascensão histórica, podia se reproduzir e estender dinamicamente seu poder por processos primordialmente econômicos. Os eventos históricos mais importantes do século testemunham as mudanças de longo alcance a este respeito, assim como o crônico fracasso em colocar sob controle os antagonismos do sistema.” (624)

Como já sublinhado, a “predominância do capital no campo da produção material e o desenvolvimento das práticas políticas totalizantes do Estado moderno andam lado a lado”.(49) E mais, se completam. Por isso, não podem se alternar, com sucesso, no desempenho de suas diferentes funções. Nem pode o Estado indefinidamente remediar com medidas políticas a crise que emana das próprias unidades reprodutivas materiais, no sentido de “*substituir a estrutura de comando socioeconômico* do sistema do capital”. O Estado, “devido à sua constituição intrínseca”, não pode “controlar o processo de trabalho” ou “regular politicamente todas as funções produtivas e reprodutivas”.(64) Para Mészáros, a confiança crescente na intervenção direta do Estado no processo sócio metabólico só pode, portanto, significar sintoma de crise sistêmica. Não é, portanto, segundo Mészáros, “nada accidental” que a crise estrutural do capital se transforme também em crise do Estado moderno e da política em geral, pois “o emprego regressivo de controle político direto” compromete “significativamente a vantagem histórica do capitalismo, anteriormente mencionada.”(810)

Veremos no próximo capítulo como esses desenvolvimentos, que não representam “um problema proibitivo para o capital” quando sua continuidade é posta em jogo, afetam de maneira decisiva a estratégia emancipatória de seu antagonista estrutural – o trabalho, inviabilizando qualquer avanço, mesmo que parcial, através das lutas defensivas que predominaram nos últimos cem anos.(810) Para Mészáros, coloca-se ao trabalho a

necessidade de tomar uma nova direção nos confrontos com o capital, “caso queira realizar não apenas os seus objetivos potencialmente globais, mas até mesmo seus objetivos mais limitados”. Esta “nova direção” seria uma ofensiva estratégica socialista prolongada.(737)

CAPÍTULO IV

O DESAFIO HISTÓRICO DA OFENSIVA SOCIALISTA

A natureza da crise política que se apresenta no contexto da crise estrutural do sistema do capital é determinada pelo fato de que o Estado não tem como superar as contradições internas do sistema. Os “remédios parciais” utilizados para corrigir distorções do sistema não podem “retificar as desigualdades estruturais fundamentais e os antagonismos materiais, políticos e culturais do sistema do capital”.(32)

Insiste nosso autor em que “nenhum remendo de alguns de seus defeitos parciais, mediante o expediente das reformas acomodatórias – o caminho seguido em vão por mais de um século e recentemente completamente abandonado pelo movimento social-democrata pode alterar o modo de “radical alienação do controle dos indivíduos”, único modo no qual o capital assenta a base material de sua auto-reprodução.(33)

Exporemos nesse capítulo as razões que levam Mészáros a postular a impossibilidade de qualquer sucesso, hoje, das lutas defensivas do trabalho contra o capital e a incapacidade da estratégia de reformas para resolver as iníquas contradições do sistema do capital no sentido do socialismo. Para nosso autor, está colocada na atual agenda histórica a necessidade de uma ofensiva socialista que possa, na conjunção de todos esses desenvolvimentos históricos, gerar uma alternativa sociometabólica socialista, cujo conteúdo definidor é ser “um modo de controle metabólico social qualitativamente diferente”, constituído pelos indivíduos com total comando sobre ele.(33)

Argumenta Mészáros que, com o fim do período de ascendência do capital, ocorreu uma mudança significativa de direção e conteúdo das políticas remediadoras e de postergação das contradições e antagonismos do sistema. Não mais era possível exercer um poder coesivo sobre as forças centrífugas do sistema com base na distribuição de margens da produtividade aos trabalhadores, o que vai afetar radicalmente a continuidade da acomodação consensual que resultou da intervenção keynesiana do Estado capitalista. O componente agravante do momento é que “os privilégios de poucos não podem mais ser sustentados sobre as costas de muitos, em aberto contraste com o passado.” Nessas novas condições, “já não é mais plausível fazer novas séries de promessas vazias, mas as velhas promessas devem ser varridas da memória, e determinados ganhos reais das classes trabalhadoras, nos países capitalistas avançados, devem ser ‘rebaixados’ no interesse da sobrevivência da ordem sócio-econômica e política vigente”.(37)

No período anterior, em função do padrão de desenvolvimento expansionista do sistema do capital, pôde-se utilizar a intensa intervenção política do Estado num sentido positivo de complementação das condições materiais e políticas que favoreceram a acumulação e expansão do capital. No entanto, essas condições políticas favoráveis e acomodatórias não puderam se manter pois, nos “sistemas privados capitalistas [,] (...) o papel primordial da política é ser a *facilitadora* (e em seu devido tempo também a certificadora legal) de mudanças que se *desenvolvem espontaneamente*, muito mais que sua *iniciadora*.” A atuação na política, com “o maquinário político da ordem capitalista”, pode apenas incentivar uma ou outra tendência em desenvolvimento, mas não reverter a lógica inexorável do sistema impulsionada pela acumulação e orientada à expansão a qualquer custo.(208)

As necessidades expansionistas do sistema, no contexto de crescentes restrições competitivas no interior do sistema em crise estrutural, se impuseram sobre todas as tentativas de manutenção das políticas distributivistas do período anterior, legando um novo conteúdo à política - muito mais regressivo e repressivo. O crescimento do desemprego crônico, um importante elemento da ativação dos limites absolutos do sistema do capital, expõe à superfície a impossibilidade de medidas remediadoras alterarem a base material alienante e expropriadora que sustenta esse modo de controle sociometabólico. Como afirma Mészáros,

“subjugar ou reprimir a força de trabalho — com a cooperação ativa de suas lideranças políticas e sindicais — em nome da disciplina do trabalho, do aumento da produtividade, da eficiência do mercado e da competitividade internacional, não é uma solução realista, apesar das vantagens *parciais* que podem *temporariamente* disso derivar para uma ou outra seção do capital competitivo. Porque, em seu efeito geral, essas medidas não se contrapõem à tendência à recessão global — e, no devido momento, depressão — pela simples razão de que é impossível espremer o ‘poder de compra crescente’ (necessário para uma ‘expansão saudável’) de salários que encolhem e do deteriorado padrão de vida da força de trabalho.”(150)

O domínio do capital sobre a base material de reprodução do sistema, com seu “monopólio total dos meios e recursos da produção”, permite que o capital sujeite a força

de trabalho, com o auxílio inestimável de suas formações estatais, a seus imperativos, mas não proporciona maior estabilidade ao sistema ou a solução da contradição entre a necessidade de um crescente poder de compra e a concomitante degradação da força de trabalho (empregada ou não). Mészáros chama a atenção para o fato de que “apesar de todos os esforços e recursos da intervenção do Estado e da teoria econômica capitalista, ninguém conseguiu resolver esta contradição particular (...) e jamais conseguirá.”(150)

Tudo isso sinaliza para a crescente instabilidade do sistema em crise estrutural, mas levará “algum tempo antes que todas as implicações de sua instabilidade sistêmica transpirem, e se requeiram remédios estruturais no lugar de postergação manipulatória.”(37)

O deslocamento postergatório das contradições e antagonismos do sistema do capital contou, desde há muito tempo, com uma significativa participação do movimento social-democrata reformista. Lembra-nos Mészáros que,

“já na época da *Crítica ao Programa de Gotha* de Marx, e muito mais pelo final do século XIX, sob o *slogan* do *Socialismo Evolucionista* de Bernstein, o movimento social-democrata adotou a estratégia de lutar por privilégios no quadro da reprodução do capital. Dessa maneira, ele contribuiu ativamente para a revitalização do adversário capitalista, em vez de defender sua própria causa em favor de uma ordem social alternativa.”(205)

Essa estratégia, continua nosso autor, implicou na “dócil aceitação da autoridade do capital acerca de como determinar o que podia ou não ser considerado como demanda legítima e a adequada participação do trabalho na riqueza social disponível.” E mais, prossegue Mészáros, “tudo teria de ser ‘realisticamente’ avaliado com base nas premissas da permanência da viabilidade e ‘reformabilidade’ do capital gratuitamente aceitas durante quase um século de fantasia social-democrata”. A idéia de “igualdade humana substantiva”, fundamento do socialismo, foi substituída por noções de “equidade” e “justiça” que conformavam a “igualdade de oportunidades”, que, todavia, se prestava “obediente e servilmente” aos parâmetros antagonistas do modo de controle hierárquico e explorador do capital.(205)

A estratégia reformista só pôde perdurar enquanto durou a ascensão histórica do capital, período em que se puderam acomodar algumas reivindicações parciais dos trabalhadores nas margens de expansão rentável do capital. Com a crise e o conseqüente estreitamento das margens de ajuste do sistema, o movimento social-democrata teve que abandonar até mesmo “seus limitados objetivos reformistas e abraçar sem reservas a ‘dinâmica economia de mercado’ do capital, transformando-se, assim, mais ou menos abertamente em todos os lugares, em uma versão do liberalismo burguês”. Deu-se o inevitável, com o “fim de uma estrada que constituía, desde o início, um beco sem saída para as aspirações emancipatórias.”(205)

E, para Mészáros, não poderia ser diferente, pois o reformismo social-democrata “quis reformar o capitalismo aceitando acriticamente seus limites estruturais. Assim, de um modo autocontraditório, quis instituir uma transformação reformista do capitalismo -- no princípio, até mesmo, pretendendo transformá-lo com o tempo em socialismo -- sem mudar sua substância capitalista.” O mesmo desfecho, com as devidas ressalvas pertinentes, é verificável após as sete décadas de experiência soviética. O sistema sócio-econômico pós-revolucionário, ressalta Mészáros,

“permaneceu aprisionado pelas amarras estruturais alienantes do capital enquanto tal, embora tivesse instituído um modo pós-capitalista de extrair o trabalho excedente por meios políticos diretos a uma taxa imposta, trazendo à existência um novo tipo de imposição do imperativo-de-tempo, que serve ao sistema do capital em todas as suas formas historicamente possíveis.”(772)

Ambas as tentativas de “reestruturação” do capitalismo fracassaram, entre outras coisas, mas com peso determinante fundamental, por terem deixado intocada “sua estrutura de comando hierárquica e exploradora”. Por tudo isso, parece a Mészáros como

“absolutamente adequado o modo pelo qual os partidos da ala reformista, assim como dos ex-comunistas do movimento dos trabalhadores, ‘retornaram à vala comum’ obliterando todas as suas diferenças originais. Significativamente, eles encontraram o seu denominador comum se tornando partidos liberais burgueses -- no Leste e no Ocidente de modo semelhante, inclusive os antigos Partidos comunistas italiano e francês -- com o fundamento comum de abraçar o capitalismo e sua ‘sociedade de mercado’ como o horizonte inquestionável da vida social.”(772)

As forças representantes do trabalho que se propuseram a ser uma alternativa ao domínio estabelecido do capital optaram por realizar seus objetivos alternativos numa “linha de menor resistência” diante dos inevitáveis confrontos de interesse, como acentua Mészáros. A proposta de implantação do socialismo não pressupunha a superação radical dos “*pressupostos materiais* do sistema do capital”. (621)

A administração e superação gradual das contradições subjacentes ao modo de controle sociometabólico do capital, deixando intocados seus pressupostos materiais mais vitais como o comando hierárquico sobre o trabalho, provou, com os desdobramentos históricos que hoje presenciamos, ser totalmente ineficaz, levando ao fracasso, com a implicação de altos custos humanos, todas as experiências que se detiveram, de uma forma ou de outra, nos parâmetros internos do sistema. Dessa forma, ignoraram o “poder restaurador ativo dos constituintes da ‘totalidade orgânica’ anteriormente estabelecida que não foram objeto de mudanças”. Seguir a “linha de menor resistência” teve como consequência inevitável a “volta, mais cedo ou mais tarde, [às] determinações reprodutivas do ‘sistema orgânico’ objetivamente constituído que se está tentando deixar para trás.”(621-622)

Com efeito, “mudar o modo de reprodução metabólica social antecipado por Marx requer uma mudança *qualitativa* com implicações de largo alcance também para a ‘base material’ e as ‘condições materiais’ herdadas. Porque em sua modalidade existente, elas são totalmente incompatíveis com as aspirações socialistas.”(132) O modo de controle metabólico do capital é constituído por um conjunto de mediações (de segunda ordem, segundo Mészáros) que se inter-relacionam reciprocamente umas com as outras, criando um círculo vicioso de auto-sustentação insuperável em suas partes isoladas. É assim que a família nuclear, os alienados meios de produção, o dinheiro, os objetivos fetichistas de produção, o trabalho estruturalmente separado do controle da produção, as formações do Estado do capital e o mercado mundial formam um conjunto de constituintes do sistema do capital, estreitamente vinculados entre si, tornando “impossível se contrapor à força alienante e paralisadora de cada uma delas em separado enquanto se deixa intacto o imenso poder de auto-regeneração e auto-imposição do sistema em seu conjunto.”(109)

Em vista da profunda implantação destas mediações no sistema do capital e do papel que exercem na sua sustentação, não há nenhuma “possibilidade de atalhos para a

realização dos objetivos socialistas originalmente antecipados.” Não há como se encurtar o caminho para o socialismo, deixando para trás as condições de funcionamento dos elementos materiais constituintes do sistema.(132)

Argumenta Mészáros que os maiores obstáculos a uma alternativa socialista não se encontram na resistência imposta pela classe de capitalistas privados, que certamente “não deixará o cenário histórico sem luta”. Os “obstáculos mais intratáveis não são erigidos pelas personificações do capital, mas pelos imperativos do próprio sistema do capital que produzem e reproduzem os diferentes tipos das necessárias personificações do capital conforme as mutáveis condições históricas.” São os imperativos do próprio sistema que determinam “a margem de ação transformadora”, deixando a aqueles que evitam seu enfrentamento um campo de realização de objetivos emancipatórios limitados a uma “linha de menor resistência” que, porém, possibilita a contínua reprodução das relações antagônicas do capital. “A acomodação dos representantes do trabalho à linha de menor resistência que temos historicamente experimentado (...) é inseparável desta determinação *sistêmica*”.(771)

Tendo em vista tal “determinação sistêmica”, podemos compreender como o confronto entre capital e trabalho, no período em que predominou a tendência expansionista do capital, “pode ser - mistificadamente - confinado à barganha sobre a distribuição das fatias disponíveis de um ‘bolo cada vez maior’, sem afetar em nada a viabilidade do capital como a *força de controle* global da sociedade.”(585)

A “objetiva incorporação material e institucional” de benefícios pela classe trabalhadora, no período de ascensão do capital, só pôde ser realizada porque não só não desafiava a estrutura de dominação hierárquica exploradora do capital e, também, porque “coincid[ia] com os interesses das partes mais dinâmicas do capital social total.” Argumenta Mészáros que “estas últimas tendem a agir, sob tais circunstâncias, como a ‘ala reformista’ da burguesia e, assim, como aliadas temporárias das classes trabalhadoras para assegurar legitimamente a difusão geral de condições de trabalho mais toleráveis.” Isso não ocorre devido a qualquer coincidência de interesses de classe. Pelo contrário, com a introdução obrigatória das reformas, a considerada “ala ‘ilustrada’ da burguesia obtém para si própria consideráveis vantagens competitivas contra os elementos menos dinâmicos e adaptáveis de sua própria classe”. E como o que está em jogo é o desenvolvimento do

sistema como um todo, retirando das vantagens competitivas obtidas pelos setores mais dinâmicos e avançados do capital um forte impulso expansionista, os interesses parciais desses setores “coincidem com os interesses gerais da classe como um todo”.(585)

Sob outro aspecto, podemos também verificar uma aparente coincidência de interesses pela melhora do poder aquisitivo, nos quadros do desenvolvimento expansionista que caracterizou o *Welfare State*, entre os capitalistas e os trabalhadores. Como afirma Mészáros,

“desafortunadamente do ponto de vista do capital - o trabalho não é apenas um ‘fator de produção’, em seu aspecto de força de trabalho, mas também a ‘massa-consumidora’, tão vital para o ciclo normal da reprodução capitalista e da realização da mais valia. É por isso que o capitalista individual gosta tanto da elevação do poder de compra do *trabalhador dos outros*. Realmente, sob condições adequadas, em princípio ele nem mesmo é contra a melhoria das condições materiais da classe trabalhadora como um todo; quer dizer: nos períodos em que tais melhorias não conflitam com as exigências da lucratividade (...).”(577)

Diante dessas circunstâncias é que, segundo Mészáros,

“o capital, como uma totalidade social, concede as ‘salvaguardas ilustradas’ da legislação trabalhista, de acordo com o movimento para o predomínio da mais valia relativa, não apenas porque pode fazê-lo com segurança, mas, ainda mais, porque as novas práticas produtivas aumentam grandemente seu próprio poder e auxiliam na realização de suas potencialidades objetivas para um crescimento e uma expansão global inimagináveis anteriormente (isto é, nos limites da mais valia absoluta).”(585)

O que se pode observar, segundo nosso autor, é que as melhorias parciais obtidas pelo trabalho são facilmente transformadas em benefício pela lógica reprodutiva do sistema do capital e respeitam os limites por ele definidos. Restringem-se à questão distributiva e não questionam a base material de seu processo auto-reprodutivo, fixando, assim, a natureza defensiva da luta política do trabalho contra o capital. Pois, com respeito ao confronto de forças antagônicas e irreconciliáveis, o “que decide a questão é a relação entre os objetivos visados pelo trabalho e os parâmetros estruturais da ordem sócio-econômica

estabelecida.” Em função disso, chama atenção Mészáros para o fato que “quaisquer concessões, obtidas pelo trabalho, compatíveis, e que podem ser contidas pelo sistema do capital orientado-para-a-expansão e dirigido-para-a-acumulação, são justamente por isso impróprias para alterar a postura defensiva e a posição estruturalmente subordinada do antagonista do capital para com seu adversário.” E não importa em que circunstâncias e graus de confrontos periódicos essas concessões foram obtidas, “incluindo até mesmo uma greve geral mais dramática”, uma vez que não implicam em alterações nos parâmetros estruturais do sistema.(791-792)

Retomar a ofensiva socialista do trabalho contra o capital, depois do que vimos nos capítulos precedentes, não pode ser compreendido como proposição mera e limitadamente política. Uma “*ofensiva estratégica* não é redutível à necessidade de *ação política*, mesmo se esta for uma parte necessária – mas muito longe de suficiente – da transformação socialista divisada.” Apenas a ação política radical não define a natureza dos desafios estratégicos em questão. Pois, como destaca nosso autor, “mesmo a confrontação política mais aguda entre capital e trabalho ainda pode ser a luta de ‘classe contra classe’, isto é, a ação política do proletariado como uma ‘classe-em-si’ que defensivamente confronta o capital -- outra ‘classe-em-si’ -- permanecendo dentro dos parâmetros da ordem sócio-econômica estruturalmente dominada pelo último”.(791)

Não basta que seja explicitado “o irreconciliável antagonismo estrutural entre o capital e trabalho” por meio de confrontos esporádicos, se não se consegue interferir com a luta defensiva na própria tendência do sistema em acionar seus componentes, que “tendem rotineiramente a reforçar um ao outro, no interesse do funcionamento normal da ordem reprodutiva estabelecida da qual também o trabalho depende para seu sustento.” Ocorre que acabam por predominar as “premissas práticas necessárias da reprodução ampliada” do capital, as quais “circunscrevem os limites do que pode ser contestado e obtido -- e também por quanto tempo em um período histórico -- dentro dos parâmetros estruturais do sistema do capital.”(790) Do ponto de vista do trabalho, o campo de possibilidades de conquistas reivindicatórias continua, como ele, subordinado aos objetivos fetichistas do capital e às margens de manobras delimitadas pelo sistema orgânico estabelecido. Nenhum passo decisivo e irreversível em direção à emancipação do trabalho, portanto, pode ser dado por meio de tão restritos objetivos defensivos, cujos limites são determinados pelo capital e

aceitos pelo trabalho. Os ganhos obtidos pelo trabalho, nessas circunstâncias, acabam por significar concessões do capital, pois obedecem ao “imperativo objetivo do capital em converter para seu uso os ganhos do trabalho.”(573)

O que se pode verificar historicamente, segundo a análise de Mészáros, é que

“as concessões ao trabalho no ‘Estado de Bem-Estar’ não debilitaram em absolutamente em nada o capital. Totalmente pelo contrário, contribuíram significativamente para a dinâmica expansionista do sistema por um período contínuo de duas décadas e meia, após a Segunda Guerra Mundial. Nem tais concessões alteraram a relação de forças em favor do trabalho. Se fizeram algo, elas debilitaram a combatividade do trabalho reforçando as mistificações do reformismo.”(791)

Um exame tão inaprecioso dos desdobramentos regressivos da experiência do reformismo social-democrata, não implica na negação, por Mészáros, da importância da luta política para a superação do capital. Diante da análise de todos esses resultados contraditórios da luta defensiva, em claro desfavor à luta emancipatória do trabalho, Mészáros afirma que “tudo isto é salientado não para negar a importância da política radical, mas para melhor identificar seus alvos estratégicos.”(585) E não fazer como os socialistas reformistas que com frequência, unilateralmente, saudavam os “eventos e desenvolvimentos”, que representavam “tanto o sucesso do capital quanto a vitória do trabalho (...), exagerando sua importância para o avanço do próprio movimento”. Não há nenhuma dúvida, complementa Mészáros, que “a classe trabalhadora tem uma parcela vital em todas estas realizações. Contudo, é mais que mera coincidência que estas conquistas se tornaram possíveis em períodos nos quais o capital está em posição não apenas de digerir-las, mas também de transformar as concessões em grandes ganhos para si próprio.”(454 – nota 313)

E mais, prossegue ele em outra passagem,

“tudo isso não significa que não valha à pena defender os ganhos defensivos do passado, especialmente quando o capital é forçado a tentar revogá-los sob a pressão de uma crise estrutural que se aprofunda. Mas significa que as ilusões associadas a elas ao longo da história da social-democracia reformista devem ser expostas pelo

que são, em vez de se fantasiar sobre a viabilidade da ‘alternativa econômica estratégica’ neo-keynesiana do trabalho, a qual não apenas é totalmente irreal nas circunstâncias da crise estrutural do capital, mas até mesmo, se por algum milagre pudesse ser implementada, não constituiria absolutamente uma alternativa.”(791)

Não pode haver uma alternativa socialista nos limites do modo metabólico de produção estabelecido porque, ao se restringir apenas às demandas parciais, o movimento socialista se deixa aprisionar pelos critérios de viabilidade “no interior dos limites e determinações reguladoras preestabelecidos do sistema do capital”. Mészáros é preciso nesta tese: tratar apenas dos interesses parciais e imediatos do trabalho sem relacioná-los com os objetivos globais da alternativa hegemônica socialista à regência do capital gera um conflito de critérios de viabilidade, cujo predomínio é sempre reservado ao antagonista do trabalho – o capital, ele sim, abrangente e totalizante. “Falar acerca das partes só faz sentido se puderem ser relacionadas ao todo ao qual pertencem objetivamente.” A “validade dos objetivos parciais estrategicamente escolhidos” só pode ser “adequadamente julgada” nos “termos de referência globais da alternativa hegemônica socialista”. Não se pode avaliá-los apenas por seus efeitos imediatos, ainda que favoráveis ao trabalho. “O critério de avaliação deve ser a capacidade deles se converterem (ou não) em realizações *cumulativas e duradouras* no empreendimento hegemônico de transformação radical.”(812-813)

Nesse sentido, Mészáros afirma não ser nada surpreendente que o “*slogan* reformista bernsteiniano, que proclamou que ‘a finalidade é nada, o movimento é tudo’ - fazendo um fetiche dos objetivos parciais mais limitados do ‘movimento’ e rejeitando ao mesmo tempo o objetivo socialista global — [tenha conduzido] o movimento social-democrata ao beco sem saída da capitulação”. E não é possível converter as demandas parciais em realizações cumulativas e duradouras contando somente com a perspectiva de conflitos, de motivação pontual e parcial, entre o capital e o trabalho, alheios aos parâmetros globais do antagonismo estrutural contra o qual, de fato, o trabalho se defronta.(813)

O fundamento desta impossibilidade está no fato de que o “propósito global e a força motivadora do sistema do capital concebivelmente não pode ser a produção orientada-para-a-necessidade de valores de uso, mas apenas a bem sucedida *valorização/reorientação* e constante *expansão* da massa dada de riqueza material acumulada.” Em acordo com a

lógica reprodutiva do capital que a tudo absorve, “todos os valores de uso correspondentes às necessidades humanas constituem um momento estritamente *subordinado* na estratégia capitalista de valorização”. A produção de mercadorias orientadas para a troca, com a realização do trabalho nelas objetivado, constitui o objetivo primordial do sistema do capital, relegando a uma importância secundária o valor de uso no processo de reprodução global. O “sistema do capital (...) apenas pode funcionar se forçosamente impuser a validade absoluta de tais determinações e contradições, quaisquer que sejam suas implicações práticas”.(540)

Nesse sentido, “todas as classes de pessoas que são ativas no interior da estrutura de determinações interconexas do capital são confrontadas por um conjunto de inescapáveis imperativos estruturais.” Exatamente por serem imperativos estruturais objetivos, eles “devem estar refletidos nas conceitualizações, assim como adequadamente implementados através de ações, tanto do controle como do trabalho. Daqui o papel vital da estrutura da mercadoria universalmente difundida e do ‘fetichismo da mercadoria’ que dela emerge.”(540)

Em função disso, de acordo com Mészáros,

“no plano das tradicionais confrontações entre adversários e das ‘disputas trabalhistas’, a estrutura da mercadoria desvia a atenção de uma alternativa *estratégica* viável ao sistema dominante e faz a disputa se centrar em questões econômicas parciais. Como resultado o trabalho, mesmo quando bem sucedido em suas demandas formuladas em tais termos -- em uma fase expansionista do desenvolvimento --, permanece firmemente acorrentado ao círculo vicioso do sistema do capital.”(540)

Dito de outro modo, os limites impostos às demandas parciais são definidos pelo próprio círculo vicioso do sistema do capital e, enquanto o trabalho permanecer na “linha de menor resistência”, visando realizar ganhos parciais, porém de duração instável ou temporária, o poder material do capital continuará a exercer seu domínio na escala desejada da produção destrutiva, bem como a definir “a margem de ação transformadora”.

Pois, afinal de contas, como acentua Mészáros, “o capital, tal como é constituído materialmente – através do trabalho alienado e acumulado –, *de fato e objetivamente*

representa o poder sócio-produtivo do trabalho. Essa relação objetiva de dominação estrutural é que encontra sua corporificação adequada também nas instituições políticas do sistema do capital.” Nesse sentido, buscar “mudanças significativas no interior dos limites do sistema político estabelecido” é praticamente impossível. “Nenhuma reforma política, nos parâmetros do sistema existente, pode concebivelmente alterar essas relações de poder material.”(733)

É o que verificamos, sempre segundo Mészáros, quando representantes políticos do trabalho, ao assumirem cargos do alto escalão do governo, não conseguem realizar o objetivo sempre alardeado de “controlar politicamente o sistema”. O impedimento ao cumprimento dessa enorme tarefa não diz respeito à incapacidade pessoal ou a razões de falta de resistência às “tentações e gratificações das suas posições privilegiadas quando eleitos”. A maior dificuldade não está na corrupção, mas no fato de que eles necessariamente

“operam no interior da esfera política *a priori* pré-determinada a favor do capital pela estrutura de poder existente do seu modo sociometabólico de reprodução. Sem radicalmente enfrentar e materialmente desalojar as estruturas profundamente enraizadas e o modo de controle sociometabólico do capital, a *capitulação* ao poder do capital é apenas uma questão de tempo, normalmente numa velocidade que quase supera a da luz.”(731)

Ao confiar na esfera da política como meio de realizar os objetivos do trabalho, o movimento socialista está aceitando como seus os limites do sistema, cuja permissão a um “questionamento legítimo” só é dada “em relação a aspectos menores de uma estrutura global inalterável.” Nesse sentido, jamais se pode abordar a “verdadeira questão (...), qual seja: o poder produtivo do trabalho efetivamente exercido e sua necessidade absoluta para assegurar a reprodução do próprio capital.” Ao contrário, deve-se aceitar como plausível a versão mistificadora dessa relação, por isso indispensável ao capital, na qual, como afirma Marx, “*as condições objetivas do trabalho* não aparecem como subsumidas ao trabalhador, ao invés, esse aparece subsumido àquelas. O CAPITAL EMPREGA O TRABALHO. Mesmo na sua simplicidade, essa relação é uma personificação de coisas e uma reificação de pessoas.”⁵⁸(734)

⁵⁸ K. Marx. MECW, vol. 34, p. 457. Maiúsculas e itálicos de Marx.

Mészáros reconhece que, de fato, os desafios são enormes: desvelar a verdadeira razão de ser do capital - ser trabalho acumulado e alienado - e destruir o antagonismo estrutural que sustenta a ordem estabelecida. A luta política do trabalho de caráter defensivo não pode cumprir esse papel, pois é assimilável pela lógica do sistema, tendo até mesmo servido a seus objetivos e estratégias expansionistas, como vimos na análise do *Welfare State*.

Nesse sentido, acentua Mészáros,

“nada disso pode ser enfrentado e remediado no interior da estrutura de uma reforma política parlamentar. Nem mesmo nas circunstâncias mais favoráveis, como no terremoto político favorável ao Partido Trabalhista de 1945, antecedido na Inglaterra pelo reflorescimento da crítica ao sistema devido aos sacrifícios que as massas populares tiveram que agüentar durante os longos anos de depressão no período entre guerras e na subsequente guerra mundial. Seria tão absurdo esperar a abolição da ‘*personificação de coisas e reificação de pessoas*’ por decreto político quanto esperar a proclamação de tal reforma nos limites das instituições políticas do capital. Pois o sistema do capital não pode funcionar sem a perversa inversão das relações entre pessoas e coisas: o poder reificado e alienado do capital que domina as massas. Similarmente, seria um milagre se os trabalhadores, que no processo de trabalho confrontam o capital enquanto ‘trabalhadores isolados’, pudessem reaver o controle dos poderes sócio-produtivos do seu trabalho por algum decreto político, ou mesmo por uma longa série de reformas parlamentares decretadas sob a ordem sociometabólica de controle do capital. Pois, em tais questões, não há como evitar o conflito irreconciliável acerca dos objetivos materiais do tipo *ou/ou*. (...) é impossível escapar, em se tratando do metabolismo social fundamental, da severa lógica do *ou/ou*.”(734)

É aqui que Mészáros faz a afirmação que já utilizamos no capítulo III: o “capital nem pode abdicar dos seus – usurpados – poderes sócio-produtivos em favor do trabalho, nem pode *compartilhá-los* com o trabalho.”(734)

O que está no cerne dessa incapacidade do movimento dos trabalhadores de levar adiante a necessidade de uma alternativa socialista radical ao modo de controle sociometabólico do capital é a aceitação da “disjunção entre economia e política” que

apenas favorece o domínio do capital, uma vez que é “essencialmente adequada ao desenvolvimento histórico do sistema do capital”. Prossegue Mészáros, afirmando que

“o fracasso da esquerda histórica está inextricavelmente associado à essa circunstância, já que a articulação defensiva do movimento socialista tanto diretamente *refletiu*, quanto *se acomodou* à tal disjunção. Que essa fatal aceitação de tais determinações estruturais não tenha sido de bom grado nem voluntária, mas sim uma *acomodação forçada*, não altera o fato do enredamento do trabalho na margem existente, desesperadamente estreita para a ação auto-emancipatória, no interior da estrutura dada. Foi uma acomodação forçada no sentido de imposta ao trabalho, como *pré-condição necessária* à sua autorização para entrar na esfera parlamentar da ‘emancipação política’ e para ter acesso às correspondentes melhorias reformistas limitadas, tão logo as forças originalmente extraparlamentares de oposição radical aderissem à tal via.”(732)

A estratégia de ocupar postos de comando no Estado capitalista como a principal mediação para a luta socialista fez com que os próprios partidos e lideranças sindicais cumprissem a “função especial de personificações do capital no interior do próprio movimento do trabalho a serviço da acomodação total, de fato, de sua capitulação, aos imperativos materiais ‘realistas’ do sistema.”(729) Neste sentido, confinar o movimento do trabalho à luta política defensiva é uma salvaguarda útil ao modo de reprodução dominante, pois a força do capital encontra-se fora do viciado circuito legislativo-parlamentar, “visto que já *está completamente no controle do processo sociometabólico*, incluindo o efetivo controle – extraparlamentar – de sua própria estrutura de comando político, o Estado.”(718)

O capital, afirma Mészáros,

“é a *força extraparlamentar par excellence* que não pode ser politicamente limitada em seu poder de controle sociometabólico. Essa é a razão pela qual a única forma de representação política compatível com o modo de funcionamento do capital é aquela que *efetivamente nega* a possibilidade de contestar o seu *poder material*. E, justamente porque é a força extraparlamentar *par excellence*, o capital nada tem a

temer das reformas que podem ser decretadas no interior da estrutura política parlamentar.”⁵⁹(735)

Por ser uma força extraparlamentar, o capital só poderia ser desafiado se o trabalho fosse além dos limites impostos pelo campo da política legislativo-parlamentar e questionasse a própria subsunção do trabalho às condições objetivas do trabalho, na base da reprodução material. Assim que, para Mészáros,

“o único desafio que poderia de modo sustentável afetar o poder do capital seria aquele que simultaneamente visasse assumir as funções produtivas decisivas do sistema e adquirir controle sobre todas as correspondentes esferas de tomada de decisão política, ao invés de ser incorrigivelmente limitado pela circularidade confinante da ação legislativo-parlamentar.”(735)

Portanto, segundo nosso autor, para combater o poder extraparlamentar do capital, visando à sua emancipação, o trabalho deve utilizar, também, uma força extraparlamentar no confronto com o capital. Desarmando as intenções do capital em manter as disputas entre o capital e o trabalho no espaço do parlamento, e em confinar “o papel do movimento do trabalho à sua posição de um inconveniente, mas *marginalizado, apêndice* no sistema parlamentar do capital”, o trabalho deve “afirmar seus interesses estratégicos, enquanto uma alternativa sociometabólica, pelo confronto e pela necessária negação, em termos práticos, das determinações estruturais da ordem estabelecida (...), em vez de auxiliar a re-estabilizar o capital nas crises, como ocorreu em situações importantes do passado reformista.” Como também pode voltar essa mesma força extraparlamentar em direção ao parlamento no sentido de pressionar tanto o legislativo como o executivo.(738) De outra forma, se contido apenas no parlamento, suas formas possíveis de “representação” (...) teriam que permanecer completamente estéreis, já que não podem alterar as determinações estruturais extraparlamentares do modo profundamente enraizado pelo qual se dá a reprodução sociometabólica do capital.(718)

⁵⁹ Em outro momento, afirma Mészáros: o capital “pod[e] exercer o poder político em todo o Estado capitalista — ou seja, em toda sua estrutura de comando político, de que o Parlamento é apenas parte, e de modo algum a decisiva.”(84)

No texto em exame, Mészáros é um forte crítico da postura defensiva adotada pelo movimento do trabalho que deixou de levar em consideração as barreiras estruturais levantadas pelo modo de controle do capital a qualquer tentativa de inversão da subsunção do trabalho às condições objetivas da produção. Uma reorientação da luta do trabalho pelos objetivos socialistas, integrados a uma reestruturação radical do modo de controle dominante, implica numa ação conjunta “em relação tanto ao domínio material-reprodutivo quanto ao político”, superando efetivamente a disjunção entre a política e a economia consolidada pelo sistema do capital e deixando para trás a ilusão parlamentar burguesa e reformista “do *poder compartilhado e equilibrado entre capital e trabalho*”.(718)

Para Mészáros,

“a constituição de um movimento socialista extraparlamentar de *massas* estrategicamente viável – em conjunção com as formas tradicionais de organização política do trabalho, hoje incorrigivelmente sem rumo e muito necessitadas do *apoio* e da *pressão radicalizantes* de tais forças extraparlamentares – é uma pré-condição vital para a contraposição ao maciço poder extraparlamentar do capital.”(738)

Dessa perspectiva, Mészáros explica a atual desorientação do movimento do trabalho essencialmente pelo desaparecimento das condições objetivas que sustentavam a estratégia levada durante anos pela ação parlamentar reformista da social-democracia e pelos sindicatos a ela associados, cujo princípio orientador era “jamais desafiar o funcionamento tranqüilo da relação-capital, aceitando assim a subordinação estrutural permanente do trabalho ao capital em troca de melhorias marginais no padrão de vida dos ‘eleitores’ em áreas muito limitadas do planeta”.(665)

A efetividade dessa estratégia, com o conseqüente abandono dos compromissos emancipatórios originais pela social-democracia, só pôde, de fato, se consolidar porque contou com um “veículo material” dos mais poderosos: a “expansão global do sistema do capital do ‘pequeno canto do mundo europeu’ até cobrir todo o planeta, sob a hegemonia de um punhado de países ‘capitalistas avançados’.”(665) Do mesmo modo como aceitou a subordinação estrutural do trabalho ao capital, a antiga social-democracia (que ainda mantinha o socialismo como seu objetivo estratégico) submeteu os resultados marginais

que poderia oferecer ao trabalho aos sucessos expansionistas do capital, na esperança de que pudesse durar para sempre até se chegar ao socialismo.

Nenhuma surpresa, portanto, no fato de que “o momento histórico da social-democracia reformista terminou com o fim da fase expansionista global do capital, quando a crise estrutural do sistema estourou no início dos anos de 1970.” Com o desaparecimento das condições objetivas favoráveis à acomodação dos conflitos em troca de ganhos marginais ao antagonista estrutural do capital, às quais a estratégia reformista estava totalmente à mercê, o capital e seus representantes, em defesa da lucratividade do sistema ameaçada pela crise estrutural, tiveram que estreitar a margem de concessões e, até mesmo, reverter as concessões do passado.(665)

Dada a estreita vinculação da estratégia reformista com o sistema do capital, as medidas anticrise implementadas pelo capital, que significam essencialmente a imposição de maiores perdas ao trabalho, puderam contar com a ativa ajuda da social-democracia no poder. Assistimos à aplicação “da legislação antitrabalho pelos governos trabalhistas e a metamorfose dos partidos social-democratas -- os quais até então ainda alegavam ao menos alguma lealdade à classe trabalhadora -- em organizações políticas liberal-burguesas por toda a Europa ocidental.”(665)

Por outro lado, da perspectiva dos representantes tradicionais do capital, a “direita radical”, como é chamada por Mészáros, “teve que impor, também, toda uma série de leis repressivas sobre o movimento dos trabalhadores.” Utilizou para isso a mesma esfera parlamentar que, no passado, legitimou os ganhos marginais do trabalho. “Ironicamente, as leis repressivas contra o trabalho tiveram que ser introduzidas ‘maneiramente’ (*softly softly*) por meio dos bons serviços dos ‘parlamentos democráticos’, com a finalidade de negar à classe trabalhadora” as concessões anteriores.(704)

Não há nenhuma incompatibilidade do parlamento com os interesses do capital - ele é igualmente útil na fase de expansão e na crise estrutural. Pois, como enfatiza Mészáros,

“a margem de ação política ‘democrática’ e as ‘regras do jogo parlamentar’ também são determinados pelas mesmas premissas práticas do sistema, regulando o intercâmbio social em rígida subordinação ao seu imperativo expansionista e à necessidade de conter o antagonismo entre capital e trabalho. No momento em que

os ganhos relativos do trabalho comecem a entrar em conflito com os imperativos práticos necessários do sistema do capital, eles devem ser retirados para afiançar -- a qualquer custo político, incluindo a legislação antitrabalho nas ‘democracias capitalistas avançadas’ -- a viabilidade contínua do modo estabelecido de reprodução sociometabólica.”(790-791)

A crise estrutural do capital provoca, simultaneamente, a crise dos movimentos do trabalho, uma vez que esses associaram os sucessos “emancipatórios” do trabalho ao desenvolvimento do sistema do capital, ainda que estivessem restritos a alguns países avançados, e, dentro destes, a nem todos os setores da classe trabalhadora. Por essa razão, segundo Mészáros,

“o fato de que, sob a pressão da erupção da crise estrutural do capital, os partidos tradicionais -- social-democrata e comunista -- do movimento socialista, todos eles desabaram e se transformaram em partidos liberais burgueses, aceitando abertamente os constrangimentos insuperáveis do sistema como o horizonte absoluto de todo avanço social possível, só poderia surpreender aos que absolutamente não consideraram a questão acerca dos limites, ao mesmo tempo em que nutriam, ao invés, grandes ilusões sobre a margem de possíveis ganhos para trabalho.”(791)

Todas essas forças do movimento socialista ignoraram a imensa capacidade de o capital administrar suas crises, realizando “novas aquisições e poderosas inovações” para assegurar a acumulação expandida do sistema. Como um dos efeitos nefastos da subordinação estrutural do trabalho ao capital, assimilada pelo movimento socialista, as transformações regressivas sofridas pelo, até então estável, Estado-do-Bem-Estar deixou as forças socialistas “completamente atônitas com a habilidade de seu adversário em manter sob controle os determinantes e manifestações tradicionais de suas próprias crises.” Daí, segundo Mészáros, a maior urgência da “articulação de novas estratégias pelas forças socialistas”, no sentido de uma força extraparlamentar, tendo em vista demonstrar que a administração das crises não significa eliminação das contradições. Pois, afinal de contas, os “limites do capital não são estaticamente dados, mas representam um desafio dinâmico tanto para o capital quanto ao trabalho.”(598)

Não devemos nos esquecer, como já mencionado no capítulo I, que “capital e trabalho são tão intimamente interpenetrantes no processo metabólico em andamento, que os ajustes mediadores viáveis são necessariamente condicionados (...) pelos movimentos estratégicos do adversário social do capital, e claro que *vice-versa*.”(383)

Para Mészáros, portanto, a relação estruturalmente antagônica que une capital e trabalho (no sentido de “trabalho mercantilizado”) numa malha sustentadora da ordem sociometabólica estabelecida, se deixada em seu desenvolvimento espontâneo de mútuo reforço e dependência estrutural entre as partes, torna ainda mais difícil qualquer tentativa de ruptura desse círculo vicioso. Em função disso, a “maldição da interdependência (e dependência)” deve ser enfrentada por um projeto sociometabólico radical do trabalho, em que “a questão das alternativas define a si própria como a escolha entre ‘macrocosmos’ mutuamente excludentes, cujas partes constituintes, até mesmo os menores elementos da jornada de trabalho singular e os momentos mais íntimos da vida cotidiana, são do mesmo modo mutuamente excludentes.” Nesse sentido preciso, “não há possibilidade de *reforma* que leve a *transformações estruturais* nos parâmetros do modo de produção capitalista”.(544)

Conforme Mészáros, isso

“também explica porque todas as tentativas desse tipo, nos seus agora já quase cem anos de história -- do *socialismo evolucionário* de Bernstein às suas imitações do pós-guerra --- fracassaram em abrir sequer a menor fenda na ordem estabelecida. Falharam apesar de todas as promessas acerca da reconstrução *gradual*, contudo *completa*, da ordem estabelecida no espírito do socialismo.”(544)

Uma verdadeira alternativa ao modo sociometabólico dominante, para ter chance de sucesso, tem por necessidade, dada a constituição interna do sistema, de empreender “ataques duplos, constantemente renovados, tanto às células constitutivas ou ‘microcosmos’, como também ao capital auto-regulante e aos ‘macrocosmos’ auto-renovantes em sua inteireza, dentro de seus limites absolutos.” Não há possibilidade, como gostaria o “socialismo gradualista/evolucionário”, de se realizar uma “modificação sustentável mesmo nas menores partes do sistema do capital”.(544)

A crítica realizada por Mészáros à estratégia do socialismo gradualista/evolucionário não quer dizer desconhecimento da necessidade de formulação de estratégias e mediações institucionais para uma alternativa revolucionária de transformação socialista. Medidas que apenas possam ser “implementadas passo a passo”, segundo ele, não são necessariamente sinônimo de “reformismo” ou “gradualismo”. No que se refere às mediações necessárias, e o caráter que podem ter no confronto social entre capital e trabalho, o “que decide a questão é o modo pelo qual os passos parciais são integrados numa estratégia coerente global, cujo alvo não é apenas a melhoria dos padrões de vida dos trabalhadores (que são estritamente conjunturais e, em todo caso, reversíveis), mas a reestruturação radical da divisão de trabalho estabelecida.”(544)

O abandono de uma crítica radical ao modo de controle hierárquico e usurpado do trabalho pelo capital, com a aceitação da permanência da posição material do capital no processo sociometabólico, representa o “abandono do verdadeiro alvo da transformação socialista”, que é ir para além do capital, e não submeter-se a seus imperativos auto-reprodutivos de exploração do trabalho, ou conformar-se aos limites da política por ele estabelecido.(491)

O movimento socialista reformista dedicou-se essencialmente a empreender “limitadas disputas políticas no parlamento, estritamente reguladas por meio dos instrumentos e instituições da ‘violência legítima’ que se apóiam na estrutura global de comando político do capital”, ao mesmo tempo em que seus representantes se submetiam “aos constrangimentos necessários à definição de seus objetivos legislativos de acordo com as regras autobeneficentes do ‘Estado constitucional’ do capital social global.” Tal estratégia não podia significar “uma *disputa com o capital*, mas apenas entre alguns dos seus *componentes* mais ou menos diferenciados.”(717) Ao contrário, submeteu o movimento socialista a uma política de compromisso com o capital, restringindo sua ação transformadora à esfera do parlamento. Pois, na “verdade, dada a marginalização política inseparável da aceitação das amarras parlamentares como a única estrutura legítima da ação política, a aceitação das regras internas do jogo parlamentar – mesmo se praticada com propósito radical – só pode produzir o *auto-encarceramento parlamentar* da esquerda.”(705) Ocorre, ainda, que “os representantes do trabalho que tentam manter uma

postura crítica radical são mantidos fora do parlamento ou se tornam totalmente marginalizados no seu interior.”(717)

Diante destes desdobramentos históricos, para Mészáros,

“as derrotas sofridas no século XX foram em larga medida devidas ao abandono do verdadeiro alvo da transformação socialista. Qual seja: a necessidade de vencer a guerra da época indo-se irreversivelmente para além do capital (isto é o que significa atingir a ‘nova forma histórica’), ao invés de ficar satisfeito com vitórias efêmeras em algumas batalhas contra as divisões mais fracas do capitalismo (por exemplo, o sistema Czarista na Rússia, economicamente atrasado e derrotado militarmente), permanecendo ao mesmo tempo desesperançosamente aprisionado pelos imperativos alienantes e auto-expansivos do próprio sistema do capital.”(491)

A estratégia reformista continha apenas mediações defensivas formuladas no interior dos limites da política do capital. Na medida em que não podia questionar o poder material do capital, não tinha como articulá-las ao projeto de reestruturação radical do processo sociometabólico no sentido do socialismo, “de modo a (...) ser capaz de continuar a luta contra o poder do capital ao nível em que de fato importa: muito além das falsas mediações da própria política, no próprio solo material do capital.”(479) A alternativa radical socialista, se pretende ser uma “alternativa positiva ao domínio do capital, não pode ser defensiva” ou se restringir aos passos parciais da luta emancipatória. Porque apenas defender-se de toda forma de domínio do capital implica em “deixar intacta a incorrigível abusividade do sistema do capital em si – manifesta em sua inalterável dominação e exploração estrutural do trabalho – fazendo assim que todo êxito defensivo resulte temporal e em estado de perigo”.(168)

No contexto da crise estrutural atual, as ameaças de reversão de antigos ganhos defensivos alcançam a todos, tendo em vista a “necessidade de intensificar também a taxa de exploração ‘metropolitana’ “ nos países avançados. A prioridade do sistema é assegurar as margens de lucro adequadas para a continuidade da expansão do capital e, portanto,

“sob as condições de uma crise estrutural, *ganhos defensivos* - normalmente bem acomodados nas margens do lucro em expansão - não são mais viáveis, e o objetivo da confrontação social se modifica radicalmente para contestar a alternativa

hegemônica entre capital e trabalho enquanto modos diametralmente opostos de controle da reprodução social.”(585)

Argumenta Mészáros que o momento em que vivemos não constitui uma crise cíclica temporária. Como vimos no capítulo II, para ele trata-se de uma crise estrutural sem precedentes na história, sendo o capital “incapaz de resolver suas crises estruturais e de reconstituir com sucesso as condições das dinâmicas expansionistas.” Todavia, nas atuais condições históricas, “para permanecer no comando da reprodução societária qualquer que seja o custo para a humanidade, o capital deve minar até mesmo suas próprias instituições políticas, as quais puderam funcionar como um corretivo parcial e como uma espécie de válvula de segurança no passado.” Mas já não podem mais. É bastante improvável o retorno de um período favorável às lutas defensivas. “Hoje, pelo contrário, as opções do sistema do capital se estreitaram em todo o mundo, incluindo a esfera da política e da ação parlamentar corretiva.”(722-723)

Diante de tais mudanças históricas, alterações estratégicas, também, são observáveis na perspectiva do trabalho. “A situação se modifica radicalmente (...) no momento de uma crise *estrutural*: quando o capital não mais está em posição de fazer concessões que, simultaneamente, pode transformar em suas vantagens. Em tais momentos, o confronto social se refere à questão do *controle* enquanto tal e não meramente à porção relativa que caberá às classes em luta do produto social total.”(585) A acomodação reformista, ou a ilusão da possibilidade de se ter controle político sobre o capital, que dominou o movimento socialista no passado, não podem ser mais sustentadas em tais circunstâncias. A falência do reformismo, enquanto uma alternativa à construção do socialismo, se expressa no destino liberal-burguês hoje reservado aos antigos partidos representantes do trabalho. De acordo com Mészáros, a “acomodação cada vez mais comprometedora e a capitulação final não só do reformismo trabalhista, mas também de seus antigos partidos políticos radicais, são a manifestação do aprofundamento das contradições do sistema.” A crise do reformismo é parte da crise do capital.(772)

A premissa fundamental do socialismo reformista foi rejeitada pelos desenvolvimentos históricos do próprio sistema do capital, que comprovou “não pode[r] haver um equilíbrio entre os interesses e o poder do capital e do trabalho respectivamente.”

Quem primeiro perde com a crise é sempre o trabalho. E, se Mészáros estiver certo, nessas condições de confronto, em que o capital mantém o poder material absoluto sobre o metabolismo social, e voluntariamente não desafiado por seu adversário, não há relação externa de forças que reverta tal situação regressiva do trabalho, pois ela é adequada às determinações estruturais do modo de controle do capital e corresponde à dinâmica interna do desenvolvimento do sistema, cujo objetivo primordial é manter atuante a tendência expansiva do capital.(718)

Nesse preciso sentido, continua Mészáros afirmando que, na ordem sociometabólica existente, a força efetiva do trabalho é sempre “*parcial e negativa*, como a *arma* da greve.” Todavia, a “força *negativa* do trabalho atualmente existente é insustentável a longo prazo, mesmo na sua *parcialidade*, e somente sua força *potencialmente* positiva é verdadeiramente sustentável porque, pela sua própria natureza, ela não pode estar limitada à busca de objetivos *parciais*.” Ao contrário, a “força positiva do trabalho, enquanto alternativa sistêmica ao modo de controle do capital, deve considerar a si própria como o princípio estrutural radical do metabolismo social como um todo.”(718)

Em função desses condicionantes, e da verdadeira natureza antagônica da força do trabalho, acentua Mészáros que,

“seja qual for a maneira com que olhamos – quer em sua parcialmente contestadora negatividade, quer como a potencialidade positiva da completa transformação socialista – torna-se claro que sob nenhuma circunstância pode alguém pensar no poder do trabalho compartilhado com o capital (ou ao contrário), apesar das tão bem conhecidas ilusões e as conseqüentes e inevitáveis derrotas do reformismo parlamentar.”(718)

O que está, no fundo, em questão é o objetivo estratégico – a “revolução social” e não só a “revolução política”, conforme distinção feita por Marx.⁶⁰ Trata-se de realizar a potencialidade positiva da força de trabalho, e não procurar um equilíbrio impossível no poder compartilhado com o capital. Nesse sentido, “as formas e instrumentos da luta teriam

⁶⁰ Segundo afirmação de Mészáros, “A concepção global de Marx tinha como seu objetivo estratégico a revolução social abrangente em termos da qual os homens têm que mudar 'de cima abaixo as condições da sua existência industrial e política, e por conseguinte toda a sua maneira de ser' “. (676) K. Marx. *The Poverty of Philosophy*, Londres, Lawrence & Wishart, s.d., p.123.Ver também sobre a distinção entre revolução política e revolução social em Marx (1995).

que corresponder ao caráter essencialmente *positivo* do empreendimento como um todo, em vez de ser bloqueado na fase *negativa* de uma ação *defensiva*.” Recordando Marx⁶¹, Mészáros reafirma: os trabalhadores “não deveriam se contentar com a negatividade e ‘retardar o movimento depressivo’ quando a tarefa consistia em ‘alterar sua direção’ “, e mais, “eles não deveriam aplicar ‘paliativos’ quando o problema era como ‘curar a doença’.”(676)

É neste contexto que Mészáros postula a atualidade da ofensiva socialista. Para ele, como a consumação da fase de ascendência do capital inviabilizou a continuidade da postura e prática defensivas, a fase da “parcialmente contestadora negatividade” que caracterizou a ação política defensiva do trabalho esgotou-se. Devido “à mudança da relação de forças e circunstâncias”, uma “nova fase histórica de ofensiva socialista” se apresenta, em completo contraste com as condições objetivas que sustentaram a fase defensiva anterior. A atualidade histórica da ofensiva socialista se apóia no fato de que “algumas formas de ação anteriores (‘as políticas de consenso’, a ‘estratégia de pleno emprego’, a ‘expansão do Estado-de-Bem-Estar’, etc) estão objetivamente bloqueadas, demandando reajustes importantes na sociedade como um todo.”(674)

Dois aspectos importantes interagem nessa nova fase histórica de uma ofensiva socialista. Muitos dos representantes do movimento socialista “continuam adotando uma postura *defensiva*”, ao mesmo tempo em que demonstram uma “disposição, maior do que nunca, de (...) buscarem novas alianças defensivas e se envolverem com todos os tipos de revisões e compromissos em grande escala”. Para nosso autor, a insistência na estratégia defensiva, “numa época na qual historicamente viramos uma página importante e deveríamos nos engajar numa ofensiva socialista que acompanhasse as condições objetivas”, sinaliza a grande desorientação de muitos marxistas. Tal desorientação, segundo nosso autor, não é “simplesmente ideológica”, “ela envolve todas as instituições de luta socialista que foram constituídas sob circunstâncias históricas defensivas e por esse motivo perseguem, sob o peso da sua própria inércia, modos de ação que diretamente correspondem ao seu caráter defensivo.” Dessa forma, diante do provável “aguçamento do confronto social” esperado em momentos de crise, como também de “uma maior reação defensiva das instituições (e estratégias) de luta da classe trabalhadora”, permanecendo a

⁶¹ K. Marx. Lohn, Preis und Profit, (Wages, Price and Profit), MEW, vol. 16, p.153.

inércia das soluções defensivas do momento anterior, um problema de adequação das práticas e instituições às novas circunstâncias históricas se coloca.(673)

A desorientação corrente no interior do marxismo “é a manifestação combinada dos fatores prático/institucional e ideológico”; portanto, seria ingênuo esperar que uma “clarificação ideológica” pudesse ser suficiente para a solução. Ainda segundo Mészáros, “de fato, enquanto obviamente os dois devem desenvolver-se juntos, o ‘*übergreifendes Moment*’ (momento predominante) nessa reciprocidade dialética, na conjuntura atual, é a estrutura prático/institucional da estratégia socialista, a qual precisa muito reestruturar-se de acordo com as novas condições.”(673) Lembremos, aqui, só para pontuar, pois Mészáros discute criticamente também a questão dos sindicatos e dos partidos - os dois outros órgãos da estrutura institucional, além do parlamento -, a sua indicação da urgência de se empreender a luta extraparlamentar do trabalho como forma alternativa ao auto-encarceramento parlamentar da esquerda promovido pelo movimento socialista reformista. Nesse mesmo sentido, nos alerta: “As potencialidades objetivas da ofensiva socialista são inerentes à crise estrutural do próprio capital”. Entretanto, nos deparamos com “uma contradição principal: a ausência de instrumentos políticos adequados que poderiam transformar esta potencialidade em *realidade*.”(675)

Um outro aspecto indica a impossibilidade de imediatos resultados positivos da ofensiva socialista: do fato de constituir a adequada resposta às mutáveis condições objetivas, fruto da superação da anterior fase de luta defensiva, “não se segue que os reajustamentos em questão serão positivos”. “Longe disso”, adverte Mészáros. Uma vez que “as mudanças exigidas são muito drásticas, em vez de prontamente as pessoas aceitarem o ‘salto para o desconhecido’, a probabilidade é que seguirão a ‘linha de menor resistência’ por um tempo considerável, mesmo que isso signifique para as forças socialistas derrotas significativas e grandes sacrifícios.”(674)

Apesar dessas dificuldades e sem querer “minimizar o caráter doloroso do processo envolvido, que requer importantes ajustes estratégicos e radicais mudanças institucional/organizacionais correspondentes em todas as áreas e por todo o espectro do movimento socialista”, para Mészáros o “que *por fim* decide a questão” é o “caráter objetivo das novas condições históricas”.(680) Pois, “existe um *limite* além do qual acomodações forçadas e imposição de novos sacrifícios se tornam intoleráveis, não apenas

subjetivamente para os indivíduos envolvidos, mas também *objetivamente* para a continuação do funcionamento da estrutura sócio-econômica ainda dominante.” Mészáros afirma, então, que,

“nesse sentido, e em nenhum outro, a atualidade histórica da ofensiva socialista – enquanto sinônimo do fim do sistema de melhorias relativas pela acomodação consensual – está destinada a impor-se a longo prazo, tanto na forma exigida da consciência social como em sua mediação estratégico/instrumental, mesmo que não possam existir garantias contra outras derrotas e decepções num curto prazo.”(674)

Portanto, segundo nosso autor, as várias forças socialistas engajadas na ofensiva socialista devem escapar do cerco das lutas parciais que caracterizaram o período anterior. Isso não implica que não poderão realizar também “objetivos intermediários”, mas sim que os últimos “devem ser positivamente articulados” para que realizem “mudanças tangíveis na vida cotidiana” e promovam “avanços estratégicos, no sistema a ser substituído, mesmo se em primeira instância apenas parciais.” O que há de novo a esse respeito encontra-se precisamente na “habilidade das forças participantes para *combinar* em um todo coerente, com implicações socialistas *ao final* inescapáveis, uma grande variedade de demandas e estratégias parciais que, e em nelas mesmas, não precisam ter absolutamente nada de *especificamente socialista* enquanto tais.”(700)

Mészáros refere-se a três tipos de demandas para exemplificar a necessidade dessa articulação entre as estratégias parciais e os objetivos socialistas finais. Demandas que correspondem “às necessidades vitais de uma grande variedade de grupos sociais” como educação, saúde, emprego, liberação das mulheres e contra a discriminação racial, mas que não são especificamente socialistas, devem ser consideradas, não como “questões singulares”, mas em conjunto, “como partes do complexo global que constantemente as reproduz como demandas não realizadas e sistematicamente irrealizáveis.” É a “condição de realização que no final das contas decide a questão (...) e não o seu caráter considerado separadamente.” Para Mészáros, “o que está em jogo não é a enganosa ‘politização’ destas questões separadas, pela qual poderiam cumprir uma função política direta em uma estratégia socialista, mas a *efetividade* de se afirmar e se sustentar tais demandas ‘não-socialistas’ tão largamente automotivadas no *front* mais amplo possível.”(700-701)

Outro conjunto de demandas imediatas, que “envolve um compromisso social/político mais óbvio e direto”, diz respeito à luta pela paz, contra o poder das transnacionais, a favor de um sistema de trocas favorável ao desenvolvimento real do Terceiro Mundo, entre outras. Mészáros afirma ser

“um importante sinal das condições historicamente alteradas que estas demandas e as forças por trás delas já não possam ser ‘incorporadas’ ou ‘integradas’ na dinâmica objetiva de auto-expansão do capital. Devido à sua insolubilidade crônica, como também pelo seu poder motivador imediato, é provável que eles fixem a estrutura da confrontação social para o futuro previsível.”(701)

Por último, temos as demandas identificadas com a “perdularidade inerente do modo de funcionamento do capital.” São demandas que “manifestam a necessidade de uma alternativa socialista”, se se pretende interromper, e reestruturar, a produção destrutiva e desperdiçadora de recursos materiais e humanos que caracteriza o sistema do capital. Mészáros destaca “quatro direções nas quais a perdularidade necessária do capital se afirma com conseqüências crescentemente prejudiciais, à medida em que os limites últimos de seu potencial produtivo são alcançados”: “a demanda incontrolável por *recursos*”(“sem consideração para com as conseqüências para o futuro, ou para o ambiente”), “a crescente *intensidade-de-capital* de seu processo de produção” (“inerente na concentração necessária e centralização de capital”, com conseqüentes efeitos devastadores ao emprego e à base industrial instalada), “a *multiplicação do valor de troca*” (“no princípio simplesmente *divorciado*, mas agora abertamente *oposto* ao ‘valor de uso’ a serviço da *necessidade humana*”), e “o desperdício das pessoas” (“pela produção em massa de ‘pessoas supérfluas’ que, tanto como resultado dos avanços ‘produtivos’ do capital, como de suas crescentes dificuldades no ‘processo de realização’, não pode se ajustar mais nos esquemas estreitos da produção de lucro e da multiplicação perdulária esbanjadora do valor de troca”). (701-702)

Certamente, essas últimas demandas expressam as contradições mais agudas da lógica dominante do capital no seio da crise estrutural, e opõem-se frontalmente ao projeto socialista, cujo objetivo é “negar o *capital* em si mesmo” e erradicar suas tendências destrutivas. Enfrentar tal ordem de contradições e promover uma “intervenção corretiva consciente nas – e a seu devido tempo a reestruturação fundamental de – determinações

causais da ordem reprodutiva social estabelecida“ não condiz com a aplicação de “remédios parciais” apenas aos efeitos e conseqüências como pressupunha a acomodação reformista, enquanto durou; ao contrário, exige uma alternativa sociometabólica radical que trate as causas como causas. O significado do projeto socialista, como o concebe Mészáros, “representa a clamante necessidade que tem a humanidade de abordar as causas como causas no modo de controle metabólico social estabelecido” - uma vez que “apenas se buscando o verdadeiro objetivo da transformação socialista -- ir para além do capital -- é possível se enfrentar com qualquer chance de sucesso duradouro até mesmo os perigos mais imediatos.”(72,805)

A necessidade/possibilidade de uma alternativa socialista ao presente estado de coisas funda-se na incapacidade do próprio capital resolver “suas crises estruturais e de reconstituir com sucesso as condições das dinâmicas expansionistas.” O agravamento da crise estrutural tem deixado poucas alternativas ao capital “para permanecer no comando da reprodução societária”. A intensificação do uso autoritário da política, com todos os problemas que isso acarreta, como já vimos, tem sido cada vez maior, prenunciando “o perigo de um colapso maior” e não “o fim da história conflitual”, como querem alguns. Daí porque a “necessidade de contrapor-se à força destrutiva extraparlamentar do capital com a apropriada ação extraparlamentar de um movimento socialista radicalmente rearticulado adquire sua relevância e urgência precisamente em vista desse perigo.” (722-723)

O projeto socialista, segundo Mészáros, tem um forte sentido ético, no que se refere à preocupação “com a avaliação e implementação dos objetivos alternativos que os indivíduos e grupos sociais podem realmente colocar a si próprios nos seus enfrentamentos com os problemas de sua época.” Todavia, “a investigação mais comprometida da ética não pode ser uma substituta da crítica radical da política e sua realidade contemporânea frustrante e alienante.” Somente a partir de uma crítica radical das contradições e antagonismos irreconciliáveis que constituem o modo de controle sociometabólico do capital, argumenta nosso autor, é possível o enfrentamento do desafio da formulação de uma alternativa objetiva à ordem exploradora dominante.(409-410)

A urgência da rearticulação de um movimento socialista radical, na análise de Mészáros, foi colocada por “um problema prático” e vem atender à necessidade de se encontrar “alternativas viáveis à realidade destrutiva da ordem social do capital em todas as

suas formas -- sem o qual o projeto socialista é absolutamente sem sentido”. Trata-se de buscar uma “rearticulação conjunta do discurso moral socialista e estratégia política”. A busca de uma estratégia crítica implica na indicação das “necessárias mediações materiais e institucionais através das quais as dificuldades e contradições identificadas do presente [possam] ser superadas”.(409-410) Adverte Mészáros que “a questão crucial para a política socialista é: como conquistar as *mediações necessárias* e ao mesmo tempo evitar a armadilha das *falsas mediações* constantemente produzidas pela ordem estabelecida de tal modo a integrar as forças de oposição.” Todo cuidado é pouco, pois a integração do trabalho significa acomodação e capitulação diante do poder usurpado pelo capital.(490)

De acordo com a concepção de Mészáros, a política “usurpa o poder de tomada social de decisão, o qual ela substitui”. Por isso, “a política socialista deve se preocupar, em todos os passos, mesmo nos menores, com a tarefa de *restituir* ao corpo social os poderes usurpados”, e não em permanecer encarcerada nos limites da política parlamentar comprometida com a preservação do sistema do capital. (468) Feito isso, a “medida de aproximação” à reestruturação socialista radical do metabolismo social deveria ser precisamente o grau em que a política , devido ao seu caráter essencialmente negativo, “poderia ser descartada completamente, de tal modo que, por fim, os indivíduos sociais deveriam ser capazes de operar em relação direta uns com os outros, sem a intermediação mistificadora e restritiva ‘do revestimento da política’.”(469)

A restituição do poder de tomada de decisão aos produtores associados, num alternativo modo de controle sociometabólico socialista deve ser feita tanto na esfera da política como da reprodução material, “em todos os níveis (...) desde os empreendimentos locais até o mais amplo intercâmbio internacional”, pois esta é a “condição necessária para se realizar as funções da reprodução diretamente material de um sistema socialista”. Em consonância com essa necessidade, para Mészáros, o “‘fenecimento do Estado’ não se refere a algo misterioso ou remoto, mas a um processo perfeitamente tangível, que precisa ser iniciado agora, no presente. Significa a progressiva reaquisição das forças alienadas de decisão política pelos indivíduos na transição para a genuína sociedade socialista.”(728-729)

E prossegue ele:

“Sem a reaquisição desses poderes, nem é imaginável o novo modo de controle político da sociedade como um todo por seus indivíduos, nem muito menos a operação cotidiana *não-contraditória* e, portanto, *coesiva/planejável* das unidades produtivas e distributivas particulares pela auto-administração dos seus produtores associados. A reconstituição da unidade da reprodução material e da esfera política é a característica definidora essencial do modo socialista de controle sociometabólico.”(729)

O único sujeito capaz de apresentar uma alternativa viável ao modo de controle iníquo e autoritário do capital é o trabalho, rearticulado num movimento socialista que supere os fracassos das tentativas anteriores. Sem romper com a dependência estrutural que mantém com o capital, que implica em sua eterna submissão, o trabalho jamais conseguirá se libertar dos “grilhões” que o mantêm “atado ao capital”, nem muito menos poderá ter sucesso em “operar uma ruptura estratégica na direção de uma transição para uma ordem sociometabólica radicalmente diferente.” Na verdade, é para o capital que “não há nenhuma alternativa”, “e jamais poderá haver”, pois ele não pode existir sem a dependência estrutural da exploração do trabalho, ao contrário deste último, que nem sempre ocupou uma posição subordinada na história. O capital é limitado pela sua própria forma contraditória de existência - “não pode realizar nenhuma ruptura para o estabelecimento de uma ordem social diferente.”(725)

Apesar da “compulsão econômica sem igual do sistema”, tendo no Estado a “garantia final” para a submissão do trabalho, o “trabalho retém o poder potencialmente explosivo da resistência”. Mas isso não basta. Mészáros chama a atenção para o fato de que o “principal impedimento para se embarcar na realização do projeto socialista, e a alavanca estratégica que deve ser assegurada firmemente para se quebrar o círculo vicioso do sistema orgânico do capital, não é o poder repressivo do Estado -- que pode ser derrubado em circunstâncias favoráveis -- mas a *postura defensiva ou ofensiva* do trabalho para com o capital.” A trajetória reformista defensiva do movimento socialista, mais que se aproximar de qualquer chance de emancipação do trabalho, acabou por favorecer a reestruturação expansionista do capital.(790)

Mészáros argumenta que, nos dias de hoje, para se obter até mesmo sucessos parciais, e, o mais importante, que possam se tornar cumulativos, o movimento socialista deve estar comprometido com uma estratégia ofensiva contra o capital. Pois, do contrário,

“sem a finalidade apropriada da ofensiva estratégica -- orientada para a ordem socialista como uma alternativa hegemônica ao existente -- o próprio percurso estará sem orientação. E nós certamente não podemos dispor do luxo de vagar por um outro século e meio no beco sem saída de tentar produzir mudanças estruturais dentro dos confins estruturais paralisantes do sistema do capital.”(793)

Com efeito, a ativação dos limites absolutos do capital continua a desdobrar-se desastrosamente sobre o processo de reprodução social, tornando-se uma “ameaça à própria sobrevivência da humanidade”. As forças destrutivas do capital projetam ‘perspectivas catastrófica para o futuro’, e somente serão revertidas se enfrentadas com sucesso. Pois

“a única coisa que pode ser considerada garantida sobre o futuro não muito distante é que a necessidade para a abertura da alternativa socialista em uma escala global surja nas circunstâncias históricas as mais dolorosas, quando o modo de controle sociometabólico do capital não possa mais cumprir mesmo as funções reprodutivas as mais primárias dele exigidas.

Em sendo assim, o desafio à frente dos socialistas se apresentará como a necessidade de juntar os pedaços e construir uma ordem sociometabólica exequível a partir das ruínas do velho.”(773)

A contraposição das forças do trabalho às tendências autoritárias e destrutivas do sistema do capital, predominantes hoje, e afirmadas pela intensificação da intervenção corretiva do Estado em resposta às contradições ativadas na crise estrutural, é que pode alterar tais desdobramentos históricos. A alteração da causalidade histórica das ações remediadoras adequadas à lógica do capital “vai depender da capacidade ou incapacidade da classe trabalhadora de rearticular o movimento socialista como empreendimento verdadeiramente internacional”, como já mencionado no capítulo II.(146) A escala global deste empreendimento é uma condição necessária para se ter alguma chance de sucesso, pois o “sistema do capital, por sua própria natureza, é um modo de controle

global/universalístico” e só pode “ser historicamente superado (...) por uma alternativa sociometabólica do mesmo modo abrangente.”(492)

Enquanto agente social participe do processo histórico, o trabalho intervém sobre as tendências existentes, ainda que pareçam totalmente incontroláveis, como indica a lógica do próprio capital. Pois trata-se de tendências e não de “*leis físicas* do universo natural, que portam determinações radicalmente diferentes”. Na história social, lembra Mészáros, as “‘leis’ são *tendências* atualizadas por agentes sociais particulares -- que seguem objetivos conscientes e, *dentro de limites*, constantemente ajustam suas ações em relação à realização com maior ou menor sucesso desses objetivos”.(450)

Nos dias de hoje, para Mészáros, a única possibilidade de se alterar as tendências destrutivas do capital é a substituição desse modo sociometabólico por uma alternativa hegemônica socialista que possa orientar mesmo as demandas mais imediatas, uma vez que estão esgotadas as estratégias anteriores de postergação das contradições do sistema do capital. A questão do controle, por isso, é colocada em primeiro plano no confronto com o capital. O desafio histórico para o movimento do trabalho é acabar com o “alienante e desumanizador comando do capital sobre o trabalho”.(653) Desse modo, para Mészáros, seguindo Marx, “a única alternativa viável [é] o exercício autônomo de controle sociometabólico pelos próprios produtores associados.” O que para ele tem o significado de

“ou se ir radicalmente para além do capital, ou não chegar absolutamente a lugar algum -- como na verdade aconteceu -- tanto no social-democratizado ‘*Welfare State*’ dos países do capitalismo ocidental, como em todas as reformas concebíveis empreendidas dentro da margem de ação permitida pelas determinações diretivas autoritárias do sistema de capital pós-capitalista.”(653-654)

Para se ir além do capital, ou seja, para fora das determinações estruturais das relações produtivas e distributivas do sistema do capital, o trabalho enfrenta uma dificuldade adicional, que deve ser considerada em sua dimensão real pois, do contrário, pode inviabilizar a construção de uma alternativa radical ao modo de controle do capital. O trabalho, “único sujeito social capaz de assumir o desafio” de superação da ordem dominante, está “em sua imediatez (isto é, em seu modo estabelecido de reprodução) também (...) inserido no círculo vicioso da ‘linha de menor resistência’, subsumido ao e

dominado” pelo capital. Na relação com o capital, “o trabalho, incluindo sua confrontação direta com o capital, por necessidade assume a forma de consciência de ‘personificação do trabalho’.” Sob essa perspectiva, o conflito se dá apenas com “a ‘personificação do capital’”, ficando, o trabalho, limitado “aos objetivos que podem ser contidos pelos parâmetros estruturais do sistema do capital” e sujeito às mudanças históricas das personificações do capital requeridas, sem qualquer alteração substantiva na dependência estrutural e de exploração mantida com o capital.(812) O trabalho, assim, “permanece diretamente atado à substância do capital, isto é, à existência material do último como a determinação estrutural vigente do processo de trabalho, e não à sua forma historicamente contingente de personificação jurídica”, que pode ser alterada.(493) Se aceitar tais limites à sua ação emancipadora, enfrentando apenas as personificações do capital, ou melhor, visando apenas a “expropriação dos expropriadores”, e, por sua vez, deixando de “pé a estrutura do capital”, adverte Mészáros que

“tudo que pode realizar por si só é mudar o tipo da personificação do capital, mas não a necessidade por tal personificação. Frequentemente mesmo o pessoal pode permanecer o mesmo (como não apenas a significativa continuidade do pessoal de comando da economia e do Estado nas sociedades pós-revolucionárias demonstrou como, ainda mais, os movimentos de restauração pós-soviética em toda a Europa Oriental), mudando, por assim dizer, apenas a carteira de filiação ao partido.”(492)

A rearticulação radical do movimento socialista implica em superar essas contradições, indo para além dos parâmetros estruturais do sistema do capital, impostos (e preservados) por meio de suas mutáveis personificações, uma vez que o “movimento socialista não terá a menor chance de sucesso contra o capital caso se limite a levantar apenas demandas parciais”. Os ganhos obtidos pelo trabalho puderam ser concedidos “pelo capital enquanto pudessem ser *assimilados e integrados* pelo sistema como um todo e voltados para sua vantagem produtiva durante sua auto-expansão.”(40) Submeter os objetivos emancipatórios do trabalho a apenas o que pode ser absorvido pelos parâmetros estruturais do sistema do capital, resultou, segundo Mészáros, em “consequências trágicas” e levou à “derrota clamorosa da esquerda histórica.”(812) Diante das mudanças históricas ocorridas, não há mais espaço para a luta defensiva: “hoje (...) enfrentar até mesmo

questões parciais com alguma esperança de êxito implica na necessidade de enfrentar o *sistema do capital como tal*.”(40)

Para se ir além do capital, e viabilizar o “exercício autônomo do controle sociometabólico pelos próprios produtores associados”, o trabalho “não deve estar apenas nominalmente (como vimos até agora, sob a autoridade das ‘personificações do capital’ pós-capitalistas), mas genuína e efetivamente encarregado do processo sociometabólico.”(492)

Isso significa que o empreendimento estratégico do trabalho deve prever o exercício da “autodeterminada atividade-de-vida produtiva e distributiva dos indivíduos sociais em todo domínio singular e em todos os níveis do processo sociometabólico.” De acordo com Mészáros, “sem a transferência progressiva e ao final total da tomada de decisão reprodutiva e distributiva materiais aos produtores associados não pode haver nenhuma esperança para os membros da comunidade pós-revolucionária de se transformarem em *sujeitos* do poder.”(711-712)

O capital se firmou na história como o “real (por mais perversamente reificado) *sujeito em comando*, permanecendo ‘sempre capital’ mesmo em suas instâncias personificadas.” Somente substituindo o “ ‘sistema orgânico’ estabelecido como o controlador dominante e que a tudo abarca da reprodução societária” por um “sistema orgânico alternativo, genuinamente socialista”, pode-se “restituir o poder alienado de comando sobre o trabalho ao próprio trabalho”.(610/617) Nesse sentido, para se tornar o sujeito da, e ter o poder sobre, a totalidade do processo social, o trabalho tem que visar “a total erradicação do capital do metabolismo social enquanto *comando sobre o trabalho* -- o que, por sua vez, é inconcebível sem superar irreversivelmente a *objetivação alienada* do trabalho sob todos os seus aspectos, incluindo o Estado político -- e a prevenção simultânea da *personificação* tanto do capital quanto do trabalho”.(619) O que significa superar todas as três dimensões fundamentais do sistema - capital, trabalho e Estado –, uma vez que “são *materialmente* constituídos e ligados um ao outro, e não simplesmente em uma base legal/política.”(493)

As forças do trabalho necessitam enfrentar os desafios históricos de uma ofensiva socialista que vise a erradicação do capital. Mas o sucesso pretendido e a superação do

capital vai “depende[r] da habilidade ou fracasso dos produtores associados em criarem um novo ‘sistema orgânico’ (...): uma totalidade social coerente que não apenas quebre o círculo vicioso da totalidade orgânica auto-sustentada do capital, mas ainda coloque em seu lugar um desenvolvimento irreversivelmente aberto.”(621) Um desenvolvimento histórico real radicalmente aberto, por um lado, no preciso sentido de que não há “qualquer garantia pré-concebida de um resultado positivo ao embate de forças antagônicas.” A “nova forma histórica”, conforme a concepção marxiana, pode, assim, ser apenas anunciada, sem qualquer garantia *a priori* de sucesso.(446) E, por outro, aberto em relação ao futuro, porque é um modo de controle metabólico social alternativo que “pode ser estruturalmente alterado pelos indivíduos diante dos fins conscientemente escolhidos”, e não determinado pela “rede causal preexistente do capital”, que funciona “acima das cabeças dos indivíduos”.(73)

Diante do desafio de se ir para além dos antagonismos do sistema do capital, de acordo com a análise de Mészáros,

“o resultado positivo não depende do reconhecimento pelos intelectuais de que a justificação histórica do sistema do capital está superada, mas da força material de um sujeito social consciente capaz de erradicar o capital do processo sociometabólico, superando desse modo a regência da ‘riqueza estranha’ sobre a sociedade. Se tal sujeito provar ser inferior à tarefa, não pode haver nenhuma esperança no projeto socialista. Mas, neste caso, não pode haver nenhuma esperança de sobrevivência à humanidade.”(811)

Atualmente, com o “desenvolvimento dos instrumentos de destruição (...) da vida humana” e a “dissipação destrutiva de recursos naturais e riqueza social” - condição objetiva da reprodução ampliada do capital -, já se pode avaliar a “pesada materialidade” das “implicações destrutivas da incontrollabilidade do capital”. As perspectivas para o futuro são ameaçadoras, a menos que se consiga enfrentar com sucesso tais forças destrutivas.(811-812)

Por isso, a necessidade da reconstrução do movimento do trabalho em sua integridade (política e sindical), que seja portador da “plena consciência de seus objetivos transformadores como alternativa estratégica necessária e viável ao sistema do capital”, e

de uma estratégia ofensiva contra o capital que recuse as determinações estruturais do sistema. O sucesso da ofensiva socialista é inconcebível sem essas condições.(732-733)

Após passarmos pelo delineamento introdutório das concepções de capital, crise estrutural, Estado e ofensiva socialista, podemos nos voltar ao exame do que, a nosso ver, articula e confere coerência a toda essa *démarche* de Mészáros: a sua tese acerca da incontrolabilidade do capital.

CAPÍTULO V

A INCONTROLABILIDADE DO CAPITAL

Nos capítulos anteriores, onde expusemos as concepções fundamentais de Mészáros sobre os elementos constituintes contraditórios da ordem sociometabólica do capital e o presente ameaçador de uma crise que se apresenta irreversível, a concepção de Mészáros acerca da incontrollabilidade do capital esteve implícita, operando como o pano de fundo de suas considerações. Por isso, faz-se necessário que nos voltemos diretamente a esta questão neste último capítulo.

Para Mészáros, os elementos constituintes da incontrollabilidade do capital conformam a sua própria natureza.

O capital, para se consolidar como um sistema universal e dominante, teve que superar todas as barreiras dos modos de produção anteriores e se libertar de todas as restrições sociais, políticas e materiais ao seu impulso à auto-reprodução contínua. O capital, como vimos, constitui um sistema sócio-reprodutivo orientado pela expansão e guiado pela acumulação, e encontra nesses determinantes sua própria razão de ser. Qualquer impedimento a seu impulso de acumulação expansiva deve ser removido, independentemente dos recursos empregados e das consequências desencadeadas. Na esteira de Marx, Mészáros insiste que o capital só existe como valor que produz valor em escala sempre crescente. Para isso teve que submeter a força de trabalho como condição de realização de seus objetivos acumulativos e se sobrepor a toda vontade subjetiva dos indivíduos, transformando o processo original de produção em auto-reprodução de capital. Tão logo o dinheiro se transforma em capital, como diz Marx⁶², o capital “cria seus próprios pressupostos”, e o que antes eram os “pré-requisitos de seu devir”, possibilitados pela acumulação primitiva, agora se tornam “*resultados de seu próprio ser*”.(609) O capital, a partir daí, adquire um poder autoconstituente, em que a produção de riqueza só adquire sentido se estiver voltada a sua auto-reprodução, enquanto sua própria causa – sua *causa sui*.(609-610)

Esse poder autoconstituente, irrestringível em seu impulso à expansão e à acumulação, traz em si o próprio germe da sua incontrollabilidade, pois, para que o processo sociometabólico possa se adequar à realização de tais objetivos auto-reprodutivos, tem que submeter todas as potencialidades subjetivas e materiais existentes a sua *causa sui*, conformando um modo de controle sociometabólico hierárquico e autoritário que a tudo

⁶² K. Marx, Economic Works: 1861-1864, MECW, vol. 34, p. 235. Itálicos de Marx.

domina, num sistema incontrolável em sua própria natureza. O capital, nas palavras de Mészáros, “é acima de tudo um modo de controle, antes mesmo de ser – em um sentido superficial – controlado pelos capitalistas privados (ou mais tarde, pelos funcionários do Estado de tipo soviético)”. Ele tem que manter a “primazia” de seus objetivos metabólicos sobre o “conjunto de pessoas”.(42)

Ao mesmo tempo em que no seu processo de constituição o capital teve que superar todas as restrições, e para isso criou um sistema adequado de controle sobre a sociedade como um todo (“em todas as suas funções produtivas e reprodutivas”), não podia colocar novas restrições a seu imperativo expansionista, perdendo assim o controle sobre suas partes constituintes, que são centrifugamente estruturadas em uma totalidade historicamente instável.

A determinação estrutural interna do sistema auto-reprodutivo do capital – estar “orientado para a expansão e impulsionado pela acumulação” – resulta num duplo efeito contraditório: “constitui tanto um dinamismo anteriormente inimaginável como uma fatal deficiência”. Foi graças “em grande parte à sua incontrolabilidade [que] o capital conseguiu superar todos os obstáculos” da velha ordem feudal e conquistar o predomínio absoluto sobre sociedade. Entretanto, nos dias de hoje, com a crise estrutural, quando não mais pode contar com as condições objetivas necessárias à manutenção de seu curso expansivo, seus “constituintes destrutivos se manifestam com força, invocando o espectro da total incontrolabilidade e prefigurando a autodestruição tanto deste sistema específico de reprodução social quanto da humanidade como um todo.”(44)

Os limites e restrições coerentes e compatíveis com o sistema do capital e que, em momentos anteriores, favoreceram a superação de disfunções e crises passageiras, no contexto da crise estrutural já não são suportáveis, porque, agora, questionam a própria lógica reprodutiva do sistema. Isto é, ativados os seus limites absolutos, o sistema do capital conta ainda com menos recursos que antes para promover a manutenção de si próprio pelo deslocamento das contradições. Mészáros enfatiza que o “capital nunca foi dócil a um controle adequado e durável ou a autolimitação racional” e só pôde aceitar “ajustes limitados” no estrito interesse de dar continuidade à “dinâmica auto-expansiva e o processo de acumulação”. Ocorre, nessas novas circunstâncias, uma inversão de sentido no que significou, nos primórdios do sistema, a incontrolabilidade do capital.(44) Assim, para

Mészáros, “as implicações do mesmo poder de incontrolabilidade que no seu tempo assegurou a vitória do sistema do capital estão longe de serem tranquilizadoras hoje, quando a necessidade de limitações é admitida – ao menos na forma do ilusório desiderato de ‘auto-regulação’ – mesmo pelos mais acríticos defensores deste sistema.”(45)

Se, segundo Mészáros, o capital realizou um grande aumento da produtividade após a superação dos obstáculos da auto-suficiência vigente nos modos de produção anteriores, também promoveu a “inevitável perda de controle sobre o sistema reprodutivo social como um todo”.(47) Ao proceder à “separação radical entre produção e controle” e promover a “superimposição de um agente separado – as ‘personificações’ do capital de uma forma ou de outra – sobre o agente social da produção: o trabalho”, o capital fixa a base dos defeitos estruturais do sistema, com os quais terá que conviver sem solução definitiva.(48) A separação entre produção e controle, produção e consumo e produção e circulação, como já sublinhado no capítulo III, são fraturas estruturais que se manifestam nos microcosmos particulares internamente fragmentados do sistema, na esfera da sua dominação global, e, como se viu, não se pode encontrar a unidade de controle perdida nos limites dos mesmos marcos estruturais que promoveram tal separação como necessidade vital de sua auto-reprodução ampliada. Trata-se de “estruturas vitais e, portanto, insubstituíveis do capital, e não contingências históricas limitadas que ele possa transcender.” Ao capital interessa remediar os efeitos nocivos de tais fragmentações, mas não eliminar o fundamento dessa mesma fragmentação. Nesse sentido, “os antagonismos que emanam dessas estruturas são necessariamente reproduzidos em todas as circunstâncias históricas compreendidas pela era do capital, seja qual for a relação de forças predominante em cada momento particular.”(49)

Pôde-se ocultar essa perda de controle “durante um longo estágio de desenvolvimento histórico, graças ao deslocamento de contradições do capital durante sua forte fase expansionista”; contudo, as conseqüências nefastas para o desenvolvimento do sistema se farão sentir de maneira inevitável, num momento posterior, e em proporções ainda maiores.(47)

Mészáros assinala a existência de uma “manifestação paradoxal dessa perda de controle”. Num primeiro momento, ela favoreceu a expansão na fase de ascensão histórica do capital, possibilitando o controle das contradições e antagonismos através do postergamento de seus efeitos explosivos. No entanto, quando ocorre o “bloqueio do

caminho da livre expansão (como resultado da consumação da ascendência histórica do capital) e a conseqüente impossibilidade de deslocar simultaneamente os antagonismos internos do sistema”, os “efeitos nocivos da expansão já realizada” são reativados e multiplicados. Deve-se notar que os problemas e contradições surgem na “mesma escala de grandeza da expansão planetária do sistema do capital”, o que exige uma “correspondente magnitude de deslocamento”. Na impossibilidade, hoje, de se realizar os deslocamentos de tamanha magnitude, “o que se apresenta é o espectro da *total incontrolabilidade*”.(47-48)

O “imperativo de intensificar cada vez mais a expansão é uma manifestação paradoxal dessa perda de controle”, sendo que a busca cega da expansão, dadas as condições contraditórias em que se assenta, traz à superfície a incontrolabilidade insolúvel do sistema. Por um lado, adia o “dia do julgamento”, permitindo o prosseguimento da expansão e, por outro, provoca a reativação e multiplicação dos mesmos problemas postergados.(47)

O sistema do capital, sempre segundo Mészáros, não pode reconhecer a existência de problemas e contradições em sua base causal. Toda ordem de problemas é tratada como disfunção e distúrbio temporário, sempre na esfera dos efeitos e conseqüências, e nunca do ponto de vista da imanência de sua *causa sui*. Não importa quão graves sejam as implicações no longo prazo, o capital é apenas “reativo” e “retroativo”. Conforme surjam as necessidades de intervenção utiliza-se de ações remediadoras, cujo objetivo é retomar o fluxo da expansão. Por sua própria natureza, uma

“ação remediadora dentro da estrutura global do sistema do capital só é exequível sob a forma de um corretivo *post festum*, que preserve a lucratividade global do sistema, quaisquer que sejam os corretivos *parciais* antecipados e os métodos manipulatórios que possam ser divisados em contextos mais limitados. Mesmo o complexo militar/industrial, enquanto um ‘planejado’ corretivo, só pode ter um impacto limitado a esse respeito, não importa quão imponente seja seu tamanho em um dado país numa determinada época histórica.”(572)

Uma vez que, os “fundamentos causais que impelem o próprio sistema não podem ser questionados sob nenhuma hipótese”, toda “mudança legítima deve ser sempre encarada como alteração e melhoria limitadas do que já está determinado.” Esta é a substância das

alterações políticas em seu modo de operação sociometabólica. Mészáros destaca o seguinte caso ilustrativo: “A ‘nacionalização’ das empresas capitalistas privadas, sempre que introduzida, é tratada simplesmente como uma reação temporária à crise, a ser contida dentro das determinações gerais do capital como modo de controle, sem afetar de nenhuma forma (...) a *estrutura de comando* fundamental do sistema em si.”(106) As mudanças econômicas visam sempre atender a necessidades já postas, e vêm sanear, mesmo que temporariamente, problemas já identificados. Do mesmo modo, hoje, são reativadas as privatizações para atender às necessidades setoriais de expansão. Aparecem os problemas, ativam-se as ações remediadoras perfeitamente intercambiáveis, ainda que apontem para direções opostas, o que não constitui nenhum risco, pois “o quadro de referências estrutural e a estrutura de comando do sistema em si permanece inalterada.” As inovações são restritas a um nível “instrumental”, e visam apenas “uma alteração e um melhoramento limitados do já dado.”(105-106)

Por isso, afirma Mészáros que a “inalterável *temporalidade* do capital é *a posteriori* e *retrospectiva*. Não pode haver nenhum futuro adiante num sentido significativo da expressão, pois o único ‘futuro’ admissível já chegou, na forma dos parâmetros existentes da ordem estabelecida bem antes de ser levantada a questão sobre ‘o que deve ser feito’.”(105-106)

Tal “temporalidade *a posteriori*” é incapaz – pois é a expressão - de reverter o curso da incontrolabilidade. Basta se dispor de instrumentos suficientes para se empreender os ajustes necessários a cada problema específico. Assim, acentua Mészáros, a “influência de eventos históricos inesperados — conforme estes surgem de uma grande crise, por exemplo — mais cedo ou mais tarde terá de ser comprimida de volta em seu molde já estruturalmente existente, tornando a *restauração* uma parte integral da dinâmica normal do sistema capitalista.” Encarar dessa forma as contradições e problemas gerados pelo impulso à expansão é uma necessidade da circularidade auto-constituente do capital. Não há nada além dele, tudo deve estar de acordo com “seu quadro de referências estrutural predeterminado”.(105-106)

O capital é impermeável a qualquer mudança qualitativa que possa questionar sua premissa de *causa sui*. Ele “não pode tolerar a intrusão de qualquer princípio de regulação

sócio-econômica que venha a restringir sua dinâmica voltada para a expansão.” Não tem como aceitar medidas restritivas que inibam seu imperativo de expansão, mesmo numa situação histórica em que a expansão compulsiva significa expansão da produção destrutiva e perda de controle sobre os deslocamentos das contradições antes praticados. Deve-se levar em conta que, como acentua Mészáros, a

“expansão em si não é apenas uma *função* econômica *relativa* (mais ou menos louvável e livremente adotada sob esta luz em determinadas circunstâncias, ao passo que, em outros aspectos, conscientemente rejeitada), mas uma maneira *absolutamente necessária* de deslocar os problemas e contradições que emergem no sistema do capital, de acordo com o imperativo de evitar como praga as causas subjacentes.”(105)

O capital, em função de seu “fundamento causal autopropulsivo” inquestionável, não pode deter-se diante de barreiras impostas no curso de sua acumulação. Problemas e contradições devem ser tratados como obstáculos sempre removíveis e remediáveis com o recurso da expansão, a despeito das implicações destrutivas resultantes da não resolução das contradições imanentes a esse modo de controle sociometabólico. “É por essa razão que *não* pode haver *alternativa* para a procura de expansão – a todo custo – em nenhuma das variedades do sistema do capital.”(105)

Nesse sentido, não há como se evitar que a sombra da incontrolabilidade se projete de forma ameaçadora sobre todo o complexo social, no momento em que os objetivos expansionistas não possam mais ser realizados como antes. A sombra da incontrolabilidade é um fenômeno que hoje adquire uma premência muito maior, mas lembra-nos Mészáros: “Embora, sem dúvida, se tenha tornado bem mais sombria no século XX, ela certamente não surgiu nas últimas décadas com os riscos da era nuclear, por um lado e, por outro, o assustador impacto da poluição industrial e agrícola em grande escala”; pelo contrário, “era inseparável do capital como um modo de controle metabólico social desde que conseguiu se consolidar, tornando-se um sistema reprodutivo coerente, com o triunfo da produção generalizada de mercadorias.”(72)

A expansão do sistema do capital se mede exclusivamente pela quantidade, não importa a que custo para a humanidade:

“Não pode haver uma maneira de definir a própria expansão dentro do quadro de referências do sistema de capital senão de modo puramente quantitativo, projetando-a como extensão direta da existente. Ela deve ser vista como *mais da mesma coisa já vista* — mesmo quando as perspectivas de assegurar o ‘mais’ defendido parecem mais problemáticas, para não dizer absurdas.”(107)

Por isso, segundo Mészáros, o sistema do capital não tem como promover uma “reestruturação” de seu modo de controle sociometabólico, mesmo premido pelas mais graves dificuldades reprodutivas. O intransponível limite da “*racionalidade auto-orientada* da reprodução ampliada do capital, com a premissa de sua *causa sui*”, impede-o de questionar a si mesmo - sua própria causa - , bem como repele qualquer alternativa sociometabólica qualitativamente diferente. Só é compatível com “ações corretivas do sistema” confinadas “aos efeitos e conseqüências estruturalmente assimiláveis”, uma vez que “as necessárias condições e implicações históricas que restringem a expansão contínua são sistematicamente descartadas ou postas de lado como desprovidas de importância”.(105) Contudo, quando tais medidas não mais são suficientes para assegurar a escala de expansão pretendida, pois encontram-se contidas nos parâmetros estruturais do sistema do capital, agora, incapazes de manter a perversa inversão no relacionamento entre relativo (que tratava “a ordem estrutural do capital [-] como *absoluto intranscendível*”) e absoluto (ao considerar “as condições *absolutas* da reprodução do metabolismo social e a sobrevivência do ser humano como *relativo prontamente manipulável*”) que o justificava, a total incontrolabilidade se anuncia.(108)

Vale salientar que a ativação dos limites absolutos do modo de controle sociometabólico do capital coloca em questão o “lesivo corolário das condições relativas (isto é, históricas limitadas) absolutizadas” requeridas pelo processo de reprodução ampliada do capital, qual seja, “a disponibilidade gratuitamente assumida como eterna dos recursos e do espaço necessários para a exitosa expansão do capital”. Ao contrário, o que tem ocorrido é a “irresponsável *relativização* das restrições *absolutas* (como, por exemplo, a deliberada ignorância dos riscos envolvidos no vigente desperdício dos recursos não-renováveis do planeta)”, supondo-se que, com a sua manipulação conforme as necessidades auto-reprodutivas do sistema, pode-se evitar para sempre o perigo que representam para

todo sistema finito. E não poderia ser de outra forma, segundo a análise de Mészáros, uma vez que

“a aceitação desse tipo de restrições inevitavelmente exigiria uma grande mudança no quadro de referências causal fundamental do capital — pois o postulado imperativo de expansão teria de ser moderado e justificado em vez de utilizado como a base alegadamente auto-evidente de toda justificação concebível e, assim sendo, em si absolutamente desprovida de qualquer necessidade de justificativa (...).”(107-108)

A expansão, enquanto pôde superar os limites relativos contidos no marco causal do sistema, conseguiu ampliar a margem e a eficiência produtivas das ações socioeconômicas por longo tempo, eximindo-se de toda justificativa que pudesse ser exigida fora do espírito dominante de que o capital é o "mal radical" usado “como instrumento para a criação do bem”. No entanto, com a ativação dos limites absolutos intranscendíveis pela lógica reprodutiva do sistema, e a consumação da fase de ascendência histórica do capital, restrições tornam-se inevitáveis, ainda que inaceitáveis pelo capital, transformando o progresso anterior e seus benefícios em “uma destrutividade devastadora, quando as condições objetivas associadas às aspirações humanas começam a resistir a seu inexorável impulso expansionista.”(173)

Considerando que a “tendência universalizadora” do capital só pode se consumir em razão do irrestringível impulso do capital à superação de toda barreira limitadora, fossem elas originadas em “obstáculos naturais ou fronteiras culturais e nacionais”, como também por ser “inseparável da necessidade de deslocar os antagonismos internos do sistema por meio da constante ampliação da escala de suas operações”, toda medida de restrição aparece como um sinal de crise do sistema e como tal deve ser deslocada. Ao capital não importa “o peso das implicações materiais dos obstáculos a enfrentar, nem a urgência relativa (chegando à emergência extrema) em relação a sua escala no tempo.” Nesse sentido, iludem-se aqueles que crêem poder deter o capital no que tem de mais visivelmente destrutivo – a natureza e os seres humanos. Adverte Mészáros que a “degradação da natureza ou a dor da devastação social não têm qualquer significado para seu sistema de controle metabólico social, em relação ao imperativo absoluto de sua auto-reprodução numa escala cada vez maior.”(173)

Trata-se do imperativo absoluto da auto-reprodução do capital, que não tem como ser alterado substantivamente sem que se coloque em questão o próprio metabolismo social dominante. Como também não há como se adquirir controle externo sobre apenas partes do sistema, no sentido de impedir seus aspectos destrutivos. É a partir dessa concepção mais geral que Mészáros analisa o Movimento Verde (com seus partidos) e a sua intenção política de reforma do sistema do capital. Propunham uma mudança “do vermelho para o verde”, mobilizando os “indivíduos preocupados com a destruição ambiental em andamento”. Principalmente centrados na questão ambiental – movimento de “questão única”, como o denomina Mészáros – eles “apelavam aos indivíduos, deixando indefinidas as causas sócio-econômicas subjacentes e suas conotações de classe”, pensando que assim podiam “ampliar seu próprio apelo eleitoral, na esperança de conseguirem intervir no processo da reforma com o objetivo de inverter as tendências perigosas identificadas.” Abordaram unilateralmente o complexo quadro reprodutivo sociometabólico prevalecente, tomando apenas o aspecto destrutivo da produção, desconsiderando que, nos dias de hoje, *a produção se realiza na destruição de riqueza material e humana*. O Movimento Verde, em todas suas variedades, tentou “articular seus programas de reforma a fim de entrar na estrutura de poder e nos processos de tomada de decisão da ordem estabelecida”. A despeito da importância “literalmente vital” da questão ambiental, “o incontestável imperativo da proteção ambiental terminou bastante intratável, por conta das correspondentes restrições necessárias que sua implementação teria significado para os processos de produção prevalecentes.”(39)

Diante disso, Mészáros chama a atenção para o “fato de que, dentro de relativamente curto espaço de tempo, todos esses partidos se marginalizaram, apesar do espetacular sucesso inicial por toda parte”, revelando que “as causas que se manifestam na destruição ambiental são muito mais profundamente enraizadas do que o pressuposto pelos líderes desses movimentos de reforma, orientados por programas não-classistas.” E, em seguida, conclui que o “sistema do capital provou ser impossível de reformar, até mesmo sob seu aspecto obviamente mais destrutivo.”(39)

O capital não reconhece qualquer medida de restrições, e vê os obstáculos que surgem à sua frente como barreiras a mais a ultrapassar. Aqueles que não consegue eliminar frontalmente são contornados por ajustes remediadores, não chegando a constituírem

obstáculos impeditivos de seu curso acumulativo.(44) Por essa razão, diz Mészáros, os “obstáculos externos jamais detiveram o impulso ilimitado do capital; a natureza e os seres humanos só poderiam ser considerados ‘fatores de produção’ externos em termos da lógica auto-expansionista do capital.” Sendo assim, qualquer “impacto limitador” deveria ser originado de um “poder de restrição” interno à própria lógica do capital.(173-174)

E, de fato, chegou-se a um estágio de desenvolvimento em que a “*tendência universalizadora* de avanço produtivo do próprio capital” tornou-se insustentável diante do “esgotamento dos domínios a invadir e subjugar”. A incontrollabilidade do sistema, que podia ser dissimulada em circunstâncias históricas favoráveis, faz emergir a contradição imanente entre a necessidade de controle absoluto sobre o metabolismo social e o risco de perda de controle do sistema global. Nestas circunstâncias, nas quais são ativados os limites absolutos do sistema,

“ ‘mais’ começou paradoxalmente a significar ‘menos’ e ‘controle universal’ (assumindo a forma da ‘globalização’ antagonística) a indicar os riscos de uma completa perda de controle. Isto foi produzido pelo próprio capital, ao criar por todo o mundo uma situação totalmente insustentável, que exige uma coordenação abrangente (e, obviamente, um planejamento consensual para torná-la possível) - quando, por sua própria natureza, o sistema capitalista se opõe diametralmente a tais exigências.”(174)

Em outras palavras, segundo Mészáros, a cega busca expansionista de superação dos limites internos ao sistema levou a uma “profunda crise de controle” e a um arrefecimento da acumulação ampliada, na medida em que o “ ‘mais’ começa a significar ‘menos’ “. Afirmar, ainda, nosso autor, que “foi apenas uma questão de tempo para que o capital - em seu irrefreável impulso para ir *além* dos limites encontrados - tivesse de se superar, contradizendo sua lógica interna e entrando em colisão com os limites estruturais insuperáveis de seu próprio modo de controle metabólico social.”(174)

Por isso, a coexistência da expansão e da restrição são internamente incompatíveis no modo de controle sociometabólico do capital. A necessidade de superação contínua de limites, a ponto de se esbarrar nos limites absolutos e intransponíveis do sistema do capital, acaba por justificar o aparecimento da crise estrutural, acompanhada de uma “profunda

crise de controle”. Esses elementos constituintes contraditórios do sistema, na escala e maturação em que se encontram, não são reversíveis pelo próprio sistema; ao contrário, comparecem como condições objetivas indispensáveis ao pleno desenvolvimento do sistema, independentemente das implicações futuras para sua própria sobrevivência. Tudo isso está relacionado com o fato de que, conforme ressalta Mészáros,

“o impulso expansionista cego do sistema capitalista é incorrigível, porque este não pode renunciar à sua própria natureza nem adotar práticas de produtividade em que há necessidade de restrição racional em escala global. Essa prática da restrição racional abrangente pelo capital importa, de fato, em reprimir o aspecto mais dinâmico de seu modo de funcionamento, o que faria do suicídio uma espécie de controle metabólico social historicamente singular. Esta é uma das principais razões por que a idéia de um ‘governo mundial’ globalmente racional e consensualmente limitador baseado no sistema capitalista – que é necessariamente *parcial* até o âmago em sua única forma viável de racionalidade – é uma gritante contradição em termos.”(179)

As restrições hoje exigidas como forma de contornar a potencialidade explosiva presente nos quatro conjuntos de forças ativadoras dos limites absolutos, principalmente se pensamos no de maior gravidade social – o desemprego crônico – são, segundo Mészáros, ainda mais indispensáveis e, concomitantemente, impossíveis que no passado. Pois, nas condições de crise estrutural, são exigências postas pelo desenvolvimento do capital que se constituem em “obstáculo ativo para a acumulação tranqüila do capital e para o funcionamento futuro do sistema do capital global.”(151) Diante da “intratável contradição entre a liberdade absoluta do capital e a hoje historicamente inevitável necessidade de restrições básicas”, podemos avaliar a grandeza do problema a ser enfrentado no futuro.(146) Nesse mesmo espírito, Mészáros alerta que “a ameaça da incontrollabilidade lança uma sombra muito grande sobre todos os aspectos objetivos e subjetivos do modo historicamente único de que o capital dispõe para controlar a ininterrupta reprodução do metabolismo social da humanidade”.(151)

A incontrollabilidade do capital se manifesta também em uma outra contradição posta pelo próprio desenvolvimento histórico. O sistema do capital, para atingir o domínio universal do metabolismo social, teve que eliminar as barreiras dos modos de produção

anteriores, como teve também que implantar uma escala mundial de troca de atividades e produtos, o que implicou em transferir as condições de produção da unidade industrial isolada para o “contexto global”, tornando o “controle da produção (e reprodução metabólica social mais ampla), com base nos princípios operativos dados e viáveis do capital, (...) quase impossível de se manter.” Ou, melhor ainda, não há um indivíduo ou empresa ou Governo Mundial que possa assumir o controle da produção e reprodução metabólica global. A incontrolabilidade é inerente à própria lógica do sistema e foi o preço pago para a universalização do modo de controle sociometabólico do capital.(178)

Nas palavras de Mészáros, se

“as condições objetivas e subjetivas de produção estão situadas ‘fora’, exigindo que o intercâmbio da totalidade das atividades, necessidades, etc, se dê no quadro da troca global, elas necessariamente estão *além do alcance* de qualquer empresa isolada, não importando o quanto seja gigantesca ou transnacionalmente monopolista. Neste aspecto, se em nossa imaginação multiplicássemos a *General Motors* ou a *Ford* umas cem vezes, elas continuariam insignificantes.”(178)

Por isso, afirma Mészáros que, “na realidade, o controle é um pesadelo por toda parte e em parte alguma”.(178)

A lógica do capital só agrava essas contradições, uma vez que impele as empresas particulares a acumularem e a aumentarem “constantemente sua escala de operação”, buscando “maior fatia do mercado possível”, pois é a única forma de “melhorarem as oportunidades de controle”. Aí está fundado “o imperativo absoluto da expansão do capital que se aplica a *todas* elas”, e “não importa o quanto sejam destrutivas em termos globais as conseqüências da utilização voraz dos recursos disponíveis (para os quais as firmas privadas não têm medidas nem preocupações).” As firmas particulares estão apenas preocupadas em preencher os critérios “fetichistas da ‘eficiência econômica’”, com o fim exclusivo de sobreviver e prosperar. Portanto, conclui Mészáros, “*quanto mais bem sucedidas* forem as firmas particulares (...), em seus próprios termos de referência (...), *tanto piores* serão as perspectivas de sobrevivência da humanidade nas condições hoje prevalecentes.”(179)

O “impulso expansionista necessário das firmas particulares e do sistema em geral sem levar em conta as conseqüências devastadoras” que desencadeia é expressão da “racionalidade *parcial* do capital”. Essa racionalidade parcial do capital (“e deve-se ressaltar que, devido a seu princípio estruturador interno antagonístico, o capital é capaz apenas de racionalidade parcial”), e o princípio expansionista que a orienta, “contradiz diretamente as ponderações elementares e literalmente vitais da *restrição racional* e correspondente *controle racional* dos recursos humanos e materiais globais” necessários a um desenvolvimento sustentável.(179) Tanto a questão do controle como a necessidade de restrições permanecem subsumidas ao imperativo da expansão, o que, num contexto histórico de esgotamento das possibilidades de deslocamento dos limites e contradições do sistema, implica na intensificação dos problemas pré-existentes.

Para Mészáros, conceber como possível o capital reprimir seu impulso expansionista impondo restrições a si mesmo é o mesmo que propor o suicídio do sistema. No entanto, a ameaça da incontrolabilidade não está muito distante de resultar em conseqüências igualmente trágicas. Se o caminho da integração global do capital e, por conseguinte, o processo da “transferência das condições de produção e reprodução social para fora das empresas e indústrias isoladas (...) se completar historicamente, o capital como sistema de controle terá superado a si mesmo de maneira irreversível”, uma vez que não pode retornar para “uma condição anterior (menos integrada e expandida globalmente), nem pode continuar em seu impulso expansionista global na escala requerida.” Nesta esfera, é isso que significa crise estrutural: “bloqueio de novos campos sobre os quais o capital poderia estender seu domínio e aos quais poderia ‘exportar’ suas contradições”.(179-180)

Tais desdobramentos projetam o completo fechamento do que Mészáros denomina de círculo vicioso da incontrolabilidade estrutural do capital.(180)

Argumenta ele que “a necessidade inevitável de assegurar a administração sustentável das condições de controle metabólico social e da produção no contexto global adequado se revela como algo irremediavelmente *além do alcance do capital*, não importa até onde e o quão perigosamente o sistema se ultrapasse a si mesmo.” Desse modo, a “inerente incontrolabilidade estrutural do capital (desde o começo mesmo) como modo de controle completa seu círculo – em forma de um verdadeiro círculo vicioso.” Ao mesmo

tempo em que se torna “*absolutamente necessário* o controle racional do sistema global (a um nível adequadamente *global*, em que só ele poderia ser sustentavelmente controlado), que ele mesmo também havia historicamente criado”, o controle é “*impossível* (...) mesmo em um contexto mais limitado, no plano das firmas nacionais particulares e empresas transnacionais necessariamente de ‘mau comportamento’ e ‘transgressoras’.” A incontrolabilidade do capital é exposta de todas as maneiras.(180)

Por tudo isso, conclui Mészáros que é “inconcebível escapar de tal círculo vicioso sem superar radicalmente as determinações fundamentais do próprio sistema capitalista.” A incontrolabilidade do capital é estrutural e só pode ser eliminada quando também não mais existir o modo sociometabólico de reprodução social dominante e, naturalmente, o capital.(180)

Nem todos os teóricos puderam enfrentar os problemas do modo de controle instituído pelo capital como uma contradição interna e inseparável do próprio sistema. Principalmente, “aqueles que, dado seu ponto de vista social, não poderiam considerá-lo um modo de controle transitório”. Quando tinham que enfrentar o problema do controle [no capitalismo], “eram obrigados a postular a viabilidade do ‘controle sem um controlador ou controladores identificáveis’ “, e “fugi[am] das dificuldades implícitas nessa admissão, apresentando um quadro idealizado — a princípio ingenuamente mas, com o passar do tempo, e tornando-se a crise de controle bastante óbvia para ser negada, cada vez menos ingenuamente.”(73) A ausência de um controlador identificável significava que também não havia uma vontade personificada que determinasse o caráter e os objetivos do próprio metabolismo social. O que Mészáros, diferentemente da posição idealizada defendida pelos teóricos do capital, insiste em afirmar é que o imperativo da expansão é uma determinação vital à sobrevivência do sistema e se impõe por cima da cabeça dos indivíduos particulares. Assim é que, para ele,

“não é a ‘intenção’ ou ‘motivação para acumular’ dos capitalistas individuais que decide a questão, mas o *imperioso objetivo da expansão* do capital. Sem conseguir realizar seu processo de reprodução *expandida*, o sistema do capital - mais cedo ou mais tarde, mas com certeza absoluta - desmoronaria. No que diz respeito às motivações e ‘intenções subjetivas’, cada uma das personificações do capital ‘*deve pretender*’, por assim dizer, os fins delineados pelas determinações expansionistas

do próprio sistema e não seus próprios ‘fins egoístas’, como indivíduos particulares. Sem compulsoriamente afirmar sobre todas as ‘motivações’ e ‘intenções pessoais’ este primado irracional do imperativo expansionista, o domínio do capital não se sustentaria nem no mais curto dos curtos prazos.”(76)

Assinala Mészáros que os teóricos afinados com o ponto de vista do capital, que tentaram encontrar uma explicação para a questão do controle do metabolismo social, permaneceram confinados à aceitação do sistema como inevitável, senão proveitoso, restando a eles apenas o interesse em “compreender os parâmetros do funcionamento do sistema do capital em termos das *intenções* e *motivações* do pessoal controlador.” Para Mészáros, “esta idéia persiste de Adam Smith até hoje, abrangendo todas as variedades de ‘marginalistas’ — desde os que iniciaram a ‘teoria da utilidade marginal’ até seus recentes popularizadores intelectuais — passando por Max Weber e Keynes, aos que acreditam em alguma forma da ‘revolução administrativa’ e aos mais entusiastas apologistas do sistema do capital, como Hayek”.(76)

No entanto, o que impulsiona o sistema é a acumulação ampliada do capital, que pode coincidir com o interesse de personificações particulares do capital, permitindo sua sobrevivência e a realização dos negócios. Isso tem a ver com a própria natureza do capital, em suma: “ ‘Se o capital aumenta de 100 para 1.000, então 1.000 é agora o ponto de partida, do qual o aumento tem de começar’ ”.⁶³ (568) Pois “capital acumulado é capital morto — ou seja, absolutamente nenhum capital, apenas o entesouramento inútil do avarento — a não ser que seja *realizado* como capital, constantemente reentrando em forma expandida no processo geral de produção e circulação.” O capital, para continuar capital, tem que obedecer a tais determinações internas da lógica expansionista do sistema, independente da vontade individual das personificações do capital. De acordo com essa lógica interna, o “esmagador volume da acumulação capitalista está ‘predestinado’ pelas determinações sistêmicas ao reinvestimento, sem o qual o processo de expansão e realização estaria encerrado, levando consigo o capital — e, naturalmente, todas as suas dadas e potenciais personificações — para o tûmulo histórico.”(77)

⁶³ K. Marx. *Grundrisse*. Penguin Books, Harmondsworth, 1973, p. 335.

O destino das personificações do capital está atado ao destino e desenvolvimento expansionista do sistema como um todo, mas, assinala Mészáros, em posição inversa ao desejado pelos defensores da ordem estabelecida. As personificações do capital “descrevem a si mesmas e a seu próprio impulso para a acumulação como o determinante decisivo de dada ordem de produção, embora na realidade cumpram uma função essencialmente instrumental ao bom funcionamento do sistema — em outras palavras: nele atuam como ‘determinantes determinados’ ”. No entanto, adianta Mészáros, essa posição, por mais instrumental que seja, não é em nenhum aspecto menos vital, ou substituível, pois o “modo de controle metabólico social estabelecido é totalmente inconcebível sem que as personificações do capital estejam hierarquicamente sobrepostas ao trabalho.” Daqui o valor de sua função instrumental para o sistema.(77)

Em poucas palavras, as personificações do capital podem apenas habilitar-se a executar as mutáveis determinações que emanam do sistema como um todo e tirar proveito, se agirem de forma mais ou menos eficiente, quando essas coincidam com seus interesses particulares. Não passam, portanto, como vimos anteriormente, de pseudo-sujeitos do processo de auto-reprodução do capital.

A situação das personificações do capital como “determinante-determinad[as]” encontra sua explicação causal no nódulo constituinte principal do modo de controle sociometabólico do capital - qual seja: a separação entre produção e controle, e a correspondente submissão do verdadeiro sujeito da produção - trabalho -, aos desígnios do capital. Mészáros afirma que, diante da

“radical separação da produção e controle sob o domínio do capital, não pode haver outra alternativa que fazer valer os imperativos objetivos do sistema do capital através da agência intermediária de tal pseudo-sujeito, fazendo que as incorrigíveis e incontroláveis determinações do capital – como *causa sui* – prevaleçam por sobre as cabeças de todos os indivíduos, incluindo as ‘personificações’ do capital.”(76)

Isso, na verdade, jamais pôde ser reconhecido pelos teóricos do capital que tentaram contornar os problemas do controle e da incontrolabilidade do sistema, pois, de outra maneira, teriam que questionar a base causal do sistema e o antagonismo que o sustenta.

Por outro lado, não poderiam deixar de encontrar uma resposta que explicasse quem, de fato, estava investido do controle do sistema. Assim, os

“economistas que enxergam o mundo do ponto de vista do capital não podem simplesmente ignorar a incontornabilidade estrutural de seu prezado sistema, por mais que desejem eliminar as contradições implícitas. Dependendo do estágio dado do desenvolvimento histórico, as dificuldades de controle estarão mais — ou menos — proeminentes em suas conceitualizações, mas ninguém pode evitá-las completamente.”(85)

Para demonstrar essa afirmação – e na impossibilidade de abordar sequer a maioria das teorizações mais significativas dessa problemática – Mészáros optou por fazer a crítica a “três variedades representativas de abordagem à ausência de controle [do capital] nos últimos dois séculos, todas formuladas no espírito de desdizer no final a admissão original e negar que o defeito admitido fosse considerado um defeito, no final das contas.” Inicia com Adam Smith, a primeira teorização de solução à incontornabilidade do capital “na ordem histórica”, para depois examinar, como segunda abordagem, as “diversas teorias da ‘utilidade marginal’ ” e, por fim, a “terceira tentativa típica de tratar, e ao mesmo tempo ‘resolver’ justificadamente os dilemas de controle inseparáveis do sistema do capital, [que] está centrada em torno do semimítico conceito do ‘administrador’ da década de 30 em diante”. Neste último caso, se refere às teorias da “revolução administrativa” e da “tecnoburocracia” representadas por T. Parsons e J.K. Galbraith, respectivamente.(73)

“A projeção da ‘mão invisível’ de Adam Smith como força orientadora para seus capitalistas individuais equivale - segundo Mészáros - à admissão de que o sistema reprodutivo por ele idealizado é *incontrolável*.” Apesar de Adam Smith considerar que “as ações egoístas e limitadas de capitalistas particulares necessariamente produzem um resultado geral muitíssimo benéfico”, teve de admitir que “a intensidade do esforço do capitalista individual não é nenhuma espécie de garantia de sucesso para si ou para a sociedade em geral e, portanto, o sistema não poderia funcionar sem a ‘mão invisível’.” Teve que enfrentar, à sua maneira, a dificuldade de controle do sistema como um todo. O capitalista individual como o sujeito (empreendedor) autônomo do processo produtivo precisava ser auxiliado por “uma força orientadora misteriosamente invisível, mas benevolente, atrás de si para obter algum sucesso”. Ela seria o “guia” dos “atores

capitalistas”, e cumpriria a função de “magnânima harmonizadora de todos os possíveis conflitos de interesse, inclusive o que existe entre *produção e consumo*.” Assim, salienta Mészáros, “é inconcebível o surgimento da contradição entre *produção e controle* (defeito central do sistema do capital), pois a mão sumamente benevolente é postulada como o verdadeiro controlador que, por definição, é infalível em seu onipotente controle benéfico.”(75-76)

A forma como Adam Smith enfrentou a questão do “defeito fatal no sistema do capital – sua incontrolabilidade pela ação humana”, uma vez que não podia admiti-lo, foi introduzindo “uma *garantia mítica* relativa à (...), mesmo assim, continuada (realmente ‘natural’ e ‘permanente’) viabilidade” do sistema, a ser assegurada pela “mão-invisível” harmonizadora dos inevitáveis conflitos e falhas de controle do sistema. Mas tal solução para os problemas da incontrolabilidade, em função dos desenvolvimentos históricos do sistema do capital, decorrentes do crescimento do mercado mundial e das empresas comerciais, cada vez maiores, superando as dimensões locais do comércio, não permaneceu como concebida originalmente, e passou a exigir reformulações que justificassem as mudanças identificadas.(78)

Argumenta Mészáros, que

“Adam Smith, escrevendo na época da dinâmica ascendência histórica do capital e na aurora de sua expansão global - um momento em que a luta de Smith contra o protecionismo mercantilista representava um progresso real -, podia muito bem contentar-se com ligeiras referências à ‘mão invisível’, não como evidência apenas, mas também como a benevolente solução da incontrolabilidade do sistema pelos capitalistas individualmente. Nenhuma solução objetiva como essa estava disponível para seus sucessores do final do século XIX e início do século XX quando, em perfeita contraposição à era de Smith (segunda metade do século XVIII), toda a nova expansão territorial do sistema do capital terminara na divisão imperialista rival de todo o planeta em pedacinhos e, necessariamente, a probabilidade de grandes crises sistêmicas entrou no horizonte.”(85)

O novo cenário mundial, e suas implícitas implicações desestabilizadoras do sistema, fez surgir uma segunda “teorização típica dos dilemas de controle e incontrolabilidade”, agora já portadora de uma “consciência parcial dos sintomas da crise”,

segundo Mészáros. Destaca ele, na mesma passagem, que, “caracteristicamente, os representantes da nova interpretação também se recusaram a admitir as causas das dificuldades identificadas. Preferiram dar atenção apenas aos sintomas, reinterpretando as descrições anteriores do modo de reprodução metabólica social estabelecido”. Do mesmo modo como os clássicos da economia política burguesa, não colocavam nenhuma dúvida sobre a “naturalidade e absoluta permanência do sistema do capital.”(78)

O foco das preocupações dos economistas burgueses, à época, volta-se para as crises comerciais e a interrupção, periódica, do movimento ascendente dos negócios, o que provocou o desafio de buscar a forma de equilíbrio possível que permitisse a estabilização do sistema global. Para ilustrar essa nova abordagem, “mais tarde celebrada como a ‘revolução marginalista’ ou ‘revolução subjetiva’”, Mészáros analisa, principalmente, a contribuição de um de seus pioneiros - W. Stanley Jevons, o qual insistia na “utiliza[ção] [de] um rigoroso método científico, com aparelhagem matemática apropriada, para enfrentar os problemas descobertos.”(79)

O princípio chave do *equilíbrio*, argumenta Mészáros, na teoria da utilidade marginal, está “inseparavelmente ligado à noção da *maximização da utilidade* dos indivíduos”. Esses dois princípios, no entanto, “nunca são *estabelecidos*, mas sempre *supostos*.” Mészáros chama a atenção para a circularidade teórica intrínseca a essa abordagem, que pode, dessa maneira, livrar-se da necessidade de submeter “à prova da realidade” suas premissas e pressupostos. Pois, vejamos: “Segundo os que acreditam na ‘revolução subjetiva’, o impulso irresistível - assim determinado pela ‘natureza humana’ - dos indivíduos para a maximização de suas utilidades produz a feliz condição econômica do equilíbrio; da mesma forma, o próprio equilíbrio econômico é a condição requerida para que a maximização das utilidades de todos os indivíduos predestinados ao objetivo da maximização egoísta da utilidade, [possa] ser – e em boa medida realmente está sendo - realizada.” O equilíbrio é pressuposto e resultado da maximização das utilidades.(87)

Com base nessa formulação explicativa do funcionamento perfeito do sistema (“equilíbrio geral”, “competição perfeita”, “equilíbrio competitivo”, “perfeita liberdade de troca” etc.), toda “discrepância ou anomalia (...) podem ser mui facilmente remediadas pela atribuição do ‘normal’ como adjetivo conveniente e auxílio para devolver aos trilhos o

vagão descarrilado ou, com melhor visão justificativa, para evitar que ele descarrile pela intrusão da realidade.”(87)

Uma outra questão relevante em relação a essa segunda teorização (incluindo autores como Alfred Marshall e F.Y.Edgeworth) sobre os problemas do controle e da incontrollabilidade do sistema, levantada por Mészáros, refere-se diretamente ao *poder*. O princípio orientador do equilíbrio, como vimos, é a maximização das utilidades, e esta só pode se realizar através dos indivíduos, porque supõe-se serem “eles mesmos responsáveis por seguir as próprias estratégias da melhor maneira possível e, com isso, também indiretamente as de todos”. A noção de “utilidade” relaciona-se estritamente ao indivíduo e exclui da análise “a realidade mais perturbadora e problemática das *relações de poder que realmente existem*, em que os indivíduos são completamente inseridos”.(87) Para Mészáros,

“não é surpresa que o conceito de ‘relações de poder’ se evidencie por sua ausência nos textos de todos os economistas marginalistas. Eles se sentem satisfeitos em descrever seu próprio mundo de ‘realidades econômicas’ em termos rigorosamente individualistas quando, no mundo realmente observável, a tendência das transformações *monopolistas* mais intensas do que nunca - com toda a sua força bruta para anular o poder de decisão dos indivíduos, incluindo-se até o dos idealizados ‘empresários inovadores que assumem riscos’ - os encara de frente.”(87-88)

A despeito de todas as indicações concretas das tendências em desenvolvimento no capitalismo, no mundo idealizado pela teoria da utilidade marginal e por seu indivíduo maximizador, o conteúdo filosófico unificador afirma-se na realização da “*maior felicidade do maior número*” de pessoas na sociedade *capitalista*. A “‘falácia naturalista’ a respeito do ‘prazer’ e do ‘desejável’ do discurso utilitarista” soma-se à vacuidade da pretensão de ser viável hoje se garantir a “*maior felicidade do maior número*” de indivíduos. Para Mészáros, a “idéia de que se pode realizar sob o domínio do capital, sem sequer examinar e muito menos mudar de modo radical as relações de poder estabelecidas, qualquer coisa que se aproxime ao menos remotamente da maior felicidade do maior número de seres humanos, constitui um monumental pressuposto vazio”. Os filósofos utilitaristas não só insistem na possibilidade de “maximizar a utilidade de todos os indivíduos”, como afirmam que ela

está sendo realizada “nos processos ‘normais’ da economia capitalista que se auto-equilibra”.(88)

Assim, a motivação inicial da teoria da utilidade marginal de encontrar “uma maneira diferente de avaliar a questão do controle”, que fosse além da “simples declaração de fé na ‘mão invisível’ “ – concebida como “guia das ações dos capitalistas individuais em suas ‘situações locais’ “ -, transforma-se numa reafirmação auto-referenciada da própria teoria.(78)

Ocorre que, como conclui Mészáros, “até mesmo o reconhecimento indireto da incontrollabilidade do capital não dura muito. A admissão de que a força controladora do empresário/empreendedor não pode ser considerada responsável, muito menos garantia das carências geradas pelo capitalismo, não leva a nenhum exame crítico extremamente necessário.” E acrescenta, em seguida, que nota-se exatamente o contrário, pois “a extensão mais ampla possível da idéia de um sujeito controlador (feita de tal modo que ficticiamente abranja a totalidade dos indivíduos) — que é outra forma de se dizer que não há nenhum sujeito controlador identificável realmente no controle”— é usada com o propósito mais apologético.(88)

Uma outra consequência, ainda, advém do recurso universalizador desse fictício sujeito controlador. Com a “ajuda dessa extensão e a harmonização individualista de todas as pretensões ‘legítimas’, os sujeitos de classe realmente existentes do sistema são ‘transcendidos’ (...), dando assim simplesmente por inexistentes os problemas e contradições antagonísticas da ordem socioeconômica estabelecida.” Mészáros aponta para o fato de que tal teorização utiliza-se de uma roupagem matemática e ‘científica’ que “reveste este marco conceitual de *dar por inexistentes os problemas de controle*”, cujo propósito é “eliminar a tentação de contestar os vários princípios da ‘revolução subjetiva’ e da ‘revolução marginalista’ que não sejam em termos puramente racionais auto-referenciais da teoria, bem distantes das reais questões sociais substantivas – para não dizer de classe .”(88)

No final do séc. XIX, momento em que se assistiu à “mudança da ênfase nos capitalistas individuais que tomam as decisões (de Adam Smith) para os consumidores que maximizam a utilidade”, também se fazia presente o movimento socialista organizado. Na

contestação da “ordem política e produção estabelecidas”, afirma Mészáros, o movimento socialista “ousava apresentar a proposta ‘extra-econômica’ de que as crises econômicas não se devem a cíclicos distúrbios extraterrenos, nem às determinações inalteráveis da ‘natureza humana’, mas aos defeitos estruturais do sistema do capital.” Tal ordem de contestação exigia uma resposta daqueles responsáveis pelas justificativas ideológicas das desigualdades e pelo funcionamento equilibrado do sistema. A esses teóricos convinha “escamotear (...) a possibilidade de levar em conta a relação entre salários e lucros, trabalho excedente e mais-valia, o fato e o potencial paliativo da exploração. E isto, visando proclamar o ‘fim das lutas’ — não mais na teórica e politicamente contestável Economia Política, mas cada vez mais na racionalmente incontestável ‘ciência da Economia’.”(81)

Não podiam, portanto, reconhecer as contradições e os antagonismos estruturais do sistema do capital, ou mesmo tratar a questão da ausência de um sujeito controlador identificável, como inerente ao modo de controle sociometabólico dominante. Tinham que atribuir o problema da incontrolabilidade a algum fator que obscurecesse a relação causal da exploração do capital sobre o trabalho e identificar sempre novas qualificações e atribuições para as “personificações” do capital que fossem adequadas às exigências do estágio de desenvolvimento à época.

Por isso, argumenta Mészáros que,

“se, no final, o problema da incontrolabilidade ainda é contemplado por algum dos economistas marginalistas e ‘neoclássicos’, o (...) fazem de modo muito característico. Edgeworth, por exemplo, se refere ao que chama de *‘núcleo sem controle’* das questões humanas, em sua discussão da teoria utilitarista. No entanto, seu propósito não é a investigação de relações sociais objetivas e determinações econômicas identificáveis de dada produção e distribuição do sistema, visando encontrar algum remédio para a incontrolabilidade, mas, ao contrário, uma tentativa de congelar e transformar o defeito identificado em um absoluto inalterável. Para ele, o núcleo da ausência de controle, totalmente impossível de erradicar, é uma característica da própria *natureza humana*.”(88-89)

Todas essas teorizações, analisadas por Mészáros, sobre os problemas da incontrolabilidade do sistema apresentam em comum o objetivo de “lenta e gradualmente

melhorar o padrão de vida para poder gerir a sociedade sobre a base material permanente do capital — ou seja, dentro dos parâmetros existentes do sistema”. Ainda que consideremos as diversas formulações sobre o papel de um (e a natureza do) sujeito controlador do sistema nas teorias econômicas, que vão do empreendedor que assume os riscos aos que não “compartilha[m] ilusões sobre a ‘fidalguia’ capitalista e o ‘Nacional Socialismo’ ”, segundo Mészáros todos alinham-se “com a idéia do *absoluto imperativo do gradualismo*, sem entreter sequer por um instante dúvidas sobre a coerência lógica de sua posição.” O que apresentavam como “revoluções” no campo da teoria econômica - e temos inúmeras: tais como, “revolução keynesiana”, “revolução monetarista”, “para não mencionar o uso subsequente da ‘segunda revolução industrial’, ‘revolução verde’, ‘revolução da informática’, etc.” - não iam além da “curiosa insistência na necessidade e virtude absoluta do *gradualismo*” e estavam sempre prontas a “desviar a crítica do sistema do capital”. O espírito dominante no interior dessas formulações nada tinha de revolucionário, uma vez que “as mudanças sociais e econômicas jamais deveriam ser encaradas como potenciais revolucionadoras da situação estabelecida.”(90)

Nesse sentido, o desafio teórico restringia-se a dar respostas às disfunções do modo de controle sociometabólico do capital, encontrando uma forma mais eficaz de personificação do capital que pudesse atender às novas demandas surgidas e a justificar o poder hierárquico exercido pelo capital como necessário ao desenvolvimento, ainda que desigual, de todos. E mais, ao mesmo tempo em que processavam suas “revoluções teóricas”, procuravam contrapor as “barreiras do gradualismo eternalizador do capital (...) a todas as estratégias das verdadeiras revoluções sociais e políticas de inspiração socialista — e não apenas marxiana.” Esse é um fator que não pode ser ignorado e, de certa forma, influenciou no esforço dos teóricos da burguesia em atenuar as contradições explosivas contidas na incontrolabilidade estrutural do sistema.(90)

Argumenta Mészáros que a impossibilidade de se abordar as causas como causas afasta o veio investigativo dessas teorizações do verdadeiro cerne da questão: a relação ineliminável de subordinação do verdadeiro sujeito da produção, o trabalho. Procuravam identificar o controle do processo sociometabólico nas mais variadas funções “empresariais” e “administrativas” exercidas pelas personificações do capital, “no interesse de fazer desaparecer o fato da *dominação de classe* capitalista” e permitir a “mais intensa

extração praticável do trabalho excedente e sua transformação em lucro, sobre o qual estava baseado o funcionamento normal do sistema.” Esse é o caminho percorrido pela terceira teorização (representada aqui por T.Parsons e J.K.Galbraith) sobre o controle do capital, analisada por Mészáros.(91,97)

Diante dos desenvolvimentos econômicos ocorridos no evoluir do século XX, em que o “empresário inovador” foi relegado a um segundo plano e as “poderosíssimas corporações monopolistas” passaram a “ocupar o centro do palco do domínio do capital sobre a sociedade”, a tentativa de se encontrar novas soluções de controle para o sistema do capital foi se revelando ser apenas uma “mudança de forma de pessoal de supervisão”.(93)

Nesta nova forma, segundo Mészáros, seria

“palpavelmente óbvio (...) que os capitalistas e administradores individuais eram apenas as ‘personificações do capital’ que exerciam o controle em qualquer forma particular em benefício próprio, e assumiam facilmente uma forma muito diferente cada vez que assim o decretassem as condições históricas modificadas pelo modo de controle metabólico social do capital, incontrolável pela ação humana consciente.”(93)

No entanto, não era apenas esse o caso daqueles teóricos, analisados por Mészáros, comprometidos em encontrar saídas para as mudanças sofridas pelo sistema em decorrência das “revoluções econômicas”. Estavam, além disso, empenhados em encontrar explicações que servissem de munição contra qualquer alternativa socialista, mesmo que para isso tivessem que ignorar as manifestações de incontrolabilidade oriundas das “suas mais conseqüentes personificações”. O “anti-socialismo militante” característico de muitas teorias econômicas, afirma Mészáros, enfraquecia “não apenas a eficácia das soluções oferecidas aos problemas identificados, mas até mesmo o diagnóstico de situações históricas particulares.”(94)

A apologética “nova economia” vislumbrada por Parsons corresponde a esse espírito ao operar a separação entre economia e política e entre propriedade e controle, alegando que a “crítica socialista das relações de propriedade da ordem estabelecida já não se aplicava (se é que alguma vez se aplicou), porque ‘muitas grandes corporações estavam

sob o controle de ‘administradores’ de carreira, cuja propriedade pessoal de ações da companhia tinha apenas significado nominal, como instrumento de controle’.”⁶⁴(94)

Mészáros recorre a um estudo de Baran e Sweezy⁶⁵, para indicar que ocorre exatamente o oposto com a separação da propriedade e do controle. Segundo esses autores, os “ ‘diretores estão entre os maiores proprietários; e por causa da sua posição estratégica, eles funcionam como os protetores e porta-vozes de todos os grandes proprietários. Longe de formarem uma classe separada, eles constituem, na realidade, o escalão de vanguarda da classe proprietária.’ “ Se a pretensão era desacreditar a crítica socialista a respeito da propriedade, ela continuava ainda mais válida, pois a “revolução administrativa” no controle das empresas capitalistas, que atraiu tanta atenção dos teóricos à época, indicava apenas o acirramento das mesmas contradições estruturais antagônicas pré-existentes.(94 – nota 114) Pois, relembra Mészáros,

“a questão é e continua sendo a permanência da dominação e dependência das *classes* e não a relativa mudança de forma em algumas das partes constituintes do pessoal que dirige o capital em sua essencialmente inalterada estrutura hierárquica de comando — mudança de forma essa que se fez necessária pelo andamento da centralização e concentração de capital, e que não poderia eliminar, mas apenas intensificar os antagonismos internos do sistema do capital.”(94)

Algum tempo depois do surgimento das formulações parsonianas, Galbraith (em *O Novo Estado Industrial*) “procurou aperfeiçoar as teorizações anteriores sobre o ‘tipo moderno da economia’, atualizando seus leitores com relação às transformações que acabavam de se realizar, ou estavam a ponto da realização, a seu ver, sob a pressão da tecnologia.” Ao analisar a “empresa madura” alega que houve uma transferência do poder de tomada de decisões, “ ‘de modo *inevitável e irrevogável*, do indivíduo para o grupo’.”⁶⁶

⁶⁴ Talcott Parsons e Neal J. Smelser. *Economy and Society: Study in the Integration of Economic and Social Theory*. London: Routledge & Kegan Paul, 1956, p.253.

⁶⁵ Paul A. Baran e Paul M. Sweezy. *Monopoly Capital: An Essay on the American Economic and Social Order*. Nova York: Monthly Review Press, 1966, pp.34-5. No Brasil foi editado sob o título: *Capital Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

⁶⁶ John Kenneth Galbraith. *The New Industrial State*. Pelican Books, Harmondsworth, 1969, p.106.

Com os imperativos da tecnologia e do planejamento, o poder em mãos dos proprietários das corporações é passado para a “tecnoestrutura”, o que considerava válido tanto para os países capitalistas como para o sistema soviético, constituindo uma “explicação teórica universal da ‘estrutura industrial convergente’ de Oriente e Ocidente”. Por consequência, concebia como desdobramento previsível dessas transformações um “capitalismo sem controle pelo capitalista” e um “socialismo sem o controle da sociedade.”(96)

Galbraith, como Parsons, incidiu na mesma “ficção de que ‘os homens que hoje dirigem as grandes corporações não possuem quantidades significativas de ações da empresa’.” Não haveria, portanto, nenhuma explicação para os “salários anuais de muitos milhões de dólares, bônus misteriosos e opções de ações preferenciais” assegurados a esses dirigentes (porém, não-proprietários), a não ser que se considerasse essas formas de rendimento como uma “insignificante” participação nos negócios. Segundo a análise de Mészáros, o que estava por trás dessa formulação era a nova primazia dada ao “talento industrial” e não ao atributo de proprietário capitalista, fazendo com isso “desaparecer o fato da *dominação de classes* capitalista”. Argumenta nosso autor que

“essa descrição da motivação e comportamento de um altruísmo incompreensível de parte do pessoal do alto escalão - enquanto se supunha que todos os demais sejam incuravelmente ‘egoístas por natureza’ - estava associada à insinuação de que o controle capitalista, por meio da ‘perda de poder dos acionistas’ e do ‘diminuído magnetismo do banqueiro’, dera lugar à sua feliz alternativa, na forma da ‘busca cada vez mais enérgica pelo talento industrial, o novo prestígio da educação e dos educadores’.”(97)

A tecnoestrutura viria ocupar, segundo Galbraith, o papel antes exercido pelo empresário capitalista. Forçado pelos imperativos da complexidade técnica e do planejamento que exigiam um conhecimento técnico adequado às novas escalas das operações, elementos essenciais da “Empresa Madura” idealizada por Galbraith, o empresário capitalista viu seu poder ser transferido para a tecnoestrutura, ficando excluído do controle da empresa.

Para Galbraith, a área de decisão do homem moderno é “excessivamente pequena”. Ele pode “ ‘decidir se deseja ou não ter um alto nível de industrialização. Daí em diante,

funcionam em pé de igualdade os imperativos da organização, tecnologia e planejamento’ “, fugindo a iniciativa particular da mão do proprietário nominal do negócio para um corpo de dirigentes mais capacitados a operarem sob a imposição de tais imperativos.”(102)

A solução para a incontrolabilidade do sistema formulada por Galbraith, que contava com a “combinação do determinismo tecnológico da ‘tecnoeestrutura’ (...) [e] o postulado do ‘planejamento’ (...), ainda não era suficiente para contribuir para um quadro sustentável”. Por isso teve, segundo a análise de Mészáros, que “introduzir mais um postulado — igualmente falacioso — para preencher imensas lacunas: o Estado exigido e capaz de resolver da mesma forma todos os problemas de controle remanescentes tanto no Ocidente como no Oriente.”(99) Com a “fusão da tecnoeestrutura e com o Estado” estaria resolvido, para Galbraith, o problema da incontrolabilidade do capital.(102)

Nós nos desviaríamos de nosso objeto se nos detivéssemos, aqui, sobre os detalhes da crítica de Mészáros aos pressupostos dessa terceira teorização; o que nos interessa são as indicações que encontramos nessa crítica para a compreensão do caráter de incontrolabilidade do capital.

A teoria formulada por Galbraith e apresentada no *O Novo Estado Industrial*, com sua “desolada utopia tecnoestrutural (...) postulava”, segundo Mészáros,

“a permanência do ‘capitalismo sem o capitalista’, junto com a impossibilidade de um controle social em nome do ‘sucesso’, descartando, ao mesmo tempo, com uma ilimitada autoconfiança o ‘antigo’ projeto socialista como um empreendimento completamente quixotesco. O fato é que nem as previsões teóricas do autor nem o desempenho real da Empresa Madura que elas tanto elogiaram realmente resultaram ser grandes sucessos.”(102)

Esse desfecho é comum a todas as três teorizações analisadas por Mészáros e as dificuldades de controle remanescentes, mutáveis com o desenvolvimento do sistema, motivaram o aparecimento de uma após a outra, uma vez que permanecia insolúvel a questão da incontrolabilidade do sistema do capital.

Mészáros considera haver uma linha de continuidade entre os diversos teóricos referidos (Adam Smith, os marginalistas e os teóricos da “revolução administrativa” e da

tecnoestrutura) apesar das diferenças terminológicas e dos momentos históricos correspondentes aos diferentes estágios de desenvolvimento do capital, compreendendo desde o capitalista individual típico do séc. XVIII, o qual mantinha um controle operacional de sua parte no sistema, até a inclusão do poder da tecnoestrutura na Empresa Madura do séc.XX.(97)

Adam Smith pensou ter resolvido as dificuldades de controle com a “mão invisível”; ela “foi usada por seu criador e seus seguidores como um *deus ex machina* que proporcionaria os tão necessários serviços do totalizador ausente. John Kenneth Galbraith pensou que poderia livrar-se desse benevolente mistério oferecendo sua *machina sem deus* na forma da ‘tecnoestrutura’.”(103) No entanto, ao final, a solução encontrada por Galbraith “resultou ser totalmente imprópria para a elusiva tarefa de totalização”, o que o forçou a “trazer o *deus ex machina* de volta ao recentemente proclamado saudável quadro de referências da Empresa Madura, mas pela porta dos fundos, a fim de dar alguma plausibilidade a suas próprias soluções.” Em função disso, introduziu em sua teoria uma “exageradamente otimista caracterização do Estado, postulando que este prontamente preencheria as inúmeras ‘exigências’ e ‘imperativos’ com os quais o Estado benevolente deveria ser sobrecarregado.” Não ocorreu a Galbraith que “somente porque alguém deseja ou ‘requer’ até mesmo como questão de fabuloso ‘imperativo’, não quer dizer que o Estado será capaz de *entregar* ou *fornecer* o que é dele demandado.” Chama a atenção Mészáros para o fato de que “mais uma vez, aqui, ‘exigências’ e ‘imperativos’ eram equiparados com capacidades e realizações falaciosamente pressupostos.”(99)

Por isso mesmo, a “terceira via típica para atacar o problema da inerente incontrolabilidade do capital tinha que acabar culminando na mesma classe de postulados que caracterizavam todos seus predecessores” pois, “para todos os pensadores que compartiam o ponto de vista do capital, os antagonismos sociais do sistema teriam que ser evitados, ou minimizados, ou mesmo transfigurados em felizes circunstâncias e virtudes, enquanto se deixava muito bem oculto seu potencial explosivo.”(103)

Todas essas teorizações sobre as formas mais adequadas de controle do sistema, visando encontrar soluções para a incontrolabilidade do capital, persistiam na aceitação da ordem estabelecida, considerando como absolutamente administráveis os problemas decorrentes do comando do capital sobre o trabalho, bem como as contradições iminentes

de seu funcionamento “natural”. Acabavam por, em cada nova tentativa, substituir um tipo de personificação do capital por outra, sem nunca conseguir explicar porque as mudanças em andamento ora exigiam um “empreendedor inovador”, ora estabeleciam as enormes “corporações monopolistas” com seus administradores especializados, ora substituíam o empresário capitalista pelo “tecnoburocrata”, sem nunca poder justificar como, mesmo com todas as adaptações de comando, o sistema continuava a surpreender com sua capacidade de frustrar as expectativas dos capitalistas de comando no momento.

Como restringiam-se a responder aos efeitos e conseqüências do funcionamento do sistema, supondo poder alcançar um equilíbrio entre as forças atuantes sem alterar as determinações estruturais antagônicas da ordem prevalecente, “todas as mistificações teóricas e práticas” concebidas desviavam-se da real base causal da incontrollabilidade – a separação da produção e do controle. Por isso, não podiam jamais admitir que “o verdadeiro sujeito do metabolismo reprodutivo social, sob o domínio do capital, segue sendo o trabalho e não as personificações do capital em qualquer de suas formas.” As personificações do capital apenas procuram exercer o controle em benefício próprio, não sendo capazes de coesionar as forças centrífugas propulsionadas pelos intransponíveis defeitos estruturais atuantes na base material do sistema.(93)

Tais mistificações perduraram no tempo com clara “intenção apologética”, sem levar em conta a gravidade dos problemas que haviam sido identificados, e suas implicações para o futuro.

Para Mészáros,

“a perniciosa marginalização da racionalidade humana e da responsabilidade pessoal no decurso do histórico desenvolvimento do capital repetidamente enfatizava a incontrollabilidade do sistema. Mesmo assim, depois de cada mudança tardiamente reconhecida na estrutura de controle do capital, o caráter problemático do processo subjacente, pelo qual ocorrem enormes alterações sem prévio desígnio humano, jamais foi questionado pelos defensores do sistema. Muito pelo contrário, os fatos consumados eram sempre apresentados como mudança para melhor e como a realmente melhor situação possível, destinada a perdurar — e com legitimidade — eternamente pelo futuro afora, quem sabe até depois. Jamais se poderia admitir que a lógica final dessas transformações cegas e incontrolláveis que tinham de ser

periodicamente admitidas (e, naturalmente, depois de cada reconhecimento forçado, imediatamente comemoradas) como a última ‘revolução’ nas questões econômicas poderia ser, de fato, a destruição da humanidade e, portanto, que se deveria contemplar alguma alternativa com sentido para as tendências prevaletentes.”(93)

Ocupados na elaboração seqüencial de uma “revolução” à outra, para acomodarem no interior de suas concepções de mundo os desajustes reais do sistema, os teóricos comprometidos com o ponto de vista do capital não poderiam fornecer uma alternativa radical a esse incontrolável estado de coisas. Sequer podiam encarar de frente o quadro referencial causal do processo reprodutivo do capital e a conseqüente incontrolabilidade do sistema daí decorrente. Como a incontrolabilidade está inerentemente vinculada ao modo de metabolismo social em que o trabalho está subordinado ao capital, não há como resolver a questão do controle, em favor de uma ação humana consciente, nos marcos estruturais de um sistema cuja base material está assentada na separação entre produção e controle, e, por conseguinte, no antagonismo de interesses entre o verdadeiro sujeito da produção, o trabalho, e o capital, que exerce o comando sobre o trabalho.(78)

Cabe aqui ressaltar que a “ ‘causa original’ do funcionamento do sistema capitalista enquanto o exercício da relação antagonista de poder” não se encontra nas “variedades existentes de hierarquia discriminatória” impostas pelo capital sobre o trabalho. Alerta Mészáros para o fato de que, “se a estrutura de comando injusta fosse especificamente a causa dos antagonismos estruturais, poderia, em princípio, ser reformada com uma modificação esclarecida da própria estrutura de comando estabelecida, ao mesmo tempo em que permanecia dentro do quadro reprodutivo global.” Contudo, de nada adianta iludirmos sobre as soluções do controle procuradas no interior do quadro de referências do incontrolável sistema do capital pois, para se “visualizar a capacidade do sistema de introduzir todos os aperfeiçoamentos desejáveis dentro de seu ‘macrocosmo’, com a premissa inalterável da manutenção das relações de poder material da *subordinação estrutural* do trabalho”, enfatiza Mészáros, teríamos que processar uma “absurda (...) violação da lógica” ao se inverter as relações causais existentes. Pois a estrutura de comando hierárquica não é a causa, mas a “*conseqüência* inevitável da determinação incorrigível do sistema capitalista como um sistema de *relações de poder antagônicas*, em que o poder de controle está inteiramente separado dos produtores e cruelmente imposto

sobre eles”. Exatamente nesse sentido, ressalta Mészáros que “todas essas reciprocidades têm seu *übergreifendes Moment* objetivamente predominante, que não se pode fingir ser inexistente nem modificar de modo artificial para agradar às conveniências da apologética social.”(188)

Diante disso, “não poderia ser inventada nenhuma alternativa viável à ordem metabólica social do capital a partir de algum desiderato ideal”, por mais que se esforçassem os teóricos apologetas da ordem estabelecida.(93)

Mészáros é enfático ao afirmar que a única alternativa viável ao capital é o trabalho. E prossegue ele:

“Ela só poderia constituir-se sobre a base material existente da sociedade e pelo verdadeiro sujeito reprimido do sistema de reprodução socioeconômica estabelecido, o trabalho, através das necessárias mediações que pudessem superar o domínio do capital sobre os produtores. Mas precisamente porque a única alternativa realmente viável para o incontrolável modo de controle do capital devia centrar-se no trabalho - e não nos variados postulados utópicos da teoria econômica burguesa, como a benevolente ‘mão invisível’ de Adam Smith, ou os ‘capitalistas cavalheirescos’ instituidores do nacional-socialismo de Alfred Marshall, ou a ‘tecnoestrutura’ universalmente benéfica ‘produtora da convergência’ de Galbraith, etc. - a idéia de tal alternativa jamais poderia ser alimentada pelas pessoas que tentavam teorizar (ou elogiar) a, uma vez mais, feliz solução da incontrolabilidade estrutural do sistema estabelecido.”(93-94)

As soluções formuladas estão comprometidas com a preservação do capital e seu modo de reprodução sociometabólico, o que já de saída inviabiliza qualquer possibilidade de controle efetivo e duradouro sobre o sistema. Para além da função controladora das personificações do capital em comando sobre o trabalho, e da racionalidade parcial que orienta seus empreendimentos particulares, o relacionamento dos microcosmos com o todo do sistema obedece aos “imperativos de lucratividade em escala inexoravelmente crescente” do capital, comprometendo assim qualquer possibilidade de controle sobre o metabolismo social global. O que parece ser um modo de controle necessário para o funcionamento do sistema, ao nível dos empreendimentos particulares, permanece subordinado, e mais, integrado, à incontrolabilidade do todo, pois o sistema do capital “não

sabe onde parar”, enquanto seus limites absolutos não forem atingidos. Esse é um “*dilema prático* fundamental - sublinha Mészáros - que vem a ser *absolutamente insolúvel* na estrutura do sistema do capital”, uma vez que não se trata de “uma questão de um conhecimento defeituoso (em princípio, corrigível), mas o resultado de determinações e contradições imanentes”.(563)

Há, segundo Mészáros, uma incompatibilidade estrutural entre controle e capital, pois

“o capital é totalmente desprovido de medida e de um quadro de referência humanamente significativos, enquanto que seu impulso interno à auto-expansão é *a priori* incompatível com os conceitos de controle e limite, para não mencionar com o de uma *autotranscendência* positiva. É por isto que corresponde à linha de menor resistência do capital levar as práticas materiais da *destrutiva auto-reprodução ampliada* até o ponto em que levantam o espectro da destruição, ao invés de aceitar as necessárias restrições positivas no interesse da produção para a satisfação das necessidades humanas.”(599-600)

Pois, afinal de contas, o “impulso pela multiplicação de riqueza reificada e pelo incremento concomitante em forças produtivas abstratas da sociedade não pode ser detido, quaisquer que sejam suas implicações” destrutivas.(574)

Para Mészáros, as demais tentativas de controle do capital com o objetivo de contornar os limites impostos à sua compulsão à acumulação e os caminhos a seu impulso expansionista obstruídos pela crise, também fracassaram. Foi o que aconteceu com a solução keynesiana. Avalia Mészáros que “Keynes se contentou com a projeção fundada em desejos de que a manipulação estatal-intervencionista dos *sintomas negativos* encontrados produziria *remédios positivos permanentes*” na ordem existente. Por fim, “os remédios keynesianos tiveram que ser rejeitados nos ‘países capitalistas avançados’ do ocidente quando seus custos começaram a se tornar inadministráveis.” Do mesmo modo, “as soluções monetaristas alternativas tentadas após a fase keynesiana com enorme zelo e grande entusiasmo político -- tanto pelos governos Trabalhistas quanto por seus rivais Conservadores -- provaram ser um fracasso não menor que as predecessoras.”(626)

O que essas tentativas têm de comum, apesar de aparentemente usarem recursos de política econômica propagadamente tão distintos, é a incapacidade “de se dirigir[em] às causas”. Ao invés, tentaram “remediar a situação intervindo apenas no nível dos *efeitos e conseqüências*, o que poderia funcionar apenas conjunturalmente, por períodos muito limitados de tempo.”(626)

Nesse aspecto, Mészáros é particularmente duro em relação à social-democracia. Desde o início, para ele, o empreendimento social-democrata estava condenado ao fracasso. O pior é que os “partidos social-democratas continuaram iludindo a si próprios e a seus eleitores, por décadas”, alegando “que seriam capazes de instituir ‘no devido tempo’, através da legislação parlamentar, uma *reforma estrutural do incontrolável sistema do capital*.” Tarefa totalmente impossível, uma vez que “o capital – por sua própria natureza e determinações internas – é *incontrolável*.” Continua:

“investir as energias de um movimento social na *tentativa de reformar* um sistema substantivamente *incontrolável* é uma aventura muito mais fútil que o trabalho de Sísifo, já que a viabilidade, mesmo da reforma mais limitada, é inconcebível sem a habilidade para exercer o controle sobre aqueles aspectos ou dimensões do complexo social que estamos tentando reformar.”(713)

A ilusão de poder reformar um sistema incontrolável marcou também os fracassos do “caminho italiano ao socialismo” e da experiência soviética. A política reformista, tanto social-democrata como a do “caminho italiano”, confinada à ação dentro dos “limites mutiladores do capitalismo atualmente existente”, nunca enfrentou o problema insuperável da natureza do poder sob o domínio do capital. E não poderia enfrentar, pois revelaria “o caráter irrealizável de suas estratégias autocontraditórias”.(716)

O que de fato caracteriza tais posições políticas reformistas, segundo Mészáros, é que, “assim como estavam tratando de *reformar o incontrolável*, supunham também que a alavanca mediante a qual efetivariam a prometida transformação da ordem social estabelecida era *um poder que não existia e nem poderia existir*.” E essa alavanca, continua Mészáros, “não podia existir pela simples razão de que *o poder do capital social total, como o controlador da reprodução metabólica social, é indivisível*, não obstante as

mistificações perpetuadas pela ideologia burguesa acerca da ‘divisão dos poderes’ na esfera política.”(716)

Não é demais recordar aqui que o capital, como um modo de reprodução sociometabólico incontrollável, além de ser irreformável, “*não pode compartilhar poder*, mesmo em curto prazo, com forças que pretendem transcendê-lo, não importa em quão longo prazo, como ‘objetivo final’.” Em função disso, as estratégias de “reforma gradual” da social-democracia eram ineptas para alcançar algum resultado concreto “em termos de potencial transformador socialista”. E não poderia ser de outra maneira, pois, para Mészáros,

“enquanto o capital permanecer como o efetivo regulador do metabolismo social, a idéia de ‘luta igual’ entre capital e trabalho – uma idéia perpetuada e realçada pelos rituais de enfrentamento parlamentar dos ‘representantes do trabalho’ com seus adversários legislativos: um enfrentamento ‘sem competição’, cuja premissa autocontraditoriamente aceita é a permanência da posição material do capital – está destinada a permanecer uma mistificação.”(716-717)

O resultado inevitável de tal estratégia transformadora ilusória, cujos princípios eram “*reformular o incontrollável*” e “‘*conquistar os postos de comando mais elevados*’ do sistema estabelecido, por meio da alavanca de um *poder inexistente*”, só poderia terminar, conclui Mészáros, “com a auto-imposta derrota da esquerda histórica.”(716)

Mészáros se detém, ainda, sobre a experiência soviética. Afirma ele que “embora as ‘personificações do capital’ pós-revolucionárias nas sociedades do tipo soviética não funcionassem em e através de um ambiente parlamentar, deixaram de enfrentar a *incontrollabilidade do capital* onde ela se afirmava maciçamente: isto é, como o regulador do processo de reprodução sociometabólica.”(716) Ao contrário, mantiveram a “natureza contraditória e centrífuga do sistema herdado” quando optaram pela “imposição da política de controle centralizada às custas do trabalho.” Segundo Mészáros, “o sistema sociometabólico se tornou mais incontrollável do que antes, devido à inabilidade em substituir produtivamente a ‘mão invisível’ da antiga ordem reprodutiva pelo autoritarismo voluntarista das ‘visíveis’ novas personificações do capital pós-capitalista.” O que

provocou “a crescente hostilidade, para com a ordem pós-revolucionária, dos maltratados sujeitos do trabalho excedente politicamente extraído.”(727)

A subjugação da força de trabalho a um “cruel controle político, e, às vezes, até a mais desumana disciplina dos agregados campos de trabalho, não significa que as personificações do capital de tipo soviético estavam no controle do sistema.” A incontornabilidade do sistema reprodutivo pós-capitalista se fez sentir de forma implacável, “através de suas crônicas falhas em alcançar seus objetivos econômicos, fazendo um escárnio de suas alegações acerca da ‘economia planejada’. Isso é o que selou seu destino, destituindo-o de sua professada legitimidade e fazendo de seu colapso somente uma questão de tempo.”(727)

Mészáros chama a atenção para o fato de que é necessário também “conquistar o controle da esfera política”; contudo, do ponto de vista da emancipação do trabalho, o “único objetivo viável de sua luta transformadora (...) [é conquistar] o poder sociometabólico do capital - com seu controle estrutural/hierárquico, não simplesmente pessoal, mas objetivo, sobre a esfera produtiva material”. A “crença” em que, “uma vez neutralizadas as instituições políticas do sistema capitalista herdado, o poder do próprio capital estaria firmemente sob controle (...) só poderia acabar nas bem-conhecidas derrotas históricas do passado.”(727)

Com respeito às sociedades pós-capitalistas, Mészáros atribui o fracasso de tais experiências revolucionárias também – e não apenas - ao fato de que

“tentaram opor-se à determinação centrífuga do sistema herdado *sobrepondo* aos seus elementos particulares contraditórios a *estrutura de comando extremamente centralizada* de um Estado político autoritário, em vez de se reportarem ao problema crucial de como *solucionar* – através da reestruturação interna e da instituição do *substantivo controle democrático* – o caráter contraditório e o correlato modo centrífugo de funcionamento das unidades reprodutivas e distributivas particulares.”(727)

A “relação estrutural hostil entre produção e controle, produtores ‘indisciplinados’ e administração ‘socialista’ “, constituindo uma nova relação estrutural antagônica, dá origem a um sistema, da mesma forma que antes, incontrolável.(743-744)

Mészáros, assim, termina por concluir que ambas as alternativas que dominaram a esquerda histórica durante o séc.XX não tinham, por conta de suas próprias estratégias e condições históricas, qualquer chance de dar certo. Se pensamos na social-democracia, sua estratégia de disputa parlamentar com o capital permaneceu totalmente subordinada à “verdadeira *causa sui*” do capital, “compatível com ‘melhorias e corretivos’ somente em nível de *efeitos e conseqüências*, mas não em nível da base causal”. E, nas sociedades pós-capitalistas, o desfecho trágico dos mais de 70 anos da experiência soviética provou o quanto foi “subestima[do] o poder de recuperação do capital e a continuidade de seu domínio”.(316)

Estabelecer um controle de uma ação humana consciente sobre o metabolismo e reprodução sociais é, para Mészáros, comprovadamente impossível enquanto existirem as bases materiais de sustentação da auto-reprodução ampliada do capital. São várias as fracassadas tentativas de controlar a incontrolabilidade do capital por meio de uma maior atividade do Estado, como um elemento de regulação externo ao desenvolvimento econômico, tanto na esquerda (sociedades pós-capitalistas, social-democracia) quanto na direita comprometida com a preservação da ordem estabelecida (New Deal de Roosevelt, “redução dos limites do Estado” da Direita Radical, etc).(253) Esses fracassos, ou demonstrações de “êxito muito limitado”, nada mais seriam que manifestações, *mutatis mutandis*, do processo inicial de esgotamento da fase expansiva do capital e da crise estrutural que eclodiu na década de 70, caracterizadas por uma tendência crescente no uso de determinações políticas no processo de reprodução sociometabólica. A sobrevida adquirida pelo capital com o deslocamento expansionista de suas contradições e antagonismos, a partir do “último terço do século XIX, estendendo em seguida por quase um século sua viabilidade reprodutiva,” se esgotou com “o início da crise estrutural do sistema”. Hoje, os “*dispositivos corretivos externos (...)* e suas práticas correspondentes” já não são mais suficientes para compensar os defeitos da *dinâmica interna de desenvolvimento* do sistema. A crise estrutural, hoje, “afeta o modo de controle do capital em suas raízes”.(773)

O mais grave da situação presente é que, agora, segundo Mészáros, “temos que encarar não só os antagonismos de velha data do sistema, mas também as condições cada vez mais graves que a dinâmica expansionista do próprio deslocamento tradicional transformou em problemáticas e definitivamente insustentáveis.”(252) Sem contar que “a lógica infernal e pulsão infinita do capital para a auto-expansão quantitativa conduz inevitavelmente a consequências destrutivas. A destrutividade da dinâmica interna do capital não só afeta o ambiente natural, mas também cada faceta da reprodução sociometabólica”, implicando, até mesmo, na destruição periódica de “partes importantes dos próprios componentes produtivos do capital“.(821)

Diante desse estado de coisas, quais as alternativas para a sobrevivência da humanidade?

Para Mészáros, “esperar do capital conter-se a si mesmo é nada menos que esperar um milagre acontecer. Pois o capital só poderia adotar a auto-restrição como uma característica significativa de seu modo de operação deixando de ser capital.” E continua ele,

“a necessidade de restrição -- até mesmo se o que está em jogo é nada menos que a sobrevivência humana -- é contradita diametralmente pelas determinações mais íntimas do sistema do capital. Pois o modo de reprodução do capital entraria muito rapidamente em colapso se fosse compelido a operar no interior de limites, ao invés de constantemente expansíveis, firmemente circunscritos.”(805)

As soluções até agora empregadas na correção dos distúrbios reconhecidos no desenvolvimento histórico do sistema dedicaram-se apenas à formulação de corretivos parciais, sem que se atacasse a base causal das contraditórias determinações estruturais do sistema. O estágio a que chegamos, de crise estrutural e de ameaça de colapso do sistema, uma vez que ele não comporta restrições, exige muito mais que uma oposição defensiva. Conforme adverte Mészáros, “nenhum remédio parcial é concebível a este respeito, e certamente nenhum que pudesse ser implementado pelas personificações do capital em qualquer uma das suas corporificações realmente possíveis.”(805)

Ainda que para alguns seja impossível continuar a negar a necessidade de restrições, e se mostrem “dispostos a reconhecer que algumas restrições devem ser adotadas (pelo

menos em algumas áreas de atividade econômica, como a exploração de matérias-primas e recursos de energia, como também em relação ao ‘controle da população’), permanecem confinados a um discurso circular, alegando que a “própria dinâmica expansionista sempre redefiniria e estenderia os limites com sucesso. Hoje tal argumento é obviamente insustentável.”(805)

Para Mészáros, “dizer que a incontornabilidade do capital percorreu seu curso histórico significa que o próprio sistema perdeu sua viabilidade enquanto o controlador de uma sustentável reprodução sociometabólica.” E não se trata de projeções de longo prazo: os “limites são visíveis em nossa proximidade imediata, tal como o são os perigos que acompanham a inabilidade ou recusa – e, no caso do capital, ambas coincidem -- de exercer restrição.” (805)

Diante desses desdobramentos históricos, Mészáros coloca como “necessário divisar a instituição de mudanças sistêmicas qualitativas em uma época na qual os perigos que surgem da incontornabilidade do capital se intensificam, devido ao caráter estrutural irreprimível do sistema.”(805) Tais mudanças sistêmicas qualitativas coincidem com a “necessidade de uma transição a uma ordem social controlável e conscientemente controlada pelos indivíduos, como defendido pelo projeto socialista”, o qual “permanece na agenda histórica, apesar de todos os fracassos e decepções.”(253)

Trata-se de uma verdadeira ‘mudança de época’ (*ephocal shift*) – “um sustentado esforço para se ir além de todas as formas de dominação estruturalmente entrenchadas”. Isso só pode ser concebido mediante uma “radical reestruturação das formas e instrumentos de reprodução metabólica social existentes, em contraste com a acomodação dos objetivos socialistas originais às paralisantes restrições materiais das condições herdadas, como aconteceu no passado.” Mészáros, então, enfaticamente reafirma que “a *raison d’être* do empreendimento socialista é manter a consciência dos objetivos estratégicos da transformação de uma época (*ephocal*), ainda que sob as condições mais adversas, quando o poder da inércia puxa para a direção oposta: para a ‘linha de menor resistência’ que conduz à revitalização da incontornável força de controle do capital.”(253)

A transição a uma nova forma histórica implica, pelo que foi exposto, a superação do capital e não a escolha de estratégias que auxiliem a “revitalização da incontornável

força de controle do capital”. Para Mészáros, trata-se da construção de uma ordem na qual o controle sobre todas as atividades da vida passa a ser determinado pela decisão consciente dos verdadeiros sujeitos produtores da riqueza social: o trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há a possibilidade de se impor restrições ao sistema do capital com o objetivo de, a partir de reformas e outras regulamentações impostas pelos trabalhadores, acumular forças que levem à superação do capitalismo pelo socialismo - superação entendida no sentido da construção de uma sociedade na qual a exploração do trabalho e a apropriação privada (individual ou coletiva) da riqueza social não tenha mais lugar, muito menos a preservação e continuidade das condições necessárias à reprodução do capital? Quais as conseqüências, para a concepção de uma estratégia revolucionária, da resposta negativa a essa questão? A relação Estado-capital, do ponto de vista ontológico, tendo por mediação o controle político do capital, poderia efetivamente possibilitar a superação do capital? Seria compatível com as atuais condições históricas do sistema do capital uma reedição das propostas social-democratas reformistas, mesmo depois do desfecho regressivo da experiência do *Welfare State*? Ainda mais, no caso de uma resposta negativa, estaria eliminada a possibilidade de uma sociabilidade humana para além do capital? Foi esse conjunto de problemas que nos levou a investigar a obra de I. Mészáros, *Beyond Capital*.

Essas questões, todavia, não foram originalmente colocadas por Mészáros. A problemática da viabilidade de reforma da ordem do capital se converteu na proposta catalisadora dos debates, e ações políticas, no interior da esquerda, no complexo cenário mundial no final do século XX, marcado pela derrota do sistema soviético. O que nos intrigou, a despeito das mutáveis condições históricas, é que, no início de um novo século, novamente nos deparamos com um reformismo que, embora renovado, aceita o domínio e os limites impostos pelo capital. *Beyond Capital*, a partir de uma reavaliação da experiência revolucionária e da recuperação de algumas das teses fundamentais de Marx, apresenta-se como uma resposta, na forma de uma radical negativa, a todas as concepções - reformistas ou conservadoras - que partem do pressuposto da possibilidade ontológica do controle político do capital.

A incontrolabilidade do capital, conforme o estudo de Mészáros, sempre esteve operante, desde os primórdios do capitalismo, tendo servido de forma vital à capacidade de universalização demonstrada pelo capital, quando superou todas as barreiras e limites da ordem anterior e se constituiu na ordem social mais totalizadora e abrangente da história. Em vista disso, qualquer estratégia de se obter controle sobre o capital, como alternativa presente à suposta falência do projeto revolucionário de superação da ordem social vigente,

terá que se defrontar, mesmo que apenas no sentido de alterar suas prioridades impostas pelo processo de valorização, com essa qualidade imanente ao capital e seu inalterável princípio de *causa sui*.

Nesse contexto, a partir da análise desenvolvida por Mészáros, devemos determinar o lugar da política a partir da identificação dos limites impostos pela própria forma de ser desse “modo de controle metabólico social incontrolável”; e não o contrário, a partir do espaço da política e de seu papel criativo e transformador para, então, concebermos uma sua relação revolucionária com a ordem do capital. É fundamental a consideração das determinações ontológicas do capital para a definição do campo de possibilidades de uma práxis humana efetivamente revolucionária, e não o inverso, como fazem algumas das teses que vêm na mera extensão da democracia a todas as esferas da prática social, sem consideração da *ineliminável* subordinação do trabalho como condição para o funcionamento do sistema do capital, o meio de se chegar ao socialismo. O fato de ser um “modo de controle metabólico social incontrolável” não quer dizer, no entanto, que não possa ser superado, ou que inviabilize uma ação humana consciente que se contraponha à sua lógica auto-reprodutiva do capital. Mészáros argumenta exatamente no sentido de que, por se ignorar a base ontológica constitutiva do sistema do capital, as perspectivas políticas daí decorrentes estão fadadas à cooptação ou ao fracasso.

Tomemos como referência as cooperativas. As propostas de reforma gradual do sistema do capital, como as que admitem ser possível a coexistência de formas alternativas cooperativadas de produção, de um lado, e a continuidade hegemônica da produção voltada para a autovalorização expandida do capital, de outro, de acordo com a análise desenvolvida por Mészáros, se restringem apenas a uma substituição no título de propriedade das condições produtivas materiais envolvidas, legando aos trabalhadores a função de produtores e proprietários em microcosmos isolados. Conforme salientamos no desenvolvimento dessa tese, não se tem como alterar gradativamente o funcionamento do sistema como um todo, enquanto não for alterada a base da relação de troca que caracteriza a produção capitalista, em que as necessidades humanas dos produtores não contam e em que os valores de uso encontram-se subordinados aos “imperativos estruturais da própria valorização e reprodução do capital”. A submissão do valor de uso (necessidade) ao valor

de troca é muito mais determinante que “a mera relação de propriedade.”(Mészáros,1995:543)

Em uma esfera de produção em que os produtores são os verdadeiros proprietários das condições materiais da produção e do produto resultante da produção em regime de cooperativa não se tem como fugir da relação de troca de mercadorias que sustenta a sobrevivência do sistema e a valorização do capital. Dado o estágio de desenvolvimento das forças produtivas não se tem mais como retornar a um regime absoluto de auto-suficiência com um total isolamento do sistema de trocas de mercadorias dominante e, ao mesmo tempo, se apresentar como uma alternativa voltada para o futuro. O trabalhador continua a manter como referência a produção concorrente capitalista, e não se tem como evitar que “internaliz[e] as necessidades e imperativos do capital como seus próprios, como inseparáveis da relação de troca, (...) por isso aceita a imposição dos valores de uso *capitalisticamente viáveis* como se emanassem de suas próprias necessidades.”(Mészáros,1995:541) “O caráter hierárquico antagonista” que domina o terreno material e político do sistema fundado na subordinação estrutural do trabalho ao capital e os critérios de eficiência econômica permanecem atuantes e levam ao fracasso as tentativas de se estabelecer formas alternativas (cooperativas) de produção no solo material do capital. (Mészáros,1995:635)

Pois os mesmos instrumentos de medição da produtividade, dado o caráter concorrencial presente ao nível do macrocosmo, devem ser acionados. Na medida em que somente se altera a relação de propriedade, a alocação dos recursos tanto humanos como materiais deve estar em conformidade com as vantagens produtivas a serem obtidas pela produção cooperativada diante da concorrência com a produção capitalista. Não nos esqueçamos que tais alternativas de reforma do sistema do capital pressupõem a permanência do mercado e da troca competitiva de mercadorias. Com referência a isso, Mészáros (1995:836) recorre a Rosa de Luxemburg⁶⁷ e sua crítica a Bernstein, quando este alegava haver uma “falta de disciplina” dos trabalhadores nas cooperativas. Para ela, a produção nas cooperativas sofre as mesmas influências do mercado, inclusive no que diz respeito ao fluxo de trabalhadores (absorvidos ou expulsos) na produção. Nessas circunstâncias, diz Luxemburg:

⁶⁷Rosa Luxemburg. Reform or Revolution ? New York: Pathfinder Press, 1970.

“são utilizados todos os métodos que permitem a uma empresa enfrentar seus competidores no mercado. Os trabalhadores que formam uma cooperativa na esfera da produção se confrontam, assim, com a contraditória necessidade de se governarem a si próprios com o absolutismo o mais extremo. São obrigados a assumirem o papel do empresário capitalista contra eles próprios —uma contradição que responde pelo *fracasso das cooperativas de produção* que, ou se tornam puros empreendimentos capitalistas ou, se os interesses dos trabalhadores continuarem predominando, terminam se dissolvendo.”

Entender todas as implicações que levam ao fracasso das experiências de cooperativas exige um exame mais acurado dos diversos aspectos envolvidos; todavia, a confiança de se poder chegar a uma sociedade emancipada por meio de enclaves de caráter socialista no interior do sistema, em que a dependência estrutural do trabalho ao capital, de acordo com Mészáros, é condição insuperável à auto-reprodução do sistema é, no mínimo, precipitada. Pois julgar que os produtores possam exercer o controle sobre as cooperativas e, a partir daí, expandir tal iniciativa, derrotando o capitalismo pela “competição pacífica”, é ignorar a compulsão expansiva do capital e sua necessidade vital de homogeneização do processo produtivo voltado para a quantidade e o valor de troca. Sob o sistema do capital, conforme a análise desenvolvida por Mészáros, “não pode haver tal coisa como ‘competição pacífica’, nem mesmo quando uma das partes da competição continua a se iludir de ser isenta dos limites estruturais mutiladores do capital em sua forma historicamente específica.”(Mészáros,1995:421) O mesmo se aplica às propostas de criação de espaços públicos de autonomia, como forma de fugir às determinações arbitrárias do Estado e do mercado contrárias aos interesses dos trabalhadores, e de autonomia das redes de produção que estariam configurando um “novo sistema industrial” na era pós-fordista⁶⁸.

Em se tratando das cooperativas, a propriedade sobre a produção, quando retomada pelos produtores, não lhes assegura imunidade frente às leis, no sentido explicitado no capítulo I, que regem a auto-reprodução do capital. Enquanto não se eliminar a dependência

⁶⁸ Nas redes autônomas de produção (redes de pequenas e média empresas italianas), de acordo com Negri, “as trocas acontecem não entre subordinados, mas entre iguais.” Na relação entre o “aprofundamento do local” - das redes e “sinergias locais do desenvolvimento local” - e o “aumento da produtividade”, não há “nada de mágico (...), nada a mais que a inesgotável produtividade do trabalho livre e a multiplicação de seu valor através da cooperação. Os únicos limites que podemos supor a esse desenvolvimento são de ordem cultural e política”.(Negri,1999:63,68) Para Negri, a autonomia produtiva dos trabalhadores (“o trabalho de cooperação socializado”) já seria realidade, hoje, dentro do capitalismo.

estrutural entre o capital e o trabalho tanto no nível do microcosmo quanto no do sistema como um todo e, portanto, a própria relação capital-trabalho, as formas concebidas para se coibir a lógica do capital revelam-se inócuas e mistificadoras. Nesse sentido, como ressalta Mészáros, “fazer predominar as escolhas individuais substantivas e a autonomia local enquanto se mantêm intactas as determinações estruturais antagonistas (*adversarial*) do sistema do capital como um todo”, não vai além do “reino da ficção”. Devemos estar atentos para o fato de que a “ ‘escolha individual’ e [a] ‘autonomia local’ nada significam se as escolhas ‘autônomas’ feitas pelos indivíduos ou grupos de indivíduos, em nível local, forem anuladas pelos imperativos materiais do sistema do capital e pelas diretivas autoritárias de sua estrutura de comando política global”.(Mészáros, 1995:844) Conforme vimos no capítulo V, o capital é impermeável a qualquer mudança qualitativa que possa questionar sua premissa de *causa sui*; em função disso, “não pode tolerar a intrusão de qualquer princípio de regulação sócio-econômica que venha a restringir sua dinâmica voltada para a expansão.”(Mészáros, 1995:105) Nem mesmo formas de intervenção política que possam contrariar seu fluxo reprodutivo global.

Se Mészáros estiver correto, não seria a substituição do capitalista pelo produtor no comando do processo de produção que pode alterar a natureza autoritária e exploradora do sistema. Mantidas as determinações fundamentais do antigo modo de controle metabólico social, permanecem ativas as condições para a restauração do antigo modo de controle, mesmo que sob outras formas, como se viu nas sociedades pós-capitalistas. Tudo que pode acontecer é a mudança do tipo de personificação do capital, “mas não [na] necessidade por tal personificação.”(Mészáros,1995:493) De acordo com nosso autor, “enquanto o capital mantiver seu poder regulador substantivo sobre o metabolismo social, em qualquer forma que seja, a necessidade de encontrar uma forma de personificação adequada às circunstâncias permanece inseparável do mesmo”. Pois “o capital, enquanto tal, é inerente ao princípio estruturante antagonista (*adversarial*) herdado do processo de trabalho.”(Mészáros,1995:616) Vem no mesmo sentido a indicação, acima reproduzida, de Luxemburg, quando afirma que os trabalhadores envolvidos em um processo de produção em sistema de cooperativa acabam por assumir “o papel do empresário capitalista contra eles próprios”.

O que, para Mészáros, é decisivo considerar, tendo em vista a transformação socialista da ordem do capital, é que não há como reformar pouco a pouco o sistema do capital, simplesmente alterando o título de propriedade ao nível do microcosmo produtivo ou abrindo-se espaços de autonomia nos interstícios do sistema do capital global. Como também não há “possibilidade de ‘emancipação parcial’ e ‘libertação gradual’”, estratégias perseguidas durante décadas pela social-democracia, a qual acabou por ter de “abandonar até seus limitados objetivos reformistas e abraçar, sem reservas, a ‘dinâmica economia de mercado’ do capital”, conforme vimos no capítulo IV. (Mészáros, 1995:470,205)

Isso porque, sempre segundo Mészáros, a lógica reprodutiva do capital acaba por se impor sobre os desejos subjetivos, não importando se dizem respeito aos capitalistas ou aos trabalhadores, pois o que de fato caracteriza tal modo metabólico de controle é que nenhum sujeito consciente encontra-se no efetivo controle do sistema, senão que toda finalidade reprodutiva deve estar condicionada pela “expansão da grandeza” do valor produzido socialmente. O sistema do capital é genuinamente um “sistema de controle sem sujeito” (*subjectless*). No entanto, como o capital necessita manter o controle sobre o real sujeito da produção, ainda que para isso degrade o trabalho “à condição de objetividade reificada”, tem que fazê-lo subordinar-se a um pseudo-sujeito, qual seja às personificações do capital. A condição absoluta para o funcionamento do capital é poder exercer “comando sobre o trabalho”; para isso, utiliza-se das modalidades de comando as mais diversas, em resposta às mudanças históricas, devendo tal condição permanecer sempre, enquanto existir o capital. (Mészáros, 1995:609)

A não percepção da verdadeira natureza ontológica dessa relação entre sujeito e objeto é que alimenta muitas ilusões quanto à mera substituição de uma personificação do capital por outra, deixando-nos a mercê dos recursos ideológicos utilizados para encobrir a base material da exploração a que é submetido o trabalho.

O fato de Mészáros afirmar ser o sistema do capital um sistema sem sujeito, bem como seu modo de controle social metabólico ser incontrolável pelas pessoas atuantes, não quer dizer que esteja ausente de sua análise a presença do papel ativo do sujeito na história. O que faz questão de apontar é que no sistema atual há uma inversão na relação sujeito/objeto, aparecendo como pseudo-sujeitos as personificações do capital. Essa inversão é apenas a expressão ideológica da necessidade de se manter o exitoso

desenvolvimento de um sistema fundado em antagonismos sociais insuperáveis, posto que estruturais. Não basta, portanto, visar à superação dessa mistificação apenas com a substituição das *personificações* do capital pelas *personificações* do trabalho (cf. capítulo IV) nas formas alternativas cooperativadas de produção, ou através da propagação de aprendizados sociais por meio de experimentalismos institucionais ou da criação de espaços públicos autônomos, pois não se trata de um impedimento à emancipação de natureza gnosiológica que dependa apenas de um ato consciente da subjetividade do trabalho, mas da própria natureza ontológica do sistema de capital, de seu em-si.

O que ele insistentemente faz questão de salientar é que é impossível a liberação do trabalho se nos mantivermos no quadro de referências desse sistema e assim nos restringirmos à manipulação (como o capital faz) de seus efeitos e conseqüências. Pois historicamente o que temos visto é a degradação e subserviência das políticas democráticas ao capital, e a tentativa de se substituir os pseudo-sujeitos do sistema do capital por outros mais adequados (como o “bom” capitalista ou o burocrata competente) como propõem os social-democratas, mas não só eles. Nenhum desses instrumentos sequer tocaria nas determinações causais do sistema e na sua ineliminável necessidade de separação entre produção e controle. Deixar de tratar as causas como causas, e acreditar suficiente apenas tratar “seus efeitos manipuláveis”, leva a que experiências, aparentemente de longa duração, como o *Welfare State*, vejam comprometidos seus benefícios quando os imperativos de expansão e acumulação do capital assim o exigirem.⁶⁹ As causas, “mais cedo ou mais tarde, tendem a reproduzir (...) os efeitos negativos temporariamente ajustados”.(Mészáros,1995:72)

É pela mesma razão que, para Mészáros, um projeto socialista deve “negar o próprio *capital* — na qualidade de inalterável *causa sui* — “e superar sua “causalidade supostamente inalterável que opera acima das cabeças dos indivíduos.” (Mészáros,1995:72-73)

Em Mészáros, a preocupação ontológica é central. A todo o momento em que se refere à inexorabilidade da causalidade totalizadora do capital e da subordinação dos

⁶⁹ “O fracasso histórico da social-democracia reformista fornece um testemunho eloqüente da impossibilidade de mudança gradual do sistema (...). “ Do mesmo modo “é inconcebível introduzir as mudanças fundamentais, necessárias para pôr remédio à situação, sem superar o antagonismo estrutural destrutivo (...)” que impera no sistema do capital. (Mészáros,1999a:6)

sujeitos a ela, está se referindo à maneira como esses fenômenos *aparecem* para os sujeitos envolvidos. Isso não quer dizer que deixe de reconhecer a força objetiva que estes mesmos fenômenos exercem sobre a realidade, pois trata-se de formas particulares de fetichismo historicamente constritas à apropriação do trabalho excedente, por isso mesmo fundamentais ao funcionamento do sistema do capital. Contudo, não se detém neles ou na sua mera imediaticidade. No estudo do sistema do capital, procura “descobrir suas leis imanes”⁷⁰ para desvelar a essência de sua lógica reprodutiva.

Desse modo, conforme vimos no *Beyond Capital*, Mészáros não se deixa envolver pelos sucessos do sistema do capital obtidos diante dos modelos “alternativos” historicamente conhecidos por Estado do Bem-Estar Social e experimentados pelos países do antigo bloco soviético, ou, mesmo, pela suposta positividade da globalização e da reestruturação produtiva, considerando-as insuperáveis como fazem a grande maioria dos teóricos atuais. Não se detém na imediaticidade dos acontecimentos históricos. Proceda como Marx e Lukács, quando analisa o problema da totalidade, ao estudar em *Beyond Capital* todas as complexas relações do sistema do capital no final do século XX, para só assim poder compreender a realidade objetiva e a efetiva relação entre causalidade e subjetividade.⁷¹ Mészáros demonstra, no decorrer de seu estudo, o que para Lukács é indispensável para a apreensão do real, ou seja, ter por objetivo, “antes de mais nada, determinar o lugar que ocupa o fenômeno que tomara por objeto, no interior da totalidade concreta de que faz objetivamente parte.”(Lukács, 1979:244)

Nesse sentido, quando formula a tese da incontrollabilidade do capital, a partir da análise objetiva de suas leis imanes e de suas formas de manifestações mais imediatas, não negligencia a força da causalidade no modo de controle social metabólico do capital sobre a vida dos homens, pois o real existe independente da consciência humana, nem a considera de maneira mecanicista como a *única* determinação do mundo objetivo. Vale lembrar, aqui, como Lukács resgata o lugar da causalidade: “o materialismo dialético nunca considerou o princípio dogmático da causalidade como a expressão única das correlações e

⁷⁰ “O conhecimento da essência só se torna verdadeiramente adequado quando a reflexão chega a descobrir suas leis imanes”. (Lukács, 1979:231)

⁷¹ Se podemos ver convergências entre a análise ontológica do sistema do capital realizada por Mészáros e a ontologia lukasiana, enquanto encontram-se fundadas em Marx, é oportuno chamar a atenção para a longa discussão (nos capítulos 6,7,8,9 e 10) travada por Mészáros com Lukács no *Beyond Capital*, principalmente, mas não só, no que se refere a *História e Consciência de Classe*.

das leis objetivas da realidade”.(Lukács,1979:244) A ação humana é um elemento indissociável da totalidade (sempre histórica e social), na medida em que, ainda segundo Lukács, “o movimento da história é a soma de ações humanas”. (Lukács,1979:237)

Para Mészáros “o fato de o capital, como um modo de reprodução sociometabólico, ser incontrolável (...) significa não somente que o capital é irreformável, mas também que não pode compartilhar poder, mesmo em curto prazo, com forças que pretendem transcendê-lo”.(Mészáros,1995:716) Nesse sentido, procura desvelar os nexos causais do sistema do capital como requisito à identificação de um campo da ação humana⁷² efetivamente revolucionário, que não seja simplesmente reiterativa de formas variadas de dominação. A análise que faz da causalidade, sem negligenciar a presença ativa da ação humana, tem por objetivo, precisamente, diluir as ilusões reformistas de controle político sobre o capital que têm predominado na esquerda.⁷³

Em Mészáros, é o desvelamento das leis imanentes da objetividade do capital que poderá, junto com o amadurecimento de outras condições objetivas, capacitar o sujeito a ultrapassar essa forma transitória e histórica (pois, construída pelos próprios homens) e superar sua alienação⁷⁴ e subordinação frente ao capital. Esse “processo sem sujeito”, segundo a análise por ele desenvolvida, é mais um mecanismo de dominação do capital

⁷² Para Coutinho (1972:214), a teoria “tem sua fonte genético-ontológica precisamente nessa característica do trabalho: a realização do projeto teleológico implica no conhecimento dos nexos causais que ele vai colocar em operação.”

⁷³ “A presente ‘crise do marxismo’ se deve principalmente ao fato de que muitos dos seus representantes continuam adotando uma postura *defensiva*, numa época na qual historicamente viramos uma página importante e deveríamos nos engajar numa ofensiva socialista que acompanhasse as condições objetivas. Paradoxalmente, os últimos 25 anos [*Beyond Capital* foi publicado em 1995], que progressivamente manifestaram a crise estrutural do capital – e daí o início da necessária ofensiva socialista num sentido *histórico* –, também testemunharam uma disposição, maior do que nunca, de muitos marxistas buscarem novas alianças defensivas e se envolverem com todos os tipos de revisões e compromissos em grande escala, ainda que não tenham, realmente, nada para mostrar como resultado de tais estratégias fundamentalmente desorientadas. A desorientação em questão não é, pois, de modo algum, simplesmente ideológica. Ao contrário, ela envolve todas as instituições de luta socialista que foram constituídas sob circunstâncias históricas defensivas e por esse motivo perseguem, sob o peso da sua própria inércia, modos de ação que diretamente correspondem ao seu caráter defensivo.”(Mészáros,1995:673)

⁷⁴ Esse fenômeno indispensável para a compreensão da relação entre causalidade e subjetividade no sistema capitalista constitui objeto de profundo estudo de Mészáros no início dos anos 70, quando publicou *Marx: A Teoria da Alienação*. Para ele é indispensável considerar o fenômeno da alienação (no sentido de *Entfremdung*, ou estranhamento) na análise da sociabilidade capitalista, uma vez que o modo de produção do sistema do capital tem seu fundamento ontológico na separação do homem do objeto de seu trabalho e na fetichização das relações humanas, o que se expressa no “‘ estranhamento do homem em relação à *natureza* e a *si mesmo* ’”. (Mészáros, 1981:17)

sobre o agente real da produção (o trabalho), entre tantos outros colocados em operação na consolidação histórica desse modo de produção, sendo articulado ao “papel preponderante que a ideologia dominante pode desempenhar na determinação da orientação de toda a sociedade, impondo com êxito seu discurso até sobre seus adversários políticos caso estes, seja por que razão for - (...) -, se deixem apanhar desprevenidos.” (Mészáros, 1996:259)

Exatamente por reconhecer as determinações ontológicas dessa forma histórica de sociabilidade dominada pela lógica do capital, e extrair de suas manifestações fenomênicas, enquanto formas objetivas variáveis dessa dominação (social-democrata, pós-capitalista, globalização democrática), o que tem de continuidade e essencial, enquanto “a síntese, a unidade desses elementos”⁷⁵, na conservação do modo de ser dessa sociabilidade fundada na exploração do trabalho pelo capital, é que Mészáros aponta, no *Beyond Capital*, a incontornabilidade do capital como incontornável nos marcos do sistema do capital e a necessidade de uma superação das estratégias reformistas pela ofensiva socialista. (Quais os elementos constituintes dessa ofensiva socialista e sua adequação às necessidades históricas atuais exigem uma outra investigação a ser realizada no *Beyond Capital*, temas com os quais não pudemos nos ocupar nessa tese.)

Ao contrário do que muitos poderiam apontar como uma posição fatalista do autor, diante de tal análise radical das impossibilidades de emancipação por meio da ação política reformista (sem a concomitante alteração profunda da base da produção material vital à reprodução do capital), Mészáros recoloca a noção de socialismo, segundo ele abandonada pelos reformistas, como a superação do capital⁷⁶ e não a administração de suas disfunções temporárias. É necessário, como já salientado no capítulo IV, a articulação de um movimento socialista radical que apresente alternativas viáveis “à realidade destrutiva da ordem social do capital em todas as suas formas.”(Mészáros,1995:410)

A longa citação a seguir explicita o lugar que a ação humana ocupa no sistema irreformável e incontornável do capital e a necessidade de se enfrentar as determinações genético-ontológicas do sistema do capital com uma alternativa socialista. Nesse sentido, para Mészáros,

⁷⁵Ver Lukács (1979:231)

⁷⁶ A questão da transição, longamente tratada por Mészáros no *Beyond Capital*, poderá provocar, futuramente, uma outra investigação específica

“o único modo de controle reprodutivo social que se qualifica como socialista é o que se recusa a submeter as aspirações legítimas dos indivíduos aos imperativos fetichistas de uma ordem causal estruturalmente predeterminada. Em outras palavras, é um modo de reprodução sociometabólica verdadeiramente *aberto* com relação ao *futuro*, já que a determinação de sua *própria estrutura causal* permanece sempre sujeita à alteração pelos membros autônomos da sociedade. Um modo de controle sociometabólico que pode ser estruturalmente alterado pelos indivíduos diante dos fins conscientemente escolhidos, em lugar de um que lhes impõe, como hoje acontece, uma gama estreita e reificada de fins que emanam diretamente da rede causal preexistente do capital: uma causalidade supostamente inalterável que opera acima das cabeças dos indivíduos.” (Mészáros, 1995:72-73)

Desvelar as conexões, inter-relações e mediações essenciais do sistema do capital, enfim a “rede causal preexistente do capital”, sem concessões teóricas ao imediatismo político ou ao fetiche do aparente, e desmistificar a transformação dos efeitos em causas são objetivos que orientam a profunda análise elaborada por Mészáros sobre o sistema do capital. É por isto que sua contribuição é enorme, possibilitando a muitos que a história não seja apenas uma trama ardilosa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARBIX, G. *Uma Aposta no Futuro – Os primeiros anos da câmara setorial da indústria automobilística*. São Paulo: Editora Página Aberta (Scritta), 1996.
- BERNSTEIN, E. “O Revisionismo na Social-Democracia – um informe apresentado em Amsterdã diante de acadêmicos e trabalhadores”; *in*: *Novos Rumos*, n.32. São Paulo: Instituto Astrogildo Pereira, 2000.
- BIHR, A. *Da Grande Noite à Alternativa*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.
- COUTINHO, C.N. *O Estruturalismo e a Miséria da Razão*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1972.
- DINIZ, E. *Crise, Reforma do Estado e Governabilidade*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1997.
- FREDERICO, C. “O Novo Contrato Social”; *in*: *Folha de São Paulo – Caderno de Resenhas* – 11 de Março de 2000.
- GENRO, T. *O Futuro por Armar - Democracia e Socialismo na Era Globalizada*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- GIDDENS, A. *A Terceira Via – reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.
- HABERMAS, J. “Três Modelos de Democracia”; *in*: *Lua Nova* – n.36. São Paulo: CEDEC, 1995.
- _____. “A Nova Intransparência – A crise do Estado de Bem-Estar Social e o Esgotamento das Energias Utópicas”; *in*: *Novos Estudos* - n.18. São Paulo: Cebrap, setembro de 1987.
- HELD, D. *Modelos de Democracia*. Belo Horizonte: Paidéia, 1994.
- LUKÁCS, G. *Existencialismo ou Marxismo?* São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- MARX, K. *O Capital* - Vol.I, Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. *O Capital* - Vol.I, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- _____. “Glosas Críticas Marginais ao Artigo ‘O Rei da Prússia e a Reforma Social. De um Prussiano.’”. Tradução de Ivo Tonet; *in*: *Praxis*, nº 5. Belo Horizonte: Projeto Joaquim de Oliveira, Outubro-Dezembro, 1995.
- _____. *A Questão Judaica*. São Paulo: Editora Moraes, s/d.
- MÉSZÁROS, I. *Marx: A Teoria da Alienação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- _____. “Tempos de Lukács e nossos Tempos. Socialismo e Liberdade.”; *in*: *Ensaio*, nº 13. São Paulo: Editora Ensaio, 1984.

- _____. *Beyond Capital*. London: The Merlin Press, 1995.
- _____. *O Poder da Ideologia*. São Paulo: Editora Ensaio, 1996.
- _____. “A Ordem do Capital no Metabolismo Social da Reprodução”; *in*: Ad Hominem 1, tomo I – Marxismo. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 1999.
- _____. “Marxismo, sistema do capital e socialismo hoje”. Entrevista com o autor; *in*: Lutas Sociais, n.6. São Paulo: NEILS – Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais – PUC-SP, 1999a.
- NEGRI, A. “O Empresário Político”; *in* COCCO, G., URANI, A. E GALVÃO, A.L. (orgs.). *Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos - o caso da Terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A Editores, 1999.
- PETRAS, J. “Nuestra America: Las Dos Caras De Las ONGs”; *in*: Correos para la Emancipación, año II, n.51, 9 de agosto de 2000.
- PRZEWORSKI, A. “A Falácia Neoliberal”; *in*: Lua Nova – n.28-29. São Paulo: CEDEC, 1993.
- SANTOS, B. de S. *Pela Mão de Alice – O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez Editora, 1995.
- SINGER, P., MACHADO, J. *Economia Socialista*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- ZOLO, D. “La Ciudadania en una Era Poscomunista”; *in*: Agora – n.7. Buenos Aires: 1997.